FILIPE SOUZA CORRÊA

CONEXÕES ELEITORAIS, CONEXÕES TERRITORIAIS:

as bases socioterritoriais da representação política na metrópole fluminense.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

Rio de Janeiro

2011

C824c Corrêa, Filipe Souza.
Conexões eleitorais, conexões territoriais : as bases socioterritoriais da representação política da metrópole fluminense / Filipe Souza Corrêa. – 2011.
180 f. : il. (algumas color.) ; 30 cm.

Orientador: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro.
Tese (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2011.
Bibliografia: f. 157-165.

1. Voto – Rio de Janeiro, Região Metropolitana do (RJ). 2. Governo representativo e representação. 3. Segregação. I. Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. III. Título.

CDD: 324

FILIPE SOUZA CORRÊA

CONEXÕES ELEITORAIS, CONEXÕES TERRITORIAIS:

as bases socioterritoriais da representação política na metrópole fluminense.

Dissertação submetida ao corpo docente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

_____
Prof. Dr. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro - Orientador
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ

_____
Prof. Dr. Orlando Alves dos Santos Júnior
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ

_____
Prof. Dr. Nelson Rojas de Carvalho
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

_____
Prof. Dr. Sérgio de Azevedo
Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF

Aos meus pais,
Zenizar e Cida.

Agradecimentos

Ao Observatório das Metrópoles agradeço por proporcionar sempre um ambiente bastante profícuo de discussão acadêmica sobre o tema metropolitano nas suas mais diversas vertentes disciplinares. Se não fosse pelo empenho dos seus pesquisadores em buscar novas respostas para o velho problema da governança metropolitana no Brasil, certamente esta dissertação não existiria.

Agradeço aos parceiros do projeto de pesquisa Geografia do Voto, Localismos e Governança Metropolitana pelas contribuições aos primeiros resultados dessa dissertação apresentados na nossa primeira oficina nacional. Espero que este estudo piloto possa auxiliar as análises das demais realidades metropolitanas que temos estudado.

Aos amigos e companheiros de trabalho agradeço pelas sugestões e críticas que recebi nas diversas vezes que pude apresentar os resultados parciais desta dissertação e que permitiram aperfeiçoar as análises aqui desenvolvidas. Em especial, agradeço ao Juciano Rodrigues, ao Arthur Molina e à Bianca Ghiggino pela cooperação durante a árdua tarefa de geocodificação dos locais de votação da RMRJ, sem a qual este trabalho não seria realizado.

Aos professores e colegas do IPPUR, agradeço pelo ambiente de constante formação crítica e multidisciplinar em planejamento urbano e regional, que certamente proporcionaram um olhar renovado sobre o urbano no Brasil.

Agradeço ao CNPq e à FAPERJ pelas bolsas concedidas durante o período de mestrado que permitiram a dedicação necessária para o desenvolvimento desta dissertação.

Aos professores Orlando Júnior, Nelson de Carvalho e Sérgio de Azevedo, agradeço pela disponibilidade em participar da banca de qualificação desta dissertação, e cujos comentários foram cruciais para o aprimoramento dos argumentos aqui apresentados. Agradeço também por terem aceitado o convite de participar da banca de defesa e espero ter apresentado um trabalho à altura de suas contribuições.

Ao meu orientador e amigo, professor Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, que tenho tomado como exemplo de dedicação e compromisso com o saber, agradeço pelas suas considerações sempre desafiadoras que me permitiram aprofundar e esclarecer pontos importantes deste trabalho, e ainda por me auxiliar na transformação de minhas indagações iniciais em uma produção acadêmica consistente.

Agradeço aos meus pais pelo constante estímulo para que eu levasse adiante os meus estudos. Suas vidas são exemplo de esforço e perseverança em tornar realidade para os filhos o que eles só viveram em sonho. Eles são a motivação de cada linha deste trabalho.

Agradeço, sobretudo, à Thêmis pelo amor, pelo carinho, pelo companheirismo, pela paciência, e pela cumplicidade, que foram ingredientes essenciais para a superação de mais essa etapa em nossas vidas.

Resumo

Neste trabalho buscamos investigar a relação entre a organização socioespacial metropolitana e a geografia do voto nas eleições proporcionais. Mais especificamente, nosso objetivo é investigar se a distribuição dos diferentes graus de competitividade por votos, assim como, os padrões de distribuição dos deputados estaduais metropolitanos no interior da região metropolitana do Rio de Janeiro, estão relacionados com a sua organização socioespacial. Apesar do lugar de importância ocupado pelas metrópoles no sistema urbano brasileiro, pouco se sabe sobre a dinâmica eleitoral no interior destes aglomerados urbanos. Partimos da constatação de que a metrópole fluminense apresenta um espaço marcado por processos de segregação socioespacial responsáveis por transpor as distâncias sociais entre os diferentes grupos para as suas distâncias físicas. Essa constatação de um espaço metropolitano socialmente fragmentado nos permite formular a hipótese de que estes processos produzem áreas de relativa homogeneidade social. Partindo de uma reflexão teórica de como a organização do espaço estaria relacionada com a configuração da geografia do voto dos deputados estaduais fluminenses, em primeiro lugar, buscamos encontrar evidências da importância deste recorte espacial metropolitano, e em seguida, encontrar evidências empíricas acerca deste efeito. Os resultados não somente confirmam a importância de se fazer uma análise intra-urbana da geografia do voto no espaço metropolitano, como também, demonstram que não podemos descartar os efeitos das condições sociais das áreas de votação (conexões territoriais) sobre as características da geografia do voto dos deputados estaduais metropolitanos.

Palavras-chave: geografia do voto. conexões eleitorais. representação política. segregação socioespacial. região metropolitana.

Abstract

In this work we investigate the relationship between the socio-spatial metropolitan organization and the geography of voting in proportional elections. More specifically, our goal is to investigate the distribution of different degrees of competition for votes, as well as the distribution patterns of the metropolitan state representatives within the metropolitan region of Rio de Janeiro, are related to their socio-spatial organization. Despite the important place occupied by metropolises in the Brazilian urban system, little is known about the electoral dynamics within these urban areas. We start from the observation that the metropolis of Rio de Janeiro has an area marked by segregation processes responsible for transpose the social gaps between different groups for their physical distances. This finding of a socially fragmented metropolitan space allows us to hypothesize that these processes produce areas of relative social homogeneity. From a theoretical reflection of how the organization of space was related to the configuration of the geography of voting of Rio de Janeiro state legislators, first, we seek to find evidence of the importance of spatial cutout, and then, to find empirical evidence about this effect. The findings not only confirm the importance of making an intra-urban analyze of the geography of the vote within the metropolitan area, but also demonstrate that we can not discount the effects of social conditions in the areas of voting (territorial connections) on the characteristics of the geography of voting of metropolitan state legislators.

Keywords: geography of voting. electoral connections. political representation. socio-spatial segregation. metropolitan area.

Lista de Tabelas

TABELA 1 - Grau de competitividade por votos nos municípios segundo o nível de renda familiar per capita 75

TABELA 2 - Grau de competitividade por votos nos municípios segundo o nível de escolaridade dos adultos 77

TABELA 3 - Grau de competitividade por votos nos municípios segundo as faixas de tamanho populacional 78

TABELA 4 - Tabela de contingência entre as categorias socioocupacionais e a tipologia socioespacial da RMRJ – 2000 115

TABELA 5 - Partidos dos deputados metropolitanos segundo o grau de concentração/fragmentação da votação 132

TABELA 6 - Partidos dos deputados metropolitanos segundo o grau de dominância/compartilhamento 140

Lista de Ilustrações

Figuras

FIGURA 1 - Esquema teórico dos condicionantes do comportamento parlamentar no processo legislativo 44

FIGURA 2 - Esquema teórico do efeito vizinhança sobre o comportamento eleitoral 60

Mapas

MAPA 1 - Municípios do Estado do Rio de Janeiro segundo o grau de competitividade por votos para deputado estadual 68

MAPA 2 - Locais de votação geocodificados na RMRJ – 2006 101

MAPA 3 - Locais de votação na RMRJ segundo o grau de competitividade por votos para deputado estadual 104

MAPA 4 - Áreas de ponderação da RMRJ segundo o grau de competitividade da disputa eleitoral para deputado estadual 105

MAPA 5 - Áreas de ponderação da RMRJ segundo os níveis de renda familiar *per capita* 109

MAPA 6 - Áreas de ponderação da RMRJ segundo os níveis do clima educativo domiciliar médio . 112

MAPA 7 - Áreas de ponderação da RMRJ segundo a tipologia socioespacial 116

MAPA 8 - Áreas de ponderação da RMRJ segundo os quartis do índice de carência de infra-estrutura 118

Lista de Quadros

QUADRO 1 - Estatísticas descritivas do índice do numero efetivo de candidatos para os municípios do Estado do Rio de Janeiro 64

QUADRO 2 - Municípios do Rio de Janeiro de acordo com o índice do numero efetivo de candidatos e grau de competitividade 66

QUADRO 3 - Análise de *cluster* do índice do número efetivo de candidatos por município do Estado do Rio de Janeiro 67

QUADRO 4 - Correlação entre o índice do número efetivo de candidatos e a quantidade de votos válidos no município 69

QUADRO 5 - Correlação entre o índice do número efetivo de candidatos e o número de candidatos votados no município 70

QUADRO 6 - Correlação entre o número de candidatos votados e o índice do número efetivo de candidatos nos municípios 70

QUADRO 7 - Correlações entre as variáveis socioeconômicas municipais e o índice do número efetivo de candidatos 73

QUADRO 8 - Análise de *cluster* do nível de renda familiar per capita nos municípios 75

QUADRO 9 - Análise de *cluster* do nível de escolaridade dos adultos nos municípios 76

QUADRO 10 - Estatísticas descritivas do índice do numero efetivo de municípios para os deputados estaduais 81

QUADRO 11 - Análise de *cluster* do índice do numero efetivo de municípios por deputado estadual 82

QUADRO 12 - Deputados estaduais de acordo com o índice do numero efetivo de municípios e o Grau de concentração de votação 83

QUADRO 13 - Correlação entre o índice do número efetivo de municípios e a quantidade de votos recebidos 85

QUADRO 14 - Estatísticas descritivas do índice de dominância média de municípios dos deputados estaduais 88

QUADRO 15 - Análise de *cluster* do índice de dominância média de municípios dos deputados estaduais 88

QUADRO 16 - Índice de dominância média de municípios e o grau de dominância 90

QUADRO 17 - Padrão espacial de votação dos deputados estaduais nos municípios 93

QUADRO 18 - Padrão espacial e região de votação dos deputados estaduais 95

QUADRO 19 - Estatísticas descritivas do índice do numero efetivo de candidatos por locais de votação na RMRJ 102

QUADRO 20 - Análise de *cluster* do índice do número efetivo de candidatos por local de votação na RMRJ 103

QUADRO 21 - Locais de votação da RMRJ segundo o grau de competitividade 103

QUADRO 22 - Estatísticas descritivas da classificação da média da renda familiar per capita em quartis - 2000 108

QUADRO 23 - Correlação entre o índice do número efetivo de candidatos e a média da renda familiar per capita 109

QUADRO 24 - Estatísticas descritivas da classificação da média do clima educativo domiciliar em quartis - 2000 110

QUADRO 25 - Correlação entre o índice do número efetivo de candidatos e o clima educativo domiciliar médio 112

QUADRO 26 - Correlação entre o índice do número efetivo de candidatos e o percentual de pessoas com ocupação superior 117

QUADRO 27 - Efeitos da organização socioespacial da RMRJ sobre o índice do número efetivo de candidatos 120

QUADRO 28 - Estatísticas descritivas do índice do numero efetivo de áreas para os deputados estaduais metropolitanos 126

QUADRO 29 - Análise de *cluster* do índice do numero efetivo de áreas por deputado estadual metropolitano 126

QUADRO 30 - Índice do numero efetivo de áreas e o grau de concentração/dispersão dos votos dos deputados estaduais eleitos 128

QUADRO 31 - Correlação entre o índice do número efetivo de áreas e a quantidade de votos recebidos pelos deputados na RMRJ 133

QUADRO 32 - Estatísticas descritivas do índice de dominância média de áreas de votação para os deputados estaduais metropolitanos 135

QUADRO 33 - Análise de *cluster* do índice de dominância média de áreas de votação por deputado estadual metropolitano 135

QUADRO 34 - Índice de dominância média das áreas de votação e o grau de dominância/compartilhamento de votação 137

QUADRO 35 - Correlação entre o índice do número efetivo de áreas e a quantidade de votos recebidos pelos deputados na RMRJ 141

QUADRO 36 - Padrão espacial de votação dos deputados metropolitanos nas áreas intra-urbanas da RMRJ 143

QUADRO 37 - Padrão espacial de votação e região de concentração dos votos dos deputados metropolitanos 146

QUADRO 38 - Padrão espacial de votação e grau de competitividade por votos nas áreas de maior votação dos deputados metropolitanos 149

QUADRO 39 - Padrão espacial de votação e condições sociais das áreas de votação dos deputados metropolitanos 152

Lista de siglas

ALERJ	Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas
PAN	Partido dos Aposentados da Nação
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PP	Partido Progressista
PPS	Partido Popular Socialista
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRONA	Partido de Reedificação da Ordem Nacional
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PT do B	Partido Trabalhista do Brasil
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PV	Partido Verde
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
TER	Teoria da Escolha Racional
TRE-RJ	Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

Sumário

INTRODUÇÃO 15

1 A GEOGRAFIA DO VOTO METROPOLITANO: CONEXÕES ELEITORAIS E CONEXÕES TERRITORIAIS NO ESPAÇO METROPOLITANO 21

1.1 O METROPOLITANO *VERSUS* O NÃO-METROPOLITANO: ELEMENTOS PARA UMA SOCIOLOGIA ELEITORAL CONTEMPORÂNEA 21

1.2 O VOTO CONCENTRADO *VERSUS O* VOTO IDEOLÓGICO: ASPECTOS NORMATIVOS SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA ELEITORAL PROPORCIONAL NO BRASIL 25

1.3 AS CONEXÕES ELEITORAIS: A GEOGRAFIA DO VOTO COMO POSSIBILIDADE ANALÍTICA 31

1.4 AS CONEXÕES TERRITORIAIS: EFEITOS DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL SOBRE AS CONEXÕES ELEITORAIS 45

2 A GEOGRAFIA DO VOTO NO ESTADO: COMPETITIVIDADE ELEITORAL E PADRÕES ESPACIAIS DE VOTAÇÃO NOS MUNICÍPIOS FLUMINENSES 61

2.1 GRAUS DE COMPETITIVIDADE POR VOTOS ENTRE CANDIDATOS A DEPUTADO ESTADUAL NOS MUNICÍPIOS FLUMINENSES 63

2.2 CONCENTRAÇÃO E DOMINÂNCIA DE VOTAÇÃO DOS DEPUTADOS ELEITOS NOS MUNICÍPIOS FLUMINENSES 78

2.2.1 Graus de concentração/dispersão 80

2.2.2 Graus de dominância/compartilhamento 85

2.2.3 Padrões espaciais de votação e região de concentração dos votos 92

3 A DISPUTA ELEITORAL NA METRÓPOLE: COMPETITIVIDADE ELEITORAL NAS ÁREAS INTRA-URBANAS DA RMRJ 96

3.1 GRAUS DE COMPETITIVIDADE POR VOTOS NAS ÁREAS INTRAURBANAS DA RMRJ 99

3.2 A ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DA RMRJ 106

3.2.1 Média do rendimento familiar per capita 108

3.2.2 Média do clima educativo domiciliar 110

3.2.3 Estrutura socioespacial da RMRJ 113

3.2.4 Índice de carência de serviços de infra-estrutura 117

3.3 EFEITOS DA ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL SOBRE A COMPETITIVIDADE ELEITORAL 119

4 CONEXÕES ELEITORAIS E CONEXÕES TERRITORIAIS: OS PADRÕES ESPACIAIS DE VOTAÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS NA RMRJ 123

4.1 GRAUS DE CONCENTRAÇÃO/FRAGMENTAÇÃO NA RMRJ 125

4.2 GRAUS DE DOMINÂNCIA/COMPARTILHAMENTO NA RMRJ 133
4.3 AS CONEXÕES ELEITORAIS NA METRÓPOLE: PADRÕES ESPACIAIS DE VOTAÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS METROPOLITANOS 141
4.4 AS CONEXÕES TERRITORIAIS: CONDIÇÕES SOCIAIS DAS ÁREAS DE VOTAÇÃO DOS DEPUTADOS METROPOLITANOS 147
CONSIDERAÇÕES FINAIS 157
REFERÊNCIAS 163
APÊNDICE A: **MAPAS DE CONCENTRAÇÃO/FRAGMENTAÇÃO DAS VOTAÇÕES DOS DEPUTADOS ESTADUAIS METROPOLITANOS** 173
APÊNDICE B: MAPAS DE DOMINÂNCIA/COMPARTILHAMENTO DAS VOTAÇÕES DOS DEPUTADOS ESTADUAIS METROPOLITANOS 180

INTRODUÇÃO

Neste trabalho investigaremos a relação entre a organização socioespacial metropolitana e a geografia do voto nas eleições proporcionais. Mais especificamente, investigaremos como a geografia do voto dos deputados estaduais cuja votação é obtida em grande parte no interior da Região Metropolitana do Rio de Janeiro está relacionada com a organização socioespacial desta.

Apesar do lugar de importância ocupado pelas metrópoles no sistema urbano brasileiro, pouco se sabe sobre a dinâmica eleitoral no interior destes grandes aglomerados urbanos. Os estudos sobre geografia do voto no Brasil em geral são orientados pela investigação da dinâmica eleitoral no nível dos municípios, ao passo que a dinâmica eleitoral intra-metropolitana permanece pouco explorada. Essa preocupação com a geografia do voto no nível municipal se deve, em grande parte, ao enraizamento na sociologia eleitoral brasileira da percepção das grandes capitais como lócus da política ideológica em oposição à política mais personalista que ocorre nos municípios do interior dos estados.

O que se percebe a partir dos estudos de geografia do voto proporcional no Brasil é a consideração das grandes capitais brasileiras como espaços políticos homogêneos, caracterizados pela elevada competitividade eleitoral e pela forte presença de um componente ideológico-partidário no comportamento político. Portanto, o recorte metropolitano utilizado neste trabalho se justifica, de um lado, pelo desafio surgido a partir da intensificação do fenômeno metropolitano e suas conseqüências, como o surgimento de problemas urbanos compartilhados pelas diferentes unidades de governos municipais, que ao mesmo tempo são dotadas de relativa autonomia em termos de gestão da política urbana. E de outro lado, pelo fato de que a existência destes problemas urbanos compartilhados — e que, portanto, demandam soluções conjuntas entre as unidades municipais — não é suficiente para incentivar o surgimento de uma agenda pública em torno do tema da governança metropolitana que ultrapasse as barreiras da autonomia municipal.

Com base na constatação anterior, podemos construir a hipótese de que a justificativa para o impasse ao surgimento de uma agenda pública em torno da cooperação metropolitana residiria na intensa fragmentação da dinâmica político-

eleitoral no interior deste espaço, o que resultaria, por conseqüência, numa conformação de representações políticas orientadas em grande parte para interesses localistas, isto é, referenciados em demandas e necessidades localizadas em áreas específicas do território metropolitano e de pouca relação com temas de interesse mais amplos como a gestão metropolitana.

Neste sentido, a justificativa para a escolha da análise da geografia do voto dos deputados estaduais se dá pelo fato de que, a partir da Constituição Federal de 1988, a competência para a criação das regiões metropolitanas passa a ser dos estados. Ou seja, a arena política das assembléias legislativas estaduais passa a ser o *lócus* onde devem ser discutidas e regulamentadas as propostas no sentido de uma gestão conjunta dos problemas metropolitanos que tenha uma base jurídica sólida, que tenha legitimidade político-social, e que seja baseada em arranjos institucionais de cooperação intermunicipal sustentáveis no longo prazo (FERNANDES, 2005, p.13).

Assim sendo, consideramos que um importante passo na direção da investigação dos constrangimentos para o surgimento de uma agenda pública em torno da governança metropolitana seja mapear os incentivos eleitorais que servem de base para os comportamentos parlamentares. Neste ponto, trabalhamos com a hipótese de que as *conexões eleitorais*[1] são diversas de acordo com as diferentes distribuições espaciais de votação dos deputados estaduais no espaço metropolitano. Ou seja, se a votação for mais concentrada ou mais dispersa entre as áreas de votação, ou se apresentar uma maior ou menor parcela de dominância da disputa eleitoral nestas áreas, então, estaremos diante de incentivos eleitorais diferenciados também no interior do espaço metropolitano.

Mesmo considerando os constrangimentos institucionais aos quais está submetido o processo decisório parlamentar, destacamos a possibilidade de que as bases eleitorais pelas quais o parlamentar se elegeu exerçam efeito considerável sobre a sua decisão. Em estudo exemplar sobre as conexões eleitorais dos

[1] A noção de *conexão eleitoral* foi formulada originalmente por David Mayhew (1974) para o congresso norte-americano. De acordo com a qual as bases eleitorais de um determinado deputado servem de incentivo para o comportamento parlamentar orientado de acordo com as estratégias de reeleição. Posteriormente essa noção de *conexão eleitoral* foi aplicada para o caso brasileiro nos trabalhos de Barry Ames (2003) e Nelson de Carvalho (2003), os quais encontraram diferentes tipos possíveis de padrões espaciais de votação conforme veremos no Capítulo 1.

deputados federais brasileiros, Carvalho (2003) apresentou evidências empíricas bastante relevantes desta influência dos padrões espaciais de votação sobre o conteúdo dos comportamentos parlamentares, principalmente se mais paroquialista ou mais universalista. Portanto, consideramos relevante investigar não apenas os padrões espaciais de votação dos deputados eleitos no nível dos municípios, mas também, em uma escala mais desagregada de análise. Já que, a partir da constatação de que o espaço metropolitano possui uma organização socioespacial diversificada, e que esta forma de organização diferenciada tem efeitos significativos sobre as diferenças nas experiências sociais das pessoas com o seu contexto imediato de residência. Portanto, podemos levantar uma segunda hipótese de acordo com a qual, não só a forma da distribuição espacial das votações exerce efeito significativo sobre a formação das conexões eleitorais, como também as características sociais das áreas nas quais os deputados obtêm a maior parte de suas votações exercem influência significativa sobre o tipo de conduta parlamentar resultante. É essa relação entre as características sociais das áreas de votação dos deputados eleitos e a sua conduta parlamentar que chamamos aqui de *conexões territoriais.*

Com base nas hipóteses anteriores, podemos colocar as seguintes questões: É possível identificarmos uma diferenciação significativa entre os padrões de disputa eleitoral no interior do espaço metropolitano que corresponderiam em certa medida às diferenças socioespaciais das áreas intra-urbanas da metrópole? Se essa hipótese se confirmar, é possível encontrarmos diferentes padrões espaciais de votação dos deputados eleitos no interior da metrópole fluminense?

Para responder a essas questões analisaremos os dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral tendo como recorte os dados de votação dos candidatos a deputado estadual nas Eleições de 2006. E para a investigação da relação entre a organização socioespacial metropolitana e as variáveis eleitorais, utilizaremos as variáveis socioeconômicas oriundas dos microdados do Censo Demográfico de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Alem disso, para as análises no nível dos municípios utilizaremos o PIB municipal disponibilizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA), e o Índice de Desenvolvimento Humano disponibilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

No primeiro capítulo, chamamos atenção para a necessidade de superação da disjuntiva capital e interior nos estudos de sociologia eleitoral, pois destacamos o papel importante que o espaço metropolitano — aqui pensado para além dos limites políticos das grandes capitais estaduais — deve exercer nos estudos contemporâneos de sociologia eleitoral, já que não podemos desconsiderar o efeito que este aglomerado urbano exerce sobre a conformação da cultura política dos indivíduos. Essa relação significativa entre o espaço metropolitano e diferenças nas características de cultura política dos indivíduos é o que se convencionou chamar de *efeito-metrópole* (CABRAL; SILVA, 2007; CABRAL, 2009; AZEVEDO, SANTOS JÚNIOR; RIBEIRO, 2009).

Além disso, chamamos atenção também para o fato de que este espaço metropolitano é marcado por dinâmicas de segregação e segmentação social que distribuem os grupos sociais de maneira diferente no espaço, proporcionando o surgimento de áreas de relativa homogeneidade social no interior deste espaço metropolitano. Mais especificamente, buscamos construir a hipótese sobre o impacto do efeito vizinhança no comportamento político-eleitoral considerando o voto para cargos legislativos. A escolha desta modalidade de comportamento se justifica porque em tese, o voto é o principal instrumento para "transformar" a vontade política individual em um projeto político mais amplo:

> [...] numa democracia eleitoral, o poder político se baseia no voto, e o seu potencial é função da capacidade de aglutinar maior número de votos em torno de uma vontade política. Esta tarefa cabe em princípio aos partidos políticos, que traduzem vontades políticas difusas em projetos políticos específicos. Cabe ao eleitor decidir qual dos diferentes projetos é mais adequado as suas preferências ou, como vínhamos usando neste estudo, suas desejabilidades políticas. (FIGUEIREDO, 2008, p. 216)

Porém, na prática, o que se percebe é que essa capacidade de "transformação" não é imediata, pois está sujeita a diversas mediações institucionais, e muito menos garantida igualmente para todos os indivíduos. Essa variação entre o ponto de vista normativo acerca da capacidade do voto em ser um canal de transformação política e a sua prática o torna claramente um objeto de investigação.

No segundo capítulo, faremos a caracterização da disputa eleitoral nos municípios do Estado do Rio de Janeiro e construiremos as diferentes conformações

de padrões espaciais de votação apresentadas por Ames (2003), buscando verificar a necessidade de considerarmos a dinâmica eleitoral do espaço metropolitano em escala mais desagregada. Em um primeiro momento, buscamos verificar se há uma relação significativa entre as variáveis indicadoras de situação econômica e social dos municípios e as diferenças encontradas na configuração do mercado eleitoral no estado como um todo. Em um segundo momento, construímos os diferentes padrões espaciais de votação dos deputados estaduais eleitos, baseando-se na tipologia de quatro padrões de Ames (2003). Com essa tipologia dos padrões espaciais de votação, buscamos identificar deputados cuja votação se dê majoritariamente nos limites da RMRJ e o padrão espacial de votação predominante; e, com isso, saber o peso que estes deputados de votação metropolitana apresentam na configuração da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ).

No terceiro capítulo, faremos a caracterização do grau de competitividade na disputa eleitoral tomando como unidade geográfica de referência as áreas internas dos municípios que compõem a RMRJ, e buscando verificar se há uma relação significativa entre essa caracterização e variáveis socioeconômicas obtidas a partir de dados censitários. Neste caso estamos considerando a idéia oriunda do modelo teórico de análise do comportamento político conhecido como *modelo do status socioeconômico*[2], segundo a qual, a posse de recursos como escolaridade e renda, assim como o status ocupacional do indivíduo, influencia em grande medida a sua predisposição para a participação política. No caso do voto obrigatório no Brasil, o efeito da posse de recursos socioeconômicos não estaria sobre a predisposição ou não para a participação, mas sim, na capacidade dos indivíduos de agir de maneira mais autônoma no processo de escolha do seu representante político.

E finalmente, o quarto capítulo apresenta em um primeiro momento a construção da tipologia dos padrões espaciais de votação de Ames (2003) agora considerando como unidades mínimas de análise as áreas de ponderação utilizadas pelo Censo Demográfico de 2000 (IBGE). Em seguida, verificaremos em que medida os diferentes padrões espaciais de votação dos deputados eleitos com maioria de

[2] Este modelo teórico de interpretação dos incentivos para uma maior participação política foi disseminado a partir do trabalho de Milbrath (1965) sobre participação política e desigualdades sociais. Posteriormente o *modelo do status socioeconômico* vai ganhar uma reformulação, especialmente a partir do trabalho de Verba e outros (1995). Essa reformulação consistiu na adição da componente "habilidades cívicas" também como variável explicativa da participação política. Esse modelo passou a se denominar de *modelo do voluntarismo cívico.*

votos na metrópole estão relacionados com as características socioeconômicas das áreas onde estes deputados obtêm a maior parte de suas votações. Pretendemos com este último capítulo realizar um avanço analítico no entendimento das *conexões eleitorais* dos deputados estaduais, principalmente pela aplicação do recorte metropolitano na análise dos padrões espaciais de votação e pelo fato de considerarmos as características sociais das áreas de votação dos deputados (aqui denominadas de *conexões territoriais*) como elemento qualificador das *conexões eleitorais* obtidas a partir da análise dos padrões espaciais de votação.

1 A GEOGRAFIA DO VOTO METROPOLITANO: CONEXÕES ELEITORAIS E CONEXÕES TERRITORIAIS NO ESPAÇO METROPOLITANO

Este capítulo tem como objetivo apresentar o arcabouço teórico utilizado com o objetivo de responder aos questionamentos anteriormente apresentados, assim como introduzir a problemática do espaço metropolitano nas discussões sobre a sociologia eleitoral de uma maneira geral, mas, mais especificamente, buscamos relacionar a problemática metropolitana no Brasil com os resultados da geografia do voto no interior de um sistema eleitoral proporcional.

Para isso, apresentaremos os principais elementos analíticos de cada uma dessas perspectivas teóricas e, a partir disso, buscaremos conectá-los com a literatura que trata da forma como o espaço metropolitano se organiza socialmente e, principalmente, dos problemas decorrentes dos processos sociais que determinam essa forma de organização. Ou seja, neste capítulo buscamos apresentar os elementos teóricos que contribuem para uma reflexão acerca da influência da organização socioespacial metropolitana sobre os resultados das eleições proporcionais para deputado estadual.

1.1 O METROPOLITANO *VERSUS* O NÃO-METROPOLITANO: ELEMENTOS PARA UMA SOCIOLOGIA ELEITORAL CONTEMPORÂNEA

Durante a década de 1970, num estudo pioneiro da sociologia eleitoral brasileira, Gláucio Soares (1973) trabalhou com uma dicotomia entre “capital” e “interior” como representativa de uma oposição entre “urbano” e “rural”. Segundo o estudo, o Brasil se dividia naquela época em duas realidades sociais distintas que conformariam, por conseqüência, duas culturas políticas distintas, já que essas realidades sociais corresponderiam a conjuntos diferenciados de valores e atitudes em relação à política e resultando, portanto, em comportamentos eleitorais diferenciados. Na “capital”, de acordo com Soares (1973), vigorariam valores políticos e sociais mais universalistas, firmados em posicionamentos ideológicos bem definidos; enquanto que, no “interior”, vigorariam valores mais paroquialistas, isto é, restrito a grupos sociais delimitados como família ou comunidade, ou seja,

valores políticos muito presos à dinâmica socioterritorial local. Essa oposição "capital" e "interior" foi posteriormente replicada na literatura sobre sociologia política brasileira por meio das oposições "tradição" e "ideologia", "atraso" e "desenvolvimento", e diversas outras oposições que marcavam esse suposto dualismo da organização socioespacial brasileira.

Essas categorias configuradas na forma de oposição dual demonstram um grau de influência da teoria da modernização na análise política da época, onde o desenvolvimento político implicava na superação do atraso das formas políticas típicas do interior brasileiro como o *coronelismo*, cuja definição mais clara se dá no trabalho de Vitor Nunes Leal, intitulado de "Coronelismo, enxada e voto" (LEAL, 1976):

> [...] concebemos o "coronelismo" como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político e extensa base representativa. [...] Por isso mesmo, o "coronelismo" é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras (LEAL, 1976, p. 20).

Neste clássico livro de Victor Nunes Leal ficam claros os mecanismos por meio dos quais o *coronelismo*[3] subsistia enquanto forma de dominação política nos municípios do interior brasileiro, no início do século XX. O *coronelismo* seria então um elemento remanescente de uma forma de poder privado que resistia às regras formais do regime representativo baseado no voto. Desta importância da manipulação do voto pelo poder local surge a famosa expressão *votos de cabresto*, para designar o mecanismo social a partir do qual o "coronel" controlava um montante de votos com base na manipulação da escassez de recursos dos eleitores locais, já que a subsistência destes dependia dos favores concedidos pelo mesmo. Além disso, como o ato de votar era bastante dispendioso para o morador das áreas rurais, os "coronéis" custeavam as despesas de translado durante o pleito eleitoral

[3] O termo *coronelismo* como explica o próprio Victor Nunes Leal em esclarecedora nota de pé de página (LEAL, 1976, p.19) é uma referência ao poder que tinham os antigos "coronéis" (oficiais e não oficiais) da extinta Guarda Nacional. Posteriormente, tratamento tipicamente utilizado pelo povo sertanejo, passou a se estender para todo e qualquer chefe político local que não fosse diplomado por alguma instituição de ensino superior, neste caso recebia a honraria de "doutor".

em troca do voto no candidato indicado pelo mandante local, mas também utilizavam de coerção até mesmo física para obtenção dos votos que naquele tempo ainda não eram declarados de maneira secreta. E aqui reside o porquê da referência ao cabresto, instrumento utilizado para controlar a direção do animal de montaria.

Essa influência de uma teoria evolucionária da modernização política ainda não se perdeu por completo na análise política contemporânea, no entanto, com menor grau de evolucionismo do que na década de 1970, em que o Brasil vivia um momento de industrialização intensa, e tinha recentemente se tornado um país predominantemente urbano. Naquela época, o grau de urbanização e o nível de industrialização apresentavam efeitos mútuos, podendo-se inclusive tomar uma variável pela outra, sem prejuízo da análise.

No entanto, atualmente, tal oposição entre a capital e o interior como representativa da oposição entre o urbano e o rural se vê dilatada ao ponto de não podermos tomar uma pela outra; tanto pelas transformações ocorridas devido ao processo de modernização no campo e à migração de grandes contingentes populacionais para as grandes cidades, alterando quase que por completo o modo de vida que antes considerávamos como rural; quanto pela diversidade presente no interior desta realidade que estamos considerando aqui como urbano, principalmente no interior dos grandes aglomerados urbanos.

Enquanto naquele tempo se falava de uma oposição entre “política do atraso” e “política do desenvolvimento”, falava-se também de culturas políticas antagônicas que se refletiam em formas diferenciadas de comportamento eleitoral. Hoje, podemos ensaiar o uso de uma dicotomia parecida, considerando o espaço metropolitano, este formado por grandes aglomerados urbanos que passam a apresentar características específicas de conformação socioespacial, em oposição a um espaço tido como não-metropolitano, formado por uma dinâmica socioespacial mais complexa do que a vigente no início do século XX, com a presença ainda de pequenos municípios predominantemente rurais, mas também com o surgimento de cidades médias que passam a exercer funções importantes dentro do sistema urbano brasileiro[4].

[4] Para uma discussão mais aprofundada sobre a conceituação e caracterização das “cidades médias” como sendo um espaço em recente transformação no interior do sistema urbano brasileiro, recomendamos a leitura de Sposito (2007).

Podemos afirmar que a conformação de grandes aglomerados urbanos com funções metropolitanas[5], cria também uma realidade distinta em termos de comportamento político e eleitoral, por corresponder a comportamentos, atitudes e características eleitorais distintos da sua contraparte usualmente denominada de interior (não-metropolitano). A base para tal afirmação estaria no fato de que a dinâmica da vida metropolitana interfere de maneira mais significativa nos valores, atitudes e comportamentos dos indivíduos do que a vida fora da metrópole. Estudos recentes sobre cultura política (CABRAL; SILVA, 2007; CABRAL, 2009; AZEVEDO; SANTOS JÚNIOR; RIBEIRO, 2009; RIBEIRO; AZEVEDO; SANTOS JÚNIOR, 2010) têm chamado atenção para o que se convencionou chamar de *efeito metrópole*, ou seja, esse impacto da vida metropolitana na conformação da cultura política dos cidadãos em comparação com a vida fora do espaço metropolitano.

De acordo com Cabral (2009, p. 320), a dimensão urbana da cidadania perdeu relevância a partir dos estudos de cultura política baseados em comparações internacionais popularizadas a partir dos trabalhos Almond e Verba (1963; 1980). As análises sobre a conformação de uma cultura política tipicamente metropolitana apresentam no seu quadro teórico três contribuições analíticas que tornam possível pensar o efeito exercido pela metrópole — sendo que prevalece nestes estudos a concepção de metrópole como um fenômeno social marcado pela grande densidade populacional e conseqüente heterogeneidade social — sobre a cultura política dos indivíduos; isto é, seu conjunto de valores, comportamentos e atitudes em relação à política. Em primeiro lugar, destacamos a constatação weberiana de que a cidade moderna burguesa em seus primórdios significava autonomia e liberdade aos indivíduos frente ao controle social exercido pelos senhores feudais no campo (WEBER, 2004, p. 427). Em segundo, destacamos a percepção de Simmel (1987) de um processo de individualização crescente no ambiente da metrópole européia ainda na virada do século XIX para o século XX, segundo o qual, devido à

[5] Essa definição é importante já que a partir da Constituição Federal de 1988 a competência de criação de regiões metropolitanas passou a ser dos estados da federação, o que gerou uma profusão de regiões metropolitanas sem um critério definido para tal. Em estudo recente, o Observatório das Metrópoles apresentou uma hierarquização e classificação dos espaços urbanos brasileiros utilizando variáveis como tamanho da população, número de agências bancárias, massa de renda, volume de transações financeiras, localização das 500 maiores empresas, e número de passageiros de transporte aéreo. A partir desse conjunto de variáveis foi possível identificar quinze grandes aglomerações urbanas que exerciam funções metropolitanas como concentração populacional, centralidade na dinâmica territorial, inserção na chamada “nova economia”, capacidade de direção e de gestão pública (MOURA et al., 2009).

intensidade e à quantidade dos estímulos psíquicos proporcionados pela vida na metrópole, os indivíduos passam a desenvolver certa atitude de distanciamento afetivo (atitude *blasé*) em relação aos demais cidadãos. Outra importante contribuição para pensarmos o efeito-metrópole é a idéia de conformação de uma cultura (modo de vida) tipicamente urbana (urbanismo) como sendo o resultado de uma forma específica de associação humana (a cidade) com sua complexidade e heterogeneidade intrínsecas (WIRTH, 1987).

Portanto, o que os estudos sobre o *efeito-metrópole* defendem é a idéia de que, além das clivagens socioeconômicas consideradas nos estudos de cultura política, existe a possibilidade de que a forma como se organiza o espaço metropolitano influencie de maneira diferenciada a cultura política dos cidadãos a partir das características socioespaciais do seu local de residência. O que nos permite pensar também em efeitos da organização socioespacial metropolitana sobre os comportamentos político-eleitorais dos cidadãos metropolitanos. Na seção 1.4 apresentaremos os argumentos teóricos que sustentam esta hipótese, mas antes, apresentaremos de maneira resumida o debate sobre o funcionamento do sistema eleitoral proporcional brasileiro.

1.2 O VOTO CONCENTRADO *VERSUS O* VOTO IDEOLÓGICO: ASPECTOS NORMATIVOS SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA ELEITORAL PROPORCIONAL NO BRASIL

Existe na ciência política brasileira uma discussão de natureza normativa[6] acerca do impacto do funcionamento do nosso sistema eleitoral baseado no princípio da proporcionalidade representativa. A primeira perspectiva dos impactos do funcionamento deste sistema diz respeito aos seus reflexos no sistema partidário. Segundo Mainwaring (2001), principal referência nesta perspectiva, na existência de um sistema de governo presidencialista combinado com federalismo e na vigência de um sistema eleitoral proporcional com lista aberta e distritos eleitorais de grande magnitude, a tendência predominante é: (i) a conformação de um sistema partidário fragmentado, (ii) a predominância do paroquialismo na formulação de políticas públicas, (iii) a existência de mandatos personalizados, (iv) a indisciplina partidária

[6] Consideramos uma discussão de natureza normativa quando ela ultrapassa as questões do "como funciona" e passa para questões sobre o "como deve ser" o sistema eleitoral em questão.

no processo decisório, e (v) elevada migração partidária. Desse conjunto de efeitos, segundo Mainwaring (2001) decorre um sistema partidário pouco institucionalizado, fragmentado, em constante mutação e pouco fundamentado em clivagens político-ideológicas.

A segunda perspectiva diz respeito aos efeitos do funcionamento do sistema eleitoral brasileiro sobre a distribuição espacial da votação dos candidatos aos cargos legislativos. Nessa perspectiva, a questão normativa se refere à possibilidade de haver distorção no princípio representativo, seja a distorção entre o número de deputados eleitos para a câmara dos deputados e o tamanho do eleitorado referente ao distrito de origem do deputado[7]; e de outro, refere-se à qualidade da representação oriunda de votações espacialmente concentradas no interior dos distritos eleitorais.

Esta segunda preocupação nós exploraremos mais a frente, porém antes, é necessário fazermos algumas considerações sobre as características dos sistemas eleitorais em geral e do sistema eleitoral brasileiro em particular. Em primeiro lugar cabe definir o que estamos considerando como sistemas eleitorais, sendo assim, segundo Nicolau (1999, p. 10) "Os sistemas eleitorais são mecanismos responsáveis pela transformação dos votos dados pelos eleitores no dia das eleições em mandatos (cadeiras no Legislativo ou chefia do Executivo)". Uma primeira distinção entre os diversos tipos de sistemas eleitorais se refere ao tipo de representação, que pode ser: majoritária, na qual o propósito é garantir a eleição do candidato (ou partido) com maior votação dentro de um determinado distrito; ou proporcional, na qual o objetivo é distribuir as cadeiras disponíveis proporcionalmente ao tamanho das votações dos candidatos (ou dos partidos) de acordo com formulas pré-definidas (NICOLAU, 1999).

Ambas as formas de representação, proporcional ou majoritária, apresentam vantagens e desvantagens de acordo com o objetivo que se pretende atingir, já que os dois tipos de representação favorecem resultados diferentes em termos do seu impacto na representação territorial ou na representação de interesses específicos,

[7] Essa discussão tem como base um princípio normativo de representação consagrado na teoria democrática como "um homem, um voto" (*one man, one vote*). Ou seja, seguindo esse princípio, o percentual de representantes no parlamento oriundos de um distrito eleitoral qualquer deve corresponder ao percentual do eleitorado nacional que esse distrito representa. Para maiores esclarecimentos sobre as causas da desproporcionalidade da representação das unidades estaduais na Câmara dos Deputados e suas implicações, sugerimos o trabalho de Soares e Lourenço (2004).

especialmente os posicionamentos ideológicos minoritários. Em se tratando do Poder Legislativo, na vigência de um princípio de representação majoritária, o sistema favorece a representação dos maiores partidos, uma maior capacidade de controle dos governantes pelos governados, e uma representação territorial mais claramente definida. Já o sistema eleitoral baseado no princípio de representação proporcional favorece maior verossimilhança entre as proporções de votação de candidatos (ou partidos) e a conquista de cadeiras no Legislativo. Ou seja, o sistema proporcional aumenta a chance de representação de minorias, desde que estas consigam um percentual mínimo de participação na votação que seja suficiente para conquistar pelo menos uma cadeira no parlamento de acordo com os critérios e fórmulas eleitorais pré-definidas[8].

Cabe aqui registrar que as divisões territoriais que servem de unidade básica para as representações legislativas assumem nomes diferentes em cada país, como "*constituency*, no Reino Unido, *circunscription,* na França, *riding*, no Canadá, *district,* nos Estados Unidos, e *wahlkreis,* na Alemanha" (STEED, 1987 *apud* NICOLAU, 1999). Essas variações nos nomes das delimitações espaciais utilizadas correspondem não só a óbvias diferenças lingüísticas entre eles, mas também, assumem características diferentes dependendo do sistema eleitoral em questão.

No caso brasileiro, as unidades territoriais de referência para as eleições legislativas, tanto no nível federal, quanto no estadual, são os estados da federação. Em geral, considerando-se o Poder Legislativo, nos sistemas proporcionais como o brasileiro, os distritos eleitorais correspondem às unidades subnacionais de governo (províncias, estados e regiões), enquanto nos sistemas majoritários os distritos eleitorais são unidades territoriais criadas com o fim específico de fornecer a base para a representação eleitoral, sem necessariamente guardar relação com os limites das unidades subnacionais de governo. No Brasil, o fato dos distritos eleitorais corresponderem aos estados da federação, faz com que estas circunscrições apresentem grande magnitude, ou seja, o número de deputados eleitos por estes distritos é bastante alto. No caso do Estado do Rio de Janeiro são eleitos a cada quatro anos, 46 deputados federais e 70 deputados estaduais.

[8] Para maiores explicações sobre as diferentes fórmulas eleitorais existentes e seus resultados, assim como os diferentes sistemas de lista utilizados de acordo com o princípio de representação proporcional recomendamos Nicolau (1999).

Entre os sistemas eleitorais proporcionais existem duas variantes, de acordo com Nicolau (1999, p. 31): o *sistema de voto único transferível* e o *sistema de representação proporcional de lista*. O primeiro sistema procura enfatizar a representação de opiniões da sociedade como um todo já que os eleitores são instados a listar as suas preferências entre os candidatos disponíveis, e a alocação das cadeiras segue um procedimento complexo onde o que importa não é uma correspondência entre os votos recebidos pelos partidos e a sua representação parlamentar, mas sim as opiniões preferenciais dos eleitores. Já o segundo enfatiza a representação de opiniões por meio de partidos políticos, podendo a lista ser aberta, onde o eleitor escolhe o seu candidato dentre todos os disponíveis que concorrerão entre si (inclusive candidatos do mesmo partido) para a conquista de cadeiras; e fechada, onde os partidos fornecem uma lista dos seus candidatos e os eleitores optam pelas diferentes listas disponíveis. Segundo Nicolau (1999) o sistema de lista aberta estimula uma relação mais personalista entre o eleitor e o seu candidato, já o sistema de lista fechada favorece as escolhas baseadas em identidade partidária.

A preocupação normativa acerca do funcionamento do sistema eleitoral brasileiro e seus impactos na distribuição espacial das votações dos candidatos tiveram o trabalho de David Fleischer (1976) sobre a votação dos deputados federais mineiros como um dos pioneiros da geografia do voto no Brasil. Preocupado com a concentração e dispersão dos votos no interior dos distritos eleitorais, Fleischer apresentou evidências da predominância de um padrão de votação dos deputados federais concentrada em poucos municípios. Aliado a essa evidência, surgiu uma discussão em torno da possível existência de um “sistema distrital” de fato operando no Brasil, inclusive possibilitando o surgimento de propostas de divisões distritais com o intuito de uma possível reforma do sistema eleitoral tendo como principal referência o sistema distrital misto alemão (FLEISCHER; RIBEIRO, 1983).

De acordo com Nicolau (1999, p. 59), sistema eleitoral misto é o nome que se costuma utilizar para se referir aos sistemas eleitorais que buscam atender simultaneamente aos princípios de representação majoritária e proporcional para um mesmo cargo. Os sistemas mistos se dividem em dois tipos: os sistemas de combinação, nos quais se utiliza o princípio majoritário para eleger deputados em distritos de um único representante e o princípio proporcional para eleger deputados

em distritos de mais de um representante; e os sistemas de correção — cujo caso exemplar é o sistema distrital misto alemão que é referência para a discussão sobre reforma eleitoral no Brasil — no qual prevê o uso do princípio da proporcionalidade para corrigir a relação entre percentual de votos obtidos e o percentual de cadeiras obtidas pelos partidos nos distritos eleitorais por meio do princípio majoritário. Na vigência do sistema distrital misto, Nicolau (1999, p. 68) chama atenção para a possibilidade do surgimento de duas classes de deputados que, dependendo do princípio a partir do qual se elegeram, terão uma conduta mais territorializada ou mais partidária.

Esse debate sobre o padrão concentrado da distribuição espacial dos votos dos deputados federais teve grande repercussão na ciência política brasileira, principalmente, destacando o fato de que a suposta "distritalização" da votação de alguns candidatos ocorre concomitante à vigência institucional de um sistema proporcional de lista aberta, o que para alguns autores, seria uma distorção dos princípios normativos de funcionamento do mesmo.

Autores como Carlos Estevam Martins (1983) defenderam que o funcionamento do sistema representativo proporcional teria como virtude uma melhor representação das diferentes correntes de opinião na totalidade da circunscrição territorial do estado. Porém, segundo Martins, se o que ocorre na prática do sistema eleitoral é a representação de interesses localizados, esta característica seria uma distorção dos princípios normativos do sistema proporcional na forma como é institucionalizado no Brasil:

> A constatação de que no Brasil a dispersão espacial dos votos não é a regra e, sim, a exceção precisa ser encarada de frente: trata-se de um efeito contraditório, uma conseqüência não esperada da premissa proporcional [...] Para funcionar como se supõe que deve funcionar, o voto proporcional tem que se mostrar capaz de cumprir sua missão específica, que é a de retratar as correntes de opinião compartilhadas pelos eleitores que votam (tanto concentrada, quanto dispersamente) na totalidade da circunscrição territorial. Se, em lugar de fazer isso, o sistema vigente limita-se a conferir mandatos a representantes de interesses locais (municipais ou microrregionais) e se, ainda por cima, tais representantes sentem-se à vontade para assumir posições político-ideológicas eleitoralmente não representativas, somos forçados a reconhecer que de fato há algo de errado com o método proporcional que estamos praticando. (MARTINS, 1983, p. 149)

Nesta comparação com as características do sistema distrital, Bolivar Lamounier (1982) acrescentou que a distorção apresentada pelos resultados do nosso sistema proporcional teria graves conseqüências para a qualidade da representação obtida. Segundo ele, esta "distritalização de fato", baseada na conformação de mandatos representativos oriundos de extração de votação localista, também não apresenta as virtudes de um sistema distrital propriamente dito, sendo que a principal delas é a possibilidade de os eleitores de um dado distrito eleitoral exerçam pressão sobre os seus representantes:

> A confirmar-se em outros estados este quadro de elevada concentração eleitoral, estaríamos, sem dúvida alguma, testemunhando a frustração de um dos valores mais caros à representação proporcional, que é a possibilidade de arrecadar votos numa circunscrição territorial ampla, atendendo, supostamente, a correntes de opinião, e não a meros contornos geográficos criados por lei. Com a circunstância agravante de que nesse suposto sistema distrital de fato, o candidato não está exposto às pressões que o vinculam de maneira mais próxima à base eleitoral, no sistema distrital propriamente dito. (LAMOUNIER, 1982 p. 30)

Entretanto, Martins (1983) também destacou que, apesar destes resultados inesperados do sistema proporcional no Brasil, identificados já no período da abertura democrática, ainda assim não se justificava a defesa naquela época de uma mudança no sistema eleitoral proporcional para o sistema "distrital misto", conforme defendido por alguns teóricos no momento da constituinte, já que isso implicaria em uma substituição do princípio proporcional pelo princípio majoritário. Vejamos o que disse Martins sobre essa tendência à concentração espacial de votos:

> Se o bairrismo (a propensão a votar num candidato da terra) é um valor importante na nossa cultura política, não há nada de mal (até certo ponto) quanto ao fato daí decorrerem mandatos. Quer dizer, não há nada de mal desde que esses resultados não sejam ativamente induzidos pelo modo particular do funcionamento do próprio sistema proporcional. (MARTINS, 1983, p. 149)

Esse debate sobre as necessidades de se revisar o modelo de representação proporcional ganhou força com a abertura democrática em meados da década de 1980. É relevante dizer que o debate sobre a reforma política persiste até os dias de hoje, polarizando opiniões dos partidários do sistema proporcional e do sistema distrital misto (modelo alemão), e gerando propostas de alteração no sistema

proporcional com vistas ao seu melhoramento[9]. Grande parte deste debate está assentada sobre resultados de análises sobre a distribuição espacial das votações dos parlamentares e é essa perspectiva teórica que passaremos a expor na próxima seção de maneira resumida, buscando destacar os principais elementos que podem nos ajudar a responder à pergunta formulada nesta dissertação.

1.3 AS CONEXÕES ELEITORAIS: A GEOGRAFIA DO VOTO COMO POSSIBILIDADE ANALÍTICA

Em 2001, a partir da publicação do livro "The deadlock of democracy in Brazil" de Barry Ames[10], podemos dizer que começa a ganhar corpo uma abordagem sobre a geografia do voto nas eleições congressuais brasileiras, não só por explorar a dimensão da distribuição espacial das votações dos deputados, conforme trabalhos anteriores já haviam destacado, mas principalmente por conectar essa análise espacial com uma pesquisa substancial sobre os comportamentos parlamentares buscando explorar os incentivos oriundos dessa distribuição espacial sobre estes comportamentos.

O ponto de partida de Ames (2003, p. 18) é a sua crença de que há uma dificuldade para se aprovar mudanças políticas de fundo a partir do Congresso Nacional e defende a idéia de que as instituições funcionam mal porque o sistema eleitoral gera incentivos para que os deputados busquem individualmente a garantia dos seus interesses de reeleição, em maior medida do que a proposição de legislação de interesse nacional. Em outras palavras, segundo Ames (2003), a forma de extração eleitoral dos parlamentares brasileiros proporciona uma conduta mais atomizada, portanto, aumentando significativamente os pontos de veto no processo decisório do Legislativo Federal

A inovação no trabalho de Ames (2003) está em adaptar a formulação dos incentivos eleitorais para a conduta parlamentar, as chamadas "conexões eleitorais" originalmente pensadas por David Mayhew no ensaio intitulado "Congress: The

[9] Para uma discussão atualizada sobre os limites e possibilidades de uma reforma política no Brasil, inclusive sobre as propostas em discussão na Câmara dos Deputados, recomendamos a leitura de Soares e Rennó Jr. (2006), Avritzer e Anastasia (2006), e Mulholland e Rennó (2008).

[10] Em 2003 foi lançada a tradução brasileira intitula "Os entraves da democracia no Brasil", que será utilizada como referência para este trabalho. Este livro de Barry Ames já pode ser considerado bibliografia obrigatória no campo de estudos sobre geografia do voto no Brasil.

Electoral Connection", especificamente para o caso do congresso norte-americano. Passemos a expor os principais elementos dessa formulação de Mayhew a fim de esclarecermos tão importante conceito antes de retornarmos à contribuição teórica de Ames.

Mayhew (1974) buscou identificar os incentivos eleitorais para o comportamento do congressista norte-americano, partindo de uma premissa que pode ser transposta para o caso brasileiro:

> Vou fazer uma simples suposição abstrata sobre a motivação humana e então especular sobre as conseqüências do comportamento baseado nesta motivação [a reeleição]. Especificamente, irei formular uma visão dos congressistas dos Estados Unidos como obstinados candidatos à reeleição, ver que tipos de atividades este objetivo implica, e então especular sobre como os parlamentares assim motivados provavelmente lidam com a construção e manutenção das instituições legislativas, e a elaboração de políticas.[11] (MAYHEW, 1974, p. 5, tradução nossa)

O próprio Mayhew reconhece que essa suposição deve ser entendida como uma meta aproximada, já que os congressistas têm liberdade para perseguir outras metas que não sejam diretamente relacionadas a sua reeleição. Inclusive, Mayhew reconhece a importância dos partidos nas decisões legislativas; no entanto, a busca pela reeleição seria um comportamento constante no cotidiano do congressista norte-americano.

Partindo dessa suposição, Mayhew (1974) identificou três modelos de comportamentos parlamentares que demonstram formas diferentes dos congressistas americanos se relacionarem com as suas bases eleitorais, porém todos os três tipos de comportamentos têm um objetivo claro de aumentar as chances de reeleição.

O primeiro deles, a *propaganda (advertising)*, de acordo com a descrição de Mayhew (1974, p. 49), corresponde à busca pela disseminação do nome do congressista entre o eleitorado do distrito pelo qual se elege. Essa procura pretende trabalhar o nome do congressista como se fosse uma marca, à qual são associadas às características pessoais positivas que supostamente o congressista possua —

[11] "I shall make a simple abstract assumption about human motivation and then speculate about consequences of behavior based on that motivation. Specifically, I shall conjure up a vision of United States congressmen as a single-minded seekers of reelection, see what kinds of activity that goal implies, and then speculate about how congressmen so motivated are likely to go about building and sustaining legislative institutions, and making policy" (MAYHEW, 1974, p. 5).

como: experiência, conhecimento, responsabilidade, sinceridade, honestidade, etc. — e que o tornam merecedor da confiança do eleitorado. Esse tipo de comportamento requer atividades constantes como a visita freqüente ao distrito eleitoral, o cuidado com discursos carregados de conteúdo político quando em audiências no seu distrito, o envio de cartas de condolências e felicitações aos seus eleitores, a presença em programas de rádio ou TV, a presença em eventos sociais de grande relevância para a comunidade como casamentos e aniversários, e outras atividades que têm como objetivo mostrar constantemente a imagem e o nome do congressista para o seu eleitorado. Algumas destas atividades demonstram a clara relação direta que o congressista americano pode apresentar com o seu eleitorado (*constituency*) num sistema eleitoral distrital puro.

O segundo tipo de comportamento descrito por Mayhew (1974, p. 52), a *reivindicação de crédito* (*credit claiming*), é geralmente direcionado para os atores e grupos políticos relevantes para a eleição do congressista. Esse tipo de comportamento se baseia no constante convencimento destes atores políticos relevantes de que a sua atuação no congresso proporcionou as ações governamentais que geraram benefícios para o distrito. Tanto que, segundo Mayhew, muito da vida dos congressistas se resume à busca por oportunidades de se engajar em “benefícios particularizados” ou “benefícios distributivos”, que sejam resultantes de ação governamental, mas cuja decisão sobre o montante dos gastos, público alvo, ou delimitação geográfica, possa ser direta ou indiretamente atribuída ao congressista em questão. Ou seja, não importa a intensidade de sua participação desde que possa reivindicar crédito por ela, já que os eleitores avaliam a atuação do parlamentar mais pelo resultado do benefício do que pela intensidade de participação do mesmo no processo decisório. Geralmente esses benefícios são direcionados para indivíduos, grupos, ou uma circunscrição geográfica específica, em oposição aos gastos universais que buscam beneficiar a população em geral. Essa delimitação é importante por que os beneficiados por essas políticas serão alvo do discurso de reivindicação de crédito, principalmente porque a concessão de benefícios particularizados em geral supre uma demanda preexistente por parte desses grupos de indivíduos localizados numa circunscrição geográfica. Portanto, a reivindicação de crédito é o comportamento mais claramente relacionado com o distributivismo.

O terceiro e último comportamento descrito por Mayhew (1974, p. 61) é o *posicionamento político* (*position taking)* do congressista em assunto que seja também de interesse dos atores políticos que foram relevantes para a sua campanha, ou seja, é um comportamento que assume a forma de um "*roll call vote*", isto é, uma prestação de contas do congressista para com a sua base política. Por definição, de acordo com Mayhew, o congressista que se posiciona em determinadas questões é um "*speaker rather than a doer*" (MAYHEW, 1974, p. 62), ou seja, o que o seu eleitorado lhe demanda não é a provisão de benefícios particularizados, mas sim o posicionamento público sobre determinada questão político-ideológica compartilhada pelos mesmos. Esse pronunciamento pode vir de diversas formas como, por discurso no distrito de origem, aparição em programas de rádio e TV, cartas aos eleitores esclarecendo o seu posicionamento, artigos de jornal, notas na imprensa, e demais formas de manifestar publicamente o seu posicionamento. Segundo Mayhew (1974, p. 74), esse tipo de comportamento é típico de congressistas com base eleitoral de classe média alta como os moradores dos subúrbios, defensores da reforma urbana ou acadêmicos.

Barry Ames (2003) irá se utilizar dessa idéia de "conexões eleitorais", principalmente tomando como referência o comportamento de reivindicação de crédito apresentado pelos congressistas norte-americanos, para avaliar o comportamento dos parlamentares brasileiro. Ou seja, Ames defende a idéia de que os incentivos para o comportamento paroquialista dos parlamentares brasileiros estaria baseado na forma como se dá a extração geográfica dos seus votos, bem como das características sociais da sua base eleitoral (*constituency*). A diferença neste caso é que, enquanto os distritos eleitorais americanos definem claramente qual será configuração espacial da base eleitoral de um determinado congressista, no Brasil, o sistema proporcional de grandes distritos permite a conformação de bases eleitorais com diferentes configurações espaciais dentro de um mesmo distrito, conforme veremos mais adiante.

Para a abordagem do comportamento parlamentar derivado do funcionamento das regras do sistema eleitoral, Ames (2003, p. 22) utiliza uma perspectiva neo-institucionalista que incorpora elementos da Teoria da Escolha Racional (TER), tendo o comportamento individual estratégico e racional como

premissa, mas que assume principalmente o enfoque do institucionalismo histórico[12], segundo o qual os comportamentos individuais são sempre constrangidos por regras sociais em certa medida cristalizadas nas instituições.

De acordo com Ames (2003), a utilização de elementos do referencial da TER se justifica por ser um modelo de referência para a interpretação de fenômenos centrados na ação individual, quando há uma forte motivação para o comportamento de determinado tipo, e quando a conquista do objetivo gerado por essa forte motivação se baseia num raciocínio estratégico que maximize as chances de atingi-lo. Ou seja, no caso dos parlamentares brasileiros, a motivação do seu comportamento parlamentar na maioria dos casos é a reeleição — conforme a definição de Mayhew dos congressistas norte-americanos — ou a manutenção de um reduto eleitoral que lhe proporcione votação futura, caso se candidate para outros cargos, o que é bastante comum no caso brasileiro.

Por outro lado, de acordo com Ames (2003) a TER para ser adotada por completo exigiria que o político, não só tivesse controle de todas as informações possíveis para tomar a decisão com o maior ganho político possível (chance de reeleição e/ou manutenção da carreira política), como deveria avaliar a todo o momento a melhor estratégia para se atingir determinado objetivo. Em vez disso, de acordo com o institucionalismo histórico essas escolhas seriam constrangidas pelas regras institucionais:

> Os atores políticos, na maioria das vezes, não são maximizadores oniscientes e racionais. Não ficam o tempo todo parando para pensar como podem maximizar seus interesses. Ao contrário, eles seguem regras, obedecem as regras definidas pela sociedade mesmo quando elas não maximizam diretamente o seu interesse pessoal. (AMES, 2003, p. 26)

Ou seja, apoiando-se na revisão crítica da TER feita por Tsebelis (1998), Ames (2003) argumenta sobre a necessidade de se relaxar as condições iniciais desta de acordo com a corrente teórica denominada de “escolha racional branda”, o que a nosso ver parece bastante apropriado dado o caráter pouco verificável a partir de dados empíricos da possibilidade real de atendimento destas condições. No entanto, por se tratar de comportamentos parlamentares, os aspectos metodológicos

[12] Para uma explicação mais aprofundada do institucionalismo histórico, bem como sua origem e diferenciação das demais correntes neo-institucionalistas, recomendamos a leitura de Hall e Taylor (2003).

da TER permitem explorar a hipótese de que este comportamento tem como principal motivação a reeleição e/ou manutenção de uma carreira política, desde o típico político clientelista cuja conduta parlamentar visaria a manutenção de um reduto eleitoral cativo por meio da requisição de crédito (*credit claiming*) por gastos de governo, até o típico político ideológico cuja conduta seria marcada pela tomada de posição (*position taking*) em questões relevantes para o seu eleitorado que compartilha de mesmo viés ideológico.

Sobre a geografia do voto propriamente dita dos parlamentares, Ames (2003, p. 64) nos fala de dois eixos de distribuição de acordo com os quais se estruturam os padrões espaciais de votação dos deputados. Esses eixos seriam as bases para a conformação das "conexões eleitorais" de cada deputado, sendo que a sua configuração corresponderia a incentivos para comportamentos parlamentares distintos, por isso a importância de se avaliar a distribuição espacial dos deputados. O primeiro eixo, denominado de concentração/fragmentação, corresponde à distribuição horizontal da votação de um determinado deputado entre os municípios nos quais é votado; ou seja, o que esse eixo mensura é o grau de concentração espacial da votação de um determinado deputado. O segundo eixo, denominado de dominância/compartilhamento, considera a distribuição vertical da votação de um determinado deputado nos municípios onde é votado, ou seja, permite medir em que medida os deputados conseguem capturar grande parte dos votos nos municípios de sua votação. Portanto, esses dois eixos são utilizados em conjunto para formar uma tipologia de quatro padrões espaciais de votação que corresponderiam a "conexões eleitorais" distintas: *concentrado-dominante*, *disperso-dominante*, *concentrado-compartilhado*, *disperso-compartilhado*.

O padrão espacial *concentrado-dominante* descrito por Ames (2003) corresponde o mais próximo possível ao tipo de conexão eleitoral descrito para o caso norte-americano, ou seja, deputados com votações extremamente concentradas em poucos municípios e com uma tendência a recolher grande parte dos votos nestes municípios. Este seria, então, o típico deputado "distritável" já que o conjunto de áreas nas quais se elege mostram uma disputa eleitoral bastante parecida com a que ocorre nos distritos uninominais americanos. Portanto, são esses deputados que apresentam os maiores incentivos para um comportamento paroquialista já que a sua votação é claramente localizada.

Segundo Ames (2003), o segundo padrão espacial denominado de *fragmentado-dominante* também corresponde a um incentivo de atuação paroquialista, apesar da sua distribuição horizontal se caracterizar entre municípios não contíguos, os deputados apresentam uma tendência a obter grande parte das votações dos mesmos. Esse padrão pode ser visto como uma especificidade do sistema de representação proporcional, pois este permite que os candidatos façam suas campanhas e obtenham votos em todos os municípios do distrito eleitoral, que no nosso caso corresponde aos limites políticos estaduais. Ames (2003) chama atenção para o fato de que este padrão espacial corresponderia ao tipo de votação apresentando por deputados que fizeram algum tipo de acordo com os líderes políticos locais, como os prefeitos que fazem parte do mesmo partido; ou candidatos que exerceram algum cargo no executivo estadual que permitisse controlar a distribuição de políticas públicas que pudessem ter beneficiado algumas localidades em especial.

Já o padrão *fragmentado-compartilhado* seria típico de representantes de "bancadas de interesses" que poderiam ser de três tipos: o primeiro corresponderia aos representantes de segmentos do eleitorado que apresentam grande afinidade ideológica, votando de maneira coesa apesar de sua dispersão pelo território; o segundo corresponderia aos representantes de segmentos do eleitorado que se distribuem de maneira mais ou menos uniforme pelo distrito eleitoral de acordo com alguma característica identitária que tenha impacto significativo nas suas intenções de voto, como os segmentos religiosos, étnicos, migrantes, etc.; e o terceiro corresponderia aos representantes que exerceram ou exercem algum tipo de atividade relacionado às mídias (donos de rádio ou TV, apresentadores de programas de elevada audiência, etc.).

E por último, o padrão espacial *concentrado-compartilhado* se caracteriza pela concentração de votação elevada em poucos municípios, mas com uma tendência a compartilhar a votação destes com outros candidatos. Segundo Ames (2003) este padrão de votação seria típico dos deputados eleitos em grandes áreas metropolitanas e capitais, onde o tamanho do eleitorado concentrado em poucos municípios permite que vários deputados consigam atingir um total de votação suficiente para se eleger. Porém, Ames (2003) não se questiona sobre a possibilidade de haver diferenciações de conexões eleitorais entre estes deputados,

já que sua análise não foi feita no nível municipal, e o seu pressuposto era que devido à diversidade populacional das áreas metropolitanas, seria esperado que os parlamentares eleitos apresentassem um comportamento parlamentar mais universalista.

Seguindo a mesma linha de análise iniciada por Barry Ames, mas com algumas sofisticações, Nelson de Carvalho (2003) pretende explorar a capacidade analítica da geografia do voto na explicação do comportamento parlamentar. A primeira sofisticação de Carvalho (2003) é a introdução de uma segunda dimensão da análise da geografia do voto que ele chamou de “mercado eleitoral” de votação dos candidatos a deputado federal, utilizando um índice que tem como objetivo mensurar o grau de competitividade por votos nos municípios. Ao identificar uma significativa diferença no grau de competitividade por votos para deputado federal entre os municípios brasileiros, Carvalho passa a utilizar indicadores socioeconômicos medidos no nível de agregação municipal com o intuito de explicar essa variação, e o resultado encontrado foi uma relação significativa entre o grau de competitividade por votos e a situação socioeconômica dos municípios. Em seguida Carvalho (2003, p. 91) passa a analisar a segunda dimensão da geografia do voto que ele chama de “geografia eleitoral propriamente dita” dos deputados federais eleitos em 2004 e 2008, a partir dos quatro padrões típico-ideais de dispersão espacial da votação, identificando os tipos predominantes e as diferenças regionais em termos de concentração de determinados padrões espaciais de votação.

A segunda sofisticação de Carvalho (2003) em relação ao trabalho de Ames (2003) é a busca por evidências empíricas das chamadas “conexões eleitorais” definidas a partir dos padrões espaciais de votação identificados para cada deputado. Carvalho (2003) se propõe a considerar as diversas possibilidades de atuação parlamentar — seja paroquialista, seja universalista — resultantes dos diferentes padrões espaciais de votação identificados. Portanto, sua análise se distancia da ênfase dada por Ames ao comportamento distributivista, uma generalização que limita a análise do comportamento parlamentar (CARVALHO, 2003, p. 59). Com este intuito, Carvalho (2003) utiliza-se tanto de um *survey* sobre comportamentos, valores e atitudes dos parlamentares eleitos, quanto de uma análise qualitativa substancial sobre o conteúdo paroquial ou universalista dos projetos de lei e emendas ao orçamento da União, feitos pelos parlamentares

brasileiros. Os resultados encontrados são contundentes em demonstrar a importância das conexões eleitorais na explicação do comportamento parlamentar, quando estas são entendidas para além do foco no paroquialismo:

> Desafiamos, ainda, a partir daquelas evidências, as investigações que defendem o ponto de vista segundo o qual a estrutura interna do Congresso impõe, de forma definitiva, um cordão sanitário a tudo o que passa na arena eleitoral. Mostramos que essas investigações incorreram no equívoco da esterilização tanto da dinâmica legislativa como da dinâmica eleitoral do país, esterilização que, ao fim e ao cabo, se traduziu na produção de um retrato híbrido de nosso sistema político, assemelhando-o a uma espécie de minotauro institucional: de um lado, uma cabeça legislativa inglesa — Congresso com partidos disciplinados, estrutura interna centralizada e agenda monopolizada pelo Executivo —, de outro, um corpo eleitoral norte-americano — voto personalizado, individualização e atomização do processo político e, sobretudo, um único conjunto de incentivos se dirigindo à arena legislativa: a lógica do particularismo, a perseguição, por parte dos eleitos, de benefícios desagregados como caminho de reprodução de seus respectivos mandatos. (CARVALHO, 2003, p. 211)

Contudo, tanto os estudos de Ames (2003) quanto de Carvalho centraram-se nos resultados da geografia do voto para a Câmara dos Deputados e ambos não se detiveram sobre as possibilidades analíticas que uma análise desagregada das votações dos deputados de padrão concentrado-compartilhado poderia oferecer. Além disso, estudos sobre os legislativos estaduais ainda são poucos, seja a partir do enfoque da geografia do voto, ou mesmo acerca da relação entre o Executivo e o Legislativo estaduais. Destacamos a coletânea organizada por Fabiano Santos (2001), intitulada de “O Poder Legislativo nos estados: diversidade e convergência” como a tentativa de maior fôlego com o objetivo de explorar o sistema decisório nos estados e identificar qual é o papel do Legislativo estadual neste processo, destacando os aspectos institucionais que configuram o mesmo. Apesar de argumentar sobre o fato de que a produção legislativa da ALERJ se mostra volumosa e por diversas vezes apresentando temas de relevância para o cidadão fluminense, Santos elencou uma série de fatores que na dinâmica legislativa federal apresentaram incentivos para uma tendência centralizadora do processo legislativo, mas que não foram identificados no caso do legislativo fluminense. De acordo com Santos (2001, p. 164), inexiste no caso da ALERJ um mecanismo como o Colégio de Líderes, que proporcionaria o controle do processo nas mãos dos líderes partidários, assim como, o governador não possui a prerrogativa de editar medidas provisórias, e o executivo estadual não detém o monopólio da iniciativa de projetos de lei cuja

natureza seja alocativa (SANTOS, 2001, p. 164). Em relação ao perfil decisório, Santos (2001, p. 176) identificou uma divisão do processo legislativo entre a agenda do Executivo, de fundamento econômico, financeiro e administrativo, e os temas de interesse do Legislativo como respostas às demandas do eleitorado. Ou seja, de acordo com Santos, enquanto o Executivo apresenta uma agência emergencial de equacionamento dos problemas fiscais e administrativos do estado, a agenda do Legislativo é mais robusta, com uma elevada produção legislativa parte de caráter alocativo e parte de alta visibilidade pública. No entanto, não há uma investigação sobre o conteúdo da produção legislativa e tipo de conexão eleitoral apresentado pelos deputados fluminenses, análise que poderia enriquecer a compreensão da autonomia da produção legislativa da ALERJ somada à hipertrofia da base governista.

Destacamos aqui dois trabalhos que buscaram de forma pioneira explorar a dimensão da geografia do voto dos deputados estaduais. O primeiro é uma dissertação de mestrado cujo título é “Geografia do voto e conexão eleitoral no Rio Grande do Sul: 1994-2006”, de Josiana Fátima Saugo (2007). Essa dissertação teve como base os trabalhos de Ames (2003) e Carvalho (2003) e buscou explorar a dimensão do exercício legislativo dos deputados gaúchos com vistas às possíveis conexões eleitorais. Tomando a proposição de emendas como indicativo de comportamento particularista Saugo (2007) evidenciou que deputados estaduais de reduto concentrado e dominante propuseram um maior número de emendas com fins distributivos e que a maioria dos deputados como maior número de emendas propostas era de partidos de centro e direita.

O segundo trabalho é a tese de doutorado de Fabiano Soares Magdaleno defendida em 2008, cujo título é “A Territorialidade da representação política no Estado do Rio de Janeiro: uma análise dos vínculos territoriais de compromisso dos deputados fluminenses”. Da mesma forma que o trabalho anterior, Magdaleno (2008) busca explorar a tese das conexões eleitorais para o caso dos deputados federais e estaduais fluminenses eleitos em 2002. A sua preocupação principal, no entanto, é justificar a importância do território político como referência para as estratégias de reeleição dos parlamentares. O reconhecimento desta importância seria, na sua leitura, um avanço em relação aos estudos de ciência política que, segundo ele, supervalorizam o contexto institucional e desconsideram o caráter

territorial intrínseco às estratégias eleitorais, mesmo na vigência de um sistema proporcional de grandes distritos, no qual a dimensão territorial da votação dos deputados deveria importar menos do que o seu posicionamento político e ideológico (MAGDALENO, 2008, p. 6).

Magdaleno (2008) defende a idéia de que o parlamentar está envolvido em uma teia de interações que resultam em escolhas diferentes de acordo com o conjunto de opções disponíveis, resultado de jogos de múltiplas arenas que condicionam escolhas racionais consideradas subótimas do ponto de vista de um observador qualquer, porém, são maximizadoras da compensação (*payoff*) desejada pelo ator (TSEBELIS, 1998 *apud* MAGDALENO, 2008, p. 69).

De acordo com Magdaleno (2008), as condutas parlamentares estariam envolvidas, portanto, numa combinação simultânea de três jogos possíveis: (i) o *jogo político-partidário*, que se caracteriza tanto pelas diretrizes ideológicas do partido, quanto pela relação com os grupos de interesse dentro do partido e com os seus pares não correligionários; (ii) o *jogo eleitoral*, caracterizado pelas demandas de grupos de interesses fora do partido e pelo padrão de distribuição espacial da votação do parlamentar; e (iii) o *jogo socioespacial*, que se caracteriza pela identificação geográfica do representante (ou identificação de origem do representante como: local de nascimento, local de criação, relações de parentesco e amizade), e pelas características socioeconômicas dos territórios políticos conformados pela distribuição espacial de sua votação.

Entretanto, se definirmos as diferentes arenas — ou os diferentes jogos de relações — a partir da característica da compensação obtida, podemos considerar que não há necessidade de separação, mesmo que analítica, entre o *jogo eleitoral* e o *jogo socioespacial*. Na verdade, o território com suas características socioeconômicas e espaciais — considerado por Magdaleno como componente do *jogo socioespacial* — seria também fator intrínseco às necessidades claramente definidas dos grupos sociais que compõem o eleitorado do parlamentar, e ao caráter mais ou menos homogêneo de determinadas áreas de votação em relação às características socioeconômicas dos indivíduos que a compõem — fatores considerados por ele como componentes do *jogo eleitoral*.

Neste caso, defendemos que a identificação dos jogos de relações se estabeleça a partir da compensação (*payoff*) obtida, ou seja, no *jogo político-*

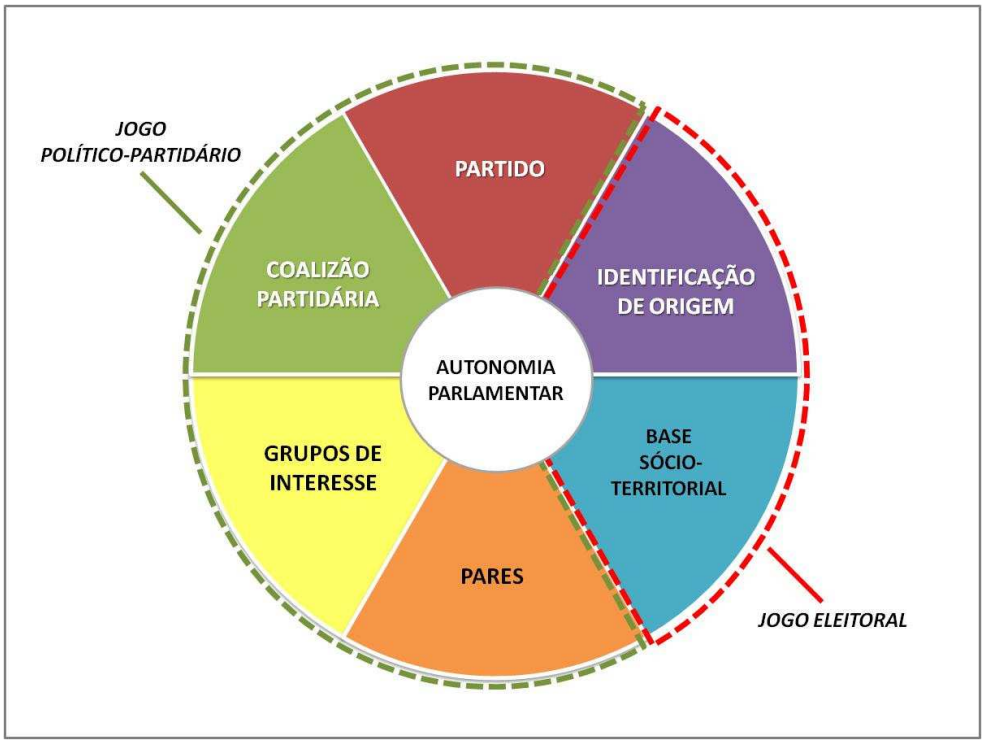
partidário a compensação a ser obtida pelo parlamentar é o suporte político (material ou imaterial), enquanto que no *jogo eleitoral* a compensação pode ser considerada como votação futura. Portanto, faz-se necessário um refinamento da identificação dos jogos feita por Magdaleno, sem descartar a sua grande contribuição ao incorporar a existência de "jogos ocultos" relacionados à decisão parlamentar de acordo com a formulação de Tsebelis (1998), e dar destaque à necessidade de se incorporar a territorialidade da votação como um elemento componente desses jogos.

A partir desta reformulação, podemos caracterizar o *jogo político-partidário* como sendo a arena a partir da qual os parlamentares negociam suporte político (material ou imaterial). Essa negociação pode ser feita em relação aos demais parlamentares do mesmo partido, portanto, os interesses individuais do parlamentar se colocam mediados pelos interesses mais gerais do partido que pode ter uma coesão interna maior ou menor. Dito de outra maneira, quanto maior a coesão de interesses do partido, maior é a pressão para que um determinado parlamentar se posicione de acordo com a posição do partido em determinada questão, mesmo que esse posicionamento seja contraditório com os interesses individuais oriundos do jogo eleitoral, por exemplo. Estudos sobre a Câmara dos Deputados destacam a centralidade do processo decisório na figura do líder partidário (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999). Outro elemento mediador do comportamento parlamentar são os interesses da coalizão partidária na qual o partido pelo qual o parlamentar se elegeu está inserido, essa coalizão se divide basicamente em coalizão de governo, onde os partidos que a compõem orientam os seus correligionários a seguir as sinalizações do líder do governo; e, por outro lado, a coalizão de oposição, que reúne o maior número de partidos que fazem oposição ao governo, mesmo que com um grau de coesão bastante menor, reage às sinalizações do líder do governo em defesa dos interesses e posicionamentos dos partidos de oposição. Um terceiro elemento de intervenção na decisão parlamentar são os grupos de interesse ou grupos de pressão aos quais o deputado está ligado. Esses grupos de interesses possuem demandas e posicionamentos que vão além das representações partidárias, como a "bancada ruralista", a "bancada evangélica", ou os defensores de interesses de grupos econômicos ou profissionais bem definidos. O quarto e último elemento é a barganha de apoio político feita individualmente entre os deputados de diferentes

partidos em torno de questões que lhes sejam de interesse comum, ou para a garantia de que os seus interesses individuais não entrem em conflito. Esse elemento decisório apresenta efeito residual na Câmara dos Deputados, se comparado com os anteriores, principalmente após o escândalo de corrupção que ficou conhecido como “anões do orçamento”, a partir do qual a capacidade decisória do parlamentar individual foi reduzida. Porém, esse elemento não pode ser descartado como possibilidade na esfera estadual, onde não há uma centralidade do processo decisório na figura do líder partidário (SANTOS, 2001, p. 174).

Da mesma forma, podemos caracterizar o *jogo eleitoral* pela “negociação” de votação futura a partir de uma circunscrição eleitoral mais ou menos delimitada, de acordo com a identificação de origem (local de nascimento, local de criação, relações de parentesco e amizade) do parlamentar a um determinado reduto de votação, assim como, pela base socioterritorial da votação do deputado que é definida pelo padrão espacial de distribuição da votação do deputado (concentrado ou fragmentado, e dominante ou compartilhado), mas também por outros elementos decorrentes das características sociais das áreas de votação, conforme explicaremos na próxima seção. A configuração dos elementos que compõem os dois jogos de relações nos quais os parlamentares estão inseridos é apresentada na Figura 1.

FIGURA 1 – Esquema teórico dos condicionantes do comportamento parlamentar no processo legislativo



Fonte: Elaboração própria a partir de Magdaleno (2008).

O efeito de cada um desses elementos na conduta parlamentar varia de acordo com o grau de institucionalização dos atores políticos envolvidos e com o grau de coesão das demandas não institucionalizadas. Da mesma forma, a preponderância de um ou outro jogo de relações sobre o comportamento parlamentar vai depender da configuração dos efeitos de cada um destes elementos sobre a sua decisão[13]. Dessa forma, damos seqüência ao estudo do legislativo estadual a partir de um modelo misto de interpretação do comportamento legislativo que considere as potencialidades explicativas tanto do modelo partidário quanto do modelo distributivista[14], entendendo que o conteúdo da decisão parlamentar e o seu

[13] Ao fazermos a separação analítica entre os jogos de relações (político-partidário e eleitoral) que influenciam na decisão parlamentar, não descartamos a possibilidade de que a dimensão espacial esteja exercendo influência também sobre os elementos que compõem o jogo político-partidário, principalmente nas estratégias partidárias de seleção dos seus candidatos. Contudo, por conta da complexidade intrínseca a esta dimensão analítica, tornou-se inviável desenvolver esta hipótese na presente dissertação.

[14] De acordo com Carvalho (2003) existem três modelos explicativos do processo decisório na esfera legislativa: (i) o *modelo distributivista* (MAYHEW, 1974) segundo o qual, a explicação da produção e organização do processo legislativo se localizaria na configuração de bases eleitorais de votação; (ii)

contexto institucional oferecem oportunidades diferentes para influência de cada um dos elementos anteriormente citados. Na seção seguinte buscaremos explorar a partir da perspectiva da sociologia urbana a importância de se levar em consideração a dimensão espacial das bases eleitorais dos deputados.

1.4 AS CONEXÕES TERRITORIAIS: EFEITOS DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL SOBRE AS CONEXÕES ELEITORAIS

Com relação ao espaço metropolitano e sua organização socioespacial, trabalhamos com a hipótese de que há uma diversidade de lógicas políticas presentes no interior deste espaço devido às características de sua organização socioespacial, conforme veremos adiante.

Em geral, a partir dos posicionamentos clássicos da sociologia eleitoral, considera-se que a metrópole como um todo — assim como a capital nos estudos pioneiros da sociologia política — apresentaria comportamentos e valores políticos homogêneos, e sua expressão eleitoral seria de cunho ideológico, em oposição a uma cultura política paroquial presente nos espaços não-metropolitanos ("interior").

No entanto, consideramos que uma análise mais desagregada do ponto de vista geográfico permitiria mostrar, de um lado, as nuances da disputa eleitoral no interior do espaço metropolitano, e de outro, se essa gradação no nível de competitividade das áreas intra-urbanas estaria relacionada com a complexidade da organização socioespacial metropolitana. Com isso falamos da necessidade de se explorar a hipótese levantada por Carvalho (2009) da existência de um "paroquialismo metropolitano", ou seja, da existência de áreas de competitividade oligarquizada no interior do espaço metropolitano.

---

o *modelo informacional* (KREHBIEL, 1991 *apud* CARVALHO, 2003), que pode ser considerado uma dissidência interna do modelo distributivista, atribui importância ao grau de especialização das comissões e a quantidade e qualidade das informações circulando no processo decisório, portanto, o enfoque deste modelo está mais na oferta legislativa do que na demanda; e (iii) o *modelo partidário* (COX; MCCUBINS, 1993 *apud* CARVALHO, 2003), que também poderia ser denominado como *modelo de coalizão*, que atribui importância no processo decisório legislativo ao partido majoritário e a sua capacidade de interferir nas principais instâncias de controle da agenda legislativa, principalmente por meio de barganha política com os demais partidos que compõem a coalizão. Segundo Carvalho (2003) estes três diferentes modelos não são necessariamente excludentes, podendo-se ganhar em complexidade na interpretação do processo decisório caso sejam incorporados em um único modelo interpretativo.

De outro lado, de acordo com a formulação dos jogos de relação que compõem o processo decisório parlamentar, um dos elementos do *jogo eleitoral* é formado pela base socioterritorial de votação do parlamentar. Essas bases socioterritoriais são identificadas a partir da delimitação da *base espacial* de votação do deputado, de acordo com os dois eixos de distribuição espacial dos votos descritos por Ames (2003) e Carvalho (2003); e a partir da *base social* de votação do deputado, que pode ser dividida em duas dimensões: (i) a dimensão das *necessidades objetivas*, que tem a ver com as carências e necessidades de infra-estrutura de serviços públicos nas áreas em que o deputado obtém a maior parte de sua votação, carências estas que podem se tornar objeto de barganha política; e (ii) a dimensão da *identificação social* das áreas de votação do deputado, que se definem a partir do nível de recursos políticos (renda e escolaridade) disponíveis nessas áreas. A hipótese subjacente a essa segunda dimensão é que áreas com elevada concentração de pessoas com baixos níveis de escolaridade e de renda podem alimentar disputas eleitorais pouco competitivas, pois estariam mais sujeitas a eleger candidatos que conseguem barganhar a partir das carências objetivas do território.

É neste ponto que a contribuição da sociologia urbana permite extrapolarmos a hipótese das conexões eleitorais para as dinâmicas socioespaciais das bases eleitorais às quais os deputados estão sujeitos em sua atuação parlamentar. De acordo com Preteceille e Ribeiro (1999), Ribeiro (2000) e Ribeiro e Lago (2001), com base numa análise da estrutura social metropolitana baseada em categorias socioocupacionais, podemos dizer que a região metropolitana fluminense é um espaço fortemente organizado de acordo com um sistema de distâncias e oposições sociais que fragmenta os diferentes grupos do espaço social pelo espaço físico da metrópole. De acordo com estes autores, as classes superiores — ou seja, os grupos de indivíduos que compartilham de grandes quantidades de capital econômico, social e cultural — da metrópole fluminense localizam-se quase que exclusivamente nas áreas da chamada “Zona Sul” da cidade do Rio de Janeiro, enquanto que as classes populares localizam-se predominantemente nos espaços periféricos da região metropolitana e em parte da “Zona Oeste” da cidade do Rio de Janeiro; e, ambas se distanciam em alguma medida dos segmentos médios da estrutura social que localizam-se predominantemente nos espaços suburbanos onde

a configuração social é, no entanto, menos definida. Estes estudos tiveram como principal contribuição demonstrar que a divisão espacial metropolitana caracteriza-se pela nítida projeção nos espaço físico das linhas de divisão da sociedade fluminense, de tal forma que morar em um lugar ou outro da metrópole demonstra a sua posição na estrutura social e, portanto, a quantidade de capital disponível. É essa dinâmica de constante separação no espaço de grupos sociais diferentes entre si e agregação de grupos sociais com características parecidas que estes autores chamam de segregação residencial (ou segregação socioespacial) conceito derivado da sociologia urbana americana. Segundo esses autores, esses processos de auto-segregação ou segregação compulsória dos grupos sociais no espaço são típicos do modelo de urbanização das grandes cidades.

De acordo com Ribeiro (2004, p. 34), os resultados deste modelo de segregação socioespacial que marca a forma como se organiza o espaço metropolitano no Brasil reflete a nossa ordem social hibrida onde, por um lado, existe uma lógica social que distribui recursos de poder de acordo com uma escala de honra e prestígio social, ao mesmo tempo em que uma lógica competitiva e individualista distribui recursos de poder de acordo com a autonomia e capacidade dos indivíduos. Portanto, essa ordem espacial reflete os resultados de uma ordem social altamente hierárquica e desigual. Os resultados destes processos de ordenamento do espaço metropolitano sobre a gestão pública não poderiam ser outros que não a concessão desigual de bens e serviços de interesses universais. De acordo com Ribeiro:

> As raras ações governamentais visando o enfrentamento dos problemas na escala metropolitana resultam de iniciativas isoladas, de algumas prefeituras circunstancialmente administradas por coligações políticas imbuídas de espírito público. Em quase todas as metrópoles a capacidade de governo dos municípios capitais não é utilizada para gerar uma dinâmica cooperativa, mas, ao contrário, suporta e legitima um padrão fragmentado e segregado de gestão dos problemas urbanos, sejam eles os da habitação, da saúde, do transporte, da educação, etc. Por outro lado, práticas de gestão das cidades das periferias metropolitanas têm sido marcadas pelo velho e conhecido clientelismo, combinado às práticas de *free riders*, cujas expressões sintéticas são as ambulâncias comunitárias mantidas por Prefeituras, além das inúmeras entidades filantrópicas criadas por lideranças locais, que controlam o território e sua população, reeditando na cidade o padrão rural de coronelismo, enxada e voto, urbanizado pelo trinômio da carência, assistência e voto. (RIBEIRO, 2007, p.9)

Essa dinâmica de segregação socioespacial no espaço metropolitano de grupos sociais em diferentes posições na hierarquia social, também exerce efeito sobre as condições de vida dos indivíduos, principalmente por conta da concentração no espaço de grupos de indivíduos com características sociais parecidas. Essa constatação do efeito das características sociais do lugar de residência sobre as condições sociais dos indivíduos, o que se convencionou chamar de "efeito vizinhança" (*neighborhood effect*) na sociologia urbana, teve como base os estudos sobre segregação residencial da corrente sociológica nascida na cidade americana de Chicago no início do século XX, mais conhecida como "Escola de Chicago".

Durante os anos 70 e 80, a grande metrópole de Chicago (assim como as demais grandes cidades industriais da era fordista americana) passou por intensas transformações sociais, principalmente com relação à quantidade de postos de trabalho e à localização destas oportunidades. É durante essa fase de intensas transformações econômicas que surge o clássico "*The Truly Disadvantaged*" de Willian Julius Wilson (1987). Neste livro, Wilson se baseia na explicação dos fenômenos urbanos característica da Escola de Chicago, onde a "ecologia humana" oferece um paradigma interpretativo interessante para os resultados das transformações econômicas, como a concentração da pobreza nas áreas centrais da cidade (*inner city*) e a formação de uma *underclass* residente nestes espaços caracterizados por um elevado isolamento social (WILSON, 1987). O mote do trabalho de Wilson é desvendar o porquê da deterioração rápida da chamada "*ghetto underclass*" naquela época, explorando hipóteses para alem da discriminação racial.

Focando-se em problemas de "desorganização social" (recuperando um tema bastante característico da primeira fase da Escola de Chicago) como o aumento do crime violento, do número de nascimentos fora do casamento, das famílias chefiadas por mulheres e do aumento da dependência dos programas de previdência social, afirma que estes fenômenos não podem ser tomados somente por conta do racismo ou em termos de uma cultura da pobreza, mas também pelas transformações econômicas na cidade como um todo, como o aumento do nível de desemprego geral, mas principalmente, pela transformação das condições sociais dos bairros centrais da cidade. A inovação da abordagem de Wilson é oferecer uma explicação para o fenômeno da então chamada "nova pobreza urbana" que levasse em consideração o complexo de variáveis que possam interferir, de maneira direta ou

indireta, na situação específica de famílias e indivíduos em situação de pobreza. Portanto, Wilson passa a considerar explicações oriundas da dimensão societal e da dimensão demográfica, mas também, oriundas da vizinhança tendo a concentração de pessoas em situação de pobreza como um argumento principal para a investigação dos mecanismos a partir dos quais a vizinhança influencia na condição de pobreza dos indivíduos. A hipótese principal do trabalho de Wilson pode ser sintetizada na seguinte passagem:

> Eu acredito que o êxodo de famílias da classe média e da classe trabalhadora de muitas vizinhanças segregadas remove um importante "amortecedor social" que poderia desviar o impacto direto do tipo de desemprego prolongado e crescente que assola os bairros do centro da cidade nos anos 70 e início dos anos 80 , o desemprego criado pelo crescimento econômico desigual e recessões periódicas. Este argumento se baseia no pressuposto de que, mesmo se os segmentos verdadeiramente desfavorecidos de qualquer área central da cidade experimentarem um aumento significativo nos períodos de desemprego de longo prazo, as instituições básicas nessa área (igrejas, escolas, lojas, clubes recreativos, etc.) permaneceriam viáveis se grande parte da sua base de sustento vier de famílias economicamente mais estáveis e protegidas. (WILSON, 1987, p. 56, tradução nossa)[15]

Partindo desta suposição, Wilson identificou uma série de fatores e mecanismos que, a partir das transformações da economia urbana das grandes cidades industriais americanas, atuaram sobre as condições sociais de famílias e indivíduos a partir do seu lugar de residência. Essa perspectiva de Wilson não descarta a possibilidade de que as famílias e os próprios indivíduos tenham papel ativo na sua condição de pobreza, medida por ele a partir de "problemas sociais" específicos como os citados anteriormente. Todavia, o que Wilson traz de novidade para o entendimento dessa nova fase dos estudos da pobreza urbana nos EUA é o efeito marginal (porém significativo) do grau de concentração da pobreza na vizinhança ("*concentration effects*") sobre a situação individual de pobreza (WILSON, 1987, p. 58).

---

[15] "I believe that the exodus of middle-and working-class families from many ghetto neighborhoods removes an important "social buffer" that could deflect the full impact of the kind of prolonged and increasing joblessness that plague inner-city neighborhoods in the 1970s and early 1980s, joblessness created by uneven economic growth and periodic recessions. This argument is based on the assumption that even if the truly disadvantaged segments of any inner-city area experience a significant increase in long-term spells of joblessness, the basic institutions in that area (churches, schools, stores, recreational facilities, etc.) would remain viable if much of the base of their support comes from the more economically stable and secured families." (WILSON, 1987, p. 56)

Estudos posteriores buscaram explorar a partir de diferentes perspectivas as evidências do chamado “efeito vizinhança” e dos seus mecanismos sociais de atuação (ELLEN; TURNER, 1997; JENCKS; MAYER, 1990; SAMPSON; MORENOFF; GANNON-ROWLEY, 2002; SMALL; NEWMAN, 2001; SMALL, 2004). Dessa literatura destacam-se três conjuntos de mecanismo sociais a partir dos quais a segregação socioespacial atuaria sobre as condições individuais: o primeiro conjunto corresponderia aos mecanismos que atuam na interação dos indivíduos no interior da sua vizinhança, onde se destaca a capacidade da interação entre indivíduos com características semelhantes influenciar os demais, principalmente quando consideramos o comportamento de crianças e jovens, ou pela influência exercida pelo comportamento dos pais e demais adultos da vizinhança sobre o comportamento de crianças e jovens; o segundo conjunto corresponde aos mecanismos sociais que surgem da interação dos indivíduos de uma vizinhança segregada com indivíduos de fora dessa vizinhança, os resultados neste caso permitem o surgimento de identidades diferenciadas a partir da percepção de condições sociais diferenciadas entre as áreas da cidade; o terceiro conjunto se refere à forma de interação dos indivíduos residentes em áreas segregadas com as instituições da cidade presentes nestes territórios, pois o que este conjunto de estudos destaca é que a qualidade e o funcionamento destas instituições se diferenciam de acordo com o fato de estar ou não estar em áreas segregadas.

O trabalho de Wilson sobre o surgimento de uma “nova pobreza urbana” em Chicago se tornou referência mundial principalmente por conta das mudanças na organização socioespacial urbana derivadas do processo de transformação econômica mundial a partir da hegemonia neoliberal dos anos 1980 e 1990. Grandes cidades dos países em desenvolvimento passaram a evidenciar as mesmas transformações socioespaciais descritas para a Chicago dos anos 1970 e 1980, como o aumento do isolamento social de bairros pobres e dos problemas sociais decorrentes desta situação de relativo isolamento. Para o contexto latino-americano destacamos os trabalhos de Rubén Kaztman que têm servido como referência ao apontar as contribuições teóricas e metodológicas do efeito vizinhança na exploração dos impactos da segregação socioespacial sobre a reprodução das desigualdades sociais (KAZTMAN *et al.*, 1999; KAZTMAN; RETAMOSO, 2001, 2005 e 2007).

No Brasil, a hipótese do “efeito vizinhança” como resultado dos processos de segregação residencial e segmentação territorial tem apresentado resultados significativos, seja sobre as oportunidades educacionais de crianças e jovens (RIBEIRO *et al.*, 2010), seja sobre as oportunidades ocupacionais de adultos (RIBEIRO; RODRIGUES; CORRÊA, 2010). Da mesma forma, existem fortes evidências de que as condições sociais do lugar de residência como nível de renda, nível de escolaridade, condições habitacionais e acesso a serviços de infra-estrutura pública como abastecimento de energia elétrica, abastecimento de água, coleta de esgotamento sanitário, coleta de lixo, e transporte público, apresentam forte relação com o status que estes territórios ocupam na hierarquia socioespacial da metrópole fluminense (LAGO, 2009).

Esse conjunto de evidências sobre como a organização social do espaço metropolitano fluminense apresenta efeito significativo sobre as condições de escolarização de crianças e adolescentes, sobre as condições de acesso ao mercado de trabalho de jovens e adultos, e sobre o nível de atendimento dos serviços de infra-estrutura de serviços públicos, nos permite formular a hipótese de que essas condições sociais do lugar de moradia exerceriam efeito significativo sobre o comportamento político-eleitoral dos indivíduos. Ou seja, podemos ensaiar a hipótese de que espaços de relativo isolamento social – ou espaços segregados, seja de camadas populares, seja de camadas mais afluentes da sociedade – podem incentivar o surgimento de comportamentos políticos diferenciados. Mais especificamente, buscamos construir a hipótese sobre o impacto do efeito vizinhança no comportamento político-eleitoral dos indivíduos residentes no espaço metropolitano fluminense, considerando neste caso, o voto para cargos no legislativo estadual. Dito de outra maneira, a hipótese seria que a forma como se configura socialmente o espaço metropolitano incentiva a conformação de comportamentos eleitorais diferenciados, que, por sua vez, resultam em diferentes padrões espaciais de competitividade por votos e de padrões espaciais de votação. Ou seja, pretendemos estender a explicação de variáveis próprias do processo político como a competitividade por votos e as votações dos deputados eleitos, a fim de incluir explicações que levem em consideração variáveis socioespaciais. Para isso, precisamos rever as vertentes explicativas do comportamento político-eleitoral, destacando as possibilidades que essas vertentes apresentam para a incorporação

de explicações derivadas da sociologia urbana, mais especificamente, a partir do modelo explicativo do “efeito vizinhança”. Reiteramos que o comportamento eleitoral não será objeto do presente estudo, já que estamos considerando os dados eleitorais já consolidados. Contudo, consideramos importante uma reflexão teórica sobre as possibilidades de compreendermos o comportamento eleitoral também como resultado dos contextos socioespaciais.

Existem diversas vertentes de explicação do comportamento eleitoral e cada uma delas apresenta possibilidades para a incorporação do efeito vizinhança na explicação deste. Marcos Figueiredo em seu já consagrado livro “A Decisão do Voto” (FIGUEIREDO, 2008, p. 15), enumera quatro diferentes linhas de investigação do comportamento eleitoral tendo como base a literatura internacional sobre o tema: (i) a perspectiva *psicológica* de interpretação do comportamento eleitoral, (ii) a perspectiva *histórico-contextual*, (iii) a perspectiva *racionalista*, e (iv) a perspectiva *demográfico-descritiva*. Segundo o autor esta quarta linha teórica seria apenas residual.

De acordo com Figueiredo (2008), ainda haveria uma quinta linha de investigação formada pelos estudos de *geografia eleitoral*, mas que não se constituiria em um corpo teórico consolidado, sendo, portanto, encaixada na linha residual *demográfico-descritiva*. Neste caso, fica claro que para Figueiredo, só se constitui como teoria explicativa do comportamento político eleitoral aquela vertente que possuir algum modelo explicativo e preditivo do comportamento dos indivíduos. Nesta perspectiva explicativa destacamos os estudos britânicos sobre *geografia do voto* que formularam a hipótese de os resultados eleitorais corresponderem em grande medida ao contexto social imediato dos votantes. A partir dos trabalhos seminais de Cox (1969) intitulado “The voting decision in a spatial context” e de Miller (1977) intitulado de “Electoral Dynamics in Britain since 1918”, surge a hipótese de que os indivíduos tendem a decidir o seu voto a partir das suas interações sociais na vizinhança em maior medida do que a partir de suas características de classe. Utilizando-se de abordagens quantitativas e análises espaciais, os estudos derivados dessa abordagem destacaram a formação de padrões espaciais significativos a partir dos resultados eleitorais, tendo como hipótese que a coerência espacial dos resultados eleitorais teria a ver com as redes de interações dos indivíduos mais do que pela sua identificação de classe social, daí

decorre a expressão cunhada por Miller: "*people who talk together, vote together*". No entanto, os primeiros estudos que se investigaram os impactos do efeito da vizinhança sobre os resultados eleitorais não aprofundaram o entendimento dos mecanismos a partir dos quais é possível explicar essa relação entre o contexto espacial e a decisão eleitoral. De acordo com Pattie e Johnston (2000), apesar dos significativos resultados estatísticos encontrados até agora acerca do efeito da vizinhança sobre o comportamento eleitoral dos britânicos, ainda se fazem necessárias pesquisas que possam investigar mais a fundo os mecanismos sociais que fazem com que as redes de interações sociais sejam relevantes. Outro ponto que destacamos como problemático — e neste ponto os estudos sobre efeito vizinhança da sociologia urbana apresentam uma contribuição importante — é que os mecanismos sociais a partir dos quais o contexto social dos indivíduos interfere nas suas características individuais não se constituem apenas por informações adquiridas nas interações comunicativas, conforme argumentam os defensores britânicos do "*neighborhood effect"*. Os resultados dos estudos recentes sobre segregação residencial sugerem que estes efeitos são mais complexos, conforme os diferentes conjuntos de mecanismos que apresentamos anteriormente. Ou seja, esses mecanismos sociais impactam, não somente no conteúdo e na intensidade das interações estabelecidas entre a vizinhança, mas também, na constituição de identidades de grupo, na conformação de valores e atitudes comuns em relação à política, bem como na conformação de comportamentos resultantes das condições objetivas compartilhadas por estes indivíduos. Como exemplo deste último, podemos citar a já documentada relação de clientelismo entre candidatos e comunidades carentes, nas quais a carência de recursos e até mesmo a carência de serviços públicos de infra-estrutura — resultado direto do modelo de urbanização segregadora vigente nas metrópoles brasileiras — são manipuladas para a obtenção de votos (DINIZ, 1982; CHERMONT, 2001; KUSCHNIR, 2008).

Portanto, destacamos aqui a possibilidade de consolidação da geografia eleitoral (ou geografia do voto) também como uma corrente explicativa do comportamento eleitoral ao permitir a incorporação da dimensão socioespacial na interpretação de resultados eleitorais, principalmente a partir do modelo explicativo do "efeito vizinhança" e seus mecanismos sociais, tal como discutido na literatura sobre segregação socioespacial. A adoção dessa contribuição teórica da sociologia

urbana para o estudo do comportamento eleitoral no contexto metropolitano permitiria inclusive a incorporação de elementos de outras vertentes explicativas deste comportamento apresentadas por Figueiredo (2008).

A primeira perspectiva, também conhecida como “Modelo Michigan”’ de interpretação da decisão eleitoral, já que as teorias psicológicas de explicação do comportamento eleitoral tiveram origem na Universidade de Michigan (EUA), surge a partir dos trabalhos de Angus Campbell durante a década de 50, sendo “*The American Voter*” (1964) o seu trabalho mais expoente. Segundo Figueiredo (2008), o objetivo desta perspectiva teórica é desvendar as influencias psicológicas sobre o ato de votar. Essas influências são entendidas a partir da identificação de atitudes políticas que se formam desde a infância dos indivíduos por meio do seu processo de socialização, onde o contato social estabelecido no ambiente social mais imediato (escola, família, vizinhos, etc.) faz com que as crenças, valores e atitudes políticas presentes neste ambiente social imediato, sejam assimilados pela criança ou jovem, passando a integrar a sua estrutura de personalidade, e, portanto, influenciando a formação de suas opiniões políticas, sua propensão para a ação política, e a avaliação do próprio comportamento político. De acordo com Figueiredo (2008), a idéia chave desta perspectiva é de que existe uma base psicológica formada previamente ao comportamento político que faz com que as ações e interações se dêem a partir de categorias políticas que são articuladas sempre de maneira parecida em diferentes contextos de ação. Ou seja, o sistema de atitudes não é efeito direto de grupos ou classes sociais, mas sim da apreensão individual da organização social e das relações sociais decorrentes desta organização. É a partir desta idéia que Philip Converse (1964) introduz o efeito do grau de compreensão política dos indivíduos sobre as ações observadas, ou seja, diversos “públicos” se comportam de maneira parecida por compartilharem um sistema de crenças que os predispõe para agir de determinada maneira dado o seu grau de compreensão política. Ou seja, se as atitudes dos indivíduos variam frente a questões políticas relevantes, essa variação se deve a dois fatores: ao grau de centralidade das questões políticas para a vida cotidiana do cidadão, isto é, à medida que aumenta o grau de sofisticação política do cidadão, a política apresentará um maior grau de centralidade na sua vida cotidiana; e ao grau de motivação para a política, ou seja, determinadas atitudes são mais motivadoras para a ação do que outras. Em resumo,

a partir dos trabalhos de Campbell (1964) e Converse (1964) podemos dizer que o comportamento político eleitoral é uma função conjunta do grau de identificação político-partidária, que é o resultado da atuação de suas crenças, sentimentos e laços afetivos, mediada pelo grau de engajamento-alienação política que os indivíduos apresentam.

A segunda perspectiva se divide de acordo com Figueiredo (2008) em duas outras abordagens teóricas. A primeira, denominada de *teoria sociológica do voto* — também conhecida como Escola de Columbia — se inicia com a publicação do livro "The People's Choice" de Lazarsfeld, Berelson e Gaudet (1944) e se reforça com a publicação do livro "Voting: A Study of Public Opinion in a Presidential Campaign" de Berelson, Lazarsfeld e MacPhee (1954). Segundo Figueiredo (2008), para esta perspectiva o ato de votar é o resultado final de um processo social mais amplo, reflexo dos contextos social e político nos quais o indivíduo está inserido. Ou seja, é a conformação de grupos sociais compartilhando condições sociais e políticas que incentivará os indivíduos a um comportamento coletivo. Portanto, é a interação social entre indivíduos com mesmas condições sociais e políticas que favorece a conformação de uma identificação social e política. Sobre os contextos que servem de base para o comportamento eleitoral, Figueiredo (2008) resume da seguinte forma:

> Os contextos sociais podem ser especificados como 'políticos' ou 'sociais' propriamente ditos. O contexto político refere-se fundamentalmente, por um lado, à conformação institucional do sistema político e, por outro, à natureza das relações políticas, ou seja, corresponde às interações políticas institucionalizadas. Os contextos sociais, por sua vez, referem-se basicamente às estruturas sociais a às formas básicas de organização da vida social, às quais os indivíduos estão necessariamente associados. (FIGUEIREDO, 2008, p. 56)

De acordo com Figueiredo (2008) existem diferenças entre a abordagem dos sociólogos marxistas e dos não-marxistas quanto à forma como consideram a estrutura social e, portanto, quanto à forma como identificam os grupos sociais relevantes para explicar as diferenças de comportamento político-eleitoral. A tradição marxista defende que a fonte da identidade política esta na "posição de classe" do individuo que é definida de maneira funcional, e cuja tomada de consciência é o pré-requisito necessário para a atuação política de grupo. Já para os não-marxistas, a identificação política se dá na interação social e no compartilhamento de opiniões

que geram identidades culturais bastante definidas como os regionalismos, os bairrismos, a etnicidade, ou mesmo a confluência de interesses quaisquer. Ou seja, é por meio da interação social que se gestam identificações que podem gerar estruturas mais organizadas como os partidos políticos, organizações religiosas, os sindicatos, as associações de bairro, ou qualquer tipo de organização de interesses comuns. Para esta corrente teórica o voto é decidido com base na conjunção da natureza das relações políticas e sociais nas quais o indivíduo está envolvido e da densidade da identidade política do grupo. Esta perspectiva sociológica do voto é a que mais se aproxima da proposta de considerarmos a influência do contexto socioespacial na explicação do voto, contudo, consideramos que ela se aplica mais o voto de opinião do que ao voto localizado, na perspectiva dos incentivos

A segunda abordagem teórica dentro da perspectiva histórico-contextual é a chamada teoria economicista do voto, inaugurada com o trabalho “Short-Term Fluctuations in U.S. Voting Behavior, 1896-1964” de Gerald Kramer (1971). Baseado numa simplificação do racionalismo downsiano que explicaremos em seguida, leva em consideração o peso da avaliação do desempenho econômico do país ou da situação de bem-estar objetiva dos indivíduos para explicar o sentido do voto. A diferença de uma teoria econômica do voto para uma teoria economicista, segundo Figueiredo (2008), é que na primeira os indivíduos assumem sempre um comportamento maximizante em relação aos possíveis benefícios oriundos do resultado eleitoral, já na teoria economicista, o individuo também racionaliza a sua decisão, mas a lógica da decisão é uma lógica “satisfacionista”; ou seja, o indivíduo busca sempre o resultado que garanta minimamente a satisfação dos seus interesses. Portanto o ato de votar, para a perspectiva economicista, é a realização de um cálculo satisfacionista entre a política econômica em vigor e uma política econômica alternativa. Contudo, de acordo com Figueiredo (2008), o cálculo satisfacionista apresenta atenuantes, como as características psicológicas do indivíduo em questão, a sua situação social, o seu grupo ou classe social de referência, ou mesmo a sociedade na qual está inserido. Ou seja, podemos pensar, a partir dos atenuantes que compõem o “cálculo satisfacionista”, sobre uma conjunção entre as perspectivas psicológica, sociológica e economicista, já que os fatores psicológicos e sociológicos seriam relevantes para a conformação de variações no cálculo satisfacionista.

Por fim, a terceira perspectiva teórica denominada de teoria econômica do voto ou teoria da escolha racional é derivada diretamente do trabalho “An Economic Theory of Democracy” de Anthony Downs (1957). O princípio subjacente a essa perspectiva teórica é de que a competição por votos funciona como um mercado econômico onde os eleitores buscam maximizar a utilidade do seu voto enquanto os políticos buscam maximizar o número de votos. Ou seja, dadas certas condições necessárias, o homem racional exerce a sua escolha política de acordo com as seguintes condições apresentadas por Figueiredo (2008, p. 106): (i) o eleitor organiza as alternativas eleitorais de acordo com uma ordem de preferência; (ii) o ordenamento preferencial é transitivo, ou seja, depende da circunstância em que se exerce a escolha; (iii) o eleitor sempre pode decidir por outra alternativa, garantindo o princípio de liberdade individual de escolha; (iv) o eleitor sempre escolhe a alternativa de maior preferência dentre as disponíveis; e (v) o eleitor toma sempre a mesma decisão em condições semelhantes.

As condições necessárias para o exercício pleno do comportamento político racional, segundo (FIGUEIREDO, 2008), são: (i) a existência de um mínimo de estabilidade institucional no decorrer do processo eleitoral para garantir que o resultado final seja possível a partir das condições iniciais do processo; (ii) a existência de estabilidade institucional também ao longo de vários ciclos eleitorais, a fim de permitir um mínimo de previsibilidade do comportamento dos outros, adquirindo o máximo de informação possível sobre as opções disponíveis e suas conseqüências em termos de maximização dos interesses individuais; (iii) a existência de um sistema partidário bem organizado, já que a existência de partidos consolidados diminui o custo de aquisição e processamento de informação sobre as opções políticas; e (iv) a existência de uma garantia institucional de imprevisibilidade do resultado para que os indivíduos se sintam motivados a participar do processo eleitoral, coletando as informações necessárias para tal.

Uma reformulação recente da teoria econômica do voto, a partir dos trabalhos “The Calculus of Voting” de Riker e Odershook (1968) e “A General Theory of the Calculus of Voting” de McKelvey e Odershook (1972), agrega a variável extra-racional “dever cívico” ao modelo explicativo do comportamento eleitoral. Portanto o modelo passa a seguir os seguintes aspectos ao buscar explicar o comportamento eleitoral (FIGUEIREDO, 2008, p. 114): (i) avaliação subjetiva das probabilidades de

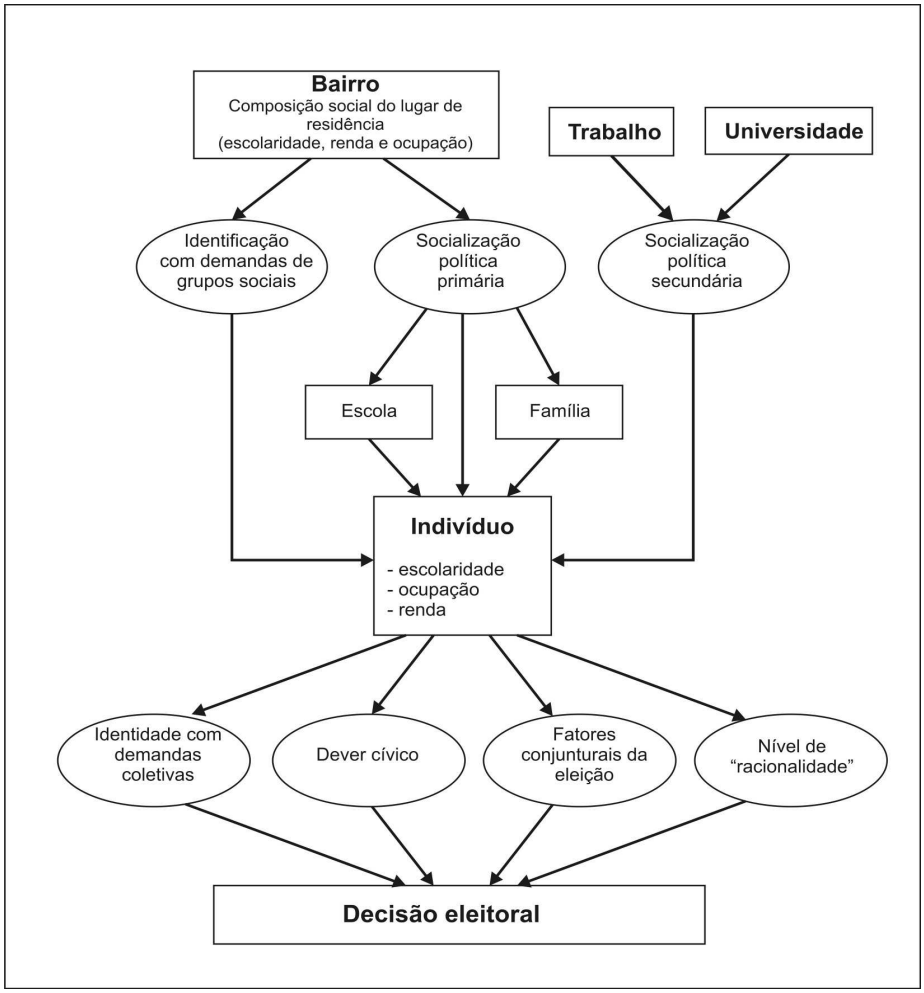
sucesso dos resultados eleitorais possíveis; (ii) associação das utilidades esperadas a cada uma das alternativas (iii) o senso de “dever cívico” que motiva a participação no processo eleitoral; e (iv) a avaliação dos custos de participar no processo eleitoral.

De acordo com Figueiredo (2008, p. 136) — tendo como base a idéia de Elster (1986) de que a formação de crenças, preferências e desejos têm relevância causal no processo decisório —, podemos considerar que a formação de identidades políticas e sociais, e a adoção de normas comportamentais mais menos definidas por grupos sociais de referência, representam a disputa entre o *homo economicus* e o *homo sociologicus* no exercício individual do processo decisório eleitoral. Essa atualização no modelo racional dowsiano de explicação do voto, ao considerar a variável extra-racional “dever cívico” e a subjetividade exercida pelos indivíduos no ordenamento das preferências políticas, torna possível levantarmos hipóteses sobre a forma como a organização social do espaço urbano pode influenciar o comportamento político-eleitoral.

As considerações de Figueiredo demonstram clara preferência pelo modelo explicativo da TER, em primeiro lugar, devido ao fato do seu trabalho estar referenciado ao contexto das eleições americanas onde o que está em jogo é a participação ou abstenção no processo eleitoral e a escolha entre poucos candidatos; e, em segundo lugar, tanto o modelo psicológico quanto o histórico-contextual são tomados como cerceadores da liberdade de escolha individual. Entretanto, ao pensarmos os efeitos dessas diferentes dimensões sobre o comportamento de decisão eleitoral no contexto das eleições para o Legislativo estadual, podemos considerar então que as condições sociais nas quais o indivíduo está inserido (família, trabalho, escola ou faculdade, vizinhança, etc.) influenciam não só no grau de influência do dever cívico, mas também na extensão com que se age de acordo com o critério de racionalidade, assim como na ordem de preferência políticas e no conteúdo destas preferências.

A figura abaixo apresenta o esquema teórico do “efeito vizinhança” sobre o comportamento eleitoral, levando-se em consideração os diversos fatores racionais e extra-racionais que podem influenciar este comportamento destacando os elementos e condições a partir dos quais estes fatores interferem no conteúdo da decisão.

FIGURA 2 - Esquema teórico do efeito vizinhança sobre o comportamento eleitoral



Fonte: Elaboração própria.

Todavia, o objetivo desse trabalho não é trazer evidências sobre as diversas formas como o contexto social de residência influencia o comportamento eleitoral dos indivíduos, o que exigiria estudos mais profundos no sentido de explorar os mecanismos a partir dos quais essas condições sociais estariam incentivando diferentes resultados de comportamento eleitoral. Entretanto, o objetivo desta seção é destacar a potencialidade explicativa da perspectiva da geografia do voto ao permitir a conciliação das demais vertentes explicativas do comportamento eleitoral tendo como elemento condutor o efeito que a organização socioespacial exerce sobre as diferentes dimensões que compõem o processo de decisão eleitoral.

2 A GEOGRAFIA DO VOTO NO ESTADO: COMPETITIVIDADE ELEITORAL E PADRÕES ESPACIAIS DE VOTAÇÃO NOS MUNICÍPIOS FLUMINENSES

Neste capítulo pretendemos replicar a análise sobre a geografia das eleições congressuais feitas por Carvalho (2003), na qual utilizou como base de dados as votações dos candidatos a deputado federal nas eleições de 1994 e 1998. Em seu segundo capítulo, Carvalho (2003) explora a primeira dimensão da geografia do voto que citamos anteriormente, a qual denomina de “geografia política do jogo”.

Ou seja, a partir das regras e normas que compõem o sistema eleitoral brasileiro, configurando como um sistema proporcional de lista aberta onde os estados da federação correspondem aos distritos eleitorais, Carvalho (2003) busca caracterizar como se comporta a competição por votos no interior desses grandes distritos e tomando os municípios como unidades de análise. O pressuposto teórico para tal investigação é que um sistema eleitoral de representação proporcional é construído de maneira normativa com o objetivo de favorecer uma disputa eleitoral por votos que seja mais homogeneamente distribuída no interior dos distritos eleitorais, já que os representantes eleitos nos distritos seriam representantes dos interesses de segmentos da população dispersamente distribuídos no interior destes.

Portanto, buscamos neste capítulo identificar como se caracteriza a geografia política do jogo eleitoral tomando os municípios do Estado do Rio de Janeiro como unidade de análise. Buscamos identificar se há uma diferença significativa no grau de competitividade por votos para o cargo de deputado estadual entre os diferentes municípios, mas principalmente, destacar a importância de ampliarmos o entendimento da dinâmica metropolitana da competitividade eleitoral.

Tomamos como referência aqui, a tese da modernização política formulada por Robert Dahl (1997), segundo o qual os regimes democráticos tenderiam a se aproximar de uma configuração poliárquica quanto maior fosse o grau de competitividade entre os diferentes posicionamentos políticos no interior deste regime. Ou seja, transpondo-se esse critério de avaliação do grau de modernização política para o interior de distritos de representação, podemos utilizar o grau de

competitividade como um indicador de avaliação da qualidade da representação oriunda destes distritos.

Nesse sentido, entendemos cada município como um espaço de competição, onde os diferentes candidatos estabelecem diferentes estratégias para a conquista de votos suficientes para a conquista do cargo. As regras para a obtenção de cadeiras na assembléia legislativa estadual são bastante complexas, a fim de dar cumprimento ao princípio da proporcionalidade. Essas regras tornam complexas também a definição de uma estratégia única para a conquista do cargo. Entretanto, todo competidor tem conhecimento dessa complexidade e sabe que a "lei universal" de competição neste caso é a obtenção do maior número de votos possível, independentemente das votações dos demais colegas de partido ou de coligação. Por conseqüência, cada campanha é feita com o intuito de maximizar o número de votos obtidos pelo candidato, independentemente de qual estratégia seja adotada para esse fim e de qual segmento da população será o alvo da campanha.

Num segundo momento, caso seja confirmada a hipótese de que os municípios possuem graus significativamente diferentes de competitividade por votos, buscaremos interpretar essas diferenças a partir de indicadores socioeconômicos calculados ao nível do município que possam ter alguma relação com essas diferenças.

Portanto, tomamos como hipótese que, ao contrário do que se pressupõe a partir da formulação ideal do funcionamento do sistema eleitoral proporcional, os distritos apresentariam diferentes graus de competitividade por votos no seu interior, que corresponderiam em certa medida às desigualdades socioespaciais identificadas entre os seus municípios constituintes.

Em seguida faremos uma caracterização dos padrões espaciais de votação dos deputados fluminenses com vistas a identificar não só o padrão predominante, como também, identificar os deputados cuja votação seja extraída predominantemente no interior do espaço metropolitano, e como essa forma de extração interfere na própria caracterização dos tipos de distribuição espacial.

2.1 GRAUS DE COMPETITIVIDADE POR VOTOS ENTRE CANDIDATOS A DEPUTADO ESTADUAL NOS MUNICÍPIOS FLUMINENSES

A fim de responder à hipótese formulada anteriormente, buscamos nessa seção identificar o grau de competitividade por votos nos municípios do Estado do Rio de Janeiro, considerando o pleito de 2006 para a composição da Assembléia Legislativa.

Para isso, seguimos um recurso metodológico que é a construção do *índice do número efetivo de candidatos (N^{cand})* utilizado por Carvalho (2003), que apresenta uso já consagrado na literatura sobre geografia do voto[16]. Esse índice é calculado para cada município de um dado distrito a fim de mensurar o grau de competitividade por votos entre os candidatos a deputado estadual em cada município.

Esse recurso metodológico é uma adaptação do consagrado *índice do número efetivo de partidos (N)* de Markku Laakso e Rein Taagepera (1979) que tem como objetivo mensurar o número de partidos "efetivos" de um determinado sistema partidário. O objetivo deste índice, portanto, é aproximar um número médio de partidos que compete pela maioria dos votos num determinado sistema partidário; ou seja, esse *índice do número efetivo de partidos* nada mais é do que um construto matemático que facilita a visualização do grau de concentração/fragmentação da competição em um determinado espaço, tendo como base de cálculo o também consagrado *índice de concentração de Herfindal-Hirschman (HH)*. Esse último foi formulado na década de 1940 por dois economistas que lhe conferem seus nomes. Este índice foi pensado para mensurar o grau de concentração/fragmentação de um determinado segmento de mercado entre as empresas concorrentes, levando-se em conta a fatia de mercado que cada uma das empresas domina. O *índice de concentração de Herfindal-Hirschman (HH)* é calculado de maneira simples tomando-se o somatório das proporções das fatias de mercado controladas por cada empresa de um determinado segmento. A sua fórmula é dada por $\sum p_i^2$, onde p_i é a proporção de mercado controlada por cada empresa i, sendo que a elevação ao quadrado garante que as proporções não se anulem no somatório. O índice *HH*

[16] Cf. Idajain (1981) e Dias (1991).

varia entre 0 e 1, quanto mais próximo de 1 for o resultado do índice, mais concentrado é o mercado em questão.

Tanto o *índice do número efetivo de partidos*, quanto o índice *do número efetivo de candidatos,* utilizam a analogia da competição em um dado mercado onde está em melhor posição quem domina a maior fatia. Importante registrar que não há aqui uma pretensão de transpor as interpretações do funcionamento do mercado econômico próprias da teoria econômica para a competição por votos em um determinado município, o que Carvalho (2003) por força da analogia denomina de "mercado eleitoral". A fim de evitar possíveis confusões com o uso deste termo, utilizaremos a noção de "disputa eleitoral", inclusive como forma de reforçar a dimensão da competição que é o objetivo de tal analogia.

A construção deste índice nos dá o grau de competitividade da disputa eleitoral em um determinado município, pois aproxima o número médio de candidatos a deputado estadual que obtêm votação suficiente para torná-los competitivos na disputa local. Primeiramente, calculamos por município o total de votos recebidos por cada candidato. Em seguida, calculamos a sua proporção de votação no município. Por fim, com base nestas informações, calculamos o *índice do numero efetivo de candidatos (N^{cand})* a partir da seguinte fórmula:

$$N_i^{cand} = {1}/{\Sigma_{j=1}^{n} p_{ij}^2}$$

onde p_{ij} é a proporção de votos de um candidato j no município i ; e n é o número de candidatos que receberam pelo menos 1 voto no município i .

Nos 92 municípios fluminenses este índice variou entre 2,29 e 113,47. Considerando-se um total de 1.413 candidatos votados em todo o estado, a média do *índice do numero efetivo de candidatos* ficou em 12,54 (Quadro 1), o que demonstra o caráter bastante concentrado da disputa eleitoral no Estado do Rio de Janeiro.

QUADRO 1 - Estatísticas descritivas do índice do numero efetivo de candidatos para os municípios do Estado do Rio de Janeiro

	Nº de Municípios	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão

Número efetivo de candidatos (N_{cand})	92	2,29	113,47	12,54	13,30

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2006.

Mesmo considerando-se que o número de candidatos deferidos é bastante elevado em relação ao número de cadeiras a serem ocupadas na ALERJ (ao todo são 70 vagas sendo ocupadas pelos eleitos e pelos deputados que são eleitos pela média) fica evidente que poucos candidatos são realmente competitivos nos municípios do Estado do Rio de Janeiro.

O Quadro 2 abaixo apresenta os municípios fluminenses e o seu respectivo *índice do número efetivo de candidatos* (N^{cand}) e o grau de competitividade que explicaremos mais a frente. Como era esperado, é a capital do estado que apresenta o maior índice do número efetivo de candidatos (113,47), ou seja, dentre os 92 municípios do estado é a capital que apresenta o maior número de candidatos realmente competitivos. Na situação oposta, o município de Rio das Ostras é o que apresenta o menor índice de candidatos efetivos, apenas 2,29, considerando-se 29.009 votos considerados válidos. Mesmo municípios com menos de 5.000 votos considerados válidos como São José do Ubá, Macuco, Comendador Levy Gasparian, Laje do Muriaé, Rio das Flores, Varre-Sai, e São Sebastião do Alto, não apresentaram índice tão baixo quanto o de Rio das Ostras. Nestes municípios o índice variou entre 5,95 e 12,11.

QUADRO 2 - Municípios do Rio de Janeiro de acordo com o *índice do numero efetivo de candidatos* e grau de competitividade

Município	Total de votos válidos	Total de votados	N^{cand}	Grau de comp.	Município	Total de votos válidos	Total de votados	N^{cand}	Grau de comp.
Rio das Ostras	29.009	465	2,29	CA	Aperibé	5.203	173	9,49	CA
Piraí	13.046	263	2,92	CA	Tanguá	14.788	353	9,87	CA
Seropédica	31.980	583	3,26	CA	Santa Maria Madalena	5.445	166	9,99	CA
Saquarema	34.135	546	3,43	CA	Belford Roxo	196.732	1.173	10,07	CA
Cabo Frio	72.036	662	3,70	CA	Arraial do Cabo	14.587	368	10,23	CA
Resende	51.654	509	3,98	CA	Quatis	6.007	174	10,38	CA
Bom Jardim	13.026	243	4,04	CA	Silva Jardim	10.038	296	10,47	CA
Carapebus	6.016	162	4,43	CA	Iguaba Grande	10.532	348	10,87	CA
Duque de Caxias	396.425	1.241	5,17	CA	Carmo	8.881	217	10,90	CA
S. F. de Itabapoana	21.019	254	5,33	CA	Itaboraí	92.343	830	10,93	CA
Guapimirim	21.588	427	5,47	CA	São José de Ubá	4.215	130	11,25	CM
Teresópolis	75.408	689	5,52	CA	Porciúncula	8.390	215	11,28	CM
São Pedro da Aldeia	35.491	493	5,56	CA	Porto Real	7.135	183	11,51	CM
B. J. do Itabapoana	19.035	303	5,59	CA	Pinheiral	10.519	234	11,66	CM
Maricá	46.253	729	5,68	CA	Petrópolis	151.609	849	11,84	CM
Casimiro de Abreu	14.125	294	5,72	CA	Sapucaia	10.149	248	12,10	CM
Paraíba do Sul	21.786	318	5,74	CA	Comend. Levy Gasparian	4.352	153	12,11	CM
Magé	105.468	820	5,85	CA	Duas Barras	5.418	146	12,11	CM
Macaé	70.404	634	5,87	CA	Parati	13.999	308	12,43	CM
Nova Friburgo	95.618	582	5,89	CA	Cardoso Moreira	7.230	176	12,46	CM
Varre-Sai	4.802	123	5,95	CA	Quissamã	9.101	225	12,49	CM
Rio Bonito	29.725	415	5,95	CA	Cantagalo	11.223	289	12,64	CM
Araruama	50.519	641	6,01	CA	Miracema	13.271	274	12,97	CM
Macuco	4.239	139	6,08	CA	Itaguaí	50.227	715	13,02	CM
Itatiaia	13.618	258	6,12	CA	Campos dos Goytacazes	214.984	775	13,14	CM
São Sebastião do Alto	4.881	157	6,19	CA	São Gonçalo	416.787	1.261	14,15	CM
Três Rios	39.376	419	6,24	CA	Cambuci	8.249	220	14,69	CM
Paracambi	21.909	417	6,47	CA	Queimados	57.330	820	15,30	CM
Japeri	41.019	629	6,61	CA	Barra do Piraí	47.599	489	15,46	CM
Armação dos Búzios	12.635	334	6,75	CA	Cordeiro	10.170	251	16,82	CM
Angra dos Reis	69.259	671	7,25	CA	Engº Paulo de Frontin	7.372	262	17,19	CM
Sumidouro	8.756	179	7,28	CA	S. J. do Vale do Rio Preto	9.714	202	17,91	CM
Itaocara	13.028	264	7,50	CA	Santo Antônio de Pádua	20.375	342	18,25	CM
Valença	37.052	415	7,55	CA	Mangaratiba	18.854	611	18,58	CM
São João da Barra	17.554	237	7,82	CA	Natividade	8.257	224	19,13	CM
Laje do Muriaé	4.530	138	8,04	CA	Vassouras	17.798	409	20,94	CM
Barra Mansa	89.153	531	8,11	CA	Mendes	9.741	300	21,30	CM
Itaperuna	49.455	418	8,24	CA	Mesquita	85.282	1.046	22,33	CM
Nilópolis	86.723	947	8,40	CA	Rio Claro	9.009	249	22,74	CM
São Fidélis	19.855	313	8,51	CA	Italva	7.258	200	25,12	CM
Volta Redonda	144.887	706	8,55	CA	São João de Meriti	231.006	1.249	31,45	DM
Paty do Alferes	13.706	336	8,80	CA	Cachoeiras de Macacu	25.367	465	31,81	DM
Conceição de Macabu	10.338	254	8,93	CA	Miguel Pereira	13.273	419	32,67	DM
Trajano de Morais	5.892	166	8,98	CA	Niterói	236.865	1.212	36,82	DM
Areal	6.010	179	9,10	CA	Nova Iguaçu	342.291	1.311	51,22	DM
Rio das Flores	4.559	151	9,23	CA	Rio de Janeiro	2.942.526	1.413	113,47	DA

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2006.
Nota: CA = Concentração Alta, CM = Concentração Média, DM = Dispersão Média, DA = Dispersão Alta.

A partir das informações dos índices de candidatos efetivos para cada município do Estado do Rio de Janeiro, construímos uma tipologia que compreende

diferentes graus de competição política a fim de facilitar as análises posteriores. De acordo com a análise feita por Carvalho (2003), consideramos quatro graus de competitividade, ou de concentração/dispersão de votos entre os candidatos votados em cada município. Para isso, utilizamos um procedimento de identificação de grupos a partir da distribuição de uma variável contínua. Esse procedimento é denominado de análise de *cluster* pelo método de *k-means,* cujo objetivo é encontrar grupos de valores de uma mesma variável cujas médias se distanciem o máximo possível entre si, tomando-se como referência um número de grupos previamente definido. Neste caso consideramos quatro grupos um número suficiente para facilitar a compreensão do comportamento dos dados analisados. Os resultados dos agrupamentos a partir do *índice do numero efetivo de candidatos* é dado no Quadro 3, abaixo.

QUADRO 3 - Análise de *cluster* do *índice do número efetivo de candidatos* por município do Estado do Rio de Janeiro

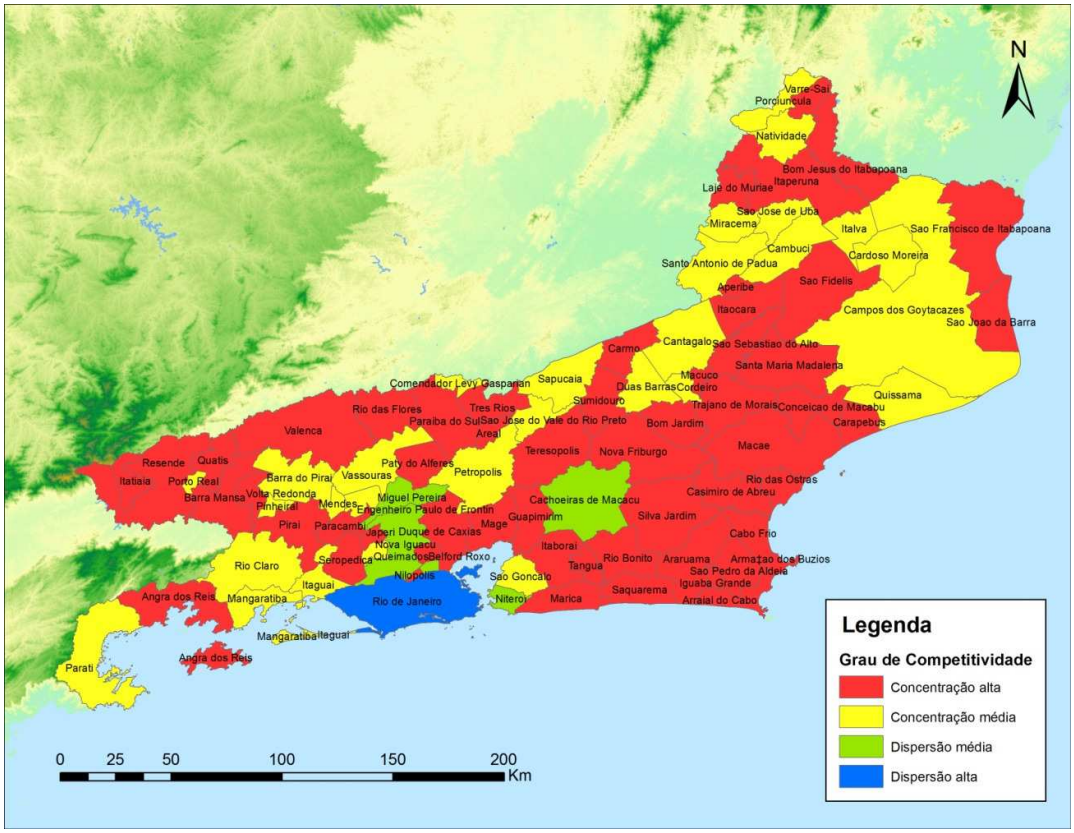
Cluster	Municípios	Percentual	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
1	56	60,9	2,29	10,93	7,02	2,24
2	30	32,6	11,25	25,12	15,19	3,86
3	5	5,4	31,45	51,22	36,79	8,34
4	1	1,1	113,47	113,47	113,47	.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2006.

A partir do resultado deste agrupamento, podemos perceber que a maioria dos municípios (60,9%) apresenta um perfil de disputa eleitoral altamente concentrada em poucos candidatos, e que corresponde a uma média do índice do número efetivo de candidatos de 7,02, considerando-se os 1.413 candidatos que receberam pelo menos um voto. Ou seja, em mais da metade dos municípios do estado, a disputa eleitoral se concentra em torno de sete candidatos. Essa tendência para uma disputa eleitoral altamente concentrada em poucos candidatos foi também evidenciada por Carvalho (2003) no Estado do Rio de Janeiro para o caso dos candidatos a deputado federal nas eleições de 1994 e 1998.

O Mapa 1 apresenta o resultado espacializado da tipologia do grau de competitividade por votos entre os candidatos a deputado estadual nos municípios do Estado do Rio de Janeiro, considerando as eleições de 2006.

MAPA 1 - Municípios do Estado do Rio de Janeiro segundo o grau de competitividade por votos para deputado estadual



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2006.

A diferença encontrada no total de votos válidos no Quadro 2 parece refletir de certa forma a disparidade do tamanho populacional dos diferentes municípios do estado. Para testarmos a hipótese de que as diferenças encontradas nos resultados para cada município do *índice do numero efetivo de candidatos* estariam diretamente relacionadas com a diferença entre o total de votos válidos obtidos, aplicamos um teste de correlação linear que pode ser verificado no Quadro 4. O resultado indica haver uma forte correlação entre o porte do município, aqui expresso pelo total de votos válidos, e o índice do número efetivo de candidatos.

QUADRO 4 - Correlação entre o índice do número efetivo de candidatos e a quantidade de votos válidos no município

		Total de votos válidos	N^{cand}
Total de votos válidos	Correlação	1	0,821*
	Significância		0,00
	N	92	92
N^{cand}	Correlação	0,821*	1
	Significância	0,00	
	N	92	92

(*) Correlação significativa ao nível de 0,01.

Apesar do resultado indicando forte correlação entre tamanho populacional e grau de competitividade, podemos considerar a hipótese de que o tamanho populacional não é suficiente para explicar a variação do grau de competitividade entre os municípios do Estado do Rio de Janeiro, havendo, portanto, outras variáveis que influenciem de maneira significativa esta variação. Essa hipótese se sustenta pelo fato de que a correlação evidenciada pode se dever ao peso populacional dos grandes municípios no próprio cálculo da correlação, enquanto que variações no grau de competitividade entre municípios de porte parecido podem ter outras explicações.

De qualquer modo, a correlação significativa entre o tamanho populacional e o grau de competitividade já é um indicativo de que a disputa eleitoral funciona de maneira desigual entre os diferentes municípios do estado, e que há um incentivo para a competição ser mais dispersa entre muitos candidatos nos municípios maiores, enquanto que os municípios de menor porte apresentariam uma votação mais concentrada em poucos candidatos.

Outra informação importante a ser destacada é a correlação positiva, porém moderada, observada entre o número de candidatos votados no município e o porte populacional do mesmo não parece tão clara como no caso anterior, apresentando uma correlação de Pearson de 0,518 (Quadro 5). Ou seja, em relação à quantidade de candidatos que disputam votos nesses municípios a influência do porte do município não parece tão forte como seria esperado de acordo com a idéia bastante comum de que o número de candidatos competindo apresenta uma homologia com o tamanho dos colégios eleitorais.

QUADRO 5 - Correlação entre o índice do número efetivo de candidatos e o número de candidatos votados no município

		Número de candidatos votados	Total de votos válidos
Número de candidatos votados	Correlação	1	0,518*
	Significância		0,00
	N	92	92
Total de votos válidos	Correlação	0,518*	1
	Significância	0,00	
	N	92	92

(*) Correlação significativa ao nível de 0,01.

Já o número de candidatos votados e o índice do número efetivo de candidatos apresentam uma correlação moderada, como pode ser visto no Quadro 6. Esse resultado indica se tratarem de efeitos diferenciados que não podem ser explicados somente pelo tamanho do eleitorado. Portanto, por mais que a percepção de senso comum acerca da relação entre o tamanho do eleitorado e do número de candidatos realmente competitivos seja verdadeira, há indícios de que essa relação seja mais complexa do que pretende tal formulação.

QUADRO 6 - Correlação entre o número de candidatos votados e o índice do número efetivo de candidatos nos municípios

		Número de candidatos votados	N^{cand}
Número de candidatos votados	Correlação	1	0,433*
	Significância		0,00
	N	92	92
N^{cand}	Correlação	0,433*	1
	Significância	0,00	
	N	92	92

(*) Correlação significativa ao nível de 0,01.

De acordo com os estudos sobre geografia do voto de Dias (1991), a concentração dos mercados eleitorais foi vista como sendo um indício de uma "distritalização" ocorrendo como resultado inesperado do nosso sistema eleitoral proporcional com grandes distritos, assemelhando-se mais aos resultados eleitorais obtidos a partir sistemas eleitorais distritais. Segundo Dias (1991), a votação em municípios de disputa eleitoral concentrada em poucos candidatos funcionaria mais

segundo uma lógica espontânea entre eleitores e representantes que se advogam defensores dos interesses dos municípios.

Em outro sentido, o trabalho de Carvalho (2003) qualifica ainda mais o debate sobre os resultados eleitorais em municípios de disputa eleitoral concentrada, mas sem afastar a hipótese da ocorrência de uma "distritalização de fato" ocorrendo no interior do nosso sistema eleitoral proporcional. De acordo com Carvalho (2003), se a concentração eleitoral é identificada como um fenômeno recorrente dentre os municípios mais pobres, isso nos levaria a um ajuste conceitual, já que estaríamos mais próximos de um fenômeno de "oligarquização" das disputas eleitorais por conta de uma elevada concentração de recursos de poder como escolaridade e renda na população, o que facilitaria o controle do processo político nestes locais pela presença de poucos atores políticos relevantes.

Para investigar esta hipótese, Carvalho (2003) elenca um conjunto de variáveis municipais como: a magnitude do eleitorado, os percentuais de população urbana, de população sem instrução, de população com instrução média, de população com renda até 1 salário mínimo e de população com renda de mais de 8 salários mínimos. Segundo Carvalho, para os candidatos a deputado federal no ano de 1998, duas observações puderam ser obtidas: "a) quanto maior a população sem instrução ou com renda inferior a um salário mínimo, menor o número de candidatos efetivos do município; b) quanto mais urbanizado o município, quanto maior a população com instrução média ou renda superior a oito salários mínimos, maior o número de candidatos efetivos, mais competitivo é o mercado político." (CARVALHO, 2003, p. 82). De fato, como o próprio autor reconheceu, os resultados dos coeficientes encontrados indicavam uma correlação fraca com o índice do número de candidatos efetivos por município, o que não invalida o achado, principalmente porque existem diversos fatores intrínsecos ao próprio processo de disputa eleitoral que concorrem com o tamanho do eleitorado para exercer influência sobre o grau de competitividade de um determinado município. A tese da oligarquização das disputas eleitorais não pretende resumir os resultados destas disputas apenas a fatores socioeconômicos próprios dos municípios, o que consideramos como sendo a conexão territorial de um dado resultado eleitoral; mas sim, destacar o seu efeito significativo frente aos fatores endógenos da disputa política, o que destacamos como sendo a conexão eleitoral num sistema proporcional de lista aberta.

Para testarmos a hipótese da oligarquização das disputas eleitorais, utilizaremos a mesma estratégia de análise de Carvalho (2003). Para isso, selecionamos algumas variáveis socioeconômicas medidas ao nível dos municípios para que nos auxiliem na verificação da hipótese dos diferentes graus de competitividade por votos nos municípios estarem correlacionados com fatores socioeconômicos, são elas:

a) N^{cand} : índice do número efetivo de candidatos por município;
b) *Eleitorado*: total de eleitores registrados no município;
c) *PIB Municipal*: Produto Interno Bruto calculado para o município;
d) *População Urbana*: percentual de pessoas residindo tem setor censitário classificado como urbano;
e) *IDH-M*: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal;
f) *Renda familiar baixa*: percentual de famílias com renda *per capita* de até 1 salário mínimo;
g) *Renda familiar elevada*: percentual de famílias com renda *per capita* acima de 5 salários mínimos;
h) *Escolaridade baixa*: percentual de pessoas de 25 anos ou mais com até 4 anos de estudo;
i) *Escolaridade elevada*: percentual de pessoas de 25 anos ou mais com mais de 11 anos de estudo;

Sendo assim, a partir dessas variáveis, buscamos verificar se, quanto mais concentrados forem os recursos como renda e educação (recursos necessários para a reprodução do poder), mais os municípios tendem a apresentar uma situação de disputa eleitoral oligarquizada. No Quadro 7, apresentamos as correlações entre as variáveis consideradas como indicativas de uma situação de oligarquização dos mercados eleitorais e demais variáveis que estejam relacionadas com um maior ou menor grau de competitividade por votos nos municípios.

QUADRO 7 - Correlações entre as variáveis socioeconômicas municipais e o índice do número efetivo de candidatos

	N^{cand} (1)	Eleitorado (1)	PIB Municipal (2)	População Urbana (4)	IDH-M (3)	Renda familiar baixa (4)	Renda familiar elevada (4)	Escolaridade baixa (4)	Escolaridade elevada (4)
N^{cand}	1	0,825	0,784	0,169*	0,275	-0,273	0,427	-0,283	0,398
Eleitorado	0,825	1	0,982	0,222	0,321	-0,329	0,427	-0,341	0,408
PIB Municipal	0,784	0,982	1	0,199*	0,306	-0,309	0,429	-0,320	0,410
População urbana	0,169*	0,222	0,199*	1	0,577	-0,604	0,320	-0,793	0,387
IDH-M	0,275	0,321	0,306	0,577	1	-0,903	0,803	-0,840	0,833
Renda familiar baixa	-0,273	-0,329	-0,309	-0,604	-0,903	1	-0,772	0,829	-0,786
Renda familiar elevada	0,427	0,427	0,429	0,320	0,803	-0,772	1	-0,622	0,952
Escolaridade baixa	-0,283	-0,341	-0,320	-0,793	-0,840	0,829	-0,622	1	-0,708
Escolaridade elevada	0,398	0,408	0,410	0,387	0,833	-0,786	0,952	-0,708	1

(*) Correlação não significativa ao nível de 0,05.
(1) Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE – 2006.
(2) Fonte: IPEA – 2006.
(3) Fonte: PNUD – 2000.
(4) Fonte: Microdados do Censo Demográfico de 2000 – IBGE.

A partir dos resultados destas correlações (Quadro 7), percebemos que além da forte correlação com a magnitude do eleitorado, conforme dito anteriormente, há também uma forte correlação com a estimativa do PIB municipal, aqui entendido como uma *proxy* do dinamismo econômico dos municípios considerados. No entanto, também há uma forte correlação entre a estimativa do PIB municipal e o tamanho do eleitorado, o que nos leva a crer que no caso do Estado do Rio de Janeiro o tamanho da riqueza gerada nos municípios acompanha em grande medida o seu porte populacional. Esse resultado nos permite descartar o dinamismo econômico dos municípios como uma variável explicativa da variação no grau de competitividade eleitoral dos municípios, isso porque o seu efeito não parece se diferenciar significativamente do efeito do tamanho populacional.

Com relação ao percentual de população residindo em setores censitários classificados como urbanos não há uma correlação significativa entre esta variável e o índice do número efetivo de candidatos. Os municípios do Rio de Janeiro em geral apresentam altas taxas de urbanização, apenas 10 municípios dos 92 apresentaram percentual de pessoas residindo em setor rural acima de 50%. Com isso não podemos dizer, para o caso do Estado do Rio de Janeiro, que os baixos índices de competitividade eleitoral estariam relacionados com um menor grau de urbanização.

Já o índice de desenvolvimento humano municipal apresentou uma correlação significativa com o índice do número efetivo de candidatos, porém, menor do que as demais variáveis. Essa baixa correlação pode se dever a pouca variação no IDH-M entre os municípios do Estado do Rio de Janeiro. Considerando-se que o índice varia entre 0 e 1, o município fluminense que apresentou o menor valor de IDH-M foi Varre-Sai, com 0,679, e o maior valor foi obtido pelo município metropolitano de Niterói, com 0,886. Vale destacar que Niterói apresentou o terceiro maior índice de desenvolvimento municipal entre todos os municípios brasileiros no ano de 2000, o que indica a tendência a um índice de desenvolvimento municipal elevado para a maioria dos municípios fluminenses.

Os resultados apresentados no Quadro 7 indicam que, quando se trata da concentração no município de indivíduos cuja renda familiar *per capita* é classificada como elevada, a correlação com o índice do número efetivo de candidatos é significativa e moderada, porém, quando se trata da concentração de indivíduos com renda familiar *per capita* classificada como baixa, a correlação é significativa e baixa. Da mesma forma, quando consideramos a concentração de indivíduos adultos com nível de escolaridade elevado, as correlações são significativas e moderadas; enquanto que, quando consideramos a concentração de indivíduos adultos com nível de escolaridade baixo, as correlações evidenciadas são significativas e fracas.

O pequeno número de municípios no Estado do Rio de Janeiro nos impede de realizar qualquer procedimento estatístico mais sofisticado com o intuito de controlar os efeitos das variáveis consideradas sobre o índice do número efetivo de candidatos. No entanto, acreditamos que as análises bivariadas podem apresentar indícios interessantes ao evidenciar relações significativas entre o grau de competitividade por votos nos municípios e as variáveis de renda e escolaridade da população.

Em primeiro lugar, buscaremos identificar a relação entre o nível de renda nos municípios e o grau de competitividade na disputa eleitoral. Ou seja, criamos uma tipologia dos municípios fluminenses a partir da sua média de renda *per capita* familiar, para isso, utilizamos um agrupamento das médias municipais de renda *per capita* familiar por meio do procedimento de análise de *cluster* denominado de *k-means*. No Quadro 8 apresentamos o resultado deste agrupamento e as variáveis descritivas referentes a cada grupo.

QUADRO 8 - Análise de *cluster* do nível de renda familiar *per capita* nos municípios

Cluster	Municípios	Percentual	Mínimo	Máximo	Média
1	2	2,2	602,96	811,73	707,35
2	22	24,2	286,94	401,68	334,20
3	67	73,6	156,40	278,24	225,47

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2006.

Com base no resultado obtido, consideramos que o primeiro grupo reúne os municípios que apresentam nível de renda *per capita* familiar elevada, o segundo, aos municípios com renda média, e o terceiro, aos municípios com renda baixa. A grande maioria (73,6%) dos municípios fluminenses apresentam uma média de renda familiar *per capita* pouco acima de 1 salário mínimo da época (R$ 151,00). Enquanto a maior média de renda familiar *per capita* é apresentada pelo município metropolitano de Niterói com R$ 811,73, o município de Japeri na periferia metropolitana apresenta uma renda *per capita* familiar média de apenas R$ 156,40, a mais baixa dentre todos os municípios fluminenses. Isso indica a grande disparidade nas condições sociais dos municípios considerados metropolitanos, e aponta o fato de que estar integrado à região metropolitana não é garantia de dinamismo econômico municipal ou de proteção contra a situação de pobreza. Com isso, na Tabela 1, apresentamos os resultados do cruzamento obtido entre os diferentes graus de competitividade nos municípios e o nível de renda familiar *per capita* dos mesmos.

TABELA 1 - Grau de competitividade por votos nos municípios segundo o nível de renda familiar *per capita*

	Nível de renda familiar *per capita*			
	Elevada	Média	Baixa	Total
Concentração Alta	0	16	40	56
Concentração Média	0	5	24	29
Dispersão Média	1	1	3	5
Dispersão Alta	1	0	0	1
Total	2	22	67	91

Nota: χ^2 (6) = 55,129 ; p <0,05.

Como podemos ver na tabela anterior, dos 56 municípios que apresentaram competitividade altamente concentrada em poucos candidatos, 40 municípios

(71,4%) apresentaram nível de renda baixo, e nenhum deles apresentou renda elevada. Além disso, dos 29 municípios que apresentaram um grau de competitividade de média concentração, 24 municípios (82,7%) foram classificados como de renda baixa. Por outro lado, os dois municípios que foram classificados como sendo de renda elevada apresentaram um grau de competitividade tendendo à dispersão. Devido à significância obtida no teste de associação apresentado, podemos rejeitar a hipótese de independência entre os valores obtidos para as duas variáveis consideradas. Com isso, apesar do pequeno número de municípios e a grande assimetria entre eles, podemos dizer que a hipótese de oligarquização dos mercados não pode ser descartada quando consideramos o nível de rendimento *per capita* dos municípios.

Em segundo lugar, buscaremos identificar a relação entre o grau de competitividade e o nível de escolaridade dos adultos nos municípios, para isso construiremos também uma tipologia municipal baseada no nível de escolaridade médio dos adultos, para a qual utilizamos um agrupamento das médias municipais dos anos de escolaridade dos indivíduos com mais de 24 anos de idade de acordo com o procedimento utilizado anteriormente. No Quadro 9 apresentamos o resultado do agrupamento e os valores mínimos e máximos de escolaridade dos adultos que delimitam cada grupo, assim como o percentual de municípios alocados em cada um dos grupos.

QUADRO 9 - Análise de *cluster* do nível de escolaridade dos adultos nos municípios

Cluster	Municípios	Percentual	Mínimo	Máximo	Média
1	4	4,4	7,36	9,67	8,22
2	58	63,7	5,18	7,07	5,97
3	29	31,9	3,30	5,38	4,53

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2006.

Assim como no caso da renda familiar *per capita*, consideramos o primeiro grupo como sendo de municípios com nível de escolaridade elevado, o segundo, de nível médio, e o terceiro, de nível baixo. É interessante percebermos como que há uma disparidade também em termos de escolaridade média dos adultos entre os municípios do Estado do Rio de Janeiro, enquanto o valor médio do nível de escolaridade dos municípios classificados como de escolaridade elevada é de 8,22 anos de estudo, a média do nível de escolaridade para os municípios que compõem

o grupo de escolaridade baixa é aproximadamente a metade, 4,53 anos de estudo. Novamente, é o município metropolitano de Niterói que apresenta a maior média de escolaridade dos adultos, com 9,67 anos de escolaridade em média; ao passo que o município de São Francisco de Itabapoana no norte fluminense apresentou uma média de escolaridade dos adultos muito menos que a metade, com 3,30 anos de escolaridade em média. Com isso, na Tabela 2 apresentamos os resultados do cruzamento obtido entre os diferentes graus de competitividade nos municípios e o nível de escolaridade dos adultos nos mesmos.

TABELA 2 - Grau de competitividade por votos nos municípios segundo o nível de escolaridade dos adultos

	Nível de escolaridade dos adultos			
	Elevado	Médio	Baixo	Total
Concentração Alta	2	37	17	56
Concentração Média	0	18	11	29
Dispersão Média	1	3	1	5
Dispersão Alta	1	0	0	1
Total	4	58	29	91

Nota: χ^2 (6) = 26,548; p <0,05.

Com base nesta tabela percebemos que dos 56 municípios que apresentaram um grau de competitividade de concentração alta, 17 municípios (30,4%) foram classificados como de escolaridade baixa, 37 municípios (66,1%) de escolaridade média e apenas dois municípios (3,6%) de escolaridade elevada. Já entre os municípios cujo grau de competitividade se caracteriza por concentração média, 11 municípios dos 29 (37,9%) foram classificados como de escolaridade baixa e 18 municípios (62,1%) como de escolaridade média. Por outro lado, a relação com o grau de concentração caracterizado como disperso não fica suficientemente clara, por conta da maior concentração de municípios classificados como de escolaridade média. Entretanto, a concentração de municípios de nível de escolaridade baixa nos graus de competitividade com concentração média e alta permite que não afastemos a hipótese dos efeitos do grau de competitividade estar relacionado com o nível de escolaridade nos municípios.

Por último, resta verificar a relação entre o porte populacional dos municípios do Estado do Rio de Janeiro com os diferentes graus de competitividade. A hipótese intuitiva a ser considerada é de que o grau de competitividade dos municípios estaria

ligado com o tamanho do eleitorado dos municípios. Ou seja, por conta do nosso sistema representativo proporcional de lista aberta haveria um incentivo para que os municípios de grande porte apresentassem um mercado eleitoral mais disperso, enquanto que municípios pequenos e muito pequenos apresentariam um mercado eleitoral mais concentrado. A Tabela 3 abaixo apresenta o resultado do cruzamento entre o grau de competitividade dos municípios e o porte populacional dos mesmos.

TABELA 3 - Grau de competitividade por votos nos municípios segundo as faixas de tamanho populacional

	Tamanho populacional				
	Até 20.000 hab.	De 20.000 a 100.000 hab.	De 100.000 a 500.000 hab.	Acima de 500.000 hab.	Total
Concentração Alta	14	28	13	1	56
Concentração Média	15	10	3	1	29
Dispersão Média	0	2	2	1	5
Dispersão Alta	0	0	0	1	1
Total	29	40	18	4	91

Nota: χ^2 (9) = 35,204; p <0,05.

Com base nesta tabela fica clara a relação forte e direta entre o tamanho populacional e o grau de competitividade dos municípios conforme foi evidenciado pela matriz de correlação apresentada anteriormente. No entanto, um dado contra-intuitivo obtido a partir dessa correlação é que os municípios do Estado do Rio de Janeiro que possuem mais de 500.000 hab. apresentam diferentes graus de competitividade, inclusive com um dos municípios, Duque de Caxias, apresentando um grau de concentração elevado na disputa eleitoral entre os candidatos a deputado estadual.

2.2 CONCENTRAÇÃO E DOMINÂNCIA DE VOTAÇÃO DOS DEPUTADOS ELEITOS NOS MUNICÍPIOS FLUMINENSES

Neste ponto passamos a uma segunda dimensão de análise da geografia do voto identificada por Carvalho (2003) em seu estudo sobre as conexões eleitorais dos deputados federais eleitos em 1994 e 1998. Essa segunda dimensão diz respeito ao tipo de distribuição espacial que apresenta a votação dos deputados estaduais eleitos no pleito de 2006, essa dimensão da geografia eleitoral propriamente dita se baseia em dois eixos distintos de análise da distribuição dos

votos no espaço, a concentração ou dispersão dos votos pelos municípios do Estado do Rio de Janeiro, e a dominância ou compartilhamento das votações nos municípios onde os deputados. Conforme dito no primeiro capítulo, esses dois eixos foram apresentados por Barry Ames (2003) a fim de identificar quatro tipos diferentes de incentivos ao comportamento parlamentar que, portanto, corresponderiam a quatro padrões típico-ideais de comportamento legislativo dos parlamentares eleitos.

Essa hipótese é mais limitada no caso do trabalho de Ames (2003) porque o autor apresentou um demasiado enfoque na conduta parlamentar considerada como paroquialista. Já o trabalho de Carvalho (2003) consegue explorar mais a fundo os tipos de incentivos ao comportamento parlamentar ao investigar o conjunto dos deputados eleitos independentemente do seu padrão espacial de votação. A hipótese por trás da tipologia de padrões espaciais de votação utilizada por Ames (2003) e Carvalho (2003) é de que os diferentes padrões de distribuição espacial da votação seriam as bases para o desenvolvimento de conexões eleitorais que incentivariam um comportamento mais paroquialista ou mais universalista, com todos os constrangimentos decorrentes dos diversos elementos institucionais, atores, e jogos de interações que compõem o processo de decisão do parlamentar. Ou seja, está subjacente na formulação de Ames (2003) a idéia de que um localismo obtido a partir da esfera eleitoral se traduziria num paroquialismo na esfera legislativa, ao passo que uma maior dispersão das votações obtidas, corresponderia a um comportamento mais universalista (CARVALHO, 2003, p. 94).

De acordo com Carvalho (2003), a inovação de Ames nos estudos de geografia do voto no Brasil é a inclusão de um segundo eixo de análise da distribuição espacial da votação dos deputados que tem como objetivo avaliar o grau de dominância ou compartilhamento que a votação de um determinado deputado apresenta nos municípios de votação, já que os trabalhos anteriores[17] sobre a geografia do voto no Brasil consideravam apenas a dimensão de concentração/dispersão da votação dos parlamentares. Na seção seguinte passamos a avaliar o grau de concentração ou dispersão da votação dos deputados estaduais fluminenses no nível municipal.

[17] Cf. Fleischer (1974, 1983), Indjaian (1981), e Dias (1991).

2.2.1 Graus de concentração/dispersão

A fim de verificarmos como se comporta a votação dos deputados eleitos a partir do eixo de análise da concentração/dispersão da votação dos deputados estaduais fluminenses, construímos uma variação do *índice do numero efetivo de candidatos*, na qual, para cada deputado eleito calculamos a proporção de sua votação nos municípios; e, com base nesta informação, calculamos o *índice do numero efetivo de municípios (N^{mun})* por deputado. A idéia deste índice é obter uma estimativa média do número de municípios onde a votação dos eleitos foi expressiva.

Existem ressalvas em relação ao fato deste índice não incluir no seu cálculo nenhum elemento espacial que nos faça levar em consideração as distâncias; no entanto, manteremos a sua utilização, em primeiro lugar, por ter apresentado resultados satisfatórios na análise de Carvalho (2003); e, em segundo, pelo fato de permitir a comparabilidade com os resultados encontrados por Carvalho; e, por último, principalmente, por afastarmos as complicações próprias da análise estatística espacial ao lidar com um espaço bastante heterogêneo.

A construção do *índice do numero efetivo de municípios (N^{mun})* nos permite aproximar um número médio de municípios onde os deputados estaduais obtêm expressiva votação. Ou seja, a partir desse índice podemos identificar um grau de concentração ou dispersão espacial da votação dos deputados considerando o eixo horizontal da distribuição de sua votação. O indicador é calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$N_i^{mun} = \mathbf{1} \Big/ \Sigma_{j=1}^{n} p_{ij}^{2}$$

onde p_{ij} é a proporção de votação de um deputado i no município j; e n é o número de municípios em que o deputado i foi votado.

Considerando-se todos os deputados eleitos, o índice de concentração/dispersão da votação variou entre 1,05 e 21,65. Além disso, considerando-se que o Estado do Rio de Janeiro possui ao todo 92 municípios, a média do *índice do numero efetivo de municípios por deputado* foi de 3,56 (Quadro

10). O que demonstra uma tendência das votações dos deputados estaduais eleitos em 2006 serem bastante concentradas em poucos municípios.

QUADRO 10 - Estatísticas descritivas do *índice do numero efetivo de municípios* para os deputados estaduais

	Nº Deputados	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Número efetivo de municípios (N^{mun})	70	1,05	21,65	3,56	3,64

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2006.

A partir das informações dos *índices do numero efetivo de municípios por deputado*, construímos uma tipologia que compreende diferentes graus de concentração/dispersão das votações dos deputados no interior do Estado do Rio de Janeiro. Neste ponto, foi necessário fazer um ajuste em relação à construção da tipologia feita por Carvalho (2003), por tratarmos de eleições para cargos diferentes. Ou seja, mantendo-se os quatro tipos de concentração/dispersão da votação, utilizamos novamente o procedimento de análise de *cluster* para agrupar os diferentes índices obtidos, pois consideramos uma alternativa à determinação de cortes arbitrários com base na votação dos candidatos, conforme procedimento descrito por Carvalho.

A solução encontrada para a classificação dos diferentes graus de concentração/dispersão de votação se mostrou satisfatória já que este procedimento tem como objetivo encontrar grupos de valores de uma mesma variável cujas médias se distanciem significativamente entre si a partir de um número de grupos previamente definido. Ou seja, este procedimento permite classificar o tipo de concentração/dispersão da votação dos deputados entre si a partir de quebras significativas na distribuição dos diferentes índices de concentração/dispersão. Outro argumento importante para esta modificação é o fato de que ao analisarmos somente o Estado do Rio de Janeiro e a conformação de sua Assembléia Legislativa, destaca-se o elevado grau de concentração das votações, em comparação com o universo analisado por Carvalho (2003) que incluiu não só deputados com um perfil de votação mais disperso, como também, estados com um número muito maior de municípios do que o Rio de Janeiro, o que torna inviável a transposição das escalas utilizadas por Carvalho (2003, p. 96). Basta lembrar que para a legislatura de 1994-1998 e 1998-2002, o índice do número de municípios

efetivos encontrado variou de 1,17 a 80,0 e 1,10 a 65,96, respectivamente, enquanto os índices para o Estado do Rio de Janeiro variaram de 1,05 a 21,65. O Quadro 11 apresenta os resultados da classificação dos deputados segundo o grau de concentração/dispersão de sua votação a partir do procedimento de *k-means*.

QUADRO 11 - Análise de *cluster* do índice do numero efetivo de municípios por deputado estadual

Cluster	Deputados	Percentual	Mínimo	Máximo	Média
1	51	72,86	1,05	3,70	1,96
2	15	21,43	4,20	8,76	5,80
3	3	4,29	11,33	16,51	13,51
4	1	1,43	21,65	21,65	21,65

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2006.

Os resultados da tipologia construída a partir do *índice do numero efetivo de municípios por deputado* reforça o argumento de que o padrão de votação predominante do Estado do Rio de Janeiro é um padrão de votação concentrado em poucos municípios. Como podemos ver no Quadro acima, 51 deputados eleitos de um total de 70 apresentaram um padrão de votação concentrado em aproximadamente 3 municípios. Se adicionarmos a estes os deputados que apresentaram um padrão de votação de concentração média, temos que a quase totalidade dos deputados eleitos para a ALERJ (94,3%) apresenta um padrão de votação concentrado, com um *índice do numero efetivo de municípios* variando entre 1,15 e 8,76.

Este resultado é coerente com o apresentado por Carvalho (2003, p. 98) segundo o qual, diferentemente do resultado nacional que apresentava um equilíbrio entre os dois padrões de concentração e dispersão espacial dos votos, a Região Sudeste apresentou um padrão de distribuição espacial predominante concentrado. O Quadro 12 abaixo apresenta os deputados eleitos para a ALERJ nas eleições de 2006 assim como o *índice do numero efetivo de municípios* (N^{mun}) e o grau de concentração/dispersão em municípios da votação dos deputados.

QUADRO 12 - Deputados estaduais de acordo com o *índice do numero efetivo de municípios* e o Grau de concentração de votação

Número	Candidato	Partido	Votação	Municípios de votação	Municípios efetivos	Grau de concentração
14.123	José Nader	PTB	38.210	92	21,65	Dispersão alta
33.233	Christino Áureo	PMN	39.161	91	16,51	Dispersão média
15.120	Aparecida Gama	PMDB	42.701	90	12,71	Dispersão média
15.288	Paulo Melo	PMDB	109.408	91	11,33	Dispersão média
12.200	Sheila Gama	PDT	44.984	87	8,76	Concentração média
20.120	Sabino	PSC	66.309	87	8,43	Concentração média
17.123	Marcos Abrahão	PSL	36.714	81	8,09	Concentração média
15.159	Picciani	PMDB	76.468	92	7,59	Concentração média
23.123	André Corrêa	PPS	47.507	91	5,72	Concentração média
22.025	Waldeth do INPS	PL	20.932	71	5,48	Concentração média
26.123	Renata do Posto	PAN	28.124	75	5,43	Concentração média
56.123	Édino Fonseca	PRONA	41.991	90	5,36	Concentração média
45.345	Glauco Lopes	PSDB	44.782	83	5,30	Concentração média
20.003	Tucalo	PSC	28.036	77	4,98	Concentração média
15.300	Fábio Silva	PMDB	45.957	89	4,83	Concentração média
33.333	Alessandro Calazans	PMN	32.528	88	4,31	Concentração média
15.369	Altineu Côrtes	PMDB	87.283	86	4,27	Concentração média
40.777	Armando José	PSB	30.959	83	4,26	Concentração média
15.145	Alair Corrêa	PMDB	80.700	90	4,20	Concentração média
23.601	Comte	PPS	38.982	91	3,70	Concentração alta
31.624	Anabal	PHS	36.462	69	3,70	Concentração alta
15.280	Noel de Carvalho	PMDB	50.542	82	3,58	Concentração alta
10.100	Beatriz Santos	PRB	39.266	60	3,49	Concentração alta
15.088	Édson Abertassi	PMDB	48.849	79	3,44	Concentração alta
43.043	André do PV	PV	32.832	90	3,36	Concentração alta
13.651	Rodrigo Neves	PT	41.288	83	3,20	Concentração alta
13.633	Inês Pandeló	PT	36.395	81	3,14	Concentração alta
50.123	Marcelo Freixo	PSOL	13.547	82	2,77	Concentração alta
15.505	Pedro Augusto	PMDB	115.060	86	2,76	Concentração alta
26.000	Walney Rocha	PAN	27.923	80	2,56	Concentração alta
15.210	Roberto Dinamite	PMDB	49.097	91	2,47	Concentração alta
15.110	Álvaro Lins	PMDB	108.652	91	2,44	Concentração alta
12.345	Paulo Ramos	PDT	40.798	92	2,41	Concentração alta
20.145	Marco Figueiredo	PSC	31.643	66	2,24	Concentração alta
27.123	João Peixoto	PSDC	20.542	62	2,16	Concentração alta
20.580	Dr. Audir	PSC	31.403	67	2,14	Concentração alta
13.455	Gilberto Palmares	PT	32.894	86	2,13	Concentração alta
12.123	Wagner Montes	PDT	111.802	92	1,98	Concentração alta
70.222	Jodenir Soares	PT do B	36.645	57	1,85	Concentração alta
15.615	Dica	PMDB	60.567	68	1,83	Concentração alta
15.000	Sula	PMDB	43.549	71	1,80	Concentração alta
12.212	Cidinha Campos	PDT	53.556	88	1,79	Concentração alta
31.011	Marcelo Simão	PHS	32.654	65	1,78	Concentração alta
13.010	Alessandro Molon	PT	85.798	88	1,73	Concentração alta
36.789	Jane da Núbia	PTC	50.496	66	1,71	Concentração alta
22.607	Dr. Alcides Rolim	PL	65.958	66	1,70	Concentração alta
11.120	Flávio Bolsonaro	PP	43.099	88	1,67	Concentração alta
13.170	Carlos Minc	PT	78.311	92	1,65	Concentração alta
12.612	Olney Botelho	PDT	35.384	72	1,64	Concentração alta
15.101	Domingos Brazão	PMDB	73.263	84	1,63	Concentração alta
40.233	Rogerio Cabral	PSB	33.513	68	1,61	Concentração alta
45.205	Zito	PSDB	204.880	87	1,55	Concentração alta
15.190	Nelson Gonçalves	PMDB	42.268	52	1,46	Concentração alta
15.345	Chiquinho da Mangueira	PMDB	53.493	83	1,43	Concentração alta
45.000	Mario Marques	PSDB	19.710	52	1,41	Concentração alta
15.122	Graça	PMDB	92.163	88	1,37	Concentração alta
65.123	Fernando Gusmão	PC do B	40.704	81	1,35	Concentração alta
40.140	Dr. Wilson Cabral	PSB	47.643	63	1,32	Concentração alta
11.111	Dionisio Lins	PP	59.580	92	1,26	Concentração alta
45.620	Luiz Paulo	PSDB	45.218	71	1,24	Concentração alta
25.617	Dr. Márcio Panisset	PFL	67.117	65	1,23	Concentração alta
20.126	Coronel Jairo	PSC	50.818	78	1,21	Concentração alta
25.678	Rodrigo Dantas	PFL	67.362	73	1,21	Concentração alta
13.444	Jorge Babú	PT	32.563	59	1,15	Concentração alta
25.234	Natalino	PFL	49.405	66	1,15	Concentração alta
25.625	Pedro Fernandes Neto	PFL	68.812	67	1,13	Concentração alta
45.245	Gerson Bergher	PSDB	31.967	56	1,11	Concentração alta
45.001	Pedro Paulo	PSDB	31.355	68	1,11	Concentração alta
25.633	Graça Pereira	PFL	51.255	62	1,09	Concentração alta
25.369	Marcelino D'Almeida	PFL	41.614	61	1,05	Concentração alta

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2006.

Num primeiro momento podemos testar a hipótese segundo a qual o grau de concentração da votação dos deputados eleitos esta relacionado com a magnitude da votação dos deputados. Neste sentido apresentamos no Quadro 13 o teste de Correlação de Pearson entre a votação nominal e o índice do número efetivo de municípios para cada deputado. O resultado indica que não há uma relação significativa entre a variação da votação dos deputados eleitos e o grau de concentração/dispersão de sua votação o que permite descartar as hipóteses, tanto de que uma votação elevada seria um incentivo para um padrão mais disperso de distribuição espacial, quanto a hipótese de que uma votação pequena seria um incentivo para um padrão mais concentrado. O sinal negativo do coeficiente de correlação indicaria uma correlação inversa, o que poderia ser uma hipótese interessante no sentido de que na verdade é o grau de concentração mais elevado que incentivaria uma maior votação, no entanto o resultado indica uma correlação aleatória entre os valores.

QUADRO 13 - Correlação entre o *índice do número efetivo de municípios* e a quantidade de votos recebidos

		Índice do número efetivo de municípios	Total de votos recebidos
Índice do número efetivo de municípios	Correlação	1	-0,055
	Significância		0,65
	N	70	70
Total de votos recebidos	Correlação	-0,055	1
	Significância	0,65	
	N	70	70

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2006.

2.2.2 Graus de dominância/compartilhamento

O resultado anteriormente apresentado para o eixo de distribuição horizontal da votação dos deputados estaduais do Rio de Janeiro é interessante ao mostrar a predominância de um padrão concentrado de distribuição espacial da votação. Entretanto, conforme destacou Carvalho (2003, p. 99), o eixo de distribuição vertical da votação dos deputados eleitos tal como proposto por Ames (2003) pode modificar de maneira substancial a interpretação das conexões eleitorais ao levar em

consideração a dominância eleitoral dos deputados. De acordo com Carvalho (2003) a hipótese que dá fundamento ao estudo do grau de distribuição vertical da votação dos deputados eleitos além de ter ligação com a existência de mercados eleitorais menos competitivos, funcionaria também como um forte incentivo para uma atuação parlamentar paroquialista, já que a dominância de votação num determinado município pressupõe que este se configure como um reduto eleitoral claramente identificado em termos dos seus limites territoriais.

De acordo com Barry Ames (2003) os possíveis fundamentos para a dominância eleitoral residiram no fato do deputado pertencer a uma família proeminente em termos econômicos e/ou políticos e tradicional numa determinada região; ou no fato do deputado ter iniciado a sua carreira política exercendo algum cargo político local; ou pela existência de algum tipo de acordo com os líderes políticos locais; ou por ter exercido algum cargo na administração estadual que permitisse controlar a distribuição de benefícios que pudessem direcionados para alguma localidade. Voltaremos mais adiante a estes padrões de conexão eleitoral, pois eles se tornam mais complexos na combinação com os diferentes graus de distribuição horizontal da votação dos deputados. Dado que os exemplos fornecidos por Ames (2003) oferecem uma explicação robusta para as conexões eleitorais de dominância dos deputados federais, resta saber como se configura esse padrão de votação para os deputados estaduais do Rio de Janeiro.

Consideramos como hipótese que há uma clara oposição entre um padrão de votação dominante e um padrão de votação compartilhado entre os deputados estaduais eleitos para a ALERJ em 2006, assim como, um maior percentual de dominância do que o encontrado por Carvalho (2003, p. 101) para a região Sudeste. Caso a hipótese se confirme, estamos considerando que, em primeiro lugar, quanto mais próximo o nível de poder em questão está do seu território de representação, maior será o incentivo para a manutenção de redutos eleitorais caracterizados pela dominância eleitoral aliada a uma disputa altamente concentrada em poucos candidatos; e, em segundo lugar, podemos esperar uma maior dominância eleitoral dos deputados estaduais pelo fato de que o Estado do Rio de Janeiro apresenta um perfil de alta densidade populacional e possui poucos municípios em relação aos demais estados da Região Sudeste, o que favoreceria a conformação de redutos

eleitorais de padrão dominante nos municípios de porte médio, já que estes, pelo seu porte, garantiriam uma votação necessária para se atingir o quociente eleitoral[18].

O conceito de dominância tal como utilizado por Barry Ames (2003) e Nelson de Carvalho (2003), permite apreender o grau em que um determinado deputado consegue polarizar a votação em relação aos demais candidatos nos municípios onde obtém a maior parte dos seus votos. Portanto o conceito de dominância nada mais é, segundo a formulação original de Barry Ames (2003, p. 65), do que um índice de dominância média que leva em consideração a percentagem da votação do deputado nos municípios, ponderada pelo peso de sua votação neste município em relação ao total de sua votação no estado como um todo (CARVALHO, 2003, p.100). Carvalho (2003) apresenta uma variação do índice original ao captar as votações somente dos 15 municípios em que o deputado conseguiu mais votos, no entanto, é esperado que não haja grande diferença entre os dois índices. Como o próprio Carvalho destacou, há uma forte correlação entre as duas modalidades de cálculo. Neste caso, manteremos a proposta de Ames (2003) que considera todos os municípios de votação para o calculo do índice. Sendo assim, o *índice de dominância média* (D^{mun}) dos municípios de votação é calculado pela seguinte fórmula:

$$D_i^{mun} = \sum_{j=1}^{n} \left(\frac{v_{ij}}{p_j} * \frac{v_{ij}}{V_i} \right)$$

onde v_{ij} é o total de votos do candidato i no município j ; p_j é o total de votos válidos para deputados estaduais no município j ; V_i é o total de votos obtidos pelo deputado i em todo o estado, e n é o total de municípios em que o deputado foi votado.

Dentre os 70 deputados estaduais eleitos em 2006 o índice variou entre 0,007 e 0,332. Considerando-se a amplitude e a magnitude dos valores, percebe-se que há uma grande disparidade entre o grau de dominância dos deputados eleitos.

[18] Neste caso, para fins de argumentação, estamos desconsiderando o sistema de listas partidárias e a existência de coligações que decerto complexificam o acesso às cadeiras do legislativo.

QUADRO 14 - Estatísticas descritivas do *índice de dominância média de municípios* dos deputados estaduais

	Nº Deputados	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Dominância média de municípios (D^{mun})	70	0,007	0,332	0,082	0,090

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2006.

Partindo das informações dos índices de dominância média calculados para cada deputado eleito, construímos uma tipologia que compreende diferentes graus de dominância com o intuito de identificarmos perfis diferenciados de dominância entre os deputados. A análise feita por Carvalho (2003) considerou quatro graus de dominância de votação entre os deputados federais, utilizando o desvio padrão do índice de dominância para classificar os deputados de acordo com os quatro diferentes graus de dominância/compartilhamento. Para este trabalho, utilizaremos o mesmo procedimento de agrupamento aplicado na construção do grau de concentração/fragmentação espacial da votação dos deputados, já que a analise de *cluster* pelo método de *k-means* apresentou resultado satisfatório na construção destes padrões de dispersão espacial da votação. Resta saber, portanto, como se agrupam os deputados estaduais de acordo com o seu grau de dominância eleitoral. No Quadro 15 apresentamos os resultados da análise de *cluster* a partir do *índice de dominância média de municípios*.

QUADRO 15 - Análise de *cluster* do *índice de dominância média de municípios* dos deputados estaduais

Cluster	Deputados	Percentual	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
1	40	57,1	0,007	0,051	0,020	0,013
2	12	17,1	0,057	0,135	0,091	0,028
3	13	18,6	0,144	0,238	0,185	0,035
4	5	7,2	0,251	0,332	0,294	0,034

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2006.

O quadro anterior demonstra que a maioria (57,1%) dos deputados apresenta um *índice de dominância média* de municípios bastante baixo, da mesma forma que os deputados que apresentam um nível elevado de dominância são poucos (7,2%) em relação ao que se esperaria de acordo com a idéia comumente construída de que o Legislativo Estadual, assim como o Federal, seria dominado por padrões de votação localistas. Ao menos no nível de agregação das votações por municípios,

encontramos um percentual menor de alta dominância eleitoral. Por outro lado, os resultados apresentam um padrão de votação que tende mais para o compartilhamento do que o resultado apresentado por Carvalho (2003) para a região Sudeste. No Quadro 16 abaixo, apresentamos a lista nominal dos deputados e o resultado da classificação de acordo com o seu grau de dominância. Dentre estes, o deputado Zito (PSDB) foi quem apresentou o maior *índice de dominância média* (0,332) ao passo que o deputado Marcelo Freixo (PSOL) foi quem apresentou o menor *índice de dominância média* (0,007) dentre todos os 70 deputados. Neste mesmo quadro apresentamos também o percentual de votação atingido pelos deputados nos três municípios onde este percentual foi mais alto, como uma forma de verificar a qualidade da classificação. Os resultados indicam uma boa adequação da tipologia construída a partir do *índice de dominância média*, e as variações encontradas se devem ao tamanho do eleitorado do município de dominância, já que o cálculo do índice é ponderado pela proporção da votação obtida nos municípios em relação ao total da votação do deputado no estado.

QUADRO 16 - Índice de dominância média de municípios e o grau de dominância

Número	Candidato	Partido	Votação	Dominância Média	Perc. de votação nos municípios			Grau de Dominância
					Primeiro	Segundo	Terceiro	
45.205	Zito	PSDB	204.880	0,332	41,16	4,19	3,89	Dominância alta
15.145	Alair Corrêa	PMDB	80.700	0,325	49,87	37,33	31,10	Dominância alta
36.789	Jane da Núbia	PTC	50.496	0,286	36,41	14,11	4,07	Dominância alta
31.624	Anabal	PHS	36.462	0,274	54,77	5,87	5,56	Dominância alta
15.280	Noel de Carvalho	PMDB	50.542	0,251	46,71	22,09	21,72	Dominância alta
40.233	Rogerio Cabral	PSB	33.513	0,238	28,19	27,39	6,68	Dominância média
20.120	Sabino	PSC	66.309	0,235	64,61	33,66	20,04	Dominância média
12.612	Olney Botelho	PDT	35.384	0,233	28,81	10,47	8,07	Dominância média
15.288	Paulo Melo	PMDB	109.408	0,209	51,33	47,24	36,44	Dominância média
15.190	Nelson Gonçalves	PMDB	42.268	0,205	23,99	7,66	6,02	Dominância média
22.607	Dr. Alcides Rolim	PL	65.958	0,194	25,33	2,20	1,12	Dominância média
40.140	Dr. Wilson Cabral	PSB	47.643	0,176	19,27	14,16	8,39	Dominância média
15.122	Graça	PMDB	92.163	0,162	18,83	2,46	2,45	Dominância média
20.003	Tucalo	PSC	28.036	0,156	31,30	23,69	19,43	Dominância média
20.580	Dr. Audir	PSC	31.403	0,153	22,69	3,75	2,76	Dominância média
45.345	Glauco Lopes	PSDB	44.782	0,152	35,14	25,94	23,15	Dominância média
26.123	Renata do Posto	PAN	28.124	0,150	39,62	8,00	7,95	Dominância média
17.123	Marcos Abrahão	PSL	36.714	0,144	33,39	25,27	12,14	Dominância média
13.633	Inês Pandeló	PT	36.395	0,135	21,97	17,48	6,24	Compartilhamento médio
25.617	Dr. Márcio Panisset	PFL	67.117	0,132	14,51	1,27	1,14	Compartilhamento médio
15.000	Sula	PMDB	43.549	0,122	16,29	3,72	1,84	Compartilhamento médio
15.088	Édson Abertassi	PMDB	48.849	0,114	17,59	13,06	11,88	Compartilhamento médio
22.025	Waldeth do INPS	PL	20.932	0,094	24,16	18,50	11,26	Compartilhamento médio
15.615	Dica	PMDB	60.567	0,086	11,00	3,81	1,45	Compartilhamento médio
31.011	Marcelo Simão	PHS	32.654	0,080	10,51	3,19	2,68	Compartilhamento médio
23.123	André Corrêa	PPS	47.507	0,074	24,97	21,54	10,45	Compartilhamento médio
15.120	Aparecida Gama	PMDB	42.701	0,073	22,84	19,87	19,86	Compartilhamento médio
15.369	Altineu Côrtes	PMDB	87.283	0,073	19,91	17,24	13,28	Compartilhamento médio
27.123	João Peixoto	PSDC	20.542	0,057	9,96	6,75	6,43	Compartilhamento médio
33.333	Alessandro Calazans	PMN	32.528	0,057	13,36	3,07	2,03	Compartilhamento médio
13.651	Rodrigo Neves	PT	41.288	0,051	8,97	3,58	2,87	Compartilhamento alto
33.233	Christino Áureo	PMN	39.161	0,051	16,52	15,59	15,43	Compartilhamento alto
23.601	Comte	PPS	38.982	0,048	8,22	7,59	5,90	Compartilhamento alto
15.159	Picciani	PMDB	76.468	0,043	24,08	13,99	13,36	Compartilhamento alto
20.145	Marco Figueiredo	PSC	31.643	0,041	8,61	5,17	3,59	Compartilhamento alto
45.000	Mario Marques	PSDB	19.710	0,041	4,82	0,62	0,32	Compartilhamento alto
14.123	José Nader	PTB	38.210	0,040	25,97	15,09	14,33	Compartilhamento alto
26.000	Walney Rocha	PAN	27.923	0,032	4,92	3,84	3,27	Compartilhamento alto
12.200	Sheila Gama	PDT	44.984	0,024	6,87	5,37	5,08	Compartilhamento alto
12.123	Wagner Montes	PDT	111.802	0,022	2,68	1,75	1,57	Compartilhamento alto
15.110	Álvaro Lins	PMDB	108.652	0,021	7,21	4,06	2,95	Compartilhamento alto
15.505	Pedro Augusto	PMDB	115.060	0,021	5,64	2,95	2,55	Compartilhamento alto
25.625	Pedro Fernandes Neto	PFL	68.812	0,021	2,87	2,20	1,20	Compartilhamento alto
25.678	Rodrigo Dantas	PFL	67.362	0,021	4,11	3,21	2,08	Compartilhamento alto
43.043	André do PV	PV	32.832	0,021	12,51	11,83	5,46	Compartilhamento alto
13.010	Alessandro Molon	PT	85.798	0,019	2,21	1,63	1,55	Compartilhamento alto
13.170	Carlos Minc	PT	78.311	0,018	2,42	2,06	1,67	Compartilhamento alto
15.101	Domingos Brazão	PMDB	73.263	0,018	3,33	2,42	1,94	Compartilhamento alto
11.111	Dionisio Lins	PP	59.580	0,016	1,81	0,92	0,47	Compartilhamento alto
25.633	Graça Pereira	PFL	51.255	0,016	1,67	1,01	0,30	Compartilhamento alto
20.126	Coronel Jairo	PSC	50.818	0,015	4,02	1,79	1,57	Compartilhamento alto
25.234	Natalino	PFL	49.405	0,015	2,44	1,67	1,60	Compartilhamento alto
15.345	Chiquinho da Mangueira	PMDB	53.493	0,013	1,52	0,59	0,59	Compartilhamento alto
25.369	Marcelino D'Almeida	PFL	41.614	0,013	1,38	0,48	0,12	Compartilhamento alto
45.620	Luiz Paulo	PSDB	45.218	0,013	1,61	1,38	0,69	Compartilhamento alto
40.777	Armando José	PSB	30.959	0,012	2,79	2,06	1,84	Compartilhamento alto
12.212	Cidinha Campos	PDT	53.556	0,011	1,35	1,06	0,80	Compartilhamento alto
10.100	Beatriz Santos	PRB	39.266	0,010	2,34	1,17	1,01	Compartilhamento alto
11.120	Flávio Bolsonaro	PP	43.099	0,010	2,40	1,13	0,95	Compartilhamento alto
13.444	Jorge Babú	PT	32.563	0,010	1,12	1,03	0,68	Compartilhamento alto
15.210	Roberto Dinamite	PMDB	49.097	0,010	10,72	3,65	2,76	Compartilhamento alto
45.001	Pedro Paulo	PSDB	31.355	0,010	1,01	0,31	0,30	Compartilhamento alto
45.245	Gerson Bergher	PSDB	31.967	0,010	1,03	0,54	0,23	Compartilhamento alto
65.123	Fernando Gusmão	PC do B	40.704	0,010	1,19	0,36	0,32	Compartilhamento alto
15.300	Fábio Silva	PMDB	45.957	0,009	2,23	2,18	1,70	Compartilhamento alto
70.222	Jodenir Soares	PT do B	36.645	0,009	2,00	1,86	1,80	Compartilhamento alto
56.123	Édino Fonseca	PRONA	41.991	0,008	4,91	3,74	1,57	Compartilhamento alto
12.345	Paulo Ramos	PDT	40.798	0,007	1,13	0,88	0,78	Compartilhamento alto

13.455	Gilberto Palmares	PT	32.894	0,007	1,72	1,63	1,46	Compartilhamento alto
50.123	Marcelo Freixo	PSOL	13.547	0,007	1,74	0,24	0,16	Compartilhamento alto

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2006.

2.2.3 Padrões espaciais de votação e região de concentração dos votos

De acordo com a análise de Ames (2003) desenvolvida a partir do modelo distributivista de atuação parlamentar, a existência de dois eixos de configuração da distribuição espacial da votação dos deputados eleitos (concentração/fragmentação e dominância/compartilhamento) permite a sua combinação numa tipologia de padrões espaciais que leve em consideração esses dois eixos, definindo assim quatro diferentes perfis de incentivos para uma atuação parlamentar num *continuum* paroquialista/universalista, conforme discutimos no primeiro capítulo.

No caso norte-americano, origem dos estudos sobre conexões eleitorais, todos os parlamentares apresentam uma conexão eleitoral de perfil concentrado-dominante já que são eleitos em distritos uninominais de acordo com o sistema de representação majoritário. Ou seja, sua representação apresenta uma clara identificação territorial o que resulta num comportamento parlamentar paroquialista já esperado pelo sistema. Já os parlamentares brasileiros, devido ao nosso sistema de representação proporcional de lista aberta, apresentariam padrões espaciais de votação diferenciados que corresponderiam tanto em estratégias diferenciadas de obtenção de votos no distrito, quanto de uma atuação parlamentar que garantiria a manutenção deste eleitorado como seu reduto.

Em outras palavras, enquanto no modelo americano os benefícios desagregados para a sua *constituency* são uma conduta já esperada pela forma como o sistema eleitoral é organizado, no Brasil, a manutenção de redutos eleitorais por meio de uma atuação parlamentar paroquialista seria o oposto do comportamento esperado pelos defensores das virtudes do sistema de representação proporcional. Entretanto, a análise de Carvalho (2003) sobre os padrões espaciais de votação de todos os deputados federais eleitos em 1994 e 1998 apresentou um número significativo de deputados com um padrão espacial concentrado-dominante. Além disso, trabalhamos com a hipótese de que o padrão espacial concentrado-compartilhado, típico de deputados metropolitanos pode ocultar diferenças internas não captadas por análises no nível municipal. Vejamos no Quadro 17 como se distribuem os diferentes padrões espaciais de votação entre os deputados estaduais fluminenses.

QUADRO 17 - Padrão espacial de votação dos deputados estaduais nos municípios

Número	Candidato	Partido	Votação	Grau de concentração	Grau de dominância	Padrão espacial
45.205	Zito	PSDB	204.880	Concentração alta	Dominância alta	Concentrado-dominante
15.280	Noel de Carvalho	PMDB	50.542	Concentração alta	Dominância alta	Concentrado-dominante
36.789	Jane da Núbia	PTC	50.496	Concentração alta	Dominância alta	Concentrado-dominante
31.624	Anabal	PHS	36.462	Concentração alta	Dominância alta	Concentrado-dominante
15.145	Alair Corrêa	PMDB	80.700	Concentração média	Dominância alta	Concentrado-dominante
15.122	Graça	PMDB	92.163	Concentração alta	Dominância média	Concentrado-dominante
22.607	Dr. Alcides Rolim	PL	65.958	Concentração alta	Dominância média	Concentrado-dominante
40.140	Dr. Wilson Cabral	PSB	47.643	Concentração alta	Dominância média	Concentrado-dominante
15.190	Nelson Gonçalves	PMDB	42.268	Concentração alta	Dominância média	Concentrado-dominante
12.612	Olney Botelho	PDT	35.384	Concentração alta	Dominância média	Concentrado-dominante
40.233	Rogerio Cabral	PSB	33.513	Concentração alta	Dominância média	Concentrado-dominante
20.580	Dr. Audir	PSC	31.403	Concentração alta	Dominância média	Concentrado-dominante
20.120	Sabino	PSC	66.309	Concentração média	Dominância média	Concentrado-dominante
45.345	Glauco Lopes	PSDB	44.782	Concentração média	Dominância média	Concentrado-dominante
17.123	Marcos Abrahão	PSL	36.714	Concentração média	Dominância média	Concentrado-dominante
26.123	Renata do Posto	PAN	28.124	Concentração média	Dominância média	Concentrado-dominante
20.003	Tucalo	PSC	28.036	Concentração média	Dominância média	Concentrado-dominante
25.617	Dr. Márcio Panisset	PFL	67.117	Concentração alta	Compartilhamento médio	Concentrado-compartilhado
15.615	Dica	PMDB	60.567	Concentração alta	Compartilhamento médio	Concentrado-compartilhado
15.088	Édson Abertassi	PMDB	48.849	Concentração alta	Compartilhamento médio	Concentrado-compartilhado
15.000	Sula	PMDB	43.549	Concentração alta	Compartilhamento médio	Concentrado-compartilhado
13.633	Inês Pandeló	PT	36.395	Concentração alta	Compartilhamento médio	Concentrado-compartilhado
31.011	Marcelo Simão	PHS	32.654	Concentração alta	Compartilhamento médio	Concentrado-compartilhado
27.123	João Peixoto	PSDC	20.542	Concentração alta	Compartilhamento médio	Concentrado-compartilhado
15.369	Altineu Côrtes	PMDB	87.283	Concentração média	Compartilhamento médio	Concentrado-compartilhado
23.123	André Corrêa	PPS	47.507	Concentração média	Compartilhamento médio	Concentrado-compartilhado
33.333	Alessandro Calazans	PMN	32.528	Concentração média	Compartilhamento médio	Concentrado-compartilhado
22.025	Waldeth do INPS	PL	20.932	Concentração média	Compartilhamento médio	Concentrado-compartilhado
15.505	Pedro Augusto	PMDB	115.060	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado
12.123	Wagner Montes	PDT	111.802	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado
15.110	Álvaro Lins	PMDB	108.652	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado
13.010	Alessandro Molon	PT	85.798	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado
13.170	Carlos Minc	PT	78.311	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado
15.101	Domingos Brazão	PMDB	73.263	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado
25.625	Pedro Fernandes Neto	PFL	68.812	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado
25.678	Rodrigo Dantas	PFL	67.362	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado
11.111	Dionisio Lins	PP	59.580	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado
12.212	Cidinha Campos	PDT	53.556	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado
15.345	Chiquinho da Mangueira	PMDB	53.493	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado
25.633	Graça Pereira	PFL	51.255	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado
20.126	Coronel Jairo	PSC	50.818	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado
25.234	Natalino	PFL	49.405	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado
15.210	Roberto Dinamite	PMDB	49.097	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado
45.620	Luiz Paulo	PSDB	45.218	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado
11.120	Flávio Bolsonaro	PP	43.099	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado
25.369	Marcelino D'Almeida	PFL	41.614	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado
13.651	Rodrigo Neves	PT	41.288	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado
12.345	Paulo Ramos	PDT	40.798	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado
65.123	Fernando Gusmão	PC do B	40.704	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado
10.100	Beatriz Santos	PRB	39.266	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado
23.601	Comte	PPS	38.982	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado
70.222	Jodenir Soares	PT do B	36.645	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado
13.455	Gilberto Palmares	PT	32.894	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado
43.043	André do PV	PV	32.832	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado
13.444	Jorge Babú	PT	32.563	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado
45.245	Gerson Bergher	PSDB	31.967	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado
20.145	Marco Figueiredo	PSC	31.643	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado
45.001	Pedro Paulo	PSDB	31.355	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado
26.000	Walney Rocha	PAN	27.923	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado
45.000	Mario Marques	PSDB	19.710	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado
50.123	Marcelo Freixo	PSOL	13.547	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado
15.159	Picciani	PMDB	76.468	Concentração média	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado
15.300	Fábio Silva	PMDB	45.957	Concentração média	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado
12.200	Sheila Gama	PDT	44.984	Concentração média	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado
56.123	Édino Fonseca	PRONA	41.991	Concentração média	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado
40.777	Armando José	PSB	30.959	Concentração média	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado
15.288	Paulo Melo	PMDB	109.408	Dispersão média	Dominância média	Fragmentado-dominante
15.120	Aparecida Gama	PMDB	42.701	Dispersão média	Compartilhamento médio	Fragmentado-compartilhado
33.233	Christino Áureo	PMN	39.161	Dispersão média	Compartilhamento alto	Fragmentado-compartilhado
14.123	José Nader	PTB	38.210	Dispersão alta	Compartilhamento alto	Fragmentado-compartilhado

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2006.

O padrão espacial denominado de concentrado-dominante corresponde ao padrão de votação de 17 deputados (24,3%), um valor significativamente maior do que o encontrado por Carvalho (2003, p. 105) para os deputados federais. Ou seja, se o padrão concentrado-dominante corresponde ao tipo perfeitamente relacionado com a tese do paroquialismo no legislativo, com base neste quadro podemos perceber que no nível dos municípios o localismo como uma expressão do resultado eleitoral não é a forma predominante para os deputados da ALERJ. Outro padrão de votação também ligado à tese do paroquialismo seria o disperso-dominante. No entanto apenas o deputado eleito Paulo Melo apresentou uma distribuição espacial de votação que se encaixasse neste padrão.

Em síntese, o que fica claro com os dados apresentados é que, ao menos no nível de agregação dos municípios, o localismo como perfil de votação, expresso nos padrões concentrado-dominante e fragmentado-dominante, não é uma variável predominante, o que poderia corresponder a uma conduta parlamentar menos paroquialista por parte dos deputados estaduais. No entanto, a predominância de um padrão de votação concentrado-compartilhado, e na maioria destes casos com um elevado grau de compartilhamento e altamente concentrados nos faz questionar sobre a adequabilidade da classificação única de todos os deputados eleitos por votos oriundos em sua maioria do núcleo metropolitano como deputados de padrão concentrado-compartilhado.

No Quadro 18 apresentamos a lista nominal dos deputados eleitos com suas respectivas classificações de acordo com o grau de concentração, com o grau de dominância, quanto ao padrão espacial de sua votação e uma classificação da região de concentração de sua votação. Essa última classificação é construída de maneira simples, em primeiro lugar classificamos como deputado do interior aquele que obteve mais de 50% de sua votação em municípios não metropolitanos, a partir disso classificamos os deputados metropolitanos de acordo com a concentração de sua votação entre o núcleo metropolitano e os demais municípios que compõem a região metropolitana. Caso ele tenha obtido mais de 25% de sua votação no núcleo metropolitano ele é classificado como deputado da capital e caso tenha obtido votação maior que 25% nos demais municípios da região metropolitana classificamos o deputado como sendo da região metropolitana.

QUADRO 18 - Padrão espacial e região de votação dos deputados estaduais

Número	Candidato	Partido	Grau de concentração	Grau de dominância	Padrão espacial	Região de Votação
15.280	Noel de Carvalho	PMDB	Concentração alta	Dominância alta	Concentrado-dominante	Interior
15.145	Alair Corrêa	PMDB	Concentração média	Dominância alta	Concentrado-dominante	Interior
40.140	Dr. Wilson Cabral	PSB	Concentração alta	Dominância média	Concentrado-dominante	Interior
15.190	Nelson Gonçalves	PMDB	Concentração alta	Dominância média	Concentrado-dominante	Interior
12.612	Olney Botelho	PDT	Concentração alta	Dominância média	Concentrado-dominante	Interior
40.233	Rogerio Cabral	PSB	Concentração alta	Dominância média	Concentrado-dominante	Interior
20.120	Sabino	PSC	Concentração média	Dominância média	Concentrado-dominante	Interior
45.345	Glauco Lopes	PSDB	Concentração média	Dominância média	Concentrado-dominante	Interior
17.123	Marcos Abrahão	PSL	Concentração média	Dominância média	Concentrado-dominante	Interior
20.003	Tucalo	PSC	Concentração média	Dominância média	Concentrado-dominante	Interior
15.088	Édson Abertassi	PMDB	Concentração alta	Compartilhamento médio	Concentrado-compartilhado	Interior
13.633	Inês Pandeló	PT	Concentração alta	Compartilhamento médio	Concentrado-compartilhado	Interior
27.123	João Peixoto	PSDC	Concentração alta	Compartilhamento médio	Concentrado-compartilhado	Interior
23.123	André Corrêa	PPS	Concentração média	Compartilhamento médio	Concentrado-compartilhado	Interior
22.025	Waldeth do INPS	PL	Concentração média	Compartilhamento médio	Concentrado-compartilhado	Interior
40.777	Armando José	PSB	Concentração média	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado	Interior
15.288	Paulo Melo	PMDB	Dispersão média	Dominância média	Fragmentado-dominante	Interior
15.120	Aparecida Gama	PMDB	Dispersão média	Compartilhamento médio	Fragmentado-compartilhado	Interior
33.233	Christino Áureo	PMN	Dispersão média	Compartilhamento alto	Fragmentado-compartilhado	Interior
14.123	José Nader	PTB	Dispersão alta	Compartilhamento alto	Fragmentado-compartilhado	Interior
45.205	Zito	PSDB	Concentração alta	Dominância alta	Concentrado-dominante	RM
36.789	Jane da Núbia	PTC	Concentração alta	Dominância alta	Concentrado-dominante	RM
31.624	Anabal	PHS	Concentração alta	Dominância alta	Concentrado-dominante	RM
15.122	Graça	PMDB	Concentração alta	Dominância média	Concentrado-dominante	RM
22.607	Dr. Alcides Rolim	PL	Concentração alta	Dominância média	Concentrado-dominante	RM
20.580	Dr. Audir	PSC	Concentração alta	Dominância média	Concentrado-dominante	RM
26.123	Renata do Posto	PAN	Concentração média	Dominância média	Concentrado-dominante	RM
25.617	Dr. Márcio Panisset	PFL	Concentração alta	Compartilhamento médio	Concentrado-compartilhado	RM
15.615	Dica	PMDB	Concentração alta	Compartilhamento médio	Concentrado-compartilhado	RM
15.000	Sula	PMDB	Concentração alta	Compartilhamento médio	Concentrado-compartilhado	RM
31.011	Marcelo Simão	PHS	Concentração alta	Compartilhamento médio	Concentrado-compartilhado	RM
15.369	Altineu Côrtes	PMDB	Concentração média	Compartilhamento médio	Concentrado-compartilhado	RM
33.333	Alessandro Calazans	PMN	Concentração média	Compartilhamento médio	Concentrado-compartilhado	RM
13.651	Rodrigo Neves	PT	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado	RM
10.100	Beatriz Santos	PRB	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado	RM
23.601	Comte	PPS	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado	RM
20.145	Marco Figueiredo	PSC	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado	RM
26.000	Walney Rocha	PAN	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado	RM
45.000	Mario Marques	PSDB	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado	RM
15.159	Picciani	PMDB	Concentração média	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado	RM
12.200	Sheila Gama	PDT	Concentração média	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado	RM
56.123	Édino Fonseca	PRONA	Concentração média	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado	RM
15.505	Pedro Augusto	PMDB	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado	Capital
12.123	Wagner Montes	PDT	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado	Capital
15.110	Álvaro Lins	PMDB	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado	Capital
13.010	Alessandro Molon	PT	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado	Capital
13.170	Carlos Minc	PT	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado	Capital
15.101	Domingos Brazão	PMDB	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado	Capital
25.625	Pedro Fernandes Neto	PFL	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado	Capital
25.678	Rodrigo Dantas	PFL	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado	Capital
11.111	Dionisio Lins	PP	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado	Capital
12.212	Cidinha Campos	PDT	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado	Capital
15.345	Chiquinho da Mangueira	PMDB	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado	Capital
25.633	Graça Pereira	PFL	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado	Capital
20.126	Coronel Jairo	PSC	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado	Capital
25.234	Natalino	PFL	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado	Capital
15.210	Roberto Dinamite	PMDB	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado	Capital
45.620	Luiz Paulo	PSDB	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado	Capital
11.120	Flávio Bolsonaro	PP	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado	Capital
25.369	Marcelino D'Almeida	PFL	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado	Capital
12.345	Paulo Ramos	PDT	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado	Capital
65.123	Fernando Gusmão	PC do B	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado	Capital
70.222	Jodenir Soares	PT do B	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado	Capital
13.455	Gilberto Palmares	PT	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado	Capital
43.043	André do PV	PV	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado	Capital
13.444	Jorge Babú	PT	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado	Capital
45.245	Gerson Bergher	PSDB	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado	Capital
45.001	Pedro Paulo	PSDB	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado	Capital
50.123	Marcelo Freixo	PSOL	Concentração alta	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado	Capital
15.300	Fábio Silva	PMDB	Concentração média	Compartilhamento alto	Concentrado-compartilhado	Capital

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2006.

3 A DISPUTA ELEITORAL NA METRÓPOLE: COMPETITIVIDADE ELEITORAL NAS ÁREAS INTRA-URBANAS DA RMRJ

No capítulo anterior apresentamos a caracterização da disputa eleitoral para deputado estadual nos municípios do Estado do Rio de Janeiro. Fizemos essa caracterização por meio de um índice que oferece uma estimativa do número de candidatos relevantes por município, o que nos dá o grau de concentração ou dispersão da disputa eleitoral em número de candidatos competitivos. Gostaríamos de destacar aqui duas informações que ficaram evidentes a partir dos resultados apresentados no capítulo anterior e que servirão de ponto de partida para a análise desenvolvida no presente capítulo e nos seguintes. Em primeiro lugar, destacamos a elevadíssima competitividade eleitoral na capital em relação aos demais municípios do estado, até mesmo em relação a alguns municípios populosos da região metropolitana. Em segundo lugar, destacamos a grande quantidade de deputados eleitos cujo padrão de votação foi identificado como concentrado-compartilhado e cuja maioria dos votos foi obtida no interior da região metropolitana.

O presente capítulo pretende avançar em relação às análises sobre geografia do voto realizadas por Ames (2003) e Carvalho (2003). Essas análises se basearam somente no Legislativo nacional e utilizaram os municípios como unidade geográfica mínima. O que estava em questão nestes estudos era a possibilidade de se identificar diferentes padrões espaciais de votação dos deputados federais nos interior dos grandes distritos eleitorais. Os resultados encontrados por estes estudos não só mostraram a existência de diferentes padrões de votação como também a sua correspondência com diferentes incentivos para a conduta parlamentar dos deputados federais brasileiros.

Estes estudos partiram da suposição normativa de que o nosso sistema de representação proporcional de lista aberta, em tese, favoreceria uma extração de votos mais dispersa e de cunho ideológico, o que permitiria, inclusive, a representação de segmentos do eleitorado que não se veriam representadas em um sistema eleitoral baseado em distritos uninominais. Entretanto, o principal motivo para que se tenha uma tendência à concentração espacial dos votos é que a

conformação do sistema eleitoral proporcional baseado em grandes distritos torna dispendiosa uma campanha que cubra todos os municípios do estado.

Além disso, de acordo com Ames (2003, p. 106), já faz parte da definição de campanha dos candidatos a deputados federais os cálculos de custo e benefício de se conquistar a intenção de voto de determinados segmentos do eleitorado. Diversas situações interferem neste cálculo, como a experiência política prévia do candidato, a estrutura partidária à qual pertence, o seu grau de identificação com os diversos segmentos do eleitorado, a capacidade financeira da campanha, os apoios políticos, e etc. E, além disso, é grande a possibilidade de outros candidatos estabelecerem estratégias de campanha para o mesmo segmento do eleitorado. Por conseqüência, essa alta competição por votos força os candidatos a estabelecerem uma estratégia de campanha a fim de conquistar o máximo de eleitores possível dentro das limitações definidas acima, sendo que nesta estratégia está implícita a relação que o candidato estabelece com as áreas de votação. Tal fato não é irrelevante como uma análise puramente institucionalista pode nos levar a pensar. É esse efeito da organização socioespacial metropolitana sobre os resultados eleitorais que buscaremos evidenciar nos próximos capítulos, tendo como hipótese de que as características socioespaciais das áreas de votação dos deputados apresentam também efeito significativo sobre a sua conduta parlamentar, o que denominamos aqui de conexões territoriais.

Como bem demonstrou Ames (2003, p. 66), um deputado que apresenta um padrão espacial de votação concentrado-dominante, como toda a certeza, estabelece uma relação de identidade com aquele território claramente definido. Por exemplo, uma experiência política anterior como liderança local permite que esta territorialidade se expresse também em sua estratégia de campanha, tornando esse eleitorado o seu interlocutor.

Outro exemplo de relação com o território são os deputados de partidos de esquerda moderada ou radical, cujo padrão espacial foi classificado como sendo cocentrado-compartilhado (AMES, 2003, p. 69). Suas votações, como veremos mais adiante, se concentraram em grande medida nas áreas metropolitanas, principalmente no núcleo metropolitano; e mesmo que seu eleitorado não apresente uma identidade claramente definida com o território, é nessas áreas onde campanha destes candidatos se concentra com base em alguma característica definidora.

Em resumo, o que queremos enfatizar com esses exemplos é que mesmo no caso de candidatos ou deputados que apresentam um discurso claramente ideológico, na maioria dos casos a sua votação no nível municipal se caracteriza por um perfil altamente concentrado nas áreas metropolitanas. Conforme discutido no primeiro capítulo, a dimensão territorial faz parte do jogo eleitoral, seja dos candidatos iniciantes na disputa eleitoral, seja dos atuais deputados candidatos à reeleição.

Com base nisto, consideramos como hipótese que a classificação do padrão de votação dos deputados eleitos no conjunto de municípios da região metropolitana não esclarece as conexões eleitorais possíveis, oriundas de um espaço tão diversificado. As áreas metropolitanas são grandes aglomerados urbanos que se diferenciam das demais áreas urbanas do estado nas suas características de densidade populacional e diversidade interna em termos socioeconômicos. Conforme argumentamos no primeiro capítulo, levando-se em consideração que o perfil socioeconômico do eleitor tem efeito significativo sobre a sua intenção de voto, é de se esperar que um espaço tão diversificado apresente realidades de distribuição espacial dos votos tão distintas quanto às evidenciadas no interior do distrito oficial. Seguindo esse raciocínio, no Estado do Rio de Janeiro a maioria dos deputados eleitos (61%) possui uma conexão eleitoral genericamente definida como concentrado-compartilhado com maioria de votos na área metropolitana, o que torna a necessidade de uma análise desagregada suficientemente relevante no sentido de esclarecer possíveis diferenciações de conexões eleitorais apresentadas por esses deputados metropolitanos.

Portanto, uma primeira hipótese quanto a uma aproximação mais desagregada da distribuição espacial dos votos na região metropolitana é de que a disputa eleitoral não funciona de maneira homogênea como os resultados ao nível de agregação dos municípios nos sugerem. De acordo com os resultados obtidos no segundo capítulo desta dissertação, somos levados a pensar que o mercado eleitoral na região metropolitana funciona de maneira homogeneamente competitiva. Por outro lado, assumindo-se que características socioeconômicas diferenciadas tenham um impacto significativo no comportamento eleitoral dos indivíduos, podemos considerar como hipótese que, no caso destas características socioeconômicas estarem distribuídas de maneira heterogênea no espaço

metropolitano, encontraremos diferentes graus de competitividade eleitoral entre os candidatos a deputado estadual.

A caracterização do grau de competitividade por votos nas áreas intraurbanas da RMRJ tomam como unidade geográfica de análise as “áreas de ponderação” utilizadas no Censo Demográfico de 2000 (IBGE). É a partir dessas áreas que agregamos as informações eleitorais obtidas a partir dos locais de votação. Ao utilizarmos as áreas de ponderação como unidade geográfica de referência, torna-se possível relacionar as informações sobre as características da disputa eleitoral com informações socioeconômicas dos indivíduos e domicílios obtidas a partir dos microdados da amostra do Censo Demográfico. Outro motivo que justifica o seu uso é o fato de coincidirem em certa medida com os limites de bairro no município do Rio de Janeiro e com os limites municipais da periferia metropolitana.

Portanto, o primeiro passo metodológico é utilizar a informação georreferenciada dos resultados eleitorais para os locais de votação e a partir disso classificar as áreas intraurbanas da RMRJ de acordo com a distribuição do *índice do número efetivo de candidatos* por local de votação. A partir da distribuição deste índice construiremos quatro faixas correspondentes aos diferentes graus de competitividade por votos nos diferentes mercados eleitorais conformados pelas áreas internas da RMRJ. Com base nestas informações será possível responder à hipótese sobre a variação do grau de competitividade no interior do espaço metropolitano, e em seguida, verificar em que medida as variações na disputa eleitoral na metrópole estão relacionadas com as características socioeconômicas dessas áreas, assim como pela presença de uma infra-estrutura de serviços públicos.

3.1 GRAUS DE COMPETITIVIDADE POR VOTOS NAS ÁREAS INTRAURBANAS DA RMRJ

Tomando-se como referência o universo dos candidatos a deputado federal no pleito de 2006, o primeiro passo para a caracterização do grau de competitividade da disputa eleitoral é utilizar as informações obtidas no seu nível espacial mais desagregado, isto é, o local de votação. Cada local é formado por uma ou mais seções de votação, sendo este o nível mais desagregado em que é possível obter

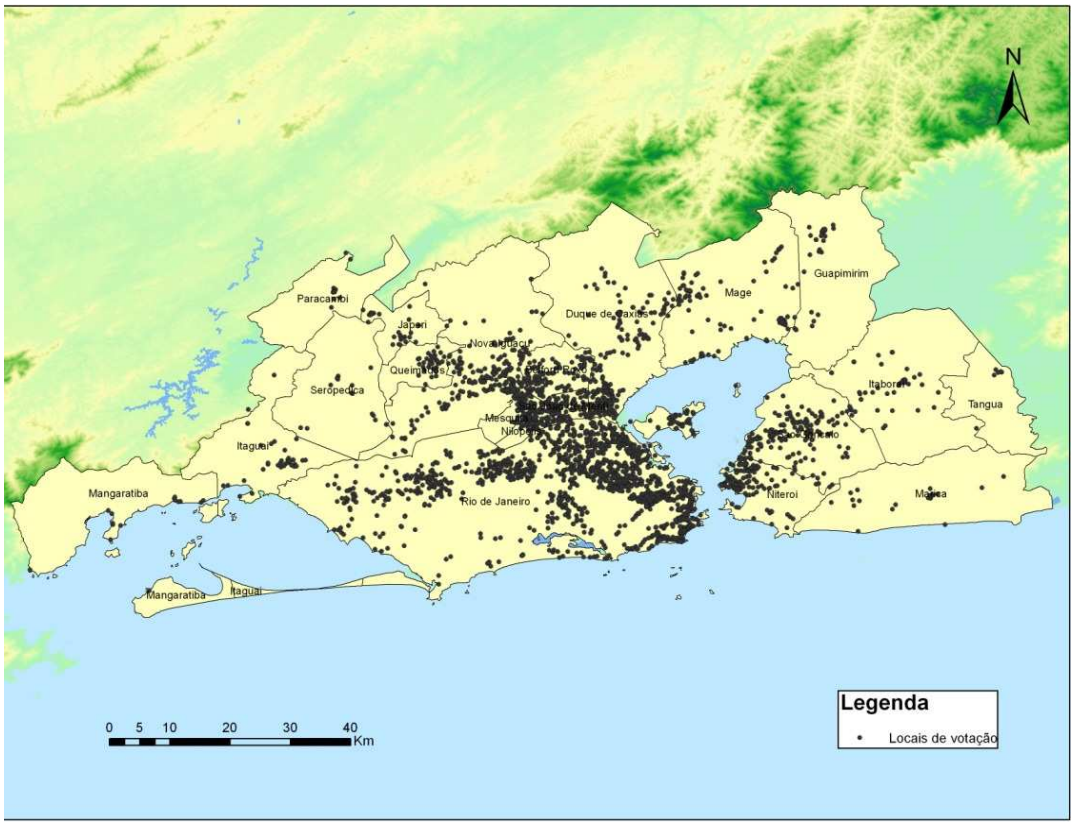
os dados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Como o nosso objetivo é obter uma distribuição espacial da competitividade eleitoral, agregamos as informações das seções eleitorais de acordo com os locais de votação aos quais pertencem.

O segundo passo é identificar o posicionamento geográfico destes locais de votação no espaço metropolitano. Ou seja, a partir dos endereços dos locais de votação fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro (TRE-RJ), obtemos um posicionamento geográfico baseado em latitude e longitude utilizando algumas bases georreferenciadas disponíveis na internet como o Google Earth. Este processo é denominado de geocodificação dos locais de votação da RMRJ[19].

Contudo, devemos considerar que o processo de geocodificação apresenta uma pequena margem de erro em relação à localização exata destes pontos geográficos, pois para algumas áreas essa bases não estão atualizadas, ou possui uma localização genérica como o centróide da rua, do bairro ou do município em que está localizado. Contudo, essa margem de erro é maior para áreas mais periféricas da área metropolitana, enquanto que o erro de localização nos municípios maiores é muito pequeno. Portanto, essa limitação do processo de geocodificação não inviabiliza o trabalho, já que utilizaremos as informações agregadas por áreas de ponderação da RMRJ, que podem corresponder aos limites de localidade ou mesmo aos limites municipais no caso de pequenos municípios periféricos como Tanguá, Guapimirim, Paracambi e Mangaratiba. O Mapa 2 abaixo apresenta o resultado da geocodificação dos 2.843 locais de votação na RMRJ que fizeram parte dos quase 5 mil locais de votação do Estado do Rio de Janeiro em 2006.

[19] A geocodificação dos locais de votação da RMRJ é um dos produtos do projeto de pesquisa intitulado como “Localismo, Geografia social dos votos e governança metropolitana” e desenvolvido no âmbito do Observatório das Metrópoles — INCT-CNPq/FAPERJ, e contou com a colaboração de Bianca Ghiggino, Arthur Molina e Juciano Rodrigues.

MAPA 2 - Locais de votação geocodificados na RMRJ – 2006



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Tribunal Regional Eleitoral - RJ.

A partir dos locais de votação geocodificados, construiu-se o *índice do número efetivo de candidatos (N^{cand})* por locais de votação para cada um dos locais da RMRJ. O objetivo deste índice é fornecer uma estimativa do número médio de candidatos que adquirem votação expressiva nos locais, portanto, permite a identificação do grau de competitividade por votos em cada local de votação da RMRJ. O indicador é calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$N_i^{cand} = \mathbf{1} / \Sigma_{j=1}^{n} p_{ij}^{2}$$

onde p_{ij} é a proporção de votos de um candidato j no local de votação i ; e n é o número de candidatos que receberam pelo menos 1 voto no local de votação j.

Nos locais de votação da região metropolitana do Rio de Janeiro o *índice do número efetivo de candidatos* variou entre 1,77 e 89,38. Considerando-se o total de candidatos que receberam votos nas eleições de 2006 (1.413) a média do índice ficou em 35,93 (Quadro 19), média mais elevada do que a encontrada para o estado como um todo, conforme verificado no capítulo anterior. Este dado é coerente com o resultado apresentado anteriormente sobre o caráter mais competitivo do mercado eleitoral na RMRJ, e se mantém, mesmo quando desagregamos os dados ao nível dos locais de votação. Porém, quando observamos a amplitude do índice, fica claro que há diferenças abruptas no número de candidatos realmente competitivos. Portanto, podemos dizer que na região metropolitana há um grande número de locais de votação onde poucos candidatos são votados de maneira expressiva.

QUADRO 19 - Estatísticas descritivas *do índice do numero efetivo de candidatos* por locais de votação na RMRJ

	Locais de votação	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Número efetivo de candidatos (N_{cand})	2843	1,77	89,38	25,73	18,86

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2006.

O local de votação que apresentou o menor *índice do numero efetivo de candidatos* foi o Colégio Estadual Helio Rangel, localizado no Bairro Jardim Primavera do município de Duque de Caxias, com um índice de 1,77. Já o local de votação com o maior *índice do numero efetivo de candidatos* foi a Câmara Municipal no Centro do município do Rio de Janeiro, com um índice de 89,38.

Com base nessas informações construímos uma tipologia que compreende diferentes graus de competição política conforme a análise realizada no capítulo anterior. Para isso, utilizamos o procedimento de análise de *cluster* pelo método de *k-means,* estabelecendo como objetivo a identificação de 4 grupos com base na distribuição da variável a fim de facilitar a exposição dos resultados. Esses grupos correspondem a faixas do grau de competição por votos nos locais de votação cujo resultado é apresentado no Quadro 20.

QUADRO 20 - Análise de *cluster* do índice do número efetivo de candidatos por local de votação na RMRJ

Cluster	Locais	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
1	1296	1,77	18,09	9,25	4,41
2	715	18,22	35,93	26,36	4,93
3	514	35,94	53,60	44,08	5,24
4	318	53,64	89,38	61,87	6,54

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2006.

A partir desses grupos criamos a variável que caracteriza o grau de concentração/dispersão da competição nos mercados eleitorais conformados pelos locais de votação. O Quadro 21 abaixo apresenta a distribuição dos locais de votação segundo o grau de competitividade dos mercados eleitorais e o número de eleitores aptos compreendidos por cada grau de competitividade.

QUADRO 21 - Locais de votação da RMRJ segundo o grau de competitividade

	Nº de Locais de Votação	Percentual de Locais de Votação	Nº de Eleitores Aptos	Percentual de Eleitores Aptos
Concentração Alta	1296	45,6	3.263.450	39,5
Concentração Média	715	25,1	2.302.532	27,8
Dispersão Média	514	18,1	1.621.456	19,6
Dispersão Alta	318	11,2	1.083.240	13,1
Total	2843	100	8.270.678	100

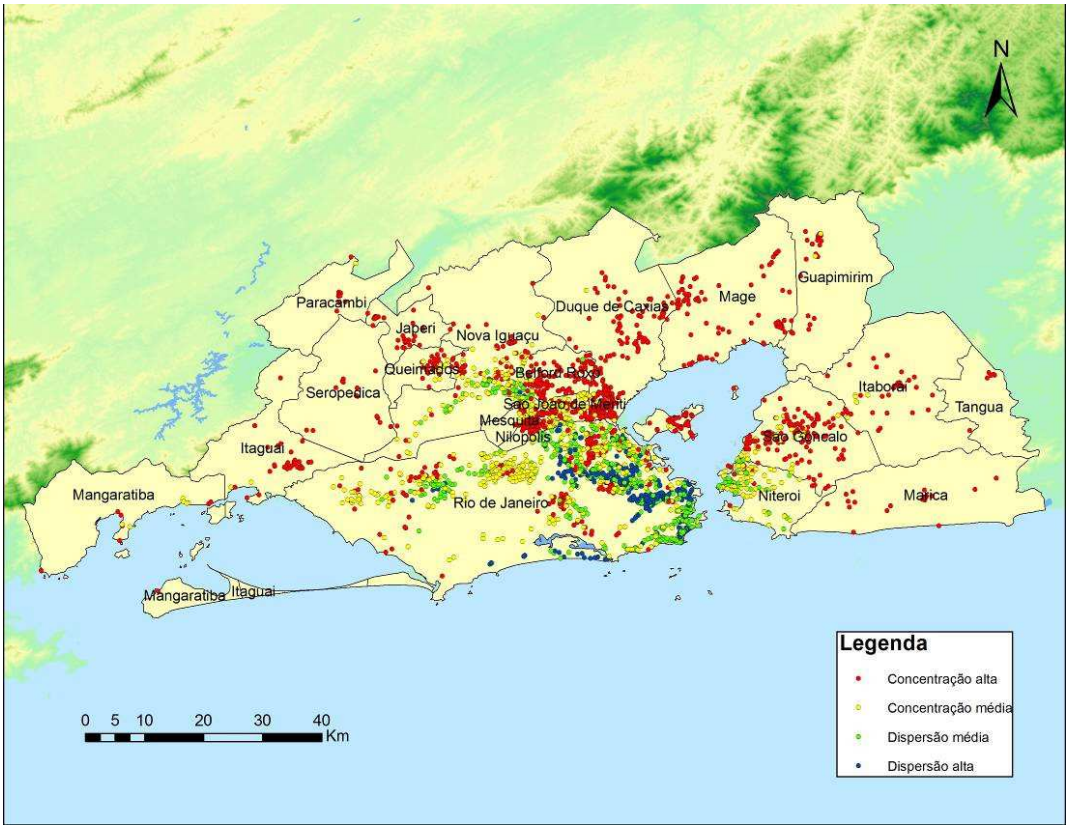
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2006.

Com base no quadro anterior vemos que a maioria dos locais de votação apresenta um mercado eleitoral concentrado em poucos candidatos (70,7%), com um *índice do numero efetivo de candidatos* máximo de 26,36. Além disso, 67,3% dos indivíduos aptos a votar na RMRJ estão alocados em mercados eleitorais concentrados.

O resultado da distribuição espacial deste índice na RMRJ é apresentado no Mapa 3, no qual podemos perceber que os diferentes graus de competitividade por votos nos locais de votação apresentam uma distribuição desigual pelo espaço metropolitano. Os locais de votação que apresentaram uma disputa eleitoral altamente concentrada em poucos candidatos têm uma ocorrência maior nos

municípios que compõem o entorno metropolitano. Em alguns municípios, todos os seus locais de votação apresentaram uma disputa eleitoral altamente concentrada. Por outro lado, a grande maioria dos locais de votação que apresentaram uma disputa eleitoral de dispersão média e alta ocorrem no município do Rio de Janeiro.

MAPA 3 - Locais de votação na RMRJ segundo o grau de competitividade por votos para deputado estadual

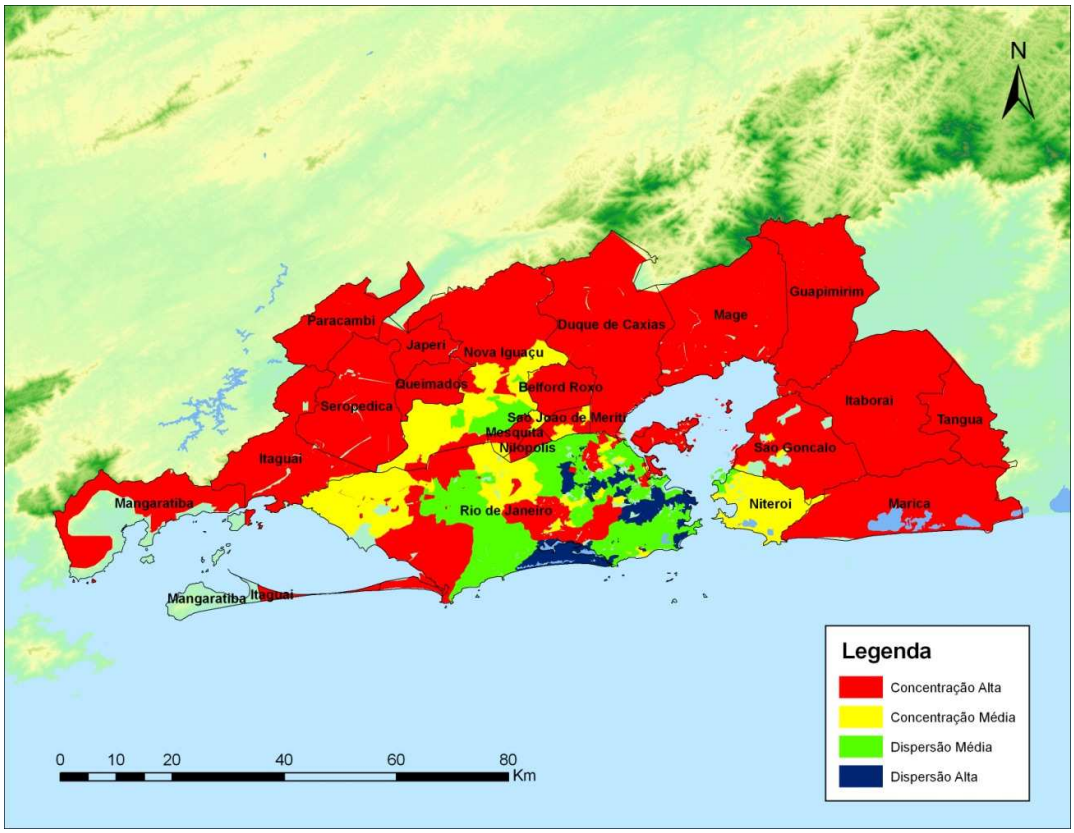


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2006.

A partir desta distribuição territorial do grau de competitividade por votos nos locais de votação é possível passarmos à etapa da classificação das áreas internas da RMRJ. O objetivo, nesta etapa, é classificar as áreas internas da RMRJ de acordo com a concentração de cada um dos graus de competitividade medidos ao nível dos locais de votação. O primeiro passo é construir uma tabela de contingência que apresenta o numero de ocorrências de cada um dos quatro graus de competitividade para cada área de ponderação do Censo Demográfico. Em seguida realizamos uma análise de correspondência binária a fim de reduzir a distribuição dos dados para duas dimensões. As cargas fatoriais produzidas nesta etapa inicial

servem de *intput* para uma análise de classificação hierárquica ascendente das áreas de ponderação. Essa classificação teve como resultado quatro tipos de áreas com uma variância intragrupos de 38% e uma variância intergrupos de 62%. O resultado da distribuição espacial da tipologia do grau de competitividade para o mercado eleitoral de deputados estaduais tendo como base as áreas de ponderação da RMRJ pode ser visto no Mapa 4.

MAPA 4 - Áreas de ponderação da RMRJ segundo o grau de competitividade da disputa eleitoral para deputado estadual



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2006.

Com base no mapa anterior pode-se perceber que há uma desigualdade na distribuição da competição por votos na RMRJ quando consideramos os candidatos a deputado estadual no pleito de 2006, o que o resultado no nível dos locais de votação já apontou anteriormente. E o que chama atenção neste resultado é o fato das áreas classificadas como de mercado altamente concentrado corresponderem em grande medida à periferia da RMRJ, enquanto que as áreas classificadas como

de dispersão alta estão circunscritas apenas ao município pólo da região metropolitana.

A hipótese de que o mercado eleitoral na região metropolitana do Rio de Janeiro apresenta variações consistentes em relação ao seu grau de competitividade se confirma com os dados apresentados. Portanto, resta saber se essas diferenças no grau de competitividade apresentam relação significativa com a distribuição de características socioeconômicas da população da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Os resultados anteriores para o conjunto dos municípios do estado apresentaram resultado satisfatório ao evidenciar uma correlação significativa entre o grau de competitividade da disputa eleitoral nos municípios e variáveis socioeconômicas. Porém, no nível de agregação dos municípios, o tamanho do eleitorado mostrou-se variável determinante sobre o grau de competitividade, devido ao peso do eleitorado na região metropolitana, especialmente o município do Rio de Janeiro, único a apresentar uma disputa eleitoral altamente competitiva em relação aos demais.

3.2 A ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DA RMRJ

Devido à consistência dos padrões de concentração e de dispersão do mercado eleitoral e a dinâmica de centro e periferia da região metropolitana, podemos ensaiar uma hipótese explicativa que leve em consideração a conformação socioespacial desta área metropolitana. Ou seja, podemos investigar a possibilidade de que os diferenciais de competitividade entre as áreas internas da metrópole estejam relacionados com esta distribuição heterogênea de variáveis socioeconômicas no espaço metropolitano.

Para este trabalho utilizaremos somente a legislatura eleita em 2006, o que nos impossibilita de verificar a hipótese da reprodução dos padrões de competitividade eleitoral no tempo e sua relação com indicadores socioeconômicos. Entretanto, evidências empíricas sobre a relação entre os padrões de competitividade e a conformação socioespacial da região metropolitana do Rio de Janeiro já seriam suficientes para avançarmos na possibilidade de ampliar a potencialidade explicativa

da geografia do voto para além das variáveis políticas relacionadas ao funcionamento do sistema representativo proporcional.

A idéia a ser desenvolvida nesta seção é de que este espaço tal como se organiza socialmente impacta de maneira significativa as formas de comportamento eleitoral, influenciando nas possibilidades de escolha, na informação política disponível, na busca por informações acerca da política, e no nível de compreensão que os indivíduos têm acerca do processo político de uma maneira geral e do processo eleitoral em específico. Portanto, se entendemos que variáveis socioeconômicas como nível de renda e de escolaridade têm efeitos habilitadores para o exercício político consciente, e se esses recursos se distribuem de maneira desigual no espaço metropolitano, podemos esperar como significativa a relação entre a distribuição espacial destes recursos e os diferentes graus de competitividade eleitoral.

Além disso, podemos verificar o impacto que a estrutura socioespacial exerce sobre os diferentes padrões de competitividade eleitoral. Quando identificamos uma homologia entre a estrutura social de uma determinada sociedade e a forma como ela se distribui pelo espaço urbano, estamos diante de processos de segregação socioespacial que aplicam às distancias físicas o mesmo significado simbólico das distâncias sociais entre os diferentes grupos de *status*. E, caso identifiquemos uma relação entre essa estrutura socioespacial e os padrões de competitividade eleitoral, estaremos diante das mesmas forças que atuam na reprodução das desigualdades sociais agindo também sobre as desigualdades políticas no espaço metropolitano.

Além disso, consideramos que a desigualdade na distribuição pelo território metropolitano de serviços públicos de infra-estrutura proporciona regiões de maior carência de serviços que, de acordo com a literatura sobre o “clientelismo urbano” essas necessidades, podem ser mobilizadas nas eleições tornando-se objeto de barganha em torno do voto. Essa carência de serviços públicos de infra-estrutura em determinadas áreas da metrópole é resultado direto da ausência de um modelo de gestão integrada do território — ou seja, de uma gestão dos problemas urbanos comuns a todos os municípios metropolitanos que esteja acima das limitações institucionais municipais — e que consiga fazer frente às dinâmicas de segregação socioespacial. Nas quatro seções seguintes apresentamos o resultado espacializado de algumas variáveis que nos permitem de maneira aproximada mensurar a relação

entre a organização sociespacial metropolitana, entendida aqui pelas características socioeconômicas das áreas intra-urbanas da região metropolitana bem como de suas necessidades de infra-estrutura, e os diferentes graus de competitividade por votos na disputa eleitoral para o cargo de deputado estadual.

3.2.1 Média do rendimento familiar per capita

Nesta seção analisaremos a relação entre a distribuição espacial dos diferentes níveis de rendimento familiar *per capita* com os diferentes graus de competitividade encontrados para as áreas intra-urbanas da RMRJ. Esperamos, portanto, que haja uma diferenciação espacial na distribuição dos níveis de rendimento familiar e que esta apresente uma correlação positiva com os diferentes comportamentos do mercado eleitoral.

Em primeiro lugar, calculamos a média por área de ponderação dos diferentes níveis de rendimento familiar *per capita,* e em seguida, a fim de facilitar a visualização da distribuição da renda familiar *per capita* pelo espaço metropolitano, dividimos esta distribuição em quatro partes iguais, o que nos permite classificar essas áreas em quatro grupos de renda. O resultado desta classificação é apresentado no Quadro 22, incluindo as estatísticas descritivas referentes a cada grupo.

QUADRO 22 - Estatísticas descritivas da classificação da média da renda familiar *per capita* em quartis - 2000

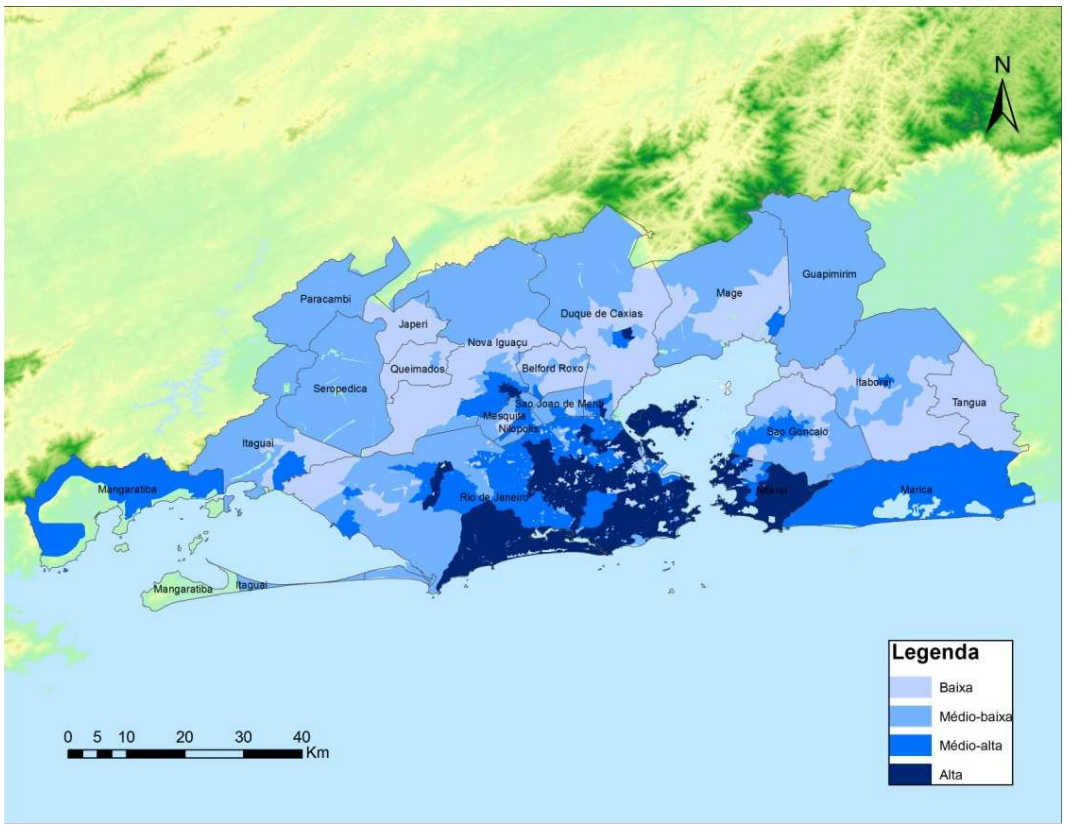
Quartis da média de renda	N° de Áreas	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Baixa	111	139,95	212,02	184,85	16,57
Médio-baixa	111	212,42	291,60	248,25	22,07
Médio-alta	111	293,96	474,38	370,20	52,41
Alta	110	474,43	3336,93	1081,94	671,53

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000.

O Mapa 5 apresenta a espacialização dos quartis de renda familiar *per capita* para as áreas de ponderação da RMRJ. Apesar do dinamismo econômico crescente de municípios da baixada fluminense como Nova Iguaçu e Duque de Caxias, a distribuição espacial da renda ainda apresenta um marcado padrão centro-periferia, com alguma elevação na renda nas áreas centrais dos municípios do entorno

metropolitano, mas a grande maioria das áreas destes municípios apresenta um nível de renda entre médio-baixo e baixo.

MAPA 5 - Áreas de ponderação da RMRJ segundo os níveis de renda familiar *per capita*



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000.

Em seguida calculamos o grau de correlação entre as variáveis de média da renda familiar *per capita* e média do *índice do numero efetivo de candidatos* por áreas de ponderação. O resultado do teste de correlação apresentado no Quadro 23 indica que há uma correlação significativa e moderada entre essas duas variáveis.

QUADRO 23 - Correlação entre o *índice do número efetivo de candidatos* e a média da renda familiar *per capita*

		Índice do número efetivo de candidatos[1]	Média da renda familiar per capita[2]
Índice do número efetivo de candidatos[1]	Correlação	1	0,495*
	Significância		0,00
	N	401	401
Média da renda	Correlação	0,495*	1

familiar per capita[2]	Significância	0,00	
	N	401	401

(*) Correlação significativa ao nível de 0,01.
(1) Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2006
(2) Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000.

3.2.2 Média do clima educativo domiciliar

Nesta seção analisamos a relação entre a distribuição das médias da variável de clima educativo domiciliar nas áreas da RMRJ. Essa variável busca identificar o montante de capital escolar disponível nos domicílios e é calculada pela média dos anos de estudo dos adultos no domicílio. Estudos recentes sobre segregação residencial e desigualdades sociais têm destacado a sua capacidade de sintetizar as desigualdades sociais expressas no território, pois apresenta resultados significativos sobre o rendimento escolar de crianças e adolescentes, sobre as chances de jovens e adultos acessarem oportunidades de emprego de qualidade e bem remunerados (RIBEIRO; KOSLINSKI, 2010; RIBEIRO; RODRIGUES; CORRÊA, 2010; ZUCCARELLI; CID, 2010).

Sendo assim, calculamos para cada área de ponderação a média do clima educativo domiciliar e dividimos essa distribuição em quatro partes iguais, o que nos fornece quatro níveis de clima educativo domiciliar, cujo resultado apresentamos no Quadro 24, abaixo.

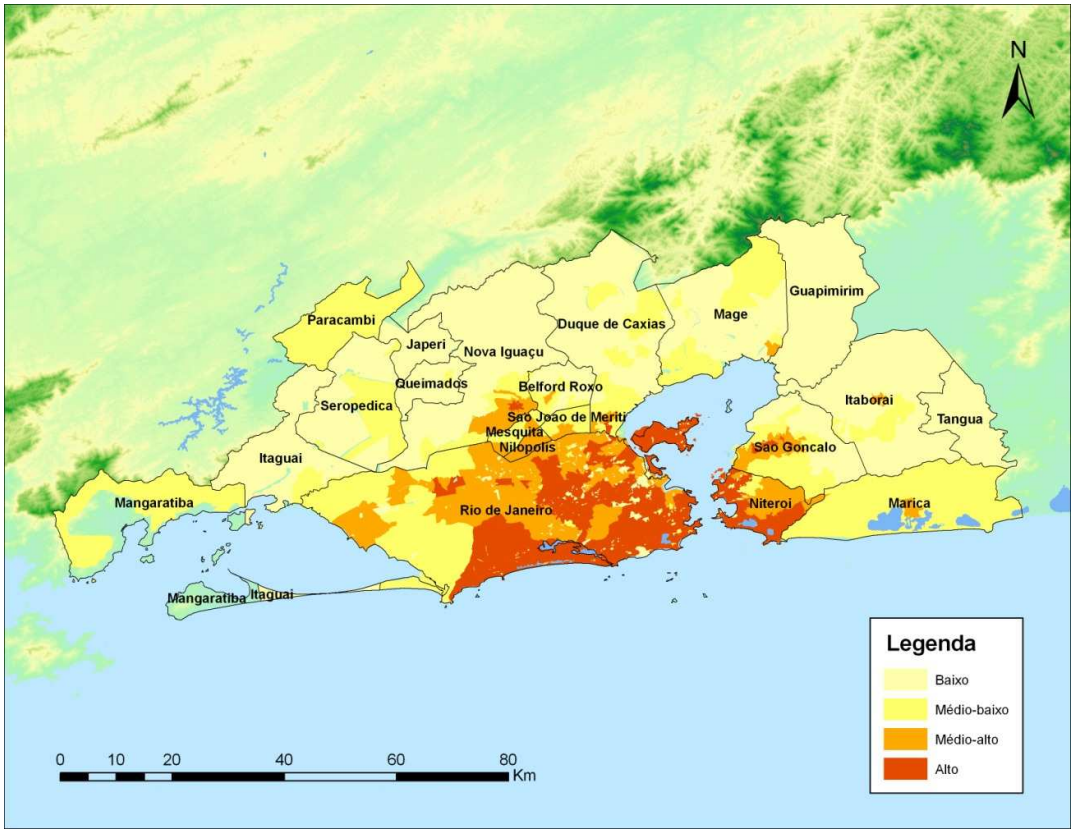
QUADRO 24 - Estatísticas descritivas da classificação da média do clima educativo domiciliar em quartis - 2000

Quartis do clima educativo domiciliar	N° de Áreas	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Baixa	111	4,24	5,44	5,05	0,29
Médio-baixa	111	5,44	6,59	6,04	0,35
Médio-alta	111	6,61	8,29	7,41	0,49
Alta	110	8,30	13,47	10,17	1,51

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000.

Os dados anteriores demonstram a assimetria da distribuição do clima educativo domiciliar entre as diferentes áreas do espaço metropolitano já que a média do clima educativo no quartil mais baixo é a metade da média do clima educativo no quartil mais elevado. O Mapa 6 apresenta a espacialização dos quartis de clima educativo domiciliar médio para as áreas de ponderação da RMRJ.

MAPA 6 - Áreas de ponderação da RMRJ segundo os níveis do clima educativo domiciliar médio



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000.

Em seguida calculamos o grau de correlação entre as variáveis do clima educativo domiciliar médio e o *índice do numero efetivo de candidatos* por áreas de votação. O resultado do teste de correlação apresentado no Quadro 25 indica que há uma correlação significativa e forte entre a duas variáveis.

QUADRO 25 - Correlação entre o *índice do número efetivo de candidatos* e o clima educativo domiciliar médio

		Índice do número efetivo de candidatos	Clima educativo domiciliar médio
Índice do número efetivo de candidatos	Correlação	1	0,625*
	Significância		0,00
	N	401	401
Clima educativo domiciliar médio	Correlação	0,625*	1
	Significância	0,00	
	N	401	401

(*) Correlação significativa ao nível de 0,01.
(1) Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2006
(2) Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000.

3.2.3 Estrutura socioespacial da RMRJ

No texto intitulado de “Efeitos do Lugar”, Bourdieu (1997) apresenta a sua concepção teórica crítica aplicada à compreensão do espaço urbano, mais especificamente dos “lugares”, isto é, espaços de vida onde os cidadãos estabelecem os meios de sua reprodução social. Neste texto Bourdieu discute sobre os mecanismos que fundamentam a dominação no interior do espaço urbano, ou seja, sobre a forma como os diversos grupos sociais competem entre si pela apropriação deste espaço físico necessário para a sua reprodução social.

O pressuposto é que os diferentes pedaços que compõem o espaço urbano apresentam diferentes ganhos de localização — apropriação conceitual da economia urbana — e a apropriação destes ganhos por grupos sociais depende em certa medida da posse prévia de diversas modalidades de capital, como o capital econômico, o capital social, e o capital simbólico (BOURDIEU, 1997). Em última análise, a apropriação destes ganhos de localização termina por aumentar as chances de aquisição dos diversos capitais, reproduzindo assim os mecanismos de dominação.

Os ganhos de localização possíveis são: (i) os ganhos de situação, pela possibilidade de estar próximo à bens e recursos escassos que geram o mecanismo de distinção de classes, como os bens e recursos culturais e educacionais; (ii) os ganhos de posição de classe, onde a localização em área construída simbolicamente como dominada pelas classes superiores, permite aos não integrantes desta classe de usufruírem dos benefícios simbólicos de distinção propiciados somente pela localização em uma área prestigiada da cidade; e, por fim, (iii) os ganhos de ocupação, por meio de mecanismos como a capacidade de impor normas sociais, modelos culturais e estilos de vida nos lugares, tornando possível garantir a posse do espaço físico ao mesmo tempo em que se mantém as distâncias físicas entre os dominantes e os dominados, ou a garantia de distanciamento social mesmo quando há proximidade física.

Deste modo, a tendência é que o amplo espaço físico urbano seja disputado de maneira desigual por grupos sociais, onde os vencedores desta disputa adquirem a prerrogativa de garantir e proteger estes pedaços apropriados da cidade contra o acesso de grupos sociais desprestigiados, ao mesmo tempo em que estes últimos, pela ausência dos recursos necessários para exercer o domínio sobre a ocupação do espaço urbano, são levados a ocupar áreas tidas como menos prestigiadas. Fica evidente que os efeitos de causação circular desta conformação de espaços sociais homogêneos surgem na reprodução contínua da apropriação e desapropriação de bens e recursos necessários para o exercício da dominação, é esta causação circular que Bourdieu chamou de “efeitos do lugar”.

A fim de verificar os efeitos das mudanças no mercado de trabalho nas grandes metrópoles brasileiras em decorrência de um aprofundamento da inserção na economia global, o Observatório das Metrópoles, baseado na idéia de “espaços sociais” de Bourdieu, construiu uma hierarquia socioespacial das áreas intraurbanas da metrópole fluminense (RIBEIRO, 2000b). A idéia desta tipologia foi captar diferentes graus de homogeneidade nas áreas internas da metrópole tendo como variável chave a distribuição dos indivíduos por categorias socioocupacionais, essa distribuição hierarquizada por categorias ocupacionais teve como objetivo servir de *proxy* para a identificação da estrutura social da metrópole fluminense.

A partir do dado de ocupação informado pelo indivíduo no Censo Demográfico, construiu-se uma hierarquização socioocupacional a partir da combinação das informações ocupacionais com outras variáveis como renda, posição na ocupação, setor de atividade, e grau de instrução, o que resultou em uma hierarquia de 25 categorias socioocupacionais. A distribuição das categorias socioocupacionais nas áreas internas da RMRJ foi submetida a uma análise de correspondência binária e posteriormente a uma classificação hierárquica ascendente. O resultado deste sofisticado procedimento de classificação foi a identificação de 8 grandes tipos socioespaciais cujo perfil socioocupacional fosse suficientemente coerente entre si e suficientemente distinto dos outros tipos: (RIBEIRO, 2000).

As composições dos tipos socioespaciais se alteraram entre os censos de 1980 e 2000, refletindo em parte as mudanças no mercado de trabalho da RMRJ neste

período[20]. Portanto, neste trabalho utilizamos a construção mais recente feita com base nos dados do Censo Demográfico de 2000 (LAGO, 2009). Na Tabela 4, abaixo podemos ver as tipologias socioespaciais construídas de acordo com o perfil de distribuição das categorias socioocupacionais.

TABELA 4 - Tabela de contingência entre as categorias socioocupacionais e a tipologia socioespacial da RMRJ – 2000

Categorias socioocupacionais	Tipologia socioespacial								
	Superior	Superior Médio	Médio	Médio Inferior	Operário Popular	Popular Operário	Popular	Popular Agrícola	TOTAL
Dirigentes	***9,2***	***3,9***	***1,6***	***0,7***	***0,5***	***0,3***	***0,5***	***0,8***	***1,2***
Grandes Empregadores	6,5	2,4	0,9	0,3	0,1	0,1	0,2	0,1	0,6
Dirigentes do Setor Público	0,5	0,5	0,3	0,2	0,1	0,1	0,2	0,3	0,2
Dirigentes do Setor Privado	2,2	1,0	0,5	0,2	0,2	0,1	0,2	0,3	0,3
Profissionais de Nível Superior	***32,9***	***29,5***	***15,5***	***7,5***	***3,6***	***2,2***	***2,4***	***2,0***	***8,8***
Profissionais Autônomos de Nível Superior	10,6	7,5	3,1	1,4	0,7	0,5	0,6	0,7	2,0
Profissionais Empregados de Nível Superior	14,2	13,2	6,6	2,7	1,3	0,8	0,9	0,5	3,6
Profissionais Estatutários de Nível Superior	3,1	3,4	2,2	1,1	0,5	0,2	0,2	0,2	1,1
Professores de Nível Superior	4,9	5,5	3,7	2,3	1,1	0,7	0,7	0,6	2,1
Pequenos Empregadores	***10,1***	***6,3***	***3,9***	***2,2***	***1,4***	***0,9***	***1,2***	***1,8***	***2,5***
Ocupações Médias	***29,6***	***34,2***	***39,9***	***35,5***	***25,9***	***19,2***	***15,6***	***14,6***	***27,8***
Ocupações de Supervisão	9,5	7,8	6,5	4,5	3,3	2,6	2,3	2,6	4,3
Ocupações Técnicas	6,8	9,0	9,7	7,3	4,6	3,3	2,7	2,8	5,8
Ocupações Artísticas e Similares	3,2	2,8	1,7	1,3	1,0	0,9	0,8	0,4	1,3
Ocupações Médias da Saúde e Educação	2,5	3,6	5,2	5,5	4,5	3,4	3,2	3,4	4,2
Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios	1,5	2,2	3,4	4,3	3,4	2,3	1,6	1,6	2,9
Ocupações de Escritório	6,1	8,8	13,6	12,6	9,1	6,7	5,0	3,8	9,2
Trabalhadores do Secundário	***1,9***	***5,1***	***11,1***	***17,4***	***24,6***	***28,4***	***28,0***	***28,8***	***20,2***
Trabalhadores da Indústria Moderna	0,3	0,8	2,0	3,9	5,3	5,3	4,4	4,8	3,9
Trabalhadores da Indústria Tradicional	0,8	1,3	2,3	3,8	5,0	5,3	4,1	4,3	3,9
Trabalhadores dos Serviços Auxiliares	0,4	1,5	4,2	5,2	6,3	6,4	5,3	6,5	5,1
Trabalhadores da Construção Civil	0,5	1,4	2,6	4,5	8,0	11,5	14,1	13,2	7,3
Trabalhadores do Terciário Especializado	***6,1***	***10,5***	***17,5***	***22,2***	***24,1***	***23,9***	***21,9***	***16,6***	***20,7***
Trabalhadores do Comércio	3,6	5,8	9,2	10,7	10,8	10,6	9,5	7,4	9,7
Prestadores de Serviços Especializados	2,6	4,7	8,4	11,5	13,2	13,4	12,4	9,2	11,0
Trabalhadores do Terciário Não-especializado	***10,0***	***10,2***	***10,3***	***14,3***	***19,7***	***24,7***	***28,1***	***25,7***	***18,3***
Prestadores de Serviços Não Especializados	3,2	3,0	3,0	4,3	5,9	7,3	7,4	5,8	5,3
Trabalhadores Domésticos	6,1	5,7	4,0	5,3	8,7	12,4	16,4	15,7	8,8
Ambulantes	0,6	1,4	2,9	4,0	4,3	4,1	3,5	3,3	3,5
Biscateiros	0,1	0,1	0,3	0,6	0,7	0,8	0,9	0,9	0,6
Agricultores	***0,2***	***0,3***	***0,1***	***0,2***	***0,3***	***0,5***	***2,1***	***9,7***	***0,5***
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100

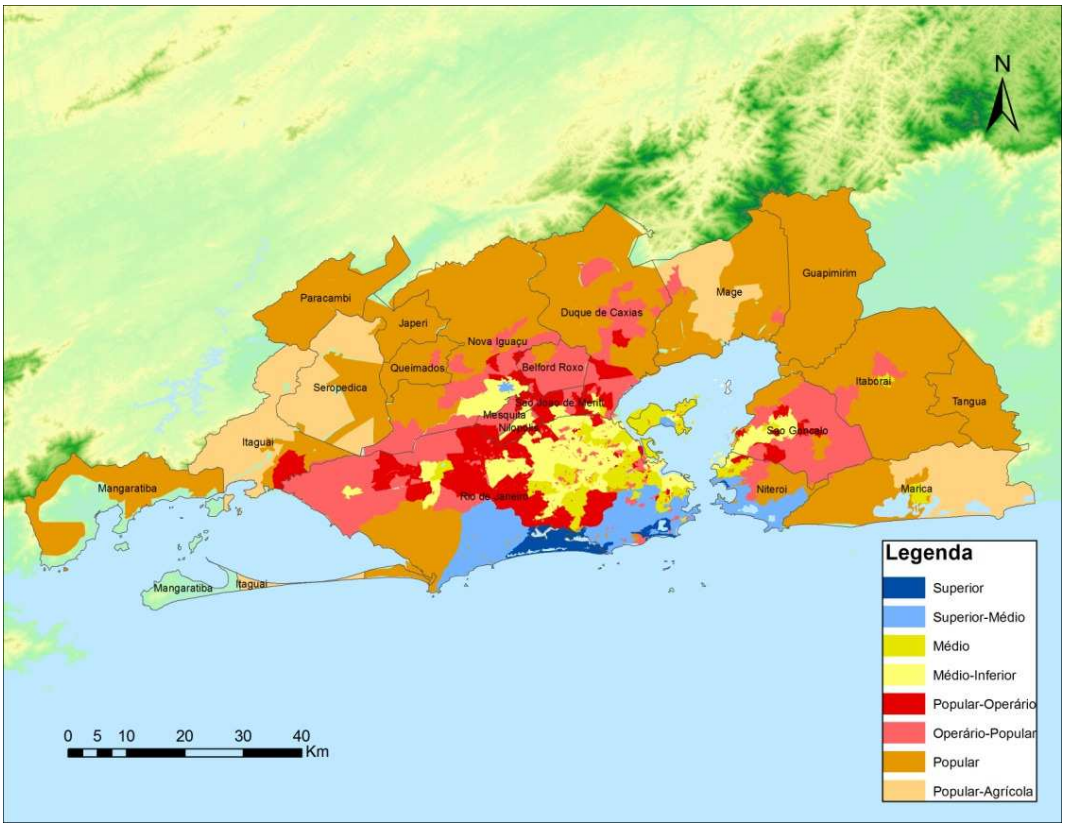
Fonte: LAGO, 2009.

O Mapa 7 traz o resultado espacializado da tipologia construída para as áreas intraurbanas da RMRJ. Com este mapa fica nítida a segregação socioespacial que caracteriza a ocupação do espaço urbano na RMRJ. Excetuando-se Niterói e Nova

[20] Para uma análise das mudanças na hierarquia socioespacial das metrópoles, conferir Mammarella e Lago (2009).

Iguaçu, as tipologias “superior” e “superior-médio” estão circunscritas ao território da capital. O mesmo ocorre com os tipos “médio” e “médio-inferior”, cuja incidência ocorre basicamente na capital; mas com algumas diferenças, já que corresponde à grande parte das áreas da Zona Norte do Rio de Janeiro e algumas ocorrências do tipo “médio-inferior” em municípios da Baixada Fluminense como Nova Iguaçu, Nilópolis, São João de Meriti, Duque de Caxias, e o município de São Gonçalo. Por outro lado, os tipos “popular” e “popular-agrícola”, não apresentam incidência significativa em relação aos demais tipos no interior da capital. Somente algumas áreas de favela e a região de Guaratiba apresentam ocorrência do tipo “popular”. Os tipos “operário-popular” e “popular-operário” apresentam incidência no entorno das áreas classificadas como de tipo “médio” e “médio-inferior”, como também, são os tipos predominantes nas áreas de favela.

MAPA 7 - Áreas de ponderação da RMRJ segundo a tipologia socioespacial



Fonte: LAGO, 2009.

A fim de facilitar a verificação da existência de correlação entre a estrutura socioespacial da RMRJ e os diferentes graus de competitividade da disputa eleitoral,

utilizaremos o percentual de indivíduos classificados em categorias socioocupacionais de tipo superior[21]. O resultado é uma correlação moderada e significativa entre o percentual de pessoas em ocupações superiores na estrutura socioocupacional, portanto, podemos dizer que há uma relação significativa entre a estrutura socioespacial da metrópole fluminense e os diferentes graus de competitividade.

QUADRO 26 - Correlação entre o índice do número efetivo de candidatos e o percentual de pessoas com ocupação superior

		Índice do número efetivo de candidatos	% de pessoas com ocupação superior
Índice do número efetivo de candidatos	Correlação	1	0,544*
	Significância		0,00
	N	413	413
% de pessoas com ocupação superior	Correlação	0,544*	1
	Significância	0,00	
	N	413	443

(*) Correlação significativa ao nível de 0,01.
(1) Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2006
(2) Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000.

3.2.4 Índice de carência de serviços de infra-estrutura

A fim de facilitar a interpretação da distribuição espacial das carências de serviços de infra-estrutura criamos um índice composto que tem como objetivo identificar o percentual de pessoas por área de ponderação vivendo em domicílios que apresentam carência de pelo menos um dos serviços de infra-estrutura como abastecimento de água, esgotamento sanitário, e coleta de lixo.

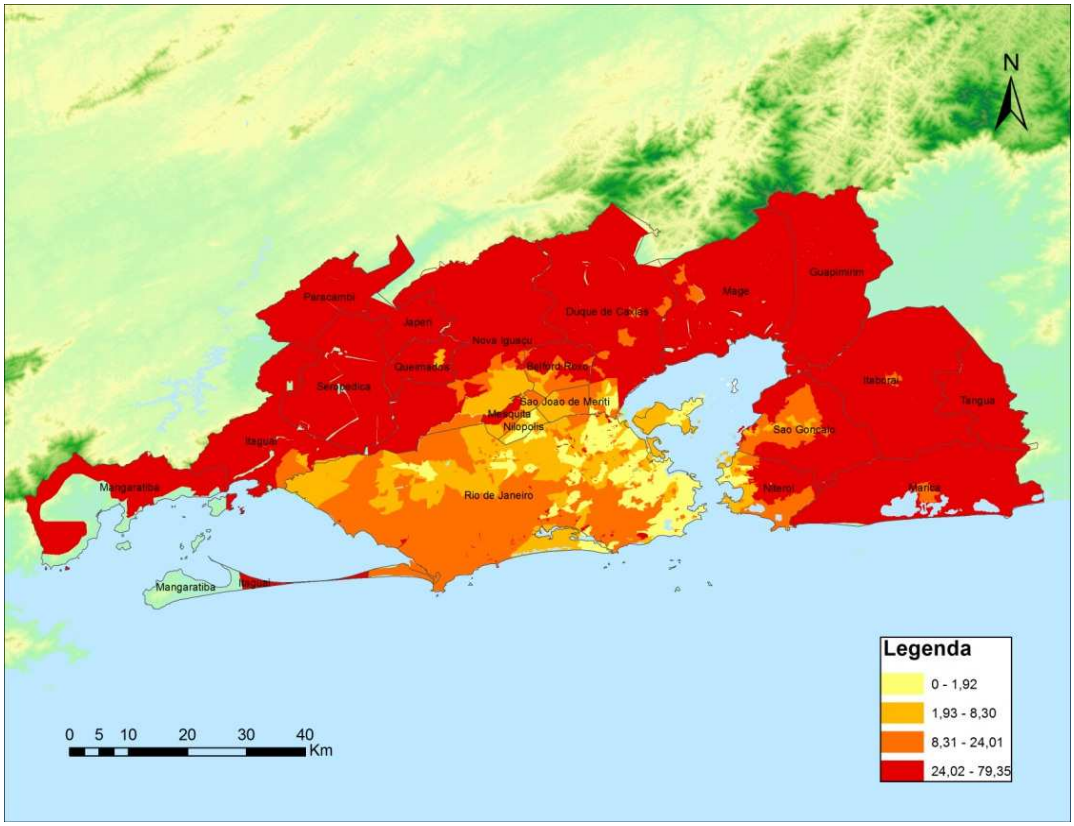
A construção deste índice composto nos permite identificar as áreas da RMRJ que apresentam as situações mais críticas em termos do atendimento de condições mínimas de infra-estrutura. Além disso, a construção de um índice composto é importante porque algumas áreas sofrem mais com determinado tipo de carência do que outras, porque numa mesma área alguns domicílios podem apresentar carência de um determinado serviço enquanto outros domicílios apresentam carência de

[21] Neste caso estamos considerando indivíduos classificados nas categorias ocupacionais: Grandes Empregadores, Dirigentes do Setor Público, Dirigentes do Setor Privado, Profissionais de Nível Superior, Profissionais Autônomos de Nível Superior, Profissionais Empregados de Nível Superior, Profissionais Estatutários de Nível Superior, e Professores de Nível Superior.

outro serviço. Portanto, a partir desse índice podemos verificar a dispersão pelo espaço metropolitano das carências de serviços de infra-estrutura inclusive considerando a sobreposição de diferentes carências em uma mesma área.

Levando-se em consideração a distribuição espacial do percentual de carência de infra-estrutura (Mapa 8), constatamos que 25% das áreas de ponderação da RMRJ apresentaram um índice de carência variando entre 24% e 79,4% de pessoas residindo em domicílios caracterizados em alguma das quatro situações de carência, e novamente as áreas mais carentes de infra-estrutura na RMRJ se localizam em grande parte nos municípios periféricos da RMRJ. Em alguns municípios todas as áreas de ponderação apresentaram entre 24,02% ou mais de pessoas residindo em domicílios com alguma carência de serviços de infra-estrutura.

MAPA 8 - Áreas de ponderação da RMRJ segundo os quartis do índice de carência de infra-estrutura



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000.

3.3 EFEITOS DA ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL SOBRE A COMPETITIVIDADE ELEITORAL

Nesta seção buscaremos explorar o efeito que a organização socioespacial metropolitana exerce sobre os diferentes graus de competitividade na disputa eleitoral entre os candidatos a deputado estadual. Conforme foi discutido no primeiro capítulo, duas dimensões da organização socioespacial metropolitana podem apresentar efeitos significativos sobre a competitividade eleitoral: as características socioeconômicas das áreas intra-urbanas, e as carências de serviços públicos universalizados de infra-estrutura.

De acordo com a hipótese formulada, a concentração de recursos como renda e escolaridade nos territórios permite um exercício mais autônomo e consciente da escolha política, o que torna a disputa eleitoral mais competitiva nas áreas de recursos socioeconômicos concentrados. Dito de outra maneira, o eleitor vivendo num ambiente de contato direto com pessoas escolarizadas e de renda elevada teria também um maior contato com assuntos e temas da política, o que ampliaria não só o seu leque de escolhas, como também ampliaria a própria capacidade de adquirir e avaliar as informações necessárias para uma escolha política consciente (racional).

No plano das carências, o fato de haver áreas da metrópole em desigualdade de atendimento de serviços públicos de infra-estrutura que por sua natureza deveriam ter atendimento igual para todos, já demonstra a incapacidade ou a falta de vontade política do poder público de prover essas áreas de infra-estrutura. E aqui se abre a oportunidade para o parlamentar eleito assumir o papel de "mediador" entre as demandas comunitárias e o poder público, cuja recompensa é o voto.

Para melhor entender como se dão essas relações utilizaremos as seguintes variáveis:

(i) N^{cand}: índice do número efetivo de candidatos por área de ponderação;
(ii) *Concentração de recursos*: percentual por área dos indivíduos cuja renda familiar *per capita* é acima de cinco salários mínimos e cujo clima educativo domiciliar é acima de onze anos de estudo;
(iii) *Favela*: percentual por área de ponderação de pessoas residindo em setores classificados como aglomerado subnormal[22];

[22] Essa variável proveniente do Censo Demográfico de 2000 indica se o domicílio do indivíduo considerado está localizado em setor censitário que corresponda a um "conjunto (favelas e assemelhados) constituído por unidades habitacionais (barracos, casas etc.), ocupando, ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostas, em

(iv) *Carência de infra-estrutura*: percentual por área de ponderação de pessoas vivendo em domicílios onde não há abastecimento de água por meio de rede pública ou fonte própria no terreno; ou em domicílios que não tenham acesso à rede de esgotamento sanitário por rede geral ou por meio de fossa séptica; ou ainda, em domicílios cujo lixo não seja coletado por serviço público de limpeza.

A fim de avaliarmos o poder explicativo das variáveis descritas acima sobre os diferentes graus de competitividade por votos nas áreas internas da RMRJ, realizamos um procedimento de análise de regressão linear múltipla tendo como variável dependente o *índice do número efetivo de candidatos* e utilizando a concentração de recursos, favela, e carência de infra-estrutura como variáveis explicativas. Portanto, o intuito desta seção é verificar de maneira controlada o quanto as variáveis selecionadas como indicativas dos processos de diferenciação interna da organização social do espaço metropolitano impactam na variação do grau de competitividade na disputa eleitoral. A hipótese neste caso é de que a competitividade no mercado eleitoral metropolitano varia significativamente de acordo com a organização socioespacial, ou seja, temos como hipótese de que à medida que se aumenta o grau de concentração de recursos nas áreas internas da RMRJ, maior será o grau de competitividade evidenciado. Da mesma forma, esperamos que o aumento das carências de infra-estrutura diminua o grau de competitividade. No quadro 27 abaixo apresentamos os resultados do modelo de regressão linear múltipla utilizado para responder a esta hipótese.

QUADRO 27 - Efeitos da organização socioespacial da RMRJ sobre o *índice do número efetivo de candidatos*

Variáveis	1º Bloco*		2º Bloco**		3º Bloco***	
	Coef.	Sig.	Coef.	Sig.	Coef.	Sig.
(constante)	*15,37*	*0,00*	*13,91*	*0,00*	*19,46*	*0,00*
Concentração de recursos	0,57	0,00	0,60	0,00	0,39	0,00
Favela			0,21	0,00	0,17	0,00
Carência de infra-estrutura					-0,25	0,00

(*) R^2 = 0,323; Mudança no R^2 = 0,325.

(**) R^2 = 0,365; Mudança no R^2 = 0,044.

(***) R^2 = 0,421; Mudança no R^2 = 0,057.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo demográfico de 2000 - IBGE

geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais" (IBGE, 2002).

Os resultados da análise de regressão indicam o efeito explicativo da concentração de recursos no espaço metropolitano (Quadro 27). Com a inclusão desta variável no modelo o R^2 estimado é de 0,325, o que é um grau de explicação bastante satisfatório, além disso, a cada 1% de aumento na presença de indivíduos com recursos elevados nas áreas de ponderação, a média do índice do número efetivo de candidatos aumenta em 0,57.

A inclusão do percentual de indivíduos residindo em espaço de favela apresentou um acréscimo significativo no R^2 de 0,044, no entanto, havendo um acréscimo de 1% na concentração de indivíduos em área de favela, maior será o grau de competitividade. Para entender este resultado é preciso considerar que as áreas de maior concentração de favelas estão restritas aos municípios do Rio de Janeiro e Niterói, com isso, pode-se dizer que este resultado expressa em parte a oposição entre os municípios que compõem o núcleo da RMRJ e os demais municípios. Neste sentido, apesar das áreas consideradas como favela apresentarem resultados que se destacam do seu entorno, principalmente no município do Rio de Janeiro, essas mesmas áreas apresentam resultados de maior competitividade em relação às áreas mais periféricas da RMRJ que seriam mais sujeitas à concentração do mercado eleitoral. Podemos dizer, portanto, que as favelas do Rio de Janeiro e Niterói, apesar de apresentarem uma dinâmica de competição eleitoral própria em relação ao seu entorno, ainda assim, estão sujeitas à intensa competição por votos que se dá no interior das áreas em que estão localizadas.

O percentual de pessoas vivendo em domicílios com alguma das três carências de serviços de infra-estrutura também apresentou resultado significativo. A sua inclusão como variável explicativa no modelo de regressão proporcionou um acréscimo de 0,057 no R^2, poder explicativo maior do que o fato do indivíduo residir em espaço considerado como favela. Além disso, o coeficiente estimado indica que a cada 1% de aumento no percentual de indivíduos com carência de infra-estrutura a média do índice do número efetivo de candidatos diminui em 0,25. Este resultado indica que a elevada concentração de domicílios com alguma carência serviços de infra-estrutura nas áreas compreendidas pelos municípios da baixada fluminense e

periferia metropolitana podem servir de incentivo para o cultivo de mercados eleitorais mais concentrados, consistindo em áreas propícias para o surgimento de demandas por benefícios desagregados.

Em resumo, os resultados apresentados neste capítulo indicam haver uma significativa e considerável relação entre a organização socioespacial da RMRJ — entendida pela hierarquização das áreas intra-urbanas a partir da distribuição desigual tanto de indivíduos com elevada concentração de recursos quanto dos serviços públicos de infra-estrutura — e a competitividade eleitoral no espaço metropolitano.

O importante resultado desta análise que toma as áreas intra-urbanas da região metropolitana como unidade de referência está na demonstração de que uma análise da disputa eleitoral ao nível dos municípios pode ocultar diferenças importantes na configuração do mesmo, já que a organização socioespacial do espaço metropolitano se mostra diversificada ao ponto de impactar de maneira diferenciada a configuração da disputa eleitoral.

Os resultados apresentados apesar de exigirem métodos de diferente natureza, principalmente qualitativa, para se chegar a uma explicação causal clara entre essas duas dimensões; não nos permitem descartar a hipótese de que haja influencia em certa medida da organização socioespacial metropolitana sobre os padrões de competição por votos nas suas áreas internas. No próximo capítulo exploraremos como se dá a relação entre a organização socioespacial metropolitana e os padrões espaciais de votação dos eleitos, a fim de verificar em que medida exerce influência também sobre a forma como se distribuem espacialmente as votações dos eleitos.

4 CONEXÕES ELEITORAIS E CONEXÕES TERRITORIAIS: OS PADRÕES ESPACIAIS DE VOTAÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS NA RMRJ

No capítulo anterior desenvolvemos a análise da dimensão da competição por votos para deputado estadual na RMRJ e buscamos gerar evidências acerca da hipótese de uma relação significativa entre a distribuição dos diferentes graus de competitividade por votos nas áreas intra-urbanas da região metropolitana e sua organização socioespacial marcada por dinâmicas de segregação residencial e segmentação territorial. Resta saber, portanto, a partir da segunda dimensão da geografia do voto, como se constituem os diferentes padrões espaciais de votação dos deputados estaduais eleitos em 2006 para a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. Além disso, buscaremos explorar as características sociais das áreas de votação dos deputados eleitos a fim de buscar evidências sobre uma conexão territorial que ajudaria a qualificar as conexões eleitorais identificadas a partir da forma da distribuição espacial dos deputados eleitos.

A fim de cumprir esse objetivo, num primeiro momento, buscaremos identificar o padrão espacial de votação somente dos deputados eleitos, ou seja, daqueles que obtiveram êxito na competição por votos para a assembléia legislativa estadual. Além disso, para os fins da análise aqui empreendida, dos 70 deputados eleitos para a ALERJ, selecionamos apenas os que tiveram votação concentrada na região metropolitana; ou seja, somente os deputados que obtiveram mais que 50% de sua votação dentro dos limites da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A esses deputados chamamos de metropolitanos, conforme verificado anteriormente. Estes deputados somam 50 de todos os eleitos e eleitos pela média. Num segundo momento, faremos a classificação dos deputados a partir das características sociais de suas áreas de votação assim como os graus de concentração/dispersão e dominância/compartilhamento de votação, a fim de qualificarmos a classificação das conexões eleitorais obtidas a partir dos padrões espaciais de votação destes. Ou seja, buscamos uma nova taxonomia dos deputados metropolitanos que possa orientar os estudos sobre comportamento legislativo não só a partir das conexões eleitorais já destacadas por parte da literatura da geografia do voto no Brasil, mas também, a partir das características sociais das áreas de votação. Para isso

tomamos como suposto que o espaço metropolitano se organiza socialmente de maneira a separar os grupos sociais de acordo com mecanismos de segregação e segmentação social, e que a conformação de áreas de relativa homogeneidade social impacta de maneira significativa nos comportamentos eleitorais.

É importante destacar que estamos considerando somente a votação obtida pelos deputados metropolitanos nos limites da RMRJ. Estamos considerando que o padrão espacial de votação denominado de concentrado-compartilhado, quando identificado apenas no nível dos municípios, pode ocultar padrões diferenciados de distribuição espacial dos votos no interior do espaço metropolitano, o que significaria a existência de incentivos diferenciados para o comportamento parlamentar, principalmente considerando-se as características sociais das áreas de votação.

Para isso, o primeiro passo metodológico é a construção do *índice do número efetivo de áreas* para cada deputado metropolitano, a fim de mensurar o grau de concentração/fragmentação da sua votação no interior do espaço metropolitano. Neste caso consideramos a dimensão local da votação como sendo o agregado das votações obtidas pelos deputados nos locais circunscritos pelas áreas de ponderação do Censo Demográfico de 2000. A hipótese neste primeiro momento é de que os deputados eleitos metropolitanos se diferenciam no grau de concentração/fragmentação de sua votação, independentemente do montante de votos obtido. Uma segunda hipótese é que encontraremos um grau de concentração de votação bastante elevado mesmo no interior da RMRJ, contrariando a expectativa normativa de que a característica do espaço metropolitano seria a dispersão das votações dos deputados.

O segundo passo metodológico é a construção do *índice de dominância média,* conforme apresentado no segundo capítulo, a fim de identificar os diferentes padrões de dominância de votação nas áreas intraurbanas da RMRJ. A hipótese neste caso é que, apesar da dificuldade de ocorrerem fortes dominâncias na escala intra-urbana devido à grande competitividade por votos no interior do espaço metropolitano, ainda assim é possível verificar deputados metropolitanos com algum grau de dominância eleitoral principalmente nos municípios da baixada fluminense e em áreas periféricas da capital.

O terceiro e último passo metodológico é a construção dos padrões espaciais de votação para cada deputado metropolitano a partir dois eixos de análise da

geografia do voto. A hipótese considerada neste caso é de que ao reduzirmos a escala de análise dos municípios para as áreas intra-urbanas, poderemos encontrar padrões espaciais de votação diferenciados, ampliando as possibilidades analíticas dos quatro tipos de padrões espaciais de votação considerados por Ames (2003).

4.1 GRAUS DE CONCENTRAÇÃO/FRAGMENTAÇÃO NA RMRJ

Conforme metodologia aplicada no segundo capítulo, a fim de caracterizarmos como se comporta a votação dos deputados eleitos a partir do primeiro eixo de análise da geografia do voto (concentração/fragmentação) construímos o *índice do numero efetivo de áreas de votação (*$N^{áreas}$*).* Esse índice nos mostra, portanto, o número médio de áreas onde a votação dos deputados eleitos foi expressiva. Podemos a partir deste resultado, comparar as votações dos deputados metropolitanos considerando a distribuição horizontal de sua votação, sendo que índices elevados indicam uma votação fragmentada em muitas áreas, e baixos indicam votação mais concentrada em poucas áreas. O indicador é calculado com base na seguinte fórmula:

$$N_i^{áreas} = 1 / \sum_{j=1}^{n} p_{ij}^2$$

onde p_{ij} é a proporção de votação de um deputado i na área j ; e n é o número de áreas da RMRJ nas quais que o deputado i recebeu votos.

Considerando-se os deputados eleitos metropolitanos, o índice de concentração/fragmentação da votação, como pode ser visto no Quadro 28 variou entre 3,74 e 216,97 de um total de 414 áreas com pelo menos um local de votação. Ou seja, predomina um padrão de distribuição horizontal de votação que não cobre todo o limite da área metropolitana. Com uma média de 72,70, verificamos que as votações dos deputados eleitos se distribuem entre um número reduzido de áreas em comparação com o total de áreas que compõem a região metropolitana do Rio de Janeiro. Por outro lado, a amplitude encontrada para os valores observados do índice indicam que as situações dos deputados são bastante diversificadas em relação a essa dimensão horizontal da distribuição de votação.

QUADRO 28 - Estatísticas descritivas do *índice do numero efetivo de áreas* para os deputados estaduais metropolitanos

	Nº Deputados	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Número efetivo de áreas ($N^{áreas}$)	50	3,74	216,97	72,70	65,21

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2006.

O Quadro 29 apresenta os resultados da classificação dos deputados conforme o grau de concentração/fragmentação de sua votação utilizando o método de *k-means*, agora considerando as áreas intraurbanas da RMRJ. O resultado da tipologia construída a partir do agrupamento dos valores apresentados pelo índice indicou a predominância da concentração de votos em poucas áreas, no entanto, a fragmentação de votação apresenta ocorrência considerável neste espaço. Ou seja, dos 50 deputados metropolitanos 28 apresentaram variação no índice entre 3,74 e 49,31 sendo classificados entre os grupos de concentração média e concentração alta; já os 22 deputados restantes foram classificados entre os grupos de fragmentação média e fragmentação alta.

QUADRO 29 - Análise de *cluster* do *índice do numero efetivo de áreas* por deputado estadual metropolitano

Cluster	Deputados	Percentual	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
1	9	18,0	3,74	18,50	11,21	4,87
2	19	38,0	22,87	49,31	32,49	8,16
3	13	26,0	64,41	140,97	92,61	28,73
4	9	18,0	156,55	216,97	190,32	18,27

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2006.

Quando observamos os resultados de concentração/fragmentação de votação obtidos a partir do nível municipal o que se percebe é uma tendência clara de votação em poucos municípios como pôde ser observado no segundo capítulo. No caso do espaço metropolitano, quando observado na sua escala intra-urbana, a hipótese de acordo com os pressupostos da teoria da modernização política seria de que há uma tendência inversa; ou seja, seria esperado de acordo com esses pressupostos que as votações dos deputados eleitos seriam predominantemente fragmentadas por todo o espaço metropolitano, reflexo de sua diversidade política interna já que este era visto como sendo o espaço da política ideológica em oposição à política oligárquica do interior. Dito de outra forma, o esperado é que o

representante oriundo destes espaços seria predominantemente um representante ideológico cuja votação, portanto, se dispersasse de maneira significativa por todo o espaço metropolitano.

Contudo, o que se percebe a partir dessa tipologia dos graus de concentração/fragmentação da votação dos eleitos é há um número significativo de votações com perfil concentrado no interior do espaço metropolitano. Isso nos leva a refletir sobre que tipos de incentivos ao comportamento parlamentar surgem de votações com este padrão de distribuição horizontal de votação. O Quadro 30 abaixo apresenta a lista nominal dos deputados estaduais metropolitanos com o seu respectivo grau de concentração/fragmentação a partir do *índice do numero efetivo de áreas de votação*.

QUADRO 30 - Índice do numero efetivo de áreas e o grau de concentração/dispersão dos votos dos deputados estaduais eleitos

Número	Deputado	Partido	Votação na RMRJ	Nº de áreas de votação	Nº Efetivo de Áreas	Grau de concentração
31.624	Anabal	PHS	32.659	362	3,74	Concentração Alta
26.123	Renata do Posto	PAN	21.527	386	5,47	Concentração Alta
25.633	Graça Pereira	PFL	50.823	381	7,96	Concentração Alta
31.011	Marcelo Simão	PHS	30.321	360	10,64	Concentração Alta
20.580	Dr. Audir	PSC	29.822	337	11,32	Concentração Alta
13.444	Jorge Babú	PT	32.272	360	12,96	Concentração Alta
36.789	Jane da Núbia	PTC	45.313	385	13,88	Concentração Alta
45.245	Gerson Bergher	PSDB	31.750	376	16,42	Concentração Alta
33.333	Alessandro Calazans	PMN	30.568	393	18,50	Concentração Alta
15.615	Dica	PMDB	59.883	380	22,87	Concentração Média
11.111	Dionisio Lins	PP	57.215	413	23,21	Concentração Média
20.145	Marco Figueiredo	PSC	27.619	370	23,68	Concentração Média
25.369	Marcelino D'Almeida	PFL	41.449	341	23,74	Concentração Média
15.000	Sula	PMDB	42.238	382	24,61	Concentração Média
22.607	Dr. Alcides Rolim	PL	65.297	379	25,35	Concentração Média
25.234	Natalino	PFL	48.485	371	25,80	Concentração Média
23.601	Comte	PPS	28.651	364	26,84	Concentração Média
45.000	Mario Marques	PSDB	19.544	329	32,04	Concentração Média
25.617	Dr. Márcio Panisset	PFL	66.343	337	32,47	Concentração Média
25.625	Pedro Fernandes Neto	PFL	67.607	390	32,55	Concentração Média
15.101	Domingos Brazão	PMDB	68.448	406	34,77	Concentração Média
13.651	Rodrigo Neves	PT	36.520	384	36,57	Concentração Média
15.122	Graça	PMDB	89.802	371	36,71	Concentração Média
26.000	Walney Rocha	PAN	24.816	391	38,90	Concentração Média
20.126	Coronel Jairo	PSC	49.606	385	40,55	Concentração Média
15.369	Altineu Côrtes	PMDB	60.907	397	43,54	Concentração Média
15.345	Chiquinho da Mangueira	PMDB	51.886	409	43,71	Concentração Média
45.205	Zito	PSDB	202.921	413	49,31	Concentração Média
25.678	Rodrigo Dantas	PFL	65.207	380	64,41	Dispersão Média
45.001	Pedro Paulo	PSDB	30.884	359	65,26	Dispersão Média
50.123	Marcelo Freixo	PSOL	12.352	377	66,30	Dispersão Média
15.159	Picciani	PMDB	54.668	409	66,95	Dispersão Média
70.222	Jodenir Soares	PT do B	33.655	369	70,40	Dispersão Média
43.043	André do PV	PV	22.861	399	77,12	Dispersão Média
12.200	Sheila Gama	PDT	30.011	404	82,40	Dispersão Média
13.170	Carlos Minc	PT	72.734	410	91,95	Dispersão Média
45.620	Luiz Paulo	PSDB	43.149	394	95,11	Dispersão Média
65.123	Fernando Gusmão	PC do B	39.448	411	118,23	Dispersão Média
11.120	Flávio Bolsonaro	PP	39.081	406	130,96	Dispersão Média
13.010	Alessandro Molon	PT	80.871	414	133,86	Dispersão Média
10.100	Beatriz Santos	PRB	39.118	410	140,97	Dispersão Média
13.455	Gilberto Palmares	PT	28.343	410	156,55	Dispersão Alta
15.210	Roberto Dinamite	PMDB	41.814	415	176,35	Dispersão Alta
12.212	Cidinha Campos	PDT	50.976	413	181,92	Dispersão Alta
12.345	Paulo Ramos	PDT	36.467	414	183,90	Dispersão Alta
15.110	Álvaro Lins	PMDB	96.035	415	189,09	Dispersão Alta
15.300	Fábio Silva	PMDB	39.201	414	196,80	Dispersão Alta
12.123	Wagner Montes	PDT	104.659	414	204,92	Dispersão Alta
56.123	Édino Fonseca	PRONA	36.668	415	206,36	Dispersão Alta
15.505	Pedro Augusto	PMDB	105.274	415	216,97	Dispersão Alta

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2006.

A espacialização da distribuição horizontal dos votos de cada um dos deputados metropolitanos pode ser vista nos mapas que compõem o Apêndice A. Estes mapas apresentam o percentual da votação do deputado em cada área em relação ao total de sua votação em todas as áreas. A fim de normalizar a apresentação dos dados e permitir a comparabilidade das votações representadas geograficamente mantivemos uma mesma escala para a construção das faixas dos percentuais globais de votação. A partir destes mapas podemos ter uma idéia da concentração/fragmentação de votação de todos os deputados metropolitanos tendo como unidade geográfica mínima as áreas de ponderação. Em alguns casos o percentual atingido pela votação do deputado na área de maior contribuição para a sua votação total excede em muito o percentual que obtém na segunda área. Utilizaremos como exemplo os deputados classificados como de concentração alta.

Em primeiro lugar, temos o Deputado Anabal com o menor índice do número efetivo de áreas e cuja votação se concentra nos municípios do noroeste da região metropolitana do Rio de Janeiro (Seropédica, Paracambi, Itaguaí e Mangaratiba). Somente em uma das duas áreas de ponderação que dividem o município de Seropédica, o deputado obteve 51% de sua votação total. Anabal já foi vereador em Itaguaí e também foi prefeito em Seropédica.

Outro caso interessante é o de Renata Campos de Mello, cujo nome de urna é Renata do Posto, pois somente na área de ponderação que corresponde aos limites do município de Guapimirim a deputada obteve 39,7% de sua votação total seguida de uma das áreas de ponderação que compõem a região central do município de Magé, vizinho à Guapimirim, onde obteve 12,8% de sua votação total. Renata do Posto é sobrinha do ex-prefeito de Guapimirim, Nelson do Posto, e foi vice-prefeita de Magé na gestão de Núbia Cozzolino.

Exemplo de concentração de votação no interior da capital metropolitana, a deputada Graça Pereira tem votação extremamente concentrada na região da Ilha do Governador. Somente na área de ponderação que compreende os bairros de Bancários, Cocotá, Freguesia e Bananal, a deputada obteve 22,3% de sua votação total. Quando consideramos toda a Ilha do Governador o percentual da sua votação total foi de 75,3%. Graça Pereira é deputada estadual no Rio de Janeiro desde 1998 e é casada com o vereador do município do Rio de Janeiro, Jorge Pereira.

Outro exemplo de votação concentrada na Baixada Fluminense é o do deputado Marcelo Simão, cuja votação se concentra nos limites do município de São João de Meriti que corresponde a 74,3% de sua votação, 22,7% somente na área de ponderação que corresponde ao centro do município. Marcelo Simão foi vereador em São João de Meriti de 1997 a 2006.

Exemplo de concentração de votação na poção Leste da RMRJ é o deputado Dr. Audir, cuja votação se concentra nos limites do município de Itaboraí onde obtém 66,7% de sua votação total, sendo 23,2% somente em uma das áreas que compõem o centro do município. Dr. Audir foi vereador no município de Itaboraí e em 2008 licenciou-se do cargo de deputado para concorrer à prefeitura deste município, sendo eleito com 41,76% dos votos válidos.

Outro exemplo de concentração alta no interior nos limites do município do Rio de Janeiro é o deputado Jorge Babú. A sua votação se concentrou na Zona Oeste do Rio de Janeiro, mais especificamente nos bairros de Santa Cruz, Sepetiba, Guaratiba e Pedra de Guaratiba, atingindo 22,6% somente na área de ponderação que compreende a região mais central do bairro de Santa Cruz. Jorge Babú é um dos casos polêmicos dentre os deputados da 9ª Legislatura da ALERJ. Na época da eleição era inspetor na Polícia Civil do Rio de Janeiro. No entanto, em 2008 foi alvo de denúncia do Ministério Público por formação de quadrilha e concussão por conta dos indícios de participação em uma milícia da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Em 2009 foi expulso do PT, partido pelo qual se elegeu, por conta das investigações do ministério público que culminaram na sua prisão em 2010.

A deputada Jane Cozzolino, cujo nome de urna é Jane da Núbia em referência ao nome da irmã que era prefeita de Magé, obteve 76% de sua votação total somente nos limites deste município, sendo que somente na região de Piabetá e adjacências esse percentual foi de 30,1%. Jane Cozzolino pertence a uma família tradicional na política de Magé. É filha de Renato Cozzolino, e irmã de Charles e Núbia Cozzolino, ex-prefeitos de Magé, e de Anderson Cozzolino, atual prefeito. Jane teve o seu mandato cassado em 2008 por corrupção.

O terceiro exemplo de votação concentrada em alguma área da capital é o deputado Gerson Bergher. Sua votação se concentra em alguns bairros da Zona Norte do Rio de Janeiro como Cordovil, Penha, Bonsucesso, Ramos, Del Castilho, Maré e Manguinhos. Sendo que, somente na área de ponderação que compreende

o complexo de favelas da Penha, o deputado obteve 15,3% de sua votação total. O deputado é atuante na comunidade judaica do Rio de Janeiro e possui uma extensa carreira política. Foi deputado estadual já no extinto Estado da Guanabara e foi vereador no município do Rio de Janeiro durante anos. Gerson Bergher é casado com Teresa Bergher que foi sub-prefeita e é vereadora pelo mesmo município desde 2004.

Encerrando a lista de deputados metropolitanos com votação altamente concentrada temos o deputado Alessandro Calazans, cuja votação se concentrou no município de Nilópolis na Baixada Fluminense, sendo que 35,6% de sua votação foi obtida no município de Nilópolis, 14,2% somente na área de ponderação que corresponde à região central do município. Calazans foi vereador no município de Nilópolis e deputado estadual desde 1998.

Quanto aos partidos dos deputados metropolitanos e os diferentes graus de concentração/fragmentação de votação não há uma tendência muito clara. Em primeiro lugar nota-se que um grande número de partidos apresentou pelo menos um deputado eleito dentre os deputados de votação metropolitana, no total foram 19 partidos, o que corresponderia a aproximadamente 2,6 deputados metropolitanos por partido. Porém a distribuição dos eleitos em relação aos partidos é bastante desigual, com aproximadamente metade dos partidos apresentando apenas um eleito metropolitano (10 partidos no total) ao mesmo tempo em que o PMDB, partido com o maior número de deputados metropolitanos eleitos (11 deputados), conseguiu eleger quase o dobro do número de eleitos metropolitanos do segundo partido (PFL) com 6 deputados.

Em segundo lugar, mesmo o PMDB tendo a maior bancada dentre os deputados metropolitanos, não apresentou um perfil de distribuição espacial horizontal bem definido. Com 6 deputados de concentração média e 4 deputados de dispersão alta, podemos dizer que há uma tendência à concentração espacial da votação dos deputados peemedebistas, no entanto, com os seus 4 deputados de dispersão alta, também é o partido com maior número de deputados com esse perfil de distribuição horizontal da votação. Da mesma forma, PT e PSDB, ambos com 5 deputados, também não apresentam um perfil claramente definido, distribuindo-se quase que igualmente entre os diferentes graus de concentração/fragmentação da votação, apesar de uma leve tendência para a dispersão no caso do primeiro e para

a concentração no segundo. Dentre os partidos com os maiores números de deputados metropolitanos eleitos, somente o PFL e o PDT apresentaram um perfil de votação mais claramente definido, tendendo para a concentração no primeiro caso e para a dispersão no segundo.

Os demais partidos tiveram poucos casos para atribuirmos uma tendência clara de distribuição espacial da votação. Talvez um estudo mais detalhado da distribuição horizontal dos mais votados em cada partido permita chegar a conclusões mais claras sobre a relação entre os partidos, seu tamanho e posição no espectro ideológico, e a distribuição espacial dos votos dos seus candidatos. Contudo, tal análise fugiria ao escopo do trabalho aqui empreendido, apesar de não descartarmos a hipótese de que a própria estrutura dos partidos influencia e é influenciada pelas características de votação dos seus candidatos. Resta saber se há alguma relação entre os partidos e a os diferentes graus de dominância.

TABELA 5 - Partidos dos deputados metropolitanos segundo o grau de concentração/fragmentação da votação

Partidos	Grau de concentração/fragmentação da votação				TOTAL
	Concentração Alta	Concentração Média	Fragmentação Média	Fragmentação Alta	
PAN	1	1	0	0	2
PC do B	0	0	1	0	1
PDT	0	0	1	3	4
PFL	1	4	1	0	6
PHS	2	0	0	0	2
PL	0	1	0	0	1
PMDB	0	6	1	4	11
PMN	1	0	0	0	1
PP	0	1	1	0	2
PPS	0	1	0	0	1
PRB	0	0	1	0	1
PRONA	0	0	0	1	1
PSC	1	2	0	0	3
PSDB	1	2	2	0	5
PSOL	0	0	1	0	1
PT	1	1	2	1	5
PT do B	0	0	1	0	1
PTC	1	0	0	0	1
PV	0	0	1	0	1
TOTAL	9	19	13	9	50

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE.

Antes de passarmos à próxima seção, é importante testarmos a hipótese da relação entre o grau de concentração espacial da votação dos deputados

metropolitanos e o tamanho da votação destes deputados no espaço metropolitano. A hipótese intuitiva é de que maiores votações incentivariam um padrão de distribuição horizontal de votação mais disperso, ao mesmo tempo em que uma votação mais baixa corresponderia a um padrão de votação concentrado. O Quadro 31 apresenta o teste de Correlação de Pearson entre a votação nominal do deputado, considerando-se apenas o espaço metropolitano, e o índice do número efetivo de áreas de votação para cada deputado. O resultado, portanto, indica que não há uma correlação significativa entre a variação da votação dos deputados metropolitanos e o grau de concentração/fragmentação de sua votação. Essa constatação permite descartar as hipóteses, tanto de que uma votação elevada seria um incentivo para um padrão de distribuição espacial mais disperso, assim como a hipótese de que uma pequena votação seria um incentivo para um padrão de distribuição espacial mais concentrado em poucas áreas da RMRJ.

QUADRO 31 - Correlação entre o índice do número efetivo de áreas e a quantidade de votos recebidos pelos deputados na RMRJ

		Índice do número efetivo de municípios	Total de votos recebidos
Índice do número efetivo de municípios	Correlação	1	0,194
	Significância		0,18
	N	50	50
Total de votos recebidos	Correlação	0,194	1
	Significância	0,18	
	N	50	50

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2006.

4.2 GRAUS DE DOMINÂNCIA/COMPARTILHAMENTO NA RMRJ

Nesta seção, buscaremos explorar os dados a partir do eixo de distribuição vertical da votação dos deputados metropolitanos tal como proposto por Ames (2003). Originalmente o conceito de dominância é pensado para as dinâmicas municipais a partir da hipótese de que a dimensão vertical da votação dos deputados eleitos, além de ter ligação imediata com a existência de uma baixa competitividade por votos no município, corresponderia a um claro incentivo para a atuação parlamentar paroquialista a partir de um reduto eleitoral claramente identificado. Seja por pertencer a uma família tradicional da região; ou por ter

iniciado a sua carreira política em algum cargo político local; ou pela existência de acordos com os líderes políticos locais; essa dominância se exerce na capacidade de captar uma grande quantidade de votos em um determinado município em relação aos demais candidatos no mesmo local.

O conceito de dominância tal como utilizado por Ames (2003) e Carvalho (2003), permite apreender o grau em que um determinado deputado é votado nos municípios onde obtém a maior parte da sua votação em relação aos demais candidatos. Neste capítulo, estamos transpondo o raciocínio da dominância eleitoral do nível dos municípios para o nível das áreas intra-urbanas do espaço metropolitano. Com isso, buscamos evidenciar não só as dominâncias municipais, conforme mostrado anteriormente para alguns casos de municípios da Baixada Fluminense e da periferia metropolitana, como também a dominância de algumas áreas do núcleo metropolitano que apesar de fazerem parte de uma grande capital apresentam poucos candidatos competindo. Conforme vimos na seção anterior, áreas como a Zona Oeste do município do Rio de Janeiro apresentam um número considerável de candidatos cuja votação foi classificada como concentrada e que têm nessas áreas, grande parte de sua votação. A hipótese neste caso é de que alguns destes deputados, além de concentrarem sua votação nestas áreas da RMRJ, podem apresentar também algum grau de dominância sobre as mesmas. Resta saber, portanto, como se configura esse padrão de votação para os deputados metropolitanos no interior da RMRJ.

Sendo assim, o *índice de dominância média* ($D^{áreas}$) das áreas de votação, que nos fornece o grau de dominância da votação de um determinado deputado nas áreas em que foi votado, é calculado pela seguinte fórmula:

$$D_i^{áreas} = \sum_{j-1}^{n} \left(\frac{v_{ij}}{p_j} * \frac{v_{ij}}{V_i} \right)$$

onde v_{ij} é o total de votos do candidato i na área j ; p_j é o total de votos válidos para deputados estaduais no município j ; V_i é o total de votos obtidos pelo deputado i em toda a RMRJ, e n é o total de áreas da RMRJ em que o deputado foi votado.

Dentre os 50 deputados estaduais metropolitanos eleitos em 2006 o índice variou entre 0,01 e 0,38 (Quadro 32). Considerando-se que o índice de dominância varia entre 0 e 1, dado a amplitude e a magnitude dos valores encontrados para este caso, pode-se dizer que a dominância não a tendência para a distribuição vertical da votação dos deputados metropolitanos.

QUADRO 32 - Estatísticas descritivas do índice de dominância média de áreas de votação para os deputados estaduais metropolitanos

	Nº Deputados	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Dominância média de áreas ($D^{áreas}$)	50	0,01	0,38	0,09	0,09

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2006.

A partir das informações dos índices de dominância média de áreas de votação calculados para cada deputado metropolitano, passamos a construir a tipologia que compreende os diferentes graus de dominância/compartilhamento de votação, a fim de verificarmos as conexões eleitorais possíveis para os deputados a partir da dimensão vertical de sua votação.

No Quadro 33 apresentamos os resultados da análise de *cluster* a partir do *índice de dominância média* das áreas de votação. A grande maioria (80%) dos deputados metropolitanos apresenta um *índice de dominância* bastante baixo, apresentando valores entre 0,01 e 0,13. Portanto, como já era esperado, a dominância eleitoral de áreas intra-urbanas não é um fenômeno comum no interior do espaço metropolitano. Por outro lado, o fato de encontrarmos 10 dos 50 deputados com algum grau de dominância significa que para alguns deles a dimensão vertical da votação tem importância sobre a configuração dos seus padrões espaciais de votação, e, por conseqüência sobre o seu comportamento parlamentar.

QUADRO 33 - Análise de *cluster* do *índice de dominância média* de áreas de votação por deputado estadual metropolitano

Cluster	Deputados	Percentual	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
1	4	8,0	0,29	0,38	0,33	0,04
2	6	12,0	0,15	0,21	0,18	0,02
3	12	24,0	0,09	0,13	0,10	0,02

4	28	56,0	0,01	0,06	0,03	0,02

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2006.

O Quadro 34 abaixo apresenta a lista nominal dos deputados estaduais metropolitanos com o seu respectivo grau de dominância/compartilhamento construído a partir do *índice de dominância média das áreas de votação*. Dentre os deputados metropolitanos classificados como dominantes, somente a Graça Pereira obteve votação predominantemente na capital, o que indica a dificuldade de qualquer deputado exercer alguma dominância sobre as votações no interior da capital, o que confirma o fato da capital ser um espaço bastante competitivo, mesmo nas suas áreas de maior concentração na disputa eleitoral. Se considerarmos os deputados que concentraram na capital e que permaneceram acima da média de 0,09, acrescentaríamos os deputados Dionísio Lins, Natalino e Domingos Brazão. Mesmo assim, o resultado do índice é muito baixo para considerarmos estes deputados como dominantes.

A espacialização da distribuição vertical de votação dos deputados metropolitanos é apresentada no Apêndice B. Para representarmos espacialmente essa distribuição utilizamos os percentuais que os deputados obtiveram em cada área em relação ao total de votos dos demais candidatos na mesma área. As faixas de percentuais de votação nas áreas foram padronizadas a fim de permitir a comparabilidade entre a distribuição vertical de votação dos demais deputados metropolitanos.

QUADRO 34 - *Índice de dominância média* das áreas de votação e o grau de dominância/compartilhamento de votação

Número	Candidato	Partido	Votação na RMRJ	Dominância Média	Percentual de votação nas áreas			Grau de Dominância
					Primeira	Segunda	Terceira	
45.205	Zito	PSDB	202.921	0,38	71,70	69,88	69,78	Dominância alta
36.789	Jane da Núbia	PTC	45.313	0,32	45,31	43,76	43,56	Dominância alta
31.624	Anabal	PHS	32.659	0,31	54,87	52,78	16,81	Dominância alta
25.633	Graça Pereira	PFL	50.823	0,29	40,59	40,00	38,21	Dominância alta
22.607	Dr. Alcides Rolim	PL	65.297	0,21	40,87	39,54	32,93	Dominância média
15.615	Dica	PMDB	59.883	0,20	46,55	42,57	38,42	Dominância média
26.123	Renata do Posto	PAN	21.527	0,20	39,62	14,55	13,52	Dominância média
15.122	Graça	PMDB	89.802	0,17	32,62	29,14	25,85	Dominância média
20.580	Dr. Audir	PSC	29.822	0,16	30,54	25,45	24,40	Dominância média
25.617	Dr. Márcio Panisset	PFL	66.343	0,15	38,65	28,36	26,19	Dominância média
15.000	Sula	PMDB	42.238	0,13	21,59	21,01	20,90	Compartilhamento médio
20.145	Marco Figueiredo	PSC	27.619	0,13	34,13	33,04	32,14	Compartilhamento médio
11.111	Dionisio Lins	PP	57.215	0,12	33,22	28,48	19,08	Compartilhamento médio
25.234	Natalino	PFL	48.485	0,11	29,43	20,24	20,10	Compartilhamento médio
15.101	Domingos Brazão	PMDB	68.448	0,10	27,31	23,94	23,59	Compartilhamento médio
15.369	Altineu Côrtes	PMDB	60.907	0,10	24,37	21,70	21,03	Compartilhamento médio
31.011	Marcelo Simão	PHS	30.321	0,10	19,40	15,92	12,12	Compartilhamento médio
13.444	Jorge Babú	PT	32.272	0,09	17,91	17,58	15,30	Compartilhamento médio
25.369	Marcelino D'Almeida	PFL	41.449	0,09	16,44	14,55	14,33	Compartilhamento médio
25.625	Pedro Fernandes Neto	PFL	67.607	0,09	22,94	21,25	20,85	Compartilhamento médio
33.333	Alessandro Calazans	PMN	30.568	0,09	17,95	17,07	16,16	Compartilhamento médio
45.245	Gerson Bergher	PSDB	31.750	0,09	21,74	17,28	16,42	Compartilhamento médio
13.651	Rodrigo Neves	PT	36.520	0,06	15,59	13,01	12,94	Compartilhamento alto
20.126	Coronel Jairo	PSC	49.606	0,06	16,59	11,65	11,27	Compartilhamento alto
23.601	Comte	PPS	28.651	0,06	11,49	10,08	9,34	Compartilhamento alto
26.000	Walney Rocha	PAN	24.816	0,06	21,27	18,53	15,36	Compartilhamento alto
15.159	Picciani	PMDB	54.668	0,05	17,53	12,95	10,29	Compartilhamento alto
25.678	Rodrigo Dantas	PFL	65.207	0,05	16,16	15,46	9,87	Compartilhamento alto
45.000	Mario Marques	PSDB	19.544	0,05	8,06	7,63	7,57	Compartilhamento alto
13.170	Carlos Minc	PT	72.734	0,04	10,00	9,99	9,59	Compartilhamento alto
15.345	Chiquinho da Mangueira	PMDB	51.886	0,04	13,55	8,26	8,19	Compartilhamento alto
12.123	Wagner Montes	PDT	104.659	0,03	6,66	6,17	4,53	Compartilhamento alto
12.200	Sheila Gama	PDT	30.011	0,03	12,55	9,12	8,99	Compartilhamento alto
13.010	Alessandro Molon	PT	80.871	0,03	8,43	8,07	7,82	Compartilhamento alto
15.110	Álvaro Lins	PMDB	96.035	0,03	7,36	7,21	6,51	Compartilhamento alto
10.100	Beatriz Santos	PRB	39.118	0,02	4,48	4,47	4,03	Compartilhamento alto
15.505	Pedro Augusto	PMDB	105.274	0,02	6,93	6,61	6,12	Compartilhamento alto
43.043	André do PV	PV	22.861	0,02	4,58	4,03	3,52	Compartilhamento alto
45.001	Pedro Paulo	PSDB	30.884	0,02	6,10	5,88	5,71	Compartilhamento alto
45.620	Luiz Paulo	PSDB	43.149	0,02	8,72	5,95	5,88	Compartilhamento alto
65.123	Fernando Gusmão	PC do B	39.448	0,02	4,49	3,93	3,90	Compartilhamento alto
70.222	Jodenir Soares	PT do B	33.655	0,02	5,91	4,86	3,98	Compartilhamento alto
11.120	Flávio Bolsonaro	PP	39.081	0,01	3,72	3,71	3,55	Compartilhamento alto
12.212	Cidinha Campos	PDT	50.976	0,01	3,18	3,00	2,84	Compartilhamento alto
12.345	Paulo Ramos	PDT	36.467	0,01	3,41	2,74	2,69	Compartilhamento alto
13.455	Gilberto Palmares	PT	28.343	0,01	3,83	3,44	3,26	Compartilhamento alto
15.210	Roberto Dinamite	PMDB	41.814	0,01	4,07	3,59	2,62	Compartilhamento alto
15.300	Fábio Silva	PMDB	39.201	0,01	4,94	3,77	3,45	Compartilhamento alto
50.123	Marcelo Freixo	PSOL	12.352	0,01	2,80	2,74	2,68	Compartilhamento alto
56.123	Édino Fonseca	PRONA	36.668	0,01	2,36	2,15	2,06	Compartilhamento alto

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2006.

Dentre os deputados cuja distribuição vertical de votação foi classificada como dominante, metade já havia sido apresentada anteriormente, pois são deputados que também apresentaram uma distribuição horizontal de votação classificada como concentração alta. Os outros cinco deputados apresentaram uma distribuição horizontal de concentração média. Dentre os deputados cuja votação foi classificada

como de dominância alta, o percentual de votação áreas de maior dominância variou entre 71,7% e 40,6%. Dentre todos os deputados metropolitanos classificados como dominantes, apenas a deputada Graça Pereira tem votação concentrada na capital da RMRJ, todos os demais são deputados que concentram sua votação em um ou mais municípios do restante da RMRJ.

A distribuição vertical da votação do deputado José Camilo Zito dos Santos Filho é um claro exemplo de alta dominância de votação. Foi o deputado que alcançou o maior percentual de votos em uma única área, obtendo 71,7% dos votos de uma parte do bairro de Saracuruna em Duque de Caxias. Nos bairros de Jardim Primavera e Campos Elíseos os percentuais de votação também foram bastante elevados, sendo 69,9% e 69,8%, respectivamente. Zito foi vereador em Duque de Caxias de 1988 até 1994. Exerceu o cargo de Deputado estadual de 1995 a 1996 e de 2007 a 2008, sendo que esses dois mandatos de deputado foram interrompidos por conta das eleições municipais. Entre 1997 e 2006, Zito exerceu dois mandatos completos como prefeito de Duque de Caxias, sendo que em 2008, renunciou novamente ao cargo de deputado estadual para assumir pela terceira vez a prefeitura de Duque de Caxias.

Dentre os deputados de dominância média somente os deputados Dr. Alcides Rolim, Dica, Graça e Dr. Márcio Panisset não haviam sido apresentados na seção anterior já que sua votação horizontal havia sido classificada como concentração média. O deputado Dr. Alcides Rolim, que teve votação concentrada no município de Belford Roxo, somente na área das proximidades do bairro de Maringá obteve 40,9% dos votos. Em todas as áreas pertencentes ao município de Belford Roxo o deputado conseguiu mais do que 10% dos votos. Alcides Rolim foi eleito vereador no município de Belford Roxo por dois mandatos consecutivos (1997-2000 e 2001-2004) e em 2008 renunciou ao cargo de deputado estadual para assumir a prefeitura do mesmo município, agora filiado ao PT.

O deputado estadual Dica além de concentrar os seus votos na porção Sul do município de Duque de Caxias, próximo ao centro da cidade, teve no bairro de Bar dos Cavalheiros a sua área de maior dominância, chegando a obter 46,5% da votação em uma das áreas que dividem o bairro. Nas demais áreas do mesmo bairro o deputado obteve percentuais de votação também bastante elevados. O deputado Dica já foi vereador em Duque de Caxias e exerce o cargo de deputado estadual

desde 1999, o que corresponde a quatro mandatos consecutivos incluindo a sua reeleição no pleito de 2010.

Os dois outros deputados também classificados como de dominância média formam um exemplo interessante. Ambos os deputados, Dr. Márcio Panisset e Graça Matos, apresentaram votação concentrada nos limites do município de São Gonçalo, e ambos apresentaram percentuais bastante elevados nas áreas de votação que se localizam dentro dos limites deste município. O que nos leva a dizer que ambos disputam acirradamente pelos votos do município de São Gonçalo. Dr. Márcio Panisset apresentou maior percentual de votação na área de votação que compreende o bairro de Trindade e entorno, obtendo 28,4% dos votos nessa área. Márcio é irmão da atual prefeita de São Gonçalo, Aparecida Panisset. Atualmente está licenciado do seu segundo mandato de deputado estadual para assumir uma secretaria no governo da irmã. Fato que demonstra interesse maior na visibilidade local que o cargo proporciona do que a atuação no legislativo estadual.

Já a deputada Graça Matos apresentou seu maior percentual de votação na área de Várzea das Moças com 32,6% dos votos desta área, seguida pela área correspondente ao bairro de Laranjal, onde obteve 29% dos votos. Graça Matos está atualmente no seu segundo mandato de deputada estadual. É esposa de Édson Ezequiel Matos que já foi deputado estadual (1987-1989) e prefeito de São Gonçalo (1989-1992 e 1997-2000). Graça Matos concorreu à prefeitura de São Gonçalo nas eleições municipais de 2004 e 2008, tendo ficado em segundo lugar e Aparecida Panisset em primeiro, o que reafirma a existência de dois fortes grupos familiares na disputa política local.

Em relação aos partidos dos deputados metropolitanos e os diferentes graus de concentração/fragmentação de votação o que se percebe é uma tendência geral ao compartilhamento de votação. Em certa medida, podemos considerar que a dimensão vertical da votação dos deputados metropolitanos é um atributo mais do candidato do que das estratégias partidárias de distribuição dos votos pela RMRJ.

Dentre os grandes partidos, apenas o PFL não apresenta um posicionamento muito claro sobre a distribuição vertical da votação dos seus deputados metropolitanos. Dos cinco deputados eleitos pelo PFL com votação predominante na RMRJ, dois deles tiveram sua votação classificada como dominante. Ao mesmo tempo em que somente um dos seus deputados metropolitanos apresenta uma

votação cuja distribuição vertical foi classificada como compartilhamento alto. Os demais partidos com representação significativa na ALERJ (PDT, PMDB, PSDB e PT) apresentaram uma tendência ao compartilhamento de votação. Dentre estes partidos, apenas o PSDB apresentou um deputado alta dominância, e o PMDB apresentou dois deputados cuja votação foi classificada como sendo de dominância média.

Assim como chamamos atenção anteriormente para a dificuldade de atribuição de tendência para os pequenos partidos, somente um estudo mais detalhado da distribuição horizontal dos votados em cada partido, principalmente dos casos cuja votação foi considerada como dominante, permite conclusões acerca da possível relação entre os partidos e a distribuição vertical das votações. Ou seja, em que medida a presença de um candidato com grande capacidade de dominância eleitoral compõe a estratégia eleitoral do partido, e de que forma o partido contribui para a manutenção dessa dominância. No entanto, com base nos resultados encontrados, podemos considerar que os partidos pouco ou nada influenciam na dimensão vertical das votações dos deputados pertencentes a cada partido.

TABELA 6 - Partidos dos deputados metropolitanos segundo o grau de dominância/compartilhamento

Partidos	Grau de dominância/compartilhamento da votação				TOTAL
	Dominância Alta	Dominância Média	Compartilhamento Médio	Compartilhamento Alto	
PAN	0	1	0	1	2
PC do B	0	0	0	1	1
PDT	0	0	0	4	4
PFL	1	1	3	1	6
PHS	1	0	1	0	2
PL	0	1	0	0	1
PMDB	0	2	3	6	11
PMN	0	0	1	0	1
PP	0	0	1	1	2
PPS	0	0	0	1	1
PRB	0	0	0	1	1
PRONA	0	0	0	1	1
PSC	0	1	1	1	3
PSDB	1	0	1	3	5
PSOL	0	0	0	1	1
PT	0	0	1	4	5
PT do B	0	0	0	1	1
PTC	1	0	0	0	1
PV	0	0	0	1	1
TOTAL	4	6	12	28	50

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE.

Quanto à hipótese da relação entre o grau de dominância/compartilhamento de votação dos deputados metropolitanos e o tamanho da votação destes deputados no espaço metropolitano. A hipótese intuitiva, neste caso, assim como formulada para o caso da concentração espacial de votação, é de que maiores votações poderiam incentivar um padrão de distribuição vertical de votação tendendo à dominância da votação nas áreas, ao mesmo tempo em que uma votação mais baixa, devido principalmente à elevada competitividade por votos nas áreas, corresponderia a um padrão de votação vertical mais compartilhado. No Quadro 35, apresentamos os resultados do teste de Correlação de Pearson entre a votação nominal dos deputados considerando-se apenas o espaço metropolitano e o índice de dominância média das áreas de votação para cada deputado. O resultado, confirma a inexistência de uma correlação significativa entre a magnitude da votação dos deputados metropolitanos e o grau de dominância/compartilhamento que se expressa sobre essas áreas, o que nos permite rejeitar a hipótese de que o tamanho das votações estaria influenciando na capacidade do deputado exercer dominância sobre as votações das áreas.

QUADRO 35 - Correlação entre o índice do número efetivo de áreas e a quantidade de votos recebidos pelos deputados na RMRJ

		Índice do número efetivo de municípios	Total de votos recebidos
Índice do número efetivo de municípios	Correlação	1	0,194
	Significância		0,18
	N	50	50
Total de votos recebidos	Correlação	0,194	1
	Significância	0,18	
	N	50	50

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2006.

4.3 AS CONEXÕES ELEITORAIS NA METRÓPOLE: PADRÕES ESPACIAIS DE VOTAÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS METROPOLITANOS

Nesta seção buscamos construir os padrões espaciais de votação dos deputados metropolitanos de acordo com a formulação teórica feita por Ames (2003) a partir dos dois eixos de distribuição espacial da votação (concentração/fragmentação e dominância/compartilhamento). A tese de Ames é que os padrões espaciais de votação concentrado-dominante e fragmentado-

dominante corresponderiam a um incentivo de comportamento parlamentar mais paroquialista enquanto os padrões espaciais de votação concentrado-compartilhado e fragmentado-compartilhado ofereceriam incentivos a um comportamento parlamentar mais universalista.

Em suma, a hipótese por trás dos trabalhos de Ames (2003), e que foi posteriormente replicada por Carvalho (2003), é de que esses padrões espaciais de votação funcionam como as conexões eleitorais identificadas por David Mayhew (1974) para o caso do congresso norte-americano. O desafio enfrentado por Ames foi identificar as conexões eleitorais ocorrendo no marco institucional do sistema eleitoral brasileiro, ou seja, identificar como a geografia do voto dos parlamentares brasileiros serve como incentivo para uma atuação parlamentar que tenha como objetivo retornos eleitorais coerentes com a manutenção dessas bases eleitorais.

Conforme dito anteriormente, o sistema eleitoral brasileiro se diferencia do sistema eleitoral americano, do ponto de vista da sua geografia do voto, pois, neste último todos os parlamentares apresentam um padrão espacial de votação concentrado-dominante, já que são eleitos em distritos uninominais que compõem um sistema de representação majoritário. No caso brasileiro, o nosso sistema de representação proporcional de lista aberta, caracterizado pela presença de grandes distritos de representação, favorece o surgimento de padrões espaciais de votação diferenciados que de alguma forma são resultado das estratégias diferenciadas de obtenção de votos no interior do distrito, e que posteriormente resultarão em incentivos para uma atuação parlamentar visando à manutenção de um eleitorado cativo. Resta saber se os padrões espaciais de votação descritos por Ames (2003) se repetem também no interior do espaço metropolitano e qual seria o efeito de cada padrão espacial encontrado sobre os comportamentos dos deputados eleitos.

O Quadro 36 apresenta o resultado desta classificação conjunta dos deputados metropolitanos, porém, tendo como recorte as votações obtidas no interior da RMRJ. A partir deste quadro podemos verificar a composição de cada padrão espacial de votação a partir da classificação de cada candidato em um dos graus de concentração/fragmentação e de dominância/compartilhamento.

QUADRO 36 - Padrão espacial de votação dos deputados metropolitanos nas áreas intra-urbanas da RMRJ

Número	Candidato	Partido	Votação na RMRJ	Grau de concentração	Grau de dominância	Padrão espacial
25.633	Graça Pereira	PFL	51.255	Concentração Alta	Dominância alta	Concentrado/Dominante
31.624	Anabal	PHS	36.462	Concentração Alta	Dominância alta	Concentrado/Dominante
36.789	Jane da Núbia	PTC	50.496	Concentração Alta	Dominância alta	Concentrado/Dominante
45.205	Zito	PSDB	204.880	Concentração Média	Dominância alta	Concentrado/Dominante
20.580	Dr. Audir	PSC	31.403	Concentração Alta	Dominância média	Concentrado/Dominante
26.123	Renata do Posto	PAN	28.124	Concentração Alta	Dominância média	Concentrado/Dominante
15.122	Graça	PMDB	92.163	Concentração Média	Dominância média	Concentrado/Dominante
15.615	Dica	PMDB	60.567	Concentração Média	Dominância média	Concentrado/Dominante
22.607	Dr. Alcides Rolim	PL	65.958	Concentração Média	Dominância média	Concentrado/Dominante
25.617	Dr. Márcio Panisset	PFL	67.117	Concentração Média	Dominância média	Concentrado/Dominante
13.444	Jorge Babú	PT	32.563	Concentração Alta	Compartilhamento médio	Concentrado/Não-Dominante
45.245	Gerson Bergher	PSDB	31.967	Concentração Alta	Compartilhamento médio	Concentrado/Não-Dominante
31.011	Marcelo Simão	PHS	32.654	Concentração Alta	Compartilhamento médio	Concentrado/Não-Dominante
33.333	Alessandro Calazans	PMN	32.528	Concentração Alta	Compartilhamento médio	Concentrado/Não-Dominante
11.111	Dionisio Lins	PP	59.580	Concentração Média	Compartilhamento médio	Concentrado/Não-Dominante
15.101	Domingos Brazão	PMDB	73.263	Concentração Média	Compartilhamento médio	Concentrado/Não-Dominante
25.234	Natalino	PFL	49.405	Concentração Média	Compartilhamento médio	Concentrado/Não-Dominante
25.369	Marcelino D'Almeida	PFL	41.614	Concentração Média	Compartilhamento médio	Concentrado/Não-Dominante
25.625	Pedro Fernandes Neto	PFL	68.812	Concentração Média	Compartilhamento médio	Concentrado/Não-Dominante
15.000	Sula	PMDB	43.549	Concentração Média	Compartilhamento médio	Concentrado/Não-Dominante
15.369	Altineu Côrtes	PMDB	87.283	Concentração Média	Compartilhamento médio	Concentrado/Não-Dominante
20.145	Marco Figueiredo	PSC	31.643	Concentração Média	Compartilhamento médio	Concentrado/Não-Dominante
15.345	Chiquinho da Mangueira	PMDB	53.493	Concentração Média	Compartilhamento alto	Concentrado/Não-Dominante
20.126	Coronel Jairo	PSC	50.818	Concentração Média	Compartilhamento alto	Concentrado/Não-Dominante
13.651	Rodrigo Neves	PT	41.288	Concentração Média	Compartilhamento alto	Concentrado/Não-Dominante
23.601	Comte	PPS	38.982	Concentração Média	Compartilhamento alto	Concentrado/Não-Dominante
26.000	Walney Rocha	PAN	27.923	Concentração Média	Compartilhamento alto	Concentrado/Não-Dominante
45.000	Mario Marques	PSDB	19.710	Concentração Média	Compartilhamento alto	Concentrado/Não-Dominante
11.120	Flávio Bolsonaro	PP	43.099	Dispersão Média	Compartilhamento alto	Fragmentado/Não-Dominante
13.010	Alessandro Molon	PT	85.798	Dispersão Média	Compartilhamento alto	Fragmentado/Não-Dominante
13.170	Carlos Minc	PT	78.311	Dispersão Média	Compartilhamento alto	Fragmentado/Não-Dominante
25.678	Rodrigo Dantas	PFL	67.362	Dispersão Média	Compartilhamento alto	Fragmentado/Não-Dominante
43.043	André do PV	PV	32.832	Dispersão Média	Compartilhamento alto	Fragmentado/Não-Dominante
45.001	Pedro Paulo	PSDB	31.355	Dispersão Média	Compartilhamento alto	Fragmentado/Não-Dominante
45.620	Luiz Paulo	PSDB	45.218	Dispersão Média	Compartilhamento alto	Fragmentado/Não-Dominante
50.123	Marcelo Freixo	PSOL	13.547	Dispersão Média	Compartilhamento alto	Fragmentado/Não-Dominante
65.123	Fernando Gusmão	PC do B	40.704	Dispersão Média	Compartilhamento alto	Fragmentado/Não-Dominante
70.222	Jodenir Soares	PT do B	36.645	Dispersão Média	Compartilhamento alto	Fragmentado/Não-Dominante
10.100	Beatriz Santos	PRB	39.266	Dispersão Média	Compartilhamento alto	Fragmentado/Não-Dominante
12.200	Sheila Gama	PDT	44.984	Dispersão Média	Compartilhamento alto	Fragmentado/Não-Dominante
15.159	Picciani	PMDB	76.468	Dispersão Média	Compartilhamento alto	Fragmentado/Não-Dominante
12.123	Wagner Montes	PDT	111.802	Dispersão Alta	Compartilhamento alto	Fragmentado/Não-Dominante
12.212	Cidinha Campos	PDT	53.556	Dispersão Alta	Compartilhamento alto	Fragmentado/Não-Dominante
12.345	Paulo Ramos	PDT	40.798	Dispersão Alta	Compartilhamento alto	Fragmentado/Não-Dominante
13.455	Gilberto Palmares	PT	32.894	Dispersão Alta	Compartilhamento alto	Fragmentado/Não-Dominante
15.110	Álvaro Lins	PMDB	108.652	Dispersão Alta	Compartilhamento alto	Fragmentado/Não-Dominante
15.210	Roberto Dinamite	PMDB	49.097	Dispersão Alta	Compartilhamento alto	Fragmentado/Não-Dominante
15.300	Fábio Silva	PMDB	45.957	Dispersão Alta	Compartilhamento alto	Fragmentado/Não-Dominante
15.505	Pedro Augusto	PMDB	115.060	Dispersão Alta	Compartilhamento alto	Fragmentado/Não-Dominante
56.123	Édino Fonseca	PRONA	41.991	Dispersão Alta	Compartilhamento alto	Fragmentado/Não-Dominante

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2006.

Conforme a hipótese inicial, dos quatro padrões espaciais de votação propostos por Ames (2003) apenas o tipo fragmentado-dominante não apresentou nenhuma ocorrência. Como era esperado, o padrão espacial predominante no espaço metropolitano é o fragmentado-compartilhado com 22 dos 50 deputados metropolitanos, ou seja, é o padrão espacial tipicamente metropolitano formado por deputados com base eleitoral dispersa pelo território metropolitano, sem uma relação clara com alguma área em específico da RMRJ, portanto, são deputados que recebem incentivos oriundos de sua geografia de votação para uma conduta parlamentar que tenda para temas mais universalistas.

O segundo padrão espacial de votação de maior incidência no espaço metropolitano é o concentrado-compartilhado, cuja ocorrência é bastante significativa, pois corresponde ao padrão espacial de votação de 18 dos 50 deputados metropolitanos. Diferentemente da formulação teórica dada por Ames (2003) para os incentivos ao comportamento parlamentar oriundos do padrão espacial de votação concentrado-dominante no nível dos municípios, consideramos que a concentração aliada ao compartilhamento de votação no interior da RMRJ, é indicativa de relação bastante estreita com o território. Ou seja, consideramos que esse padrão de distribuição de votação quando identificado no interior do espaço metropolitano corresponde a um padrão localista de votação que pode vir a influenciar uma conduta parlamentar no sentido de visar benefícios para o seu território político.

O que surpreende neste caso, é a presença significativa de deputados metropolitanos cujo padrão espacial de votação foi classificado como concentrado-dominante. Estes deputados, de acordo com a formulação de Ames (2003) tenderiam certamente a um comportamento paroquialista já que a sua votação, além de se concentrar em alguma parte específica do espaço metropolitano, apresenta também um grau considerável de dominância eleitoral sobre essas áreas. É importante destacar que a dominância aqui considerada não pode ser compreendida diretamente como dominância política, que pressupõe ausência de conflito, enquanto que a primeira permite a possibilidade de que dois deputados sejam dominantes sobre determinada área em relação aos demais candidatos, e serem adversários políticos, como é o caso dos deputados Graça Matos e Márcio Panisset. A dominância eleitoral aparece, portanto, como a capacidade de um determinado

candidato polarizar a disputa eleitoral, arrecadando para si uma grande quantidade de votos de uma determinada área.

As áreas que compõem o município de Duque de Caxias apresentam um exemplo interessante desta diferença entre dominância eleitoral e dominância política. Tanto o deputado Zito, quanto o deputado Dica, tiveram suas votações concentradas nos limites do município de Duque de Caxias, e ambos foram classificados como deputados dominantes. Entretanto, Duque de Caxias é um dos municípios mais populosos da RMRJ, o que permitiria que mais deputados se elegessem com votação concentrada nestas áreas. Isso não ocorre porque o deputado Zito consegue obter uma votação maciça nessas áreas com uma diferença percentual de votação bastante elevada em relação aos demais candidatos. Neste caso tudo indica que os demais candidatos não ofereceram risco à votação de Zito na maioria das áreas do município de Duque de Caxias, confirmando a sua dominância política.

Como podemos ver no Quadro 37, além da predominância do padrão espacial fragmentado-compartilhado, há uma diferença nas regiões de concentração de votos onde ocorrem os diferentes padrões espaciais de votação. De acordo com este quadro, há uma tendência em relação aos deputados cuja votação se concentra na capital para um padrão espacial de votação fragmentado-compartilhado. Apenas 4 dos 22 deputados com padrão espacial fragmentado-dominante tiveram seus votos em sua maior parte fora da capital. Entre os deputados de padrão concentrado-dominante encontramos a mesma quantidade para os que concentram na capital e para os que concentram nos demais municípios da região metropolitana. Já os deputados que apresentaram padrão espacial concentrado-dominante tiveram sua votação em maior parte fora da capital. Apenas a deputada Graça Pereira apresentou um padrão espacial concentrado-dominante, porém com votação predominante na capital.

QUADRO 37 - Padrão espacial de votação e região de concentração dos votos dos deputados metropolitanos

Número	Candidato	Partido	Grau de concentração	Grau de dominância	Padrão espacial	Região de Concentração
25.633	Graça Pereira	PFL	Concentração Alta	Dominância alta	Concentrado-Dominante	Capital
31.624	Anabal	PHS	Concentração Alta	Dominância alta	Concentrado-Dominante	RM
36.789	Jane da Núbia	PTC	Concentração Alta	Dominância alta	Concentrado-Dominante	RM
45.205	Zito	PSDB	Concentração Média	Dominância alta	Concentrado-Dominante	RM
20.580	Dr. Audir	PSC	Concentração Alta	Dominância média	Concentrado-Dominante	RM
26.123	Renata do Posto	PAN	Concentração Alta	Dominância média	Concentrado-Dominante	RM
15.122	Graça	PMDB	Concentração Média	Dominância média	Concentrado-Dominante	RM
15.615	Dica	PMDB	Concentração Média	Dominância média	Concentrado-Dominante	RM
22.607	Dr. Alcides Rolim	PL	Concentração Média	Dominância média	Concentrado-Dominante	RM
25.617	Dr. Márcio Panisset	PFL	Concentração Média	Dominância média	Concentrado-Dominante	RM
13.444	Jorge Babú	PT	Concentração Alta	Compartilhamento médio	Concentrado-Compartilhado	Capital
45.245	Gerson Bergher	PSDB	Concentração Alta	Compartilhamento médio	Concentrado-Compartilhado	Capital
11.111	Dionisio Lins	PP	Concentração Média	Compartilhamento médio	Concentrado-Compartilhado	Capital
15.101	Domingos Brazão	PMDB	Concentração Média	Compartilhamento médio	Concentrado-Compartilhado	Capital
25.234	Natalino	PFL	Concentração Média	Compartilhamento médio	Concentrado-Compartilhado	Capital
25.369	Marcelino D'Almeida	PFL	Concentração Média	Compartilhamento médio	Concentrado-Compartilhado	Capital
25.625	Pedro Fernandes Neto	PFL	Concentração Média	Compartilhamento médio	Concentrado-Compartilhado	Capital
15.345	Chiquinho da Mangueira	PMDB	Concentração Média	Compartilhamento alto	Concentrado-Compartilhado	Capital
20.126	Coronel Jairo	PSC	Concentração Média	Compartilhamento alto	Concentrado-Compartilhado	Capital
31.011	Marcelo Simão	PHS	Concentração Alta	Compartilhamento médio	Concentrado-Compartilhado	RM
33.333	Alessandro Calazans	PMN	Concentração Alta	Compartilhamento médio	Concentrado-Compartilhado	RM
15.000	Sula	PMDB	Concentração Média	Compartilhamento médio	Concentrado-Compartilhado	RM
15.369	Altineu Côrtes	PMDB	Concentração Média	Compartilhamento médio	Concentrado-Compartilhado	RM
20.145	Marco Figueiredo	PSC	Concentração Média	Compartilhamento médio	Concentrado-Compartilhado	RM
13.651	Rodrigo Neves	PT	Concentração Média	Compartilhamento alto	Concentrado-Compartilhado	RM
23.601	Comte	PPS	Concentração Média	Compartilhamento alto	Concentrado-Compartilhado	RM
26.000	Walney Rocha	PAN	Concentração Média	Compartilhamento alto	Concentrado-Compartilhado	RM
45.000	Mario Marques	PSDB	Concentração Média	Compartilhamento alto	Concentrado-Compartilhado	RM
11.120	Flávio Bolsonaro	PP	Dispersão Média	Compartilhamento alto	Fragmentado-Compartilhado	Capital
13.010	Alessandro Molon	PT	Dispersão Média	Compartilhamento alto	Fragmentado-Compartilhado	Capital
13.170	Carlos Minc	PT	Dispersão Média	Compartilhamento alto	Fragmentado-Compartilhado	Capital
25.678	Rodrigo Dantas	PFL	Dispersão Média	Compartilhamento alto	Fragmentado-Compartilhado	Capital
43.043	André do PV	PV	Dispersão Média	Compartilhamento alto	Fragmentado-Compartilhado	Capital
45.001	Pedro Paulo	PSDB	Dispersão Média	Compartilhamento alto	Fragmentado-Compartilhado	Capital
45.620	Luiz Paulo	PSDB	Dispersão Média	Compartilhamento alto	Fragmentado-Compartilhado	Capital
50.123	Marcelo Freixo	PSOL	Dispersão Média	Compartilhamento alto	Fragmentado-Compartilhado	Capital
65.123	Fernando Gusmão	PC do B	Dispersão Média	Compartilhamento alto	Fragmentado-Compartilhado	Capital
70.222	Jodenir Soares	PT do B	Dispersão Média	Compartilhamento alto	Fragmentado-Compartilhado	Capital
12.123	Wagner Montes	PDT	Dispersão Alta	Compartilhamento alto	Fragmentado-Compartilhado	Capital
12.212	Cidinha Campos	PDT	Dispersão Alta	Compartilhamento alto	Fragmentado-Compartilhado	Capital
12.345	Paulo Ramos	PDT	Dispersão Alta	Compartilhamento alto	Fragmentado-Compartilhado	Capital
13.455	Gilberto Palmares	PT	Dispersão Alta	Compartilhamento alto	Fragmentado-Compartilhado	Capital
15.110	Álvaro Lins	PMDB	Dispersão Alta	Compartilhamento alto	Fragmentado-Compartilhado	Capital
15.210	Roberto Dinamite	PMDB	Dispersão Alta	Compartilhamento alto	Fragmentado-Compartilhado	Capital
15.300	Fábio Silva	PMDB	Dispersão Alta	Compartilhamento alto	Fragmentado-Compartilhado	Capital
15.505	Pedro Augusto	PMDB	Dispersão Alta	Compartilhamento alto	Fragmentado-Compartilhado	Capital
10.100	Beatriz Santos	PRB	Dispersão Média	Compartilhamento alto	Fragmentado-Compartilhado	RM
12.200	Sheila Gama	PDT	Dispersão Média	Compartilhamento alto	Fragmentado-Compartilhado	RM
15.159	Picciani	PMDB	Dispersão Média	Compartilhamento alto	Fragmentado-Compartilhado	RM
56.123	Édino Fonseca	PRONA	Dispersão Alta	Compartilhamento alto	Fragmentado-Compartilhado	RM

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2006.

4.4 AS CONEXÕES TERRITORIAIS: CONDIÇÕES SOCIAIS DAS ÁREAS DE VOTAÇÃO DOS DEPUTADOS METROPOLITANOS

Nesta seção buscaremos, no primeiro momento, fazer a relação entre o padrão espacial de votação dos deputados metropolitanos e o grau de competitividade por votos nas áreas onde obtêm a maior parte de suas votações. Com isso, buscamos responder de que forma a dinâmica de competitividade por votos expressa por meio da geografia do jogo eleitoral, como destacou Carvalho (2003), propicia as bases para determinados padrões espaciais de votação.

Ao buscarmos essa relação entre o grau de competitividade por votos nas áreas de predominância de votação dos deputados metropolitanos, estaremos em última análise buscando os efeitos das características socioespaciais destas áreas, conforme visto no capítulo anterior, sobre como se configuram os diferentes padrões espaciais de votação dos deputados. No capítulo anterior apresentamos evidências empíricas de que a forma como os diferentes graus de competitividades por votos estão distribuídos pelo espaço metropolitano tem relação significativa com as características sociais destas áreas.

A hipótese a ser verificada neste primeiro momento é se um deputado cujo padrão de distribuição de sua votação foi classificado como concentrado-dominante tende a ter a maioria dos seus votos distribuídos em áreas com uma competitividade por votos altamente concentradas em poucos candidatos. A hipótese não se justifica apenas pela competição em si, mas principalmente pelas características socioeconômicas dos indivíduos que residem nestas áreas, indivíduos que expressariam a sua intenção de voto valorizando deputados cujas promessas ou atuação anterior sejam primadas pelo retorno de benefícios desagregados para os seus territórios políticos.

Conforme visto no capítulo anterior, essas áreas de competição eleitoral altamente concentrada geralmente são áreas que também carecem de serviços públicos de infra-estrutura, o que torna os seus moradores suscetíveis a serem cooptados por discursos e promessas tipicamente paroquialistas.

Para indivíduos em situação de escassez de serviços públicos, como é o caso de grande parte dos municípios da periferia metropolitana, qualquer recurso é bem

vindo, mesmo que não resolva o problema como um todo. O raciocínio utilizado nestes casos parece ser: em situações de escassez de investimento estatal em serviços de infra-estrutura não se tem uma previsibilidade acerca de quando se resolverá o problema definitivamente. Sendo assim, torna-se razoável entrar no jogo da troca clientelística do que esperar por uma resposta do Estado que nunca chega. Como essas ações pontuais de resolução de problemas urbanos não são resolvidas de acordo com um critério universalista de forma a oferecer uma resolução sustentável no longo prazo, mas sim baseadas no benefício imediato para ambas as partes, cria-se um círculo vicioso onde o próprio jogo político-eleitoral reforça as carências que impedem o acesso a bens e recursos necessários para uma verdadeira emancipação política e social.

Por outro lado, consideramos como hipótese que a concentração no território de indivíduos com recursos (renda e escolaridade) habilitadores para o exercício pleno da escolha política favorece um ambiente de diversidade de opiniões, portanto, de alta competitividade entre diferentes posturas políticas. Além disso, conforme vimos no capítulo anterior, essas áreas também são suficientemente providas de infra-estrutura de serviços públicos, o que diminui a necessidade de barganha política pelos mesmos. Sendo assim, consideramos como hipótese que áreas de alta competitividade por votos favorecem as votações de deputados com posturas mais universalistas devido a posicionamentos ideológicos mais claramente definidos. Portanto, são deputados cujas votações tenderiam para a fragmentação e para o compartilhamento. Entre essas duas configurações extremas é possível pensarmos num *continuum* de configurações de acordo com os diferentes graus de concentração e dominância de votação.

O Quadro 38 nos traz o resultado do cruzamento para cada deputado do seu padrão espacial de votação e o grau de competitividade predominante das áreas em que obteve a maior parte de sua votação a partir da mediana de distribuição destes diferentes graus de competitividade. Estes resultados, portanto, não nos permitem descartar a hipótese da relação já que há uma clara associação entre os diferentes padrões espaciais de votação e o respectivo grau de competitividade predominante.

QUADRO 38 – Padrão espacial de votação e grau de competitividade por votos nas áreas de maior votação dos deputados metropolitanos

Número	Deputado	Região de Concentração	Padrão espacial de votação	Grau de competitividade por votos predominante
25.633	Graça Pereira	Capital	Concentrado-Dominante	Concentração Alta
31.624	Anabal	RM	Concentrado-Dominante	Concentração Alta
36.789	Jane da Núbia	RM	Concentrado-Dominante	Concentração Alta
45.205	Zito	RM	Concentrado-Dominante	Concentração Alta
20.580	Dr. Audir	RM	Concentrado-Dominante	Concentração Alta
26.123	Renata do Posto	RM	Concentrado-Dominante	Concentração Alta
25.617	Dr. Márcio Panisset	RM	Concentrado-Dominante	Concentração Alta
15.122	Graça	RM	Concentrado-Dominante	Concentração Alta
15.615	Dica	RM	Concentrado-Dominante	Concentração Alta
22.607	Dr. Alcides Rolim	RM	Concentrado-Dominante	Concentração Alta
31.011	Marcelo Simão	RM	Concentrado-Compartilhado	Concentração Alta
15.369	Altineu Côrtes	RM	Concentrado-Compartilhado	Concentração Alta
20.145	Marco Figueiredo	RM	Concentrado-Compartilhado	Concentração Alta
15.000	Sula	RM	Concentrado-Compartilhado	Concentração Alta
23.601	Comte	RM	Concentrado-Compartilhado	Concentração Alta
13.651	Rodrigo Neves	RM	Concentrado-Compartilhado	Concentração Alta
33.333	Alessandro Calazans	RM	Concentrado-Compartilhado	Concentração Média
26.000	Walney Rocha	RM	Concentrado-Compartilhado	Concentração Média
45.000	Mario Marques	RM	Concentrado-Compartilhado	Concentração Média
13.444	Jorge Babú	Capital	Concentrado-Compartilhado	Concentração Média
25.369	Marcelino D'Almeida	Capital	Concentrado-Compartilhado	Concentração Média
25.234	Natalino	Capital	Concentrado-Compartilhado	Concentração Média
20.126	Coronel Jairo	Capital	Concentrado-Compartilhado	Concentração Média
45.245	Gerson Bergher	Capital	Concentrado-Compartilhado	Dispersão Média
25.625	Pedro Fernandes Neto	Capital	Concentrado-Compartilhado	Dispersão Média
15.101	Domingos Brazão	Capital	Concentrado-Compartilhado	Dispersão Média
11.111	Dionisio Lins	Capital	Concentrado-Compartilhado	Dispersão Média
15.345	Chiquinho da Mangueira	Capital	Concentrado-Compartilhado	Dispersão Média
12.200	Sheila Gama	RM	Fragmentado-Compartilhado	Concentração Alta
15.300	Fábio Silva	Capital	Fragmentado-Compartilhado	Concentração Alta
10.100	Beatriz Santos	RM	Fragmentado-Compartilhado	Concentração Média
15.159	Picciani	RM	Fragmentado-Compartilhado	Concentração Média
56.123	Édino Fonseca	RM	Fragmentado-Compartilhado	Concentração Média
13.010	Alessandro Molon	Capital	Fragmentado-Compartilhado	Concentração Média
70.222	Jodenir Soares	Capital	Fragmentado-Compartilhado	Concentração Média
15.210	Roberto Dinamite	Capital	Fragmentado-Compartilhado	Concentração Média
15.110	Álvaro Lins	Capital	Fragmentado-Compartilhado	Concentração Média
12.123	Wagner Montes	Capital	Fragmentado-Compartilhado	Concentração Média
15.505	Pedro Augusto	Capital	Fragmentado-Compartilhado	Concentração Média
50.123	Marcelo Freixo	Capital	Fragmentado-Compartilhado	Dispersão Média
43.043	André do PV	Capital	Fragmentado-Compartilhado	Dispersão Média
45.001	Pedro Paulo	Capital	Fragmentado-Compartilhado	Dispersão Média
11.120	Flávio Bolsonaro	Capital	Fragmentado-Compartilhado	Dispersão Média
45.620	Luiz Paulo	Capital	Fragmentado-Compartilhado	Dispersão Média
65.123	Fernando Gusmão	Capital	Fragmentado-Compartilhado	Dispersão Média
13.170	Carlos Minc	Capital	Fragmentado-Compartilhado	Dispersão Média
25.678	Rodrigo Dantas	Capital	Fragmentado-Compartilhado	Dispersão Média
12.345	Paulo Ramos	Capital	Fragmentado-Compartilhado	Dispersão Média
12.212	Cidinha Campos	Capital	Fragmentado-Compartilhado	Dispersão Média

13.455	Gilberto Palmares	Capital	Fragmentado-Compartilhado	Dispersão Média

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE - 2006.

Entre os deputados cujo padrão espacial de votação foi classificado como fragmentado-compartilhado há uma maior incidência de votações predominantemente em áreas de alta competitividade do que entre os deputados cujo padrão espacial de votação foi classificado como concentrado-compartilhado. Enquanto que todos os deputados classificados como concentrado-dominante tiveram suas votações predominantemente em áreas de baixa competitividade por votos.

Com isso, podemos nos perguntar se as condições sociais das áreas de maior votação dos deputados apresentam alguma relação com o padrão espacial das votações dos mesmos. Para isso, buscamos identificar possíveis agrupamentos que nos ajudem a qualificar os padrões espaciais dos deputados a partir das características sociais das áreas de maior votação dos mesmos.

Deste modo, consideraremos como variáveis indicadoras de condições sociais: (i) a média por deputado metropolitano da renda per capita familiar média das áreas de maior votação, (ii) a média por deputado metropolitano do clima educativo domiciliar médio das áreas de maior votação; (iii) a média por deputado metropolitano do percentual de pessoas vivendo em domicílios em alguma situação de carência de serviços de infra-estrutura nas áreas de maior votação; e (iv) a média por deputado metropolitano do percentual de pessoas vivendo em espaço considerado como favela nas áreas de maior votação. Além disso, buscaremos identificar o padrão espacial predominante destes agrupamentos bem como o tipo de dominância e de concentração e a região de concentração predominante

No Quadro 39 apresentamos os resultados de uma Classificação Hierárquica Ascendente[23] considerando as variáveis indicadoras de condições sociais das áreas de votação dos deputados metropolitanos, e as variáveis indicadoras das características espaciais de votação destes deputados. Para facilitar a classificação selecionamos somente as áreas onde os deputados obtiveram mais de 0,5% dos votos da mesma. Pode-se perceber com base neste quadro que há uma diversidade interna de condições sociais de áreas de votação para cada um dos padrões espaciais de votação.

[23] O resultado deste agrupamento apresentou uma variância intra-grupos de 26,8% e uma variância inter-grupos de 73,2%.

QUADRO 39 – Padrão espacial de votação e condições sociais das áreas de votação dos deputados metropolitanos

Grupo	Núm	Candidato	Renda pc familiar média	Clima educ. dom. médio	Carência de serv. de infra	Favela	Domin.	Áreas efetivas	Padrão Espacial	Tipo Dom.	Tipo Conc.	Reg. Conc.
1	20.145	Marco Figueiredo	255,06	5,86	26,18	7,39	0,13	23,68	C-ND	NDM	CM	RM
	36.789	Jane da Núbia	261,10	5,83	30,17	8,98	0,32	13,88	C-D	DA	CA	RM
	15.615	Dica	262,49	5,99	22,01	7,00	0,20	22,87	C-D	DM	CM	RM
	31.624	Anabal	274,15	6,03	29,04	6,54	0,31	3,74	C-D	DA	CA	RM
	26.123	Renata do Posto	282,16	6,00	25,49	8,45	0,20	5,47	C-D	DM	CA	RM
	25.633	Graça Pereira	511,44	7,89	7,20	7,95	0,29	7,96	C-D	DA	CA	CAP
	45.205	Zito	555,10	7,41	14,24	5,86	0,38	49,31	C-D	DA	CM	RM
		Média	*343,07*	*6,43*	*22,05*	*7,45*	*0,26*	*18,13*	*C-D*	*DA*	*CA*	*RM*
2	22.607	Dr. Alcides Rolim	246,17	5,99	22,57	1,07	0,21	25,35	C-D	DM	CM	RM
	15.000	Sula	248,13	5,98	22,79	0,88	0,13	24,61	C-ND	NDM	CM	RM
	45.000	Mario Marques	253,40	6,01	25,66	0,64	0,05	32,04	C-ND	NDA	CM	RM
	31.011	Marcelo Simão	255,55	6,23	15,41	1,36	0,10	10,64	C-ND	NDM	CA	RM
	26.000	Walney Rocha	269,01	6,07	23,36	2,36	0,06	38,90	C-ND	NDA	CM	RM
	12.200	Sheila Gama	278,99	6,21	21,57	2,96	0,03	82,40	F-ND	NDA	FM	RM
	20.580	Dr. Audir	300,80	6,29	25,47	0,49	0,16	11,32	C-D	DM	CA	RM
	33.333	Alessandro Calazans	327,42	6,93	9,60	3,67	0,09	18,50	C-ND	NDM	CA	RM
	15.369	Altineu Côrtes	407,74	7,04	21,86	4,76	0,10	43,54	C-ND	NDM	CM	RM
	15.159	Picciani	419,85	7,12	15,41	5,18	0,05	66,95	F-ND	NDA	FM	RM
	15.122	Graça	420,74	7,09	22,56	0,91	0,17	36,71	C-D	DM	CM	RM
	13.651	Rodrigo Neves	422,30	7,08	20,92	0,91	0,06	36,57	C-ND	NDA	CM	RM
	23.601	Comte	434,88	7,17	22,23	2,93	0,06	26,84	C-ND	NDA	CM	RM
	25.617	Dr. Márcio Panisset	437,61	7,25	21,08	0,99	0,15	32,47	C-D	DM	CM	RM
		Média	*337,33*	*6,60*	*20,75*	*2,08*	*0,10*	*34,77*	*C-ND*	*ND*	*CM*	*RM*
3	70.222	Jodenir Soares	284,45	6,46	17,52	8,69	0,02	70,40	F-ND	NDA	FM	CAP
	25.234	Natalino	303,31	6,75	13,45	9,55	0,11	25,80	C-ND	NDM	CM	CAP
	13.444	Jorge Babú	313,52	6,83	11,51	10,54	0,09	12,96	C-ND	NDM	CA	CAP
	20.126	Coronel Jairo	348,77	7,19	8,79	9,41	0,06	40,55	C-ND	NDA	CM	CAP
	25.369	Marcelino D'Almeida	352,43	7,23	7,68	8,48	0,09	23,74	C-ND	NDM	CM	CAP
	11.111	Dionisio Lins	555,48	8,37	3,78	10,65	0,12	23,21	C-ND	NDM	CM	CAP
	15.101	Domingos Brazão	591,77	8,05	9,20	7,32	0,10	34,77	C-ND	NDM	CM	CAP
	25.625	Pedro Fernandes Neto	600,66	8,32	5,98	8,41	0,09	32,55	C-ND	NDM	CM	CAP
	15.345	Chiquinho da Mangueira	633,49	8,17	7,12	8,71	0,04	43,71	C-ND	NDA	CM	CAP
	25.678	Rodrigo Dantas	711,64	8,40	6,45	8,30	0,05	64,41	F-ND	NDA	FM	CAP
		Média	*469,55*	*7,57*	*9,15*	*9,01*	*0,08*	*37,21*	*C-ND*	*NDM*	*CM*	*CAP*
4	15.300	Fábio Silva	331,02	6,56	19,29	5,64	0,01	196,80	F-ND	NDA	FA	CAP
	56.123	Édino Fonseca	366,75	6,83	17,09	7,53	0,01	206,36	F-ND	NDA	FA	RM
	10.100	Beatriz Santos	420,94	7,43	10,65	8,23	0,02	140,97	F-ND	NDA	FM	RM
	15.505	Pedro Augusto	495,46	7,37	14,26	5,92	0,02	216,97	F-ND	NDA	FA	CAP
	12.123	Wagner Montes	531,29	7,59	12,64	5,91	0,03	204,92	F-ND	NDA	FA	CAP
	15.110	Álvaro Lins	542,18	7,65	12,43	5,68	0,03	189,09	F-ND	NDA	FA	CAP
		Média	*447,94*	*7,24*	*14,39*	*6,49*	*0,02*	*192,52*	*F-ND*	*NDA*	*FA*	*CAP*
5	13.010	Alessandro Molon	610,24	8,06	9,69	5,82	0,03	133,86	F-ND	NDA	FM	CAP
	13.455	Gilberto Palmares	665,50	8,38	6,64	9,31	0,01	156,55	F-ND	NDA	FA	CAP
	15.210	Roberto Dinamite	696,69	8,42	8,02	6,23	0,01	176,35	F-ND	NDA	FA	CAP
	12.212	Cidinha Campos	705,25	8,61	5,72	5,93	0,01	181,92	F-ND	NDA	FA	CAP
	12.345	Paulo Ramos	740,54	8,63	7,81	4,55	0,01	183,90	F-ND	NDA	FA	CAP
	13.170	Carlos Minc	742,93	8,73	6,54	7,56	0,04	91,95	F-ND	NDA	FM	CAP
	65.123	Fernando Gusmão	792,05	8,88	4,61	9,10	0,02	118,23	F-ND	NDA	FM	CAP
	45.620	Luiz Paulo	813,56	8,85	4,90	8,85	0,02	95,11	F-ND	NDA	FM	CAP
	11.120	Flávio Bolsonaro	830,18	9,14	3,62	5,64	0,01	130,96	F-ND	NDA	FM	CAP
	45.001	Pedro Paulo	955,42	9,30	4,80	6,76	0,02	65,26	F-ND	NDA	FM	CAP
	43.043	André do PV	1.133,78	9,62	9,92	4,42	0,02	77,12	F-ND	NDA	FM	CAP
	45.245	Gerson Bergher	1.274,31	10,10	2,31	6,01	0,09	16,42	C-ND	NDM	CA	CAP
	50.123	Marcelo Freixo	1.353,15	10,87	4,03	6,08	0,01	66,30	F-ND	NDA	FM	CAP
		Média	*870,28*	*9,05*	*6,05*	*6,64*	*0,02*	*114,92*	*F-ND*	*NDA*	*FM*	*CAP*

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE – 2006 e Censo Demográfico de 2000 - IBGE.

Legenda: C-ND: concentrado-compartilhado; C-D: concentrado-dominante; F-ND: fragmentado-compartilhado
DA: dominância alta; DM: dominância média; NDA: compartilhamento alto; NDM: compartilhamento médio
CA: concentração alta; CM: concentração média; FA: fragmentação alta; FM: fragmentação média

O primeiro grupo se caracteriza por reunir os deputados metropolitanos em sua maioria com votação predominante nos demais municípios da RMRJ, com um padrão espacial de votação em sua quase totalidade caracterizado como concentrado-dominante, sendo que a sua distribuição horizontal tende para a concentração elevada de votação e a sua distribuição vertical para a dominância elevada. Além disso, esse conjunto de deputados tem as suas votações predominantemente distribuídas em áreas com um nível muito baixo de renda familiar per capita, assim como um nível muito baixo de clima educativo domiciliar. O nível de carência dessas áreas também é bastante elevado (média de 22,05%), — com a exceção da deputada Graça Pereira que apresenta concentração de votação na capital. Assim como o nível do percentual médio de pessoas residindo em aglomerado subnormal é o segundo entre os quatro agrupamentos (média 7,45%). Tanto a média do indicador de dominância, quanto à média do indicador de concentração são os mais elevados dentre todos os agrupamentos identificados.

O segundo agrupamento se caracteriza por conter somente deputados que tiveram suas votações obtidas em sua maior parte nos demais municípios da RMRJ, com um padrão espacial tendendo para a concentração-compartilhamento, sendo que a distribuição horizontal deste grupo tende para a concentração média e a distribuição vertical tende para o compartilhamento. Assim como o grupo anterior, o segundo agrupamento apresenta um nível de renda *per capita* familiar bastante baixo (337,33), assim como o nível de escolaridade dos adultos dos domicílios (6,60). Da mesma forma, o nível de carência de infra-estrutura de serviços é bastante elevado (média de 20,75%). O que diferencia este grupo do anterior em termos de condições sociais das áreas de votação predominante é o baixo percentual médio de espaços considerados como favela nestas votações (média de 2,08%), sendo que essa média é a menor para esta variável dentre os cinco agrupamentos construídos.

O terceiro grupo, ao contrário dos anteriores, se caracteriza por conter deputados cuja votação foi obtida predominantente na capital, mas que apesar disso, apresenta um padrão espacial predominante de concentração-

compartilhamento. Estes deputados em geral apresentam um compartilhamento médio das votações nas áreas de maior predominância de votos, mas, por outro lado, tendem a uma concentração média das suas votações. Em geral os índices de áreas efetivas apresentados são bastante baixos, o que indica uma concentração significativa das votações destes deputados, mesmo sendo eleitos na capital. Neste grupo, dois deputados se destacam por apresentarem um padrão de votação fragmentado-compartilhado, no caso do deputado Jodenir Soares a renda familiar *per capita* média é muito baixa (284,45) inclusive em relação aos deputados do grupo 3; já o deputado Rodrigo Dantas, apesar de ter apresentado padrão espacial de votação fragmentado-compartilhado, o seu índice do número efetivo de áreas é muito baixo (64,41) se comparado com a maioria dos deputados dos grupos 4 e 5. Além disso, esse grupo de deputados apresentou uma média de renda *per capita* familiar apenas um pouco mais elevada que os grupos anteriores, o mesmo para o clima educativo domiciliar médio das áreas de votação predominante. Contudo, a característica social que marca esse grupo de deputados é o elevado percentual de moradores de espaços considerados como favela em suas áreas de votação predominante (9,01). Outra característica marcante é a tendência a uma maior dominância eleitoral das áreas de votação predominante em relação aos dois agrupamentos seguintes que também agrupam deputados da capital em sua maioria.

O quarto agrupamento que agrega o menor número de deputados em relação aos quatro outros agrupamentos se caracteriza por reunir deputados que apresentaram em sua totalidade um padrão espacial de votação fragmentado-compartilhado, sendo que quase todos apresentaram um padrão de distribuição horizontal altamente dispersa. Esta característica se reforça quando observamos o resultado médio do índice do número efetivo de áreas para este grupo de deputados que é o mais elevado (192,52) dentre os cinco agrupamentos. Os níveis de renda e escolaridade das áreas de votação predominante são parecidos com os do grupo anterior, no entanto, o nível de carência dessas áreas é mais elevado (média de 14,39%), o que pode ser considerado como resultado da incursão eleitoral destes deputados em áreas mais carentes de infra-estrutura que estão fora da capital.

E por último, o quinto agrupamento reúne deputados de votação predominante na capital e quase todos apresentam um padrão espacial de votação fragmentado-

compartilhado, também em sua quase totalidade apresentam um padrão de distribuição vertical de compartilhamento médio, e um padrão horizontal de votação tendendo para dispersão média. Em termos de condições sociais das áreas de votação predominante esse agrupamento apresenta os níveis mais elevados de renda e escolaridade, ao passo que o percentual de carência de infra-estrutura nestas áreas também é bastante baixo. Já o percentual de pessoas residindo em espaços considerados como favela não apresentou diferença em relação ao agrupamento anterior.

Portanto, em primeiro lugar, podemos concluir que uma análise mais desagregada das distribuições espaciais de votação dos deputados com votação metropolitana permite ampliar as possibilidades analíticas das conexões eleitorais ao identificar uma diversidade de padrões espaciais de votação para os deputados cuja votação foi classificada de maneira genérica como concentrada-compartilhada nas análises no nível dos municípios.

Em segundo lugar, podemos concluir que de uma maneira geral existem evidências empíricas bastante razoáveis da relação entre as condições sociais das áreas internas da metrópole e os padrões espaciais de votação dos deputados, o que nos leva a crer que essas condições sociais são incorporadas, em alguma medida, nas suas estratégias de campanha, conforme discutimos no primeiro capítulo. Essa consideração sobre as características das áreas de votação é feita por todos os deputados, independentemente de seu padrão espacial de votação, a diferença está em quais características serão incorporadas nas estratégias eleitorais, e que posteriormente apresentarão reflexos no comportamento parlamentar. É esta relação significativa entre as condições sociais do espaço metropolitano que estamos considerando aqui como conexões territoriais. Estudos mais aprofundados sobre a conduta parlamentar dos deputados estaduais metropolitanos podem esclarecer melhor como essas conexões eleitorais são incorporadas nos diversos momentos de decisão parlamentar, ao mesmo tempo em que é ponderada pelos demais fatores que interferem tanto (ou mais, dependendo do caso) no comportamento parlamentar quanto às conexões territoriais. Porém, os resultados aqui apresentados podem ser considerados inovadores, pois, apontam para uma nova taxonomia dos deputados estaduais a partir da introdução das suas conexões

territoriais que qualificam e reorientam as conexões eleitorais identificadas apenas pela classificação da forma de distribuição espacial das votações dos deputados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou investigar a relação entre a organização socioespacial metropolitana e a geografia do voto nas eleições proporcionais. De maneira mais específica, nosso objetivo nesta dissertação foi encontrar evidências empíricas no sentido da hipótese de que a organização socioespacial da região metropolitana do Rio de Janeiro exerce efeito significativo sobre a geografia do voto para deputado estadual.

Se a natureza dos dados e os procedimentos metodológicos aqui utilizados não nos permitem explorar a fundo os mecanismos a partir dos quais as características sociais do lugar de residência afetam o comportamento político individual, de todo modo, os resultados aqui apresentados são suficientes para que essa hipótese não seja descartada. Tanto em relação ao grau de competitividade eleitoral nas áreas internas da metrópole, quanto em relação aos diferentes padrões espaciais de votação dos deputados estaduais metropolitanos, encontramos indícios significativos de que a conformação socioespacial metropolitana importa para a interpretação das conexões eleitorais dos deputados estaduais metropolitanos.

O primeiro passo no sentido desta hipótese foi chamar a atenção para o fato de que as análises sobre geografia do voto ao nível dos municípios realizadas no segundo capítulo indicam uma competitividade eleitoral bastante concentrada em poucos candidatos na maioria dos municípios fluminenses. Em 61% destes municípios o índice do número efetivo de candidatos girou em torno de 7,02; ao mesmo tempo em que, a capital e alguns municípios da RMRJ apresentam uma competitividade consideravelmente mais elevada. Apesar da intensidade do efeito do tamanho populacional dos municípios na explicação das variações no grau de competitividade na disputa eleitoral, a concentração de recursos como renda e escolaridade nos municípios parece exercer um efeito significativo sobre a variação no grau de competitividade eleitoral.

A primeira evidência da necessidade de se levar a cabo uma análise mais desagregada espacialmente no interior da região metropolitana consistiu no elevado grau de competitividade identificado no município do Rio de Janeiro, onde encontramos um número efetivo de candidatos de 113,47, índice muito mais elevado do que a média de todos os municípios do estado (12,54). A segunda evidência da

necessidade do recorte metropolitano surge a partir da construção dos padrões espaciais de votações para todos os deputados estaduais. A análise da geografia do voto no nível dos municípios apresentada no segundo capítulo nos permitiu revelar a parcela da ALERJ conformada por deputados estaduais que apresentaram um padrão de votação concentrado-compartilhado, considerado por Ames (2003) como sendo o padrão típico dos deputados eleitos em grandes áreas metropolitanas. É importante destacar que, a partir dos dados apresentados nesta escala de análise, o perfil de votação localista, expresso nos padrões espaciais de votação concentrado-dominante e fragmentado-dominante, não é uma tendência predominante, pois esses padrões espaciais de votação juntos correspondem a 25,7% da ALERJ, o que significaria dizer que há pouco incentivo para uma conduta parlamentar paroquialista por parte dos deputados estaduais fluminenses. Além disso, a predominância de um padrão de votação concentrado-compartilhado (70%), e na maioria destes casos com um elevado grau de compartilhamento e elevada concentração de votação, principalmente na capital, nos faz questionar sobre a adequabilidade de uma classificação única do padrão espacial de votação da maioria dos deputados eleitos cujos votos são oriundos do núcleo metropolitano. Portanto, restaria saber se em uma análise mais desagregada a predominância dos incentivos para um comportamento parlamentar mais universalista persistiria, ou, se identificaríamos uma tendência a uma concentração espacial de votação no interior deste espaço de elevada competitividade.

O passo subseqüente a essa análise na escala dos municípios do Estado do Rio de Janeiro consistiu na investigação da distribuição dos diferentes graus de competitividade na disputa eleitoral no espaço metropolitano. Utilizando as informações de votações dos deputados obtidas a partir dos locais de votação georeferenciados na RMRJ, construímos para cada área de ponderação do Censo 2000 o *índice do número efetivo de candidatos*. Os resultados indicaram haver uma variação significativa na competitividade eleitoral nas áreas internas da RMRJ. Entretanto, é interessante notar que grande parte dos locais de votação apresentou um perfil de competição eleitoral bastante concentrado, aproximadamente 45% dos locais de votação da RMRJ apresentaram um índice variando em torno de 9,25. Ou seja, grande parte dos locais de votação da RMRJ, a despeito da grande competitividade eleitoral no interior do espaço metropolitano se comparado com o

espaço não-metropolitano, apresentaram um padrão de competitividade mais próximo de alguns municípios do interior do estado. Além disso, as análises apresentadas no terceiro capítulo indicaram haver uma relação entre essa variação no grau de competitividade na disputa eleitoral e a distribuição de recursos como renda e escolaridade, assim como a distribuição de indivíduos com ocupações de status superior na estrutura socioocupacional. Da mesma maneira, a distribuição pelo espaço metropolitano de carências de serviços públicos de infra-estrutura como o abastecimento de água, o acesso à rede de esgotamento sanitário e a coleta de lixo, também apresentou relação significativa com as variações na distribuição da competitividade eleitoral no espaço metropolitano.

Ou seja, os resultados apresentados no terceiro capítulo desta dissertação indicam uma grande possibilidade de que a organização socioespacial da metrópole fluminense esteja proporcionando as bases para os diferenciais de competitividade eleitoral por nós identificados. Um exemplo claro neste sentido é a relação inversa entre o maior percentual de carências de serviços públicos de infra-estrutura e a competitividade eleitoral. Ou seja, quanto maior o nível destas carências, maior é a tendência para que estas áreas apresentem uma competitividade eleitoral bastante concentrada em poucos candidatos. A hipótese levantada no primeiro capítulo é de que estas carências são mobilizadas no decorrer do processo eleitoral a fim de arregimentar intenções de voto, mas a sua posterior manutenção, principalmente por meio de soluções pontuais na escala do bairro ou até mesmo da rua — portanto, pouco significativas para a resolução do problema mais geral — permite a reprodução no tempo das estratégias eleitorais em áreas de elevada carência de serviços de infra-estrutura.

Os resultados encontrados, portanto, não nos permitem descartar essa hipótese que foi central na celebre análise de Eli Diniz sobre a “máquina política” montada por Chagas Freitas enquanto foi governador do Estado da Guanabara de 1971 a 1975, e do Estado do Rio de Janeiro de 1979-1983. Essa estrutura político-partidária garantiu a reprodução política do seu grupo de apoiadores a partir de um complexo sistema de clientelismo e patronagem, onde a carência de infra-estrutura no território era fundamental. Nos dias de hoje, é preciso avançar no entendimento de como as carências de serviços de infra-estrutura, assim como as características

sociais das áreas de votação podem estar relacionadas com a manutenção de padrões de competição concentradas em poucos candidatos.

Por fim, no quarto e último capítulo reconstruímos os padrões espaciais de votação dos deputados metropolitanos na escala intra-urbana. O resultado encontrado chama a atenção para a diferenciação interna entre os deputados classificados no nível dos municípios como concentrado-dominantes. Quando analisamos as votações no nível das áreas de ponderação, um número significativo de deputados apresentou um padrão de votação fragmentado-compartilhado, o que na formulação de Ames (2003) corresponde a deputados de perfil ideológico ou que apresentam apelo de votação a algum segmento do eleitorado que se caracteriza por ser disperso pelo território. Já o padrão espacial de votação concentrado-compartilhado ganha novo significado, indicando neste caso deputados que apresentaram votação concentrada em áreas da RMRJ, mas cuja votação destas áreas foi disputada com um número maior de candidatos, o que impediu uma maior dominância de votação por parte destes deputados, dito de outra maneira, esse padrão espacial de votação passa a corresponder a um incentivo de comportamento parlamentar paroquialista.

Essa mudança de orientação apresentada pelo padrão concentrado-compartilhado inverte as tendências evidenciadas no segundo capítulo, isto é, passamos de uma predominância de incentivos universalistas para o comportamento parlamentar para uma predominância dos padrões espaciais de votação localistas, portanto, um aumento da influência dos incentivos ao comportamento paroquialista no interior da ALERJ.

Portanto, a principal contribuição da presente dissertação para a literatura sobre a geografia do voto nas eleições proporcionais é destacar a importância de se analisar de maneira desagregada a distribuição espacial dos votos no interior dos espaços metropolitanos, já que a existência de um paroquialismo metropolitano não seria perfeitamente identificada nas análises em nível municipal, principalmente em áreas metropolitanas conformadas em torno de grandes capitais e marcadas por um processo de segregação socioespacial que alimenta esses diferentes padrões espaciais de votação.

E finalmente, quando exploramos as características sociais das áreas de votação dos deputados metropolitanos, verificamos não somente a existência de

uma relação entre os padrões espaciais de distribuição dos votos e as características socioespaciais das áreas de votação, mas também, que a distribuição destas variáveis socioeconômicas, aliadas às variáveis referentes à distribuição espacial dos votos permitem a construção de uma tipologia dos deputados metropolitanos que permite ainda mais o refinamento das análises sobre comportamento legislativo que tomam como ponto de partida as conexões eleitorais.

Consideramos que os cinco tipos identificados no final do quarto capítulo correspondem a uma nova taxonomia dos incentivos ao comportamento parlamentar, já que o primeiro grupo reúne os deputados com votação altamente concentrada e dominante nos demais municípios da RMRJ. Acreditamos que este grupo apresenta os mesmos incentivos ao paroquialismo destacados pela classificação de Ames (2003). O segundo grupo reúne os deputados com votação concentrada nos demais municípios da RMRJ, mas apresentam uma tendência ao compartilhamento de votação nestas áreas. Assim como o grupo anterior, acreditamos que este segundo grupo também apresenta incentivos para o comportamento paroquialista, e inclusive mais acentuado, já que a sua votação apresenta concentração num território disputado por outros deputados, o que amplia a necessidade de uma manutenção constante da sua territorialidade política. O terceiro grupo reúne os deputados que apresentaram votação em geral concentrada no interior da capital fluminense, principalmente em bairros da Zona Oeste, do Subúrbio ou em bairros próximos a áreas de favela, mas cuja votação é compartilhada com outros deputados. Este terceiro grupo, assim como o anterior, apesar do compartilhamento de votação, baseia-se em incentivos ao comportamento paroquialista por apresentar uma territorialidade bastante definida em torno de alguma localidade da capital fluminense. É importante frisar que este grupo reúne dois deputados indiciados presos por envolvimento com as milícias da Zona Oeste, Natalino e Jorge Babú, bem como alguns deputados denunciados pelo envolvimento com a manutenção de Centros Sociais, Coronel Jairo, Marcelino D'Almeida, Dionisio Lins, Domingos Brazão, e Pedro Fernandes Neto. O quarto grupo reúne deputados com uma característica de votação altamente dispersa no território metropolitano e também altamente compartilhada, no entanto, estes deputados apresentam níveis de condições sociais em suas áreas de votação mais baixos do que o próximo grupo. Os deputados deste pequeno grupo se caracterizaram pela presença em

algum meio de comunicação como o Fábio Silva, Pedro Augusto e o Wagner Montes, assim como deputados evangélicos como o Édino Fonseca e a Beatriz Santos, além do Álvaro Lins, conhecido por ter sido chefe da Polícia Civil nos governos de Anthony Garotinho e de Rosinha Garotinho. E, por fim, o quinto e último agrupamento reúne deputados que tiveram uma votação considerada de fragmentação média ou elevada e de elevado compartilhamento de votação, e, além disso, apresentaram os maiores indicadores de condições sociais dentre todos os deputados. Neste grupo encontramos em sua maioria os deputados que apresentam um discurso claramente ideológico, em grande parte marcado pelas identidades partidárias; portanto, é de se esperar que estes deputados apresentem uma conduta parlamentar mais universalista.

Análises posteriores sobre cada deputados metropolitano, orientadas por essa compreensão das conexões territoriais qualificando as conexões eleitorais podem nos ajudar a esclarecer ainda mais a relação entre a organização espacial da metrópole fluminense e o comportamento legislativo no âmbito estadual. O presente trabalho inova no campo de estudos da geografia do voto nas eleições proporcionais ao evidenciar a necessidade de se trabalhar com o recorte metropolitano em uma escala mais desagregada de análise. Inova também ao considerar que as diferentes distribuições espaciais dos votos dos deputados eleitos estão relacionadas em grande medida às condições sociais de suas áreas de votação. Esperamos que análises futuras possam ampliar a compreensão dos mecanismos sociais a partir dos quais as condições sociais do território metropolitano exercem influência sobre os resultados eleitorais.

REFERÊNCIAS

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The Civic Culture**: Political Attitudes and Democracy in Five Nations. Boston: Little, Brown and Co, 1963.

_____ (Ed.). **The Civic Culture Revisited**. Boston: Little, Brown and Co, 1980.

AMES, Barry. **Os Entraves da Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

AVRITZER, Leonardo, ANASTASIA, Fátima (Org.). **Reforma Política no Brasil.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

AYDOS, Eduardo Dutra. **O voto distrital e o aperfeiçoamento da democracia representativa no Brasil**. Porto Alegre, 1979. (Mimeo)

AZEVEDO, Sérgio de; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Mudanças e Permanências na Cultura Política das Metrópoles Brasileiras. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 3, p. 691-733, 2009.

BERELSON, Bernard R.; LAZARSFELD, Paul F.; MACPHEE, William N. **Voting**: A study of opinion formation in a presidential campaign. Chicago: Chicago University Press, 1954.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos do lugar. In: _____ (Org.). **A miséria do mundo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

CABRAL, Manuel Villaverde. Efeito Metropolitano e cultura política: novas modalidades de exercício da cidadania na metrópole de Lisboa. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 11, n. 22, jul./dez., p. 319-346, 2009.

_____; SILVA, Filipe Carreira da. Ciudad y Ciudadanía en Portugal. El “Efecto-Metrópolis” sobre el Ejercicio de la Ciudadanía Política. CLARK, Terry N.; Navarro, Clemente J. (Ed.). **La Nueva Cultura Política**: Tendencias Globales y Casos Iberoamericanos**.** Madrid: Miño y Dávila, p. 331-334, 2007.

CAMPBELL, Angus et al. **The American Voter**. New York: John Wiley and Sons, Inc. 1964.

CARVALHO, Nelson Rojas de. **E no início eram as bases**: Geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____. Geografia política das eleições congressuais: a dinâmica de representação das áreas urbanas e metropolitanas no Brasil. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 11, n. 22, jul./dez., p. 367-384, 2009.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHERMONT, Sandro Gripp. **Assistencialismo, carência e voto**: as câmaras municipais da região metropolitana do Rio de Janeiro**.** Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

CONVERSE, Philipe. The Nature of Belief Systems in Mass Publics. In: APTER, David (Org.). **Ideology and Discontent**. New York: The Free Press, 1964.

COX, Gary; MCCUBINS, Mathew D. **The Legislative Leviathan**: Party Government in the House**.** Berkley: University of California Press, 1993.

COX, Kevin R. The Voting Decision in a Spatial Context. **Progress in Geography**, n. 1, p. 81-117, 1969.

DAHL, Robert A. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Editora Boitempo, 2006.

DIAS, José Luciano de Mattos. **O jogo e os jogadores**: legislação eleitoral e padrões de competição política**.** Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 1991.

DINIZ, Eli. **Voto e máquina política**: Patronagem e Clientelismo no Rio de Janeiro**.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.

ELLEN, Ingrid G.; TURNER, Margery A. Does Neighborhood Matter? Assessing Recent Evidence. **Housing Policy Debate**, v. 8, n. 4, p. 833-866, 1997.

ELSTER, Jon. Introduction. In: _____ (Org.). **Rational Choice**. New York: Cambridge University Press, 1986.

FERNANDES, Edésio. Apresentação. In: GOUVÊA, Ronaldo Guimarães. **A questão metropolitana no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

FIGUEIREDO, Argelina C.; LIMONGI, Fernando. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

FLEISCHER. David V. Concentração e Dispersão Eleitoral: um Estudo da Distribuição Geográfica do Voto em Minas Gerais. 1966-1974. **Revista Brasileira de Estudos Políticos,** n. 43, 1976.

_____; RIBEIRO, Sergio Otero. Simulações de Divisões Distritais dos Estados Brasileiros para as Eleições Federais de 1978. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília**,** n. 78, 1983.

GOUVÊA, Ronaldo Guimarães. **A questão metropolitana no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova - Revista de Cultura e Política**. São Paulo, n. 58, 2003.

JENKS, Christopher; MAYER, Susan E.. The consequences of growing up in a poor neighborhood. In: LYNN, Laurence E.; McGEARY, Michael G. H. (Org.). **Inner-City Poverty in the United States.** Washington D.C.: National Academy Press, 1990.

KAZTMAN, Rubén et al. **Activos y estructuras de oportunidades**: estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay. Montevidéu: CEPAL/PNUD, 1999.

_____; RETAMOSO, Alejandro. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. **Revista de la Cepal**, Santiago do Chile, n. 75, dez., 2001.

_____. Segregación espacial, empleo y pobreza en Montevideo. **Revista de la Cepal**, Santiago do Chile, n. 85, abr., 2005.

_____. Efectos de la segregación urbana sobre la educación en Montevideo. **Revista de la Cepal**, Santiago do Chile, n. 91, abr., 2007.

KRAMER, Gerald H. Short-Term Fluctuations in U.S. Voting Behavior: 1896-1964**.** **The American Political Science Review**, v. 65, 1971.

KREHBIEL, Keith. **Information and Legislative Organization.** Ann Arbour: University of Michigan Press, 1991.

KUSCHNIR, Karina. A cidade dos políticos: gabinetes, escritórios e centros sociais. In: **32º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, Caxambú, 2008.

LAAKSO, Markku; TAAGEPERA, Rein. The “Effective” Number of Parties: A Measure with Application to West Europe. **Comparative Political Studies**, v. 12, n. 1, p. 3-27, 1979.

LAGO, Luciana Corrêa do (Org.). **Como Anda Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2009.

LAMOUNIER, Bolívar. A representação proporcional no Brasil: mapeamento de um debate. **Lua Nova - Revista de Cultura e Política**. São Paulo, n. 7, 1982.

LAZARSFELD, Paul F.; BERELSON, Bernard R.; GAUDET, Hazel. **The people's choice**: How the voter makes up his mind in a presidential campaign. New York: Columbia University Press, 1944.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto.** 3 ed., São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

MCKELVEY, Richard D.; ODERSHOOK, Peter C. "A General Theory of the Calculus of Voting". In: HERDON, J. F.; BERND, J. L. (Ed.). **Mathematical Applications in Political Science.** N. 6**.** Charlottesville: University Press of Virginia, 1972.

MAGDALENO, Fabiano Soares. **A territorialidade da representação política no estado do Rio de Janeiro**: uma análise dos vínculos territoriais de compromisso dos deputados fluminenses. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

MAMMARELLA, Rosetta; LAGO, Luciana Corrêa do. **Relatório Final: Tendências da Organização social do território das metrópoles no período 1991-2000**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2009. Disponível em: http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/relat0082009.pdf

MARSHALL, Humphrey Marshall. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARTINS, Carlos Estevam. A reforma do sistema eleitoral. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 141-153, 1983.

MAYHEW, David. **Congress**: The Electoral Connection**.** New Haven, United States: Yale University Press, 1974.

MILBRATH, Lester W. **Political Participation**: How and Why do People Get Involved in Politics?. Chicago: Rand MacNally, 1965.

MILLER, William Lockley. **Electoral Dynamics in Britain since 1918**. London: Macmillian, 1977.

MOURA, Rosa; BRANCO, Maria Luiza Castello. DESCHAMPS, Marley Vanice; DELGADO, Paulo Roberto. **Hierarquização e Identificação dos Espaços Urbanos.** Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2009.

MULHOLLAND, Timothy, RENNÓ, Lúcio R. (Org.). **Reforma Política em Questão**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

NICOLAU, Jairo Marconi. **Sistemas Eleitorais**: uma introdução. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

ODERSHOOK, Peter C.; RIKER, William H. A Theory of the Calculus of Voting. **The American Political Science Review**, v. 62, 1968.

PATTIE, Charles; JOHNSTON, Ron. People Who Talk Together Vote Together: An Exploration of Contextual Effects in Great Britain. **Annals of the Association of American Geographers**, n. 90, v. 1, p. 41-66, 2000.

PRETECEILLE, Edmond; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Tendências da segregação social em metrópoles globais e desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 40, jun., 1999.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Org.). **O futuro das metrópoles**: desigualdades e governabilidade. Rio de Janeiro: Editora Revan/FASE, 2000.

_____. Cidade desigual ou cidade partida? Tendências da metrópole do Rio de Janeiro. In: _____ (Org.). **O futuro das metrópoles**: desigualdades e governabilidade. Rio de Janeiro: Editora Revan/FASE, 2000b.

_____. As metrópoles e a sociedade brasileira: futuro comprometido?. In: _____ (Org.). **Metrópoles**: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. São Paulo: Editora Perseu Abramo/FASE/Observatório das Metrópoles, 2004.

_____. Introdução: As metrópoles brasileiras. Territórios desgovernados. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos (Org.). **As metrópoles e a questão social brasileira.** Rio de Janeiro: Editora Revan/FASE, 2007.

_____; AZEVEDO, Sérgio de; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. Cidadania na Metrópole Desigual: a cultura política na metrópole fluminense. In: **34º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, Caxambú, 2010. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/index.php?option=com_wrapper&Itemid=90

_____; KOSLINSKI, Mariane; ALVES, Fátima; LASMAR, Cristiane (Org.). **Desigualdades Urbanas, Desigualdades Escolares.** Rio de Janeiro: Editora Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2010.

_____; KOSLINSKI, Mariane. Fronteiras Urbanas da Democratização das Oportunidades Educacionais: o caso do Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; KOSLINSKI, Mariane; ALVES, Fátima; LASMAR, Cristiane (Org.). **Desigualdades Urbanas, Desigualdades Escolares.** Rio de Janeiro: Editora Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2010.

_____; LAGO, Luciana Corrêa do. A oposição favela-bairro no Rio de Janeiro. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 1, p. 144-154, 2001.

_____; RODRIGUES, Juciano Martins; CORRÊA, Filipe Souza. “Território e Trabalho: segregação e segmentação urbanas e oportunidades ocupacionais na região metropolitana do Rio de Janeiro”. In: LAGO, Luciana Corrêa do (Org.). **Olhares sobre a Metrópole do Rio de Janeiro**: economia, sociedade e território. Rio de Janeiro: Editora Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2010.

_____; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos (Org.). **As metrópoles e a questão social brasileira.** Rio de Janeiro: Editora Revan/FASE, 2007.

SAMPSON, Robert J.; MORENOFF, Jeffrey D.; GANNON-ROWLEY, Thomas. 2002. Assessing Neighborhood Effects: Social Processes and New Directions in Research. **Annual Review of Sociology,** n. 28, p. 443-478, 2002.

SANTOS, Fabiano (Org.). **O Poder Legislativo nos estados**: diversidade e convergências. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

SAUGO, Josiana Fatima. **Geografia do voto e conexão eleitoral no Rio Grande do Sul: 1994-2006**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

SMALL, Mario Luis. **Villa Victoria**: The Transformation of Social Capital in a Boston Barrio. Chicago: University of Chicago Press, 2004.

_____; NEWMAN, Katherine. Urban Poverty after The Truly Disadvantaged: The Rediscovery of the Family, the Neighborhood, and Culture. **Annual Review of Sociology**, v. 27, p. 23-45, ago., 2001.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Sociedade e política no Brasil**. São Paulo: Difel, 1973.

_____; RENNÓ, Lúcio R. (Org). **Reforma política**: lições da história recente. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SOARES, Márcia Miranda, LOURENÇO, Luiz Cláudio. A representação política dos estados na federação brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** São Paulo, v. 19, n. 56, out., 2004.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades Médias**: Espaços em Transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

STEED, Michael. Constituency. In: BOGDANOR, Vernon (Ed.). **The Blackwell encyclopaedia of political institutions.** Oxford: Basil Blackwell, 1987.

TSEBELIS, George. **Jogos Ocultos**: escolha racional no campo da política comparada. São Paulo: EDUSP, 1998.

VERBA, Sidney; SCHLOZMAN, Kay Lehman; BRADY, Henry. **Voice and Equality**: Civic Voluntarism in American Politics. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: Fundamentos de Sociologia Compreensiva. Vol. 2. Brasília: Editora UnB, 1999.

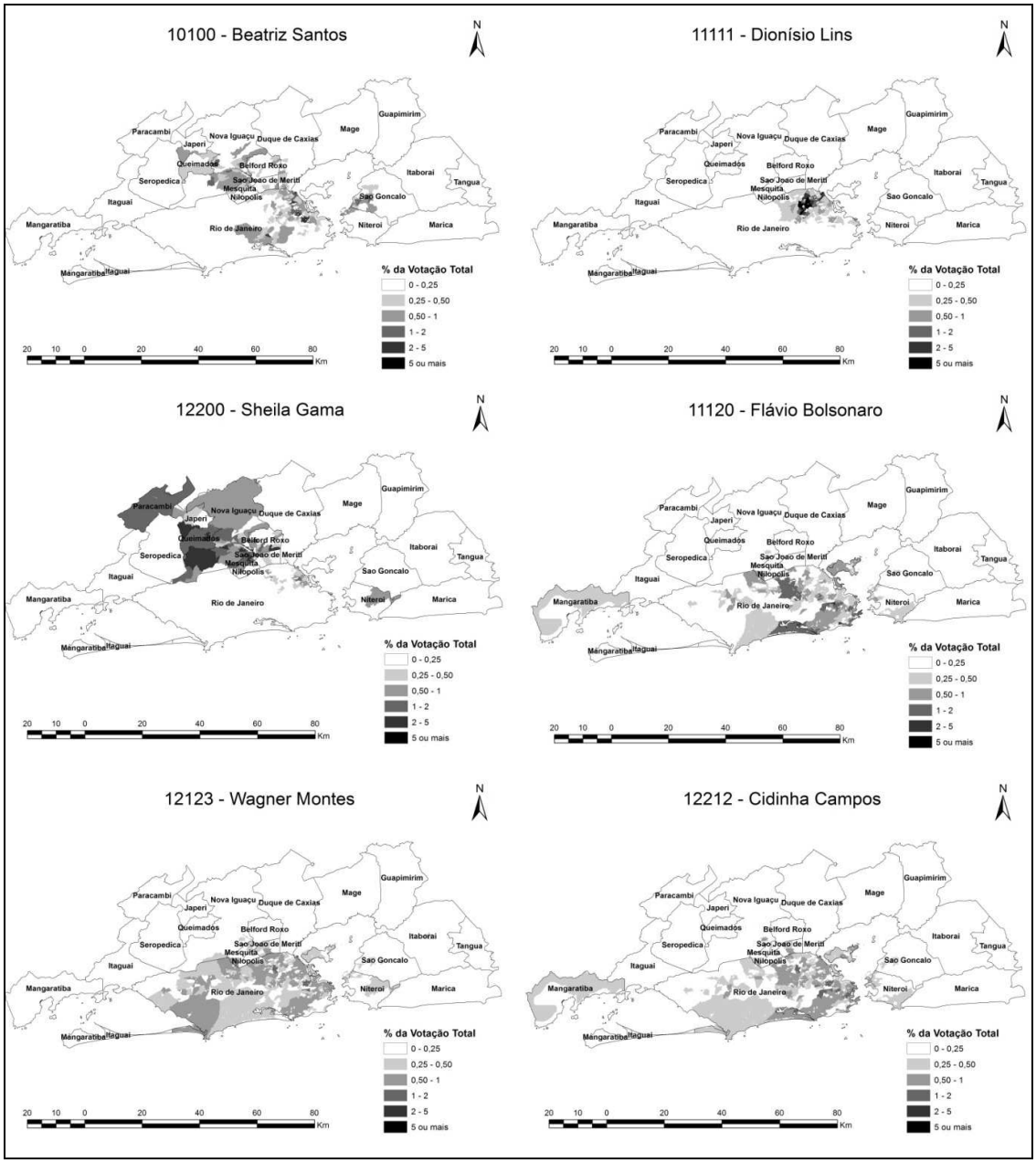
WILSON, William Julius. **The Truly Disadvantaged**: The Inner City, the Underclass and Public Policy. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

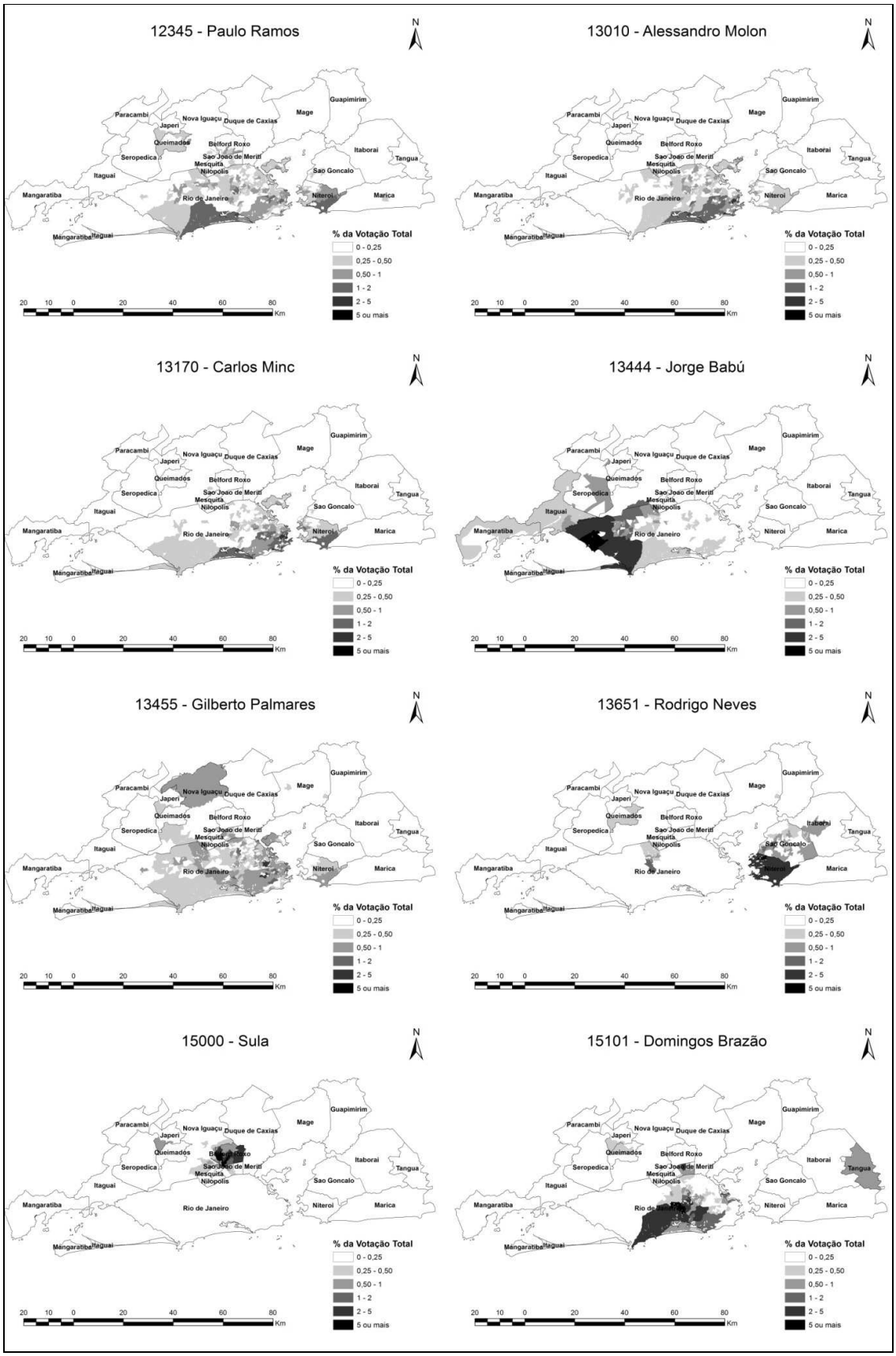
WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio Guilherme. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

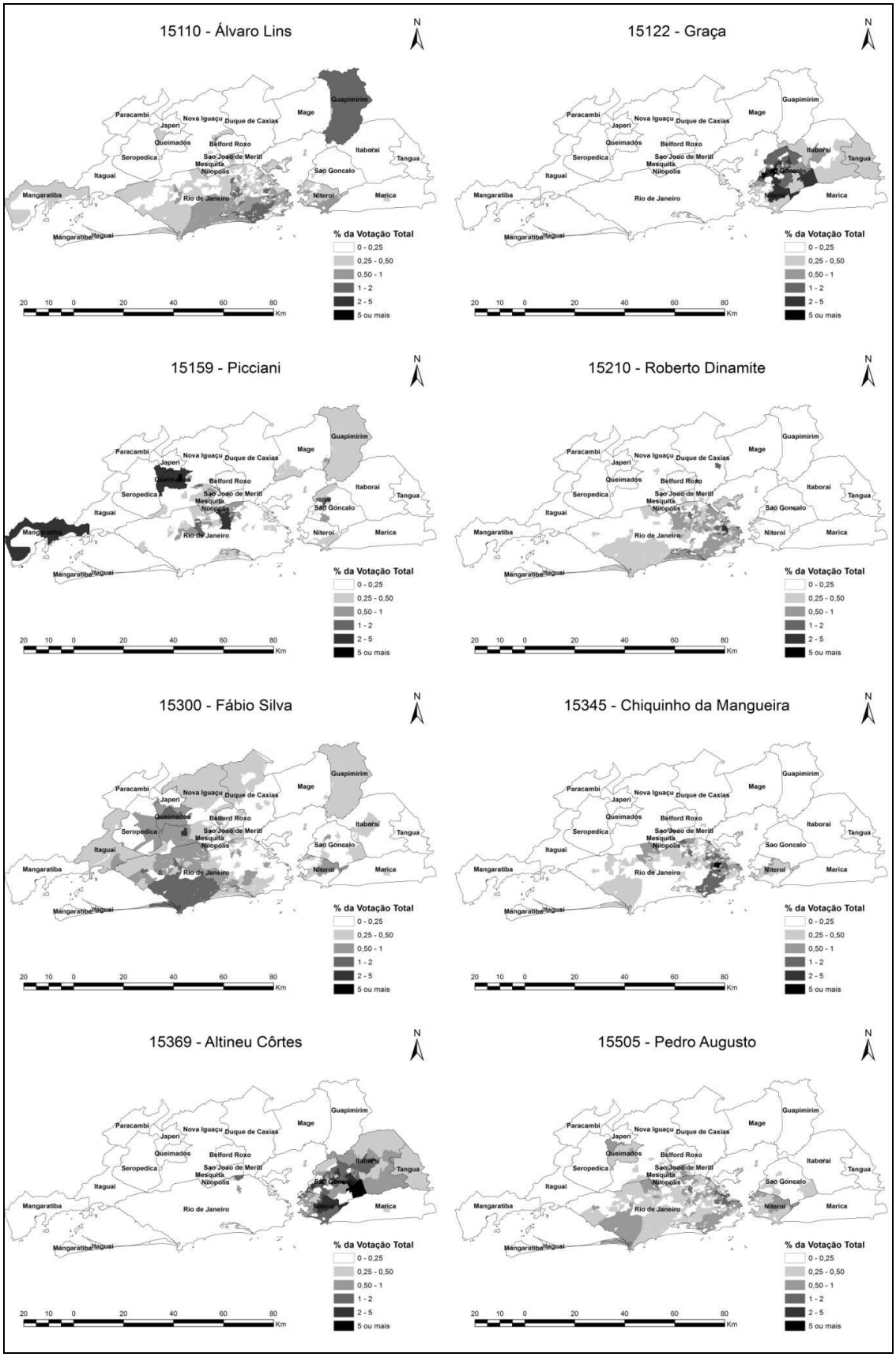
ZUCCARELLI, Carolina; CID, Gabriel Vidal. Oportunidades Educacionais e Escolhas Familiares no Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; KOSLINSKI, Mariane; ALVES, Fátima; LASMAR, Cristiane (Org.). **Desigualdades Urbanas, Desigualdades Escolares**. Rio de Janeiro: Editora Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2010.

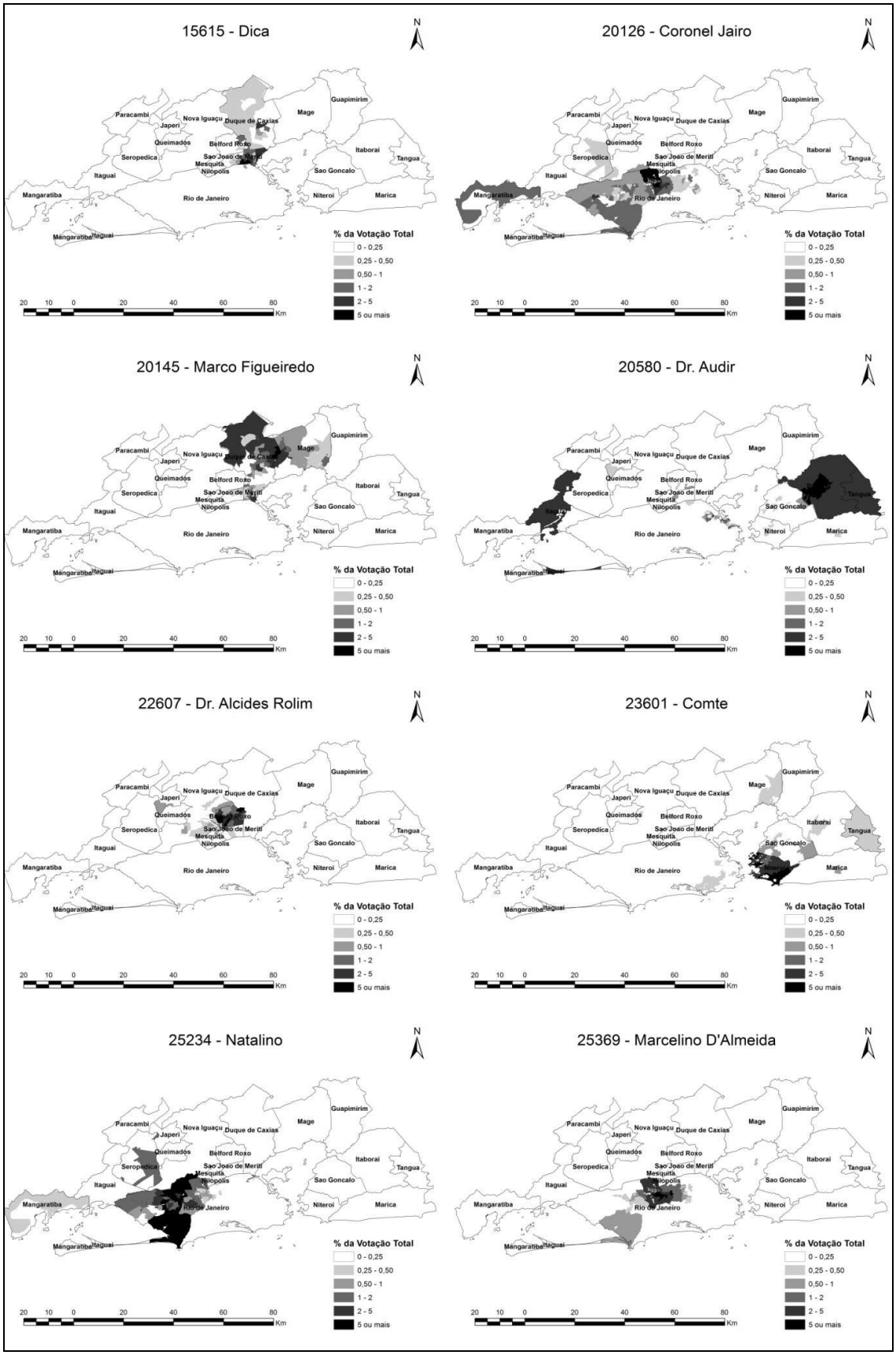
APÊNDICES

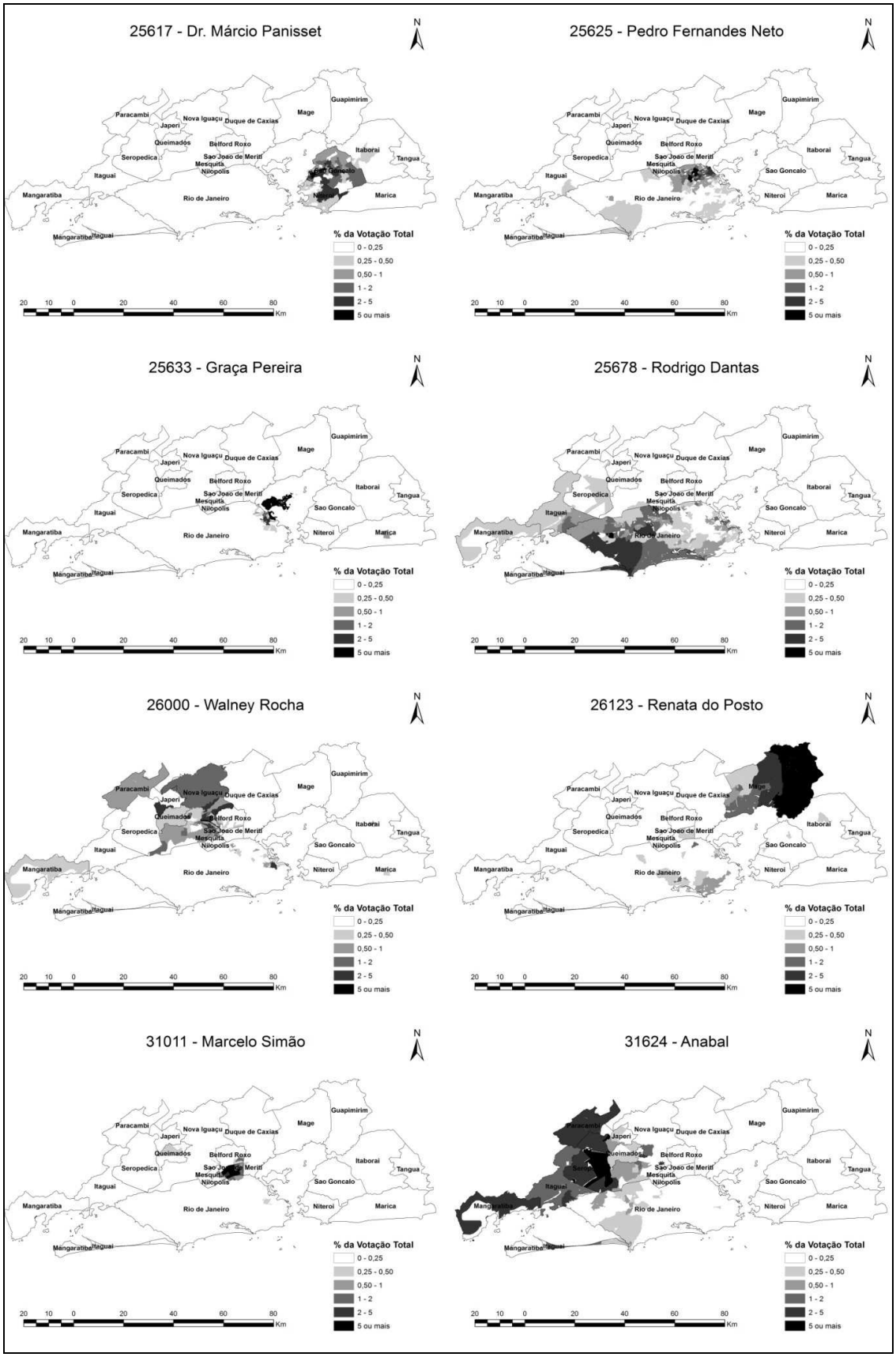
APÊNDICE A: MAPAS DE CONCENTRAÇÃO/FRAGMENTAÇÃO DAS VOTAÇÕES DOS DEPUTADOS ESTADUAIS METROPOLITANOS

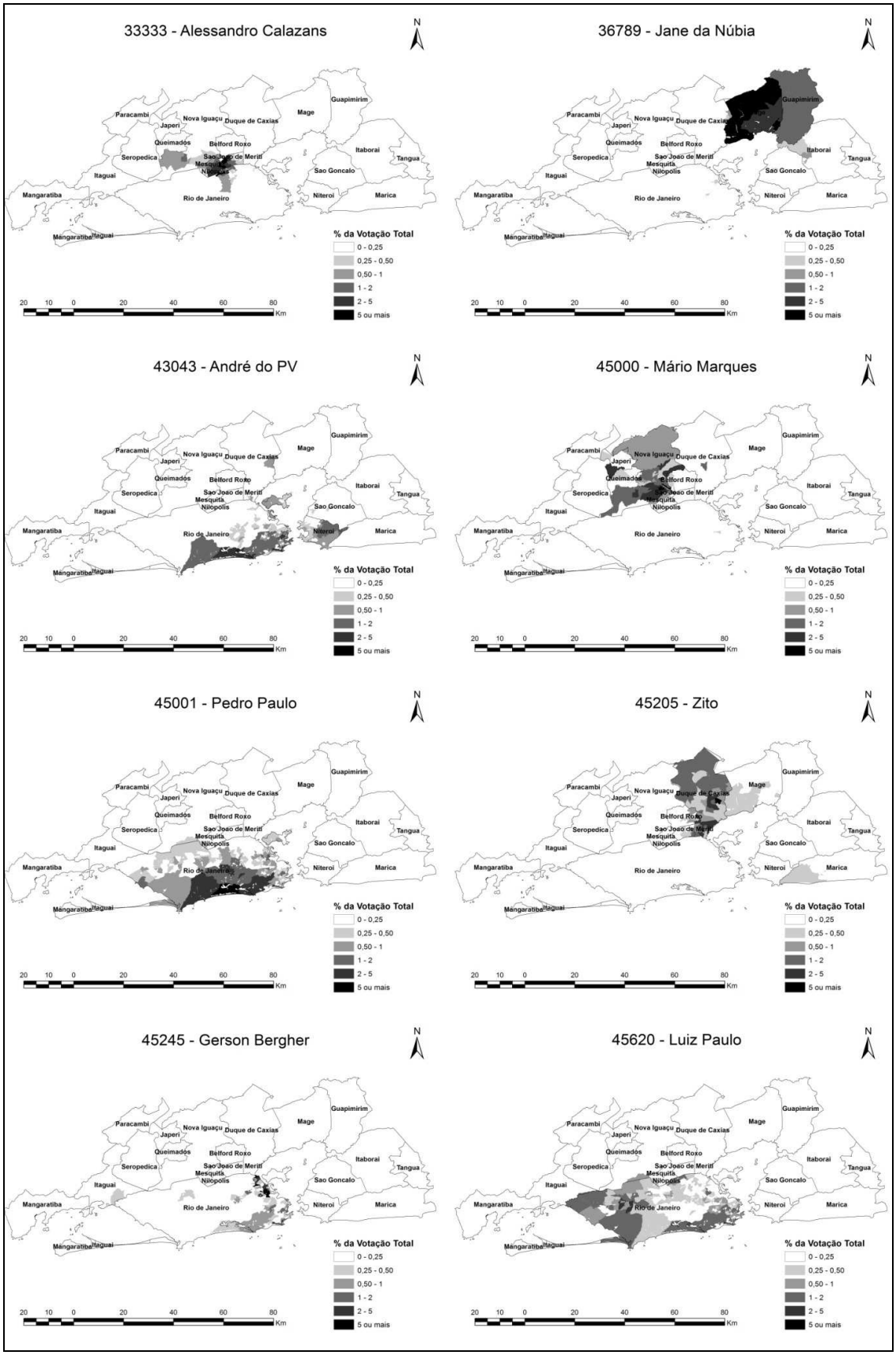


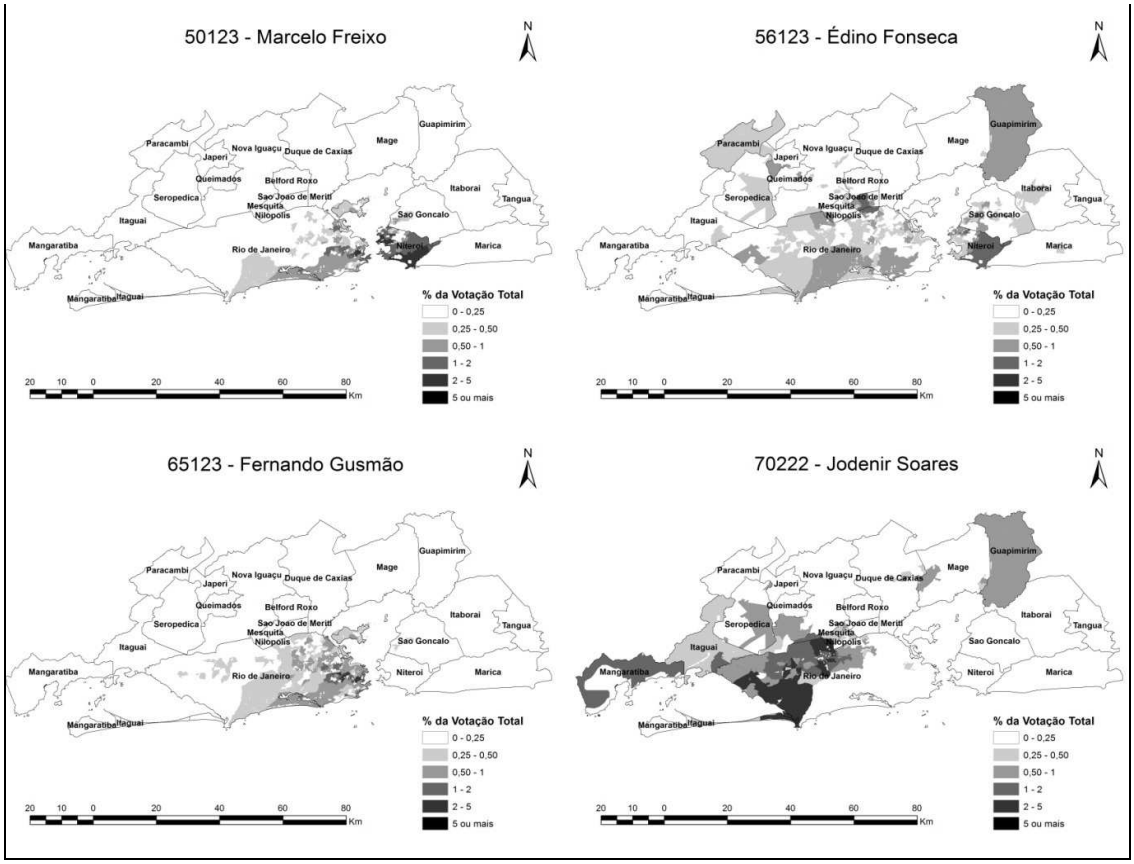

12345 - Paulo Ramos
13010 - Alessandro Molon
13170 - Carlos Minc
13444 - Jorge Babú
13455 - Gilberto Palmares
13651 - Rodrigo Neves
15000 - Sula
15101 - Domingos Brazão
N
Guapimirim
Mage
Paracambi
Nova Iguaçu
Duque de Caxias
Japeri
Queimados
Belford Roxo
Itaborai
Tangua
Seropedica
Sao Joao de Meriti
Mesquita
Nilopolis
Sao Goncalo
Itaguai
Mangaratiba
Rio de Janeiro
Niteroi
Marica
% da Votação Total
0 - 0,25
0,25 - 0,50
0,50 - 1
1 - 2
2 - 5
5 ou mais
20 10 0 20 40 60 80
Km


15110 - Álvaro Lins
15122 - Graça
15159 - Picciani
15210 - Roberto Dinamite
15300 - Fábio Silva
15345 - Chiquinho da Mangueira
15369 - Altineu Côrtes
15505 - Pedro Augusto
N
Guapimirim
Mage
Paracambi
Nova Iguaçu
Duque de Caxias
Japeri
Queimados
Belford Roxo
Seropedica
Sao Joao de Meriti
Mesquita
Nilopolis
Itaboraí
Tangua
Itaguai
Sao Goncalo
Mangaratiba
Rio de Janeiro
Niteroi
Marica
% da Votação Total
0 - 0,25
0,25 - 0,50
0,50 - 1
1 - 2
2 - 5
5 ou mais
20 10 0 20 40 60 80
Km

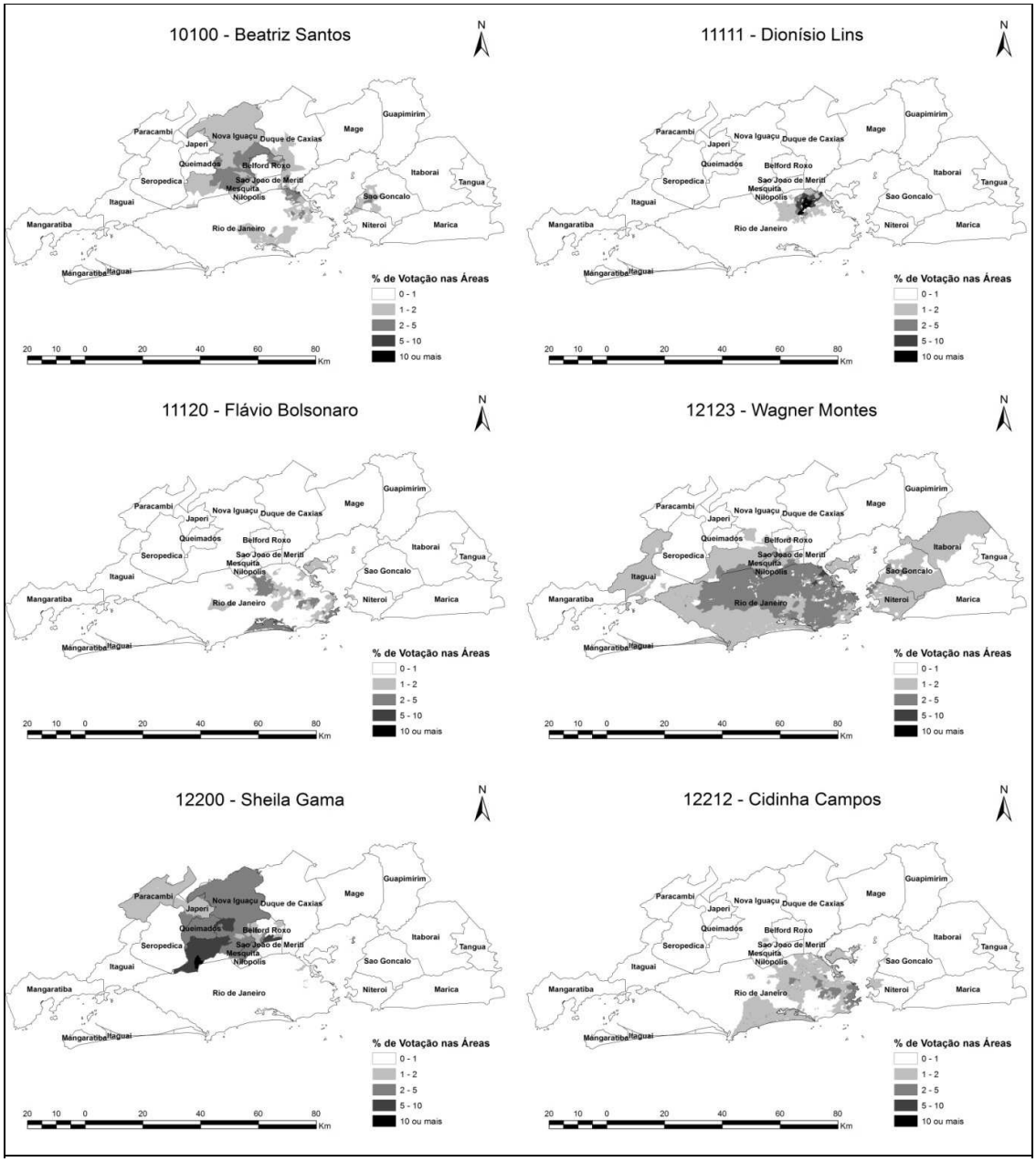

15615 - Dica
20126 - Coronel Jairo
20145 - Marco Figueiredo
20580 - Dr. Audir
22607 - Dr. Alcides Rolim
23601 - Comte
25234 - Natalino
25369 - Marcelino D'Almeida
N
Guapimirim
Mage
Paracambi
Nova Iguaçu
Duque de Caxias
Japeri
Queimados
Belford Roxo
Seropedica
Sao Joao de Meriti
Mesquita
Nilopolis
Itaboraí
Tangua
Itaguai
Sao Goncalo
Mangaratiba
Rio de Janeiro
Niteroi
Marica
% da Votação Total
0 - 0,25
0,25 - 0,50
0,50 - 1
1 - 2
2 - 5
5 ou mais
20 10 0 20 40 60 80
Km

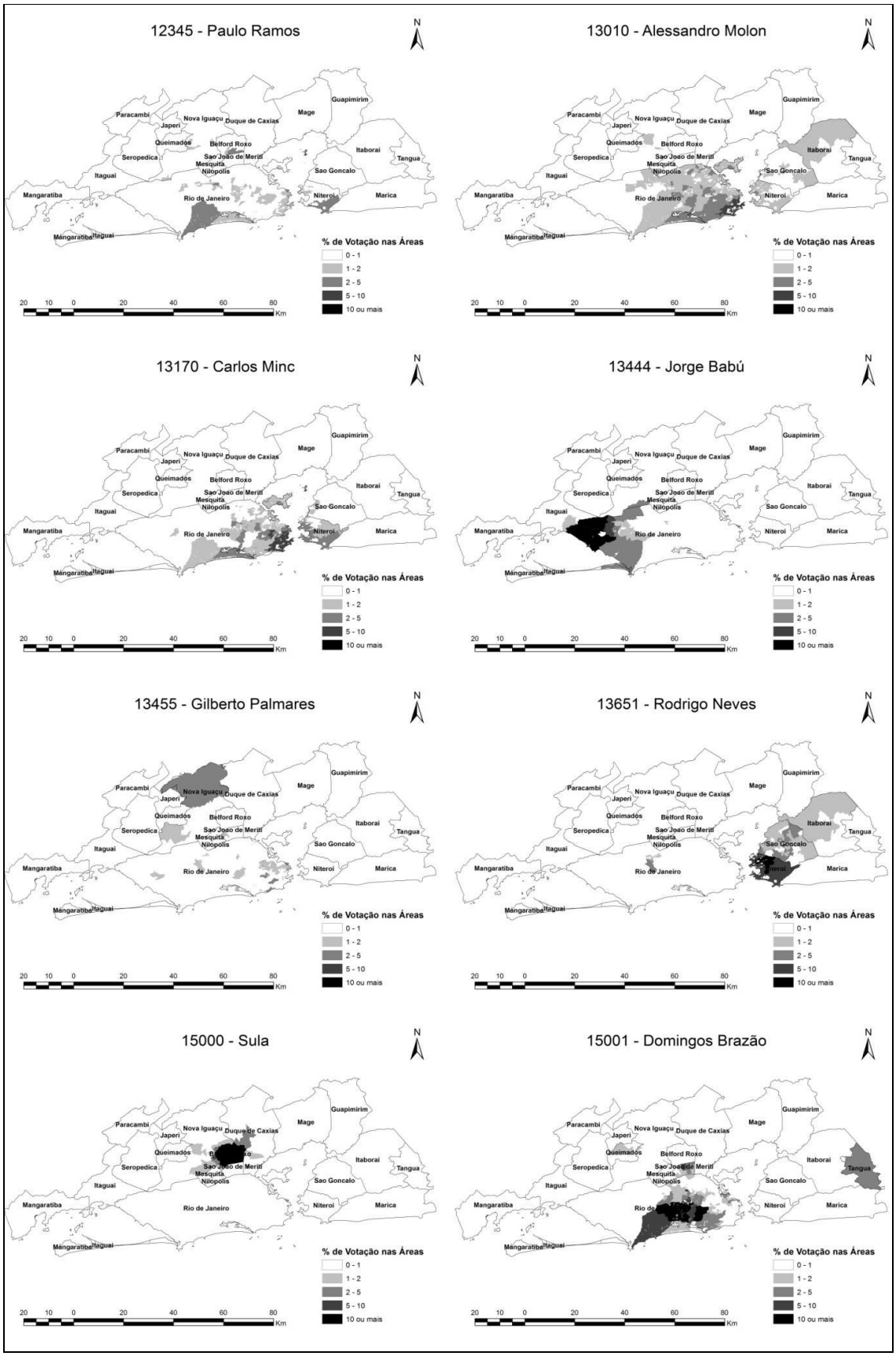

25617 - Dr. Márcio Panisset
25625 - Pedro Fernandes Neto
25633 - Graça Pereira
25678 - Rodrigo Dantas
26000 - Walney Rocha
26123 - Renata do Posto
31011 - Marcelo Simão
31624 - Anabal
N
Guapimirim
Mage
Paracambi
Nova Iguaçu
Duque de Caxias
Japeri
Queimados
Belford Roxo
Seropedica
Sao Joao de Meriti
Mesquita
Nilopolis
Itaboraí
Tangua
Itaguai
Sao Goncalo
Mangaratiba
Rio de Janeiro
Niteroi
Marica
% da Votação Total
0 - 0,25
0,25 - 0,50
0,50 - 1
1 - 2
2 - 5
5 ou mais
20 10 0 20 40 60 80
Km


33333 - Alessandro Calazans
36789 - Jane da Núbia
43043 - André do PV
45000 - Mário Marques
45001 - Pedro Paulo
45205 - Zito
45245 - Gerson Bergher
45620 - Luiz Paulo
N
Guapimirim
Paracambi
Nova Iguaçu
Duque de Caxias
Mage
Japeri
Queimados
Belford Roxo
Seropedica
Sao Joao de Meriti
Mesquita
Nilopolis
Itaboraí
Tangua
Itaguai
Sao Goncalo
Mangaratiba
Rio de Janeiro
Niteroi
Marica
% da Votação Total
0 - 0,25
0,25 - 0,50
0,50 - 1
1 - 2
2 - 5
5 ou mais
20 10 0 20 40 60 80
Km

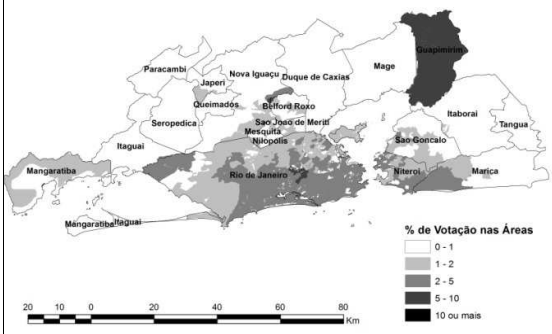

50123 - Marcelo Freixo
56123 - Édino Fonseca
65123 - Fernando Gusmão
70222 - Jodenir Soares
N
Guapimirim
Paracambi
Nova Iguaçu
Duque de Caxias
Mage
Japeri
Queimados
Belford Roxo
Itaborai
Tangua
Seropedica
Sao Joao de Meriti
Mesquita
Nilopolis
Sao Goncalo
Itaguai
Mangaratiba
Rio de Janeiro
Niteroi
Marica
% da Votação Total
0 - 0,25
0,25 - 0,50
0,50 - 1
1 - 2
2 - 5
5 ou mais
20 10 0 20 40 60 80
Km

APÊNDICE B: MAPAS DE DOMINÂNCIA/COMPARTILHAMENTO DAS VOTAÇÕES DOS DEPUTADOS ESTADUAIS METROPOLITANOS

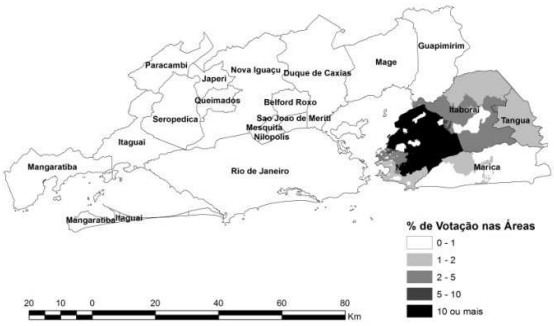



12345 - Paulo Ramos
13010 - Alessandro Molon
13170 - Carlos Minc
13444 - Jorge Babú
13455 - Gilberto Palmares
13651 - Rodrigo Neves
15000 - Sula
15001 - Domingos Brazão
N
Paracambi
Nova Iguaçu
Duque de Caxias
Mage
Guapimirim
Japeri
Queimados
Belford Roxo
Itaborai
Tangua
Seropedica
Sao Joao de Meriti
Mesquita
Nilopolis
Sao Goncalo
Itaguai
Mangaratiba
Rio de Janeiro
Niteroi
Marica
% de Votação nas Áreas
0 - 1
1 - 2
2 - 5
5 - 10
10 ou mais
20 10 0 20 40 60 80
Km

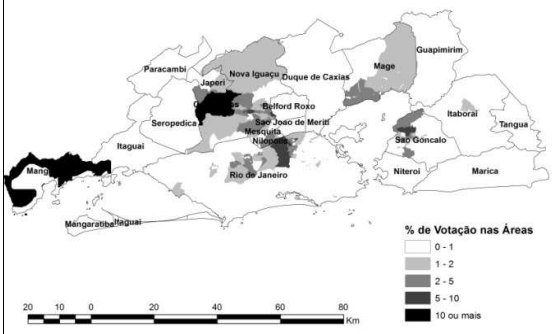
15110 - Álvaro Lins



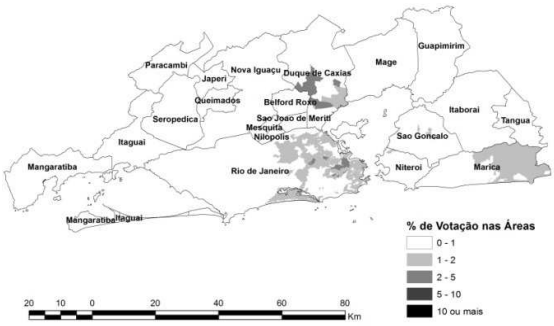
15122 - Graça



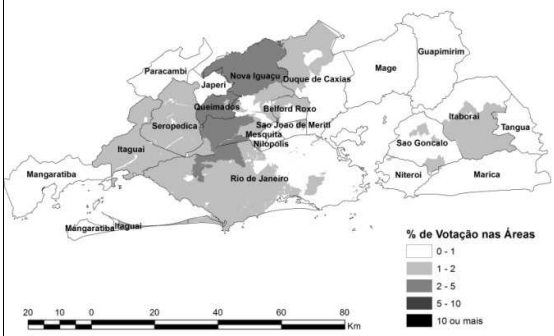
15159 - Picciani



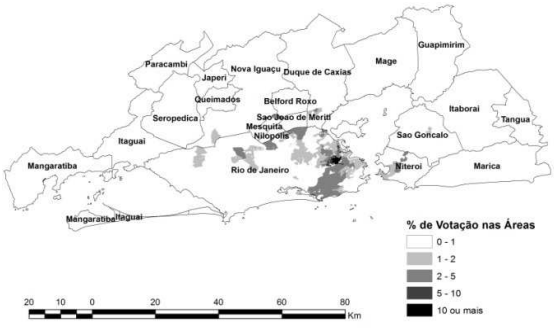
15210 - Roberto Dinamite



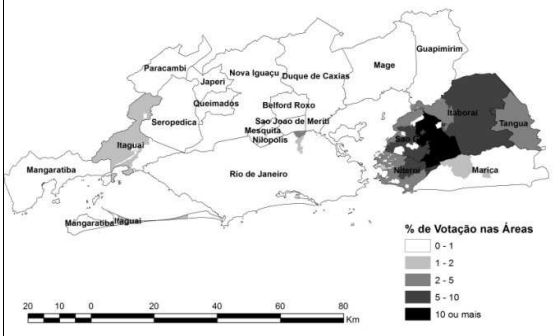
15300 - Fábio Silva



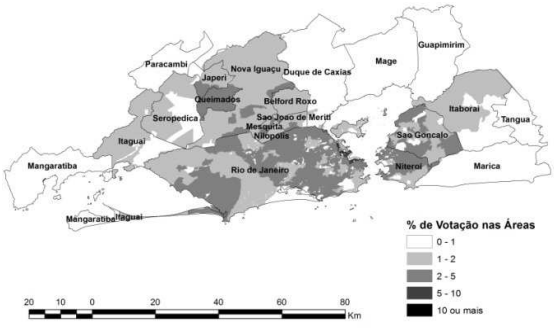
15345 - Chiquinho da Mangueira

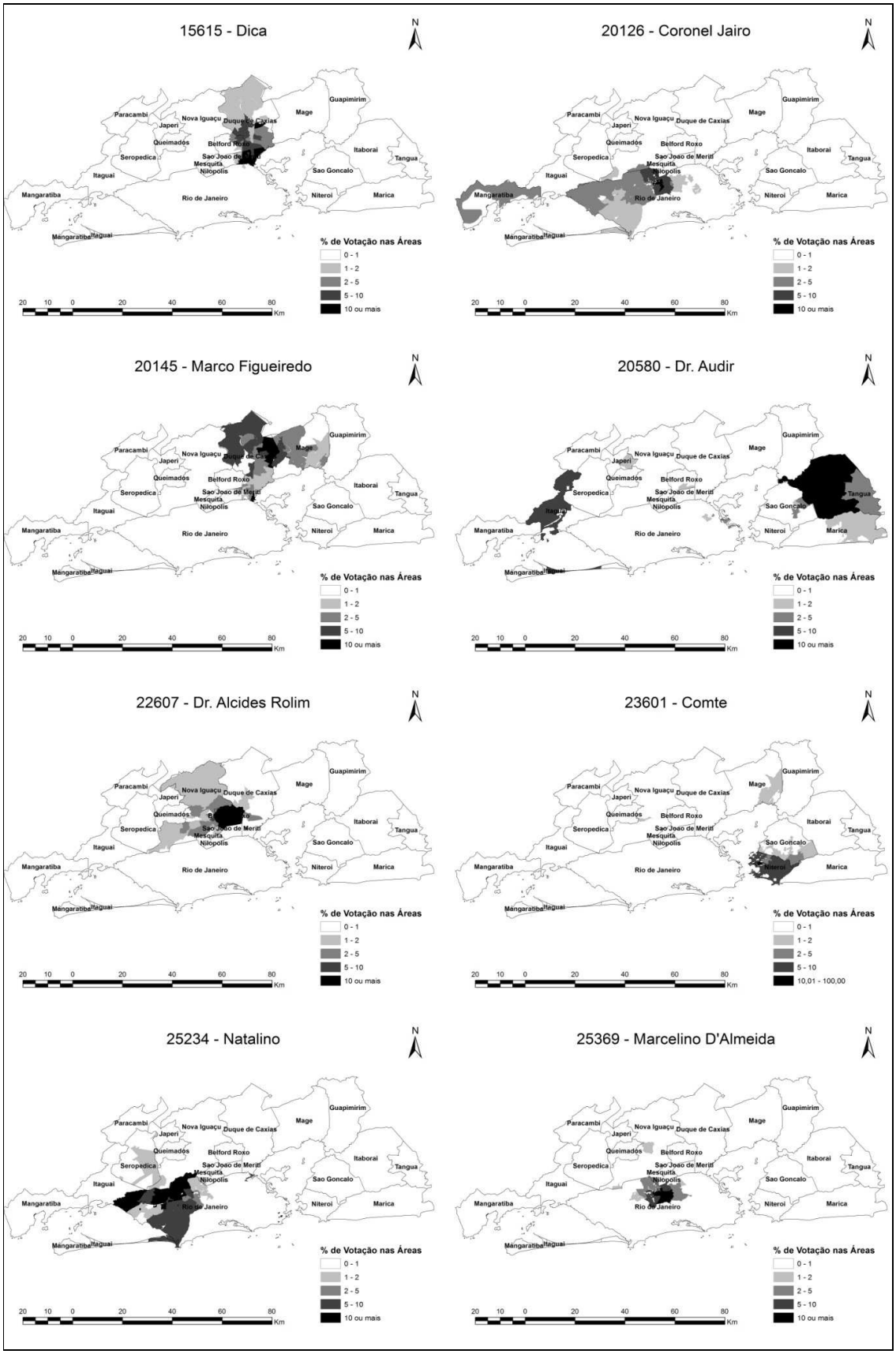


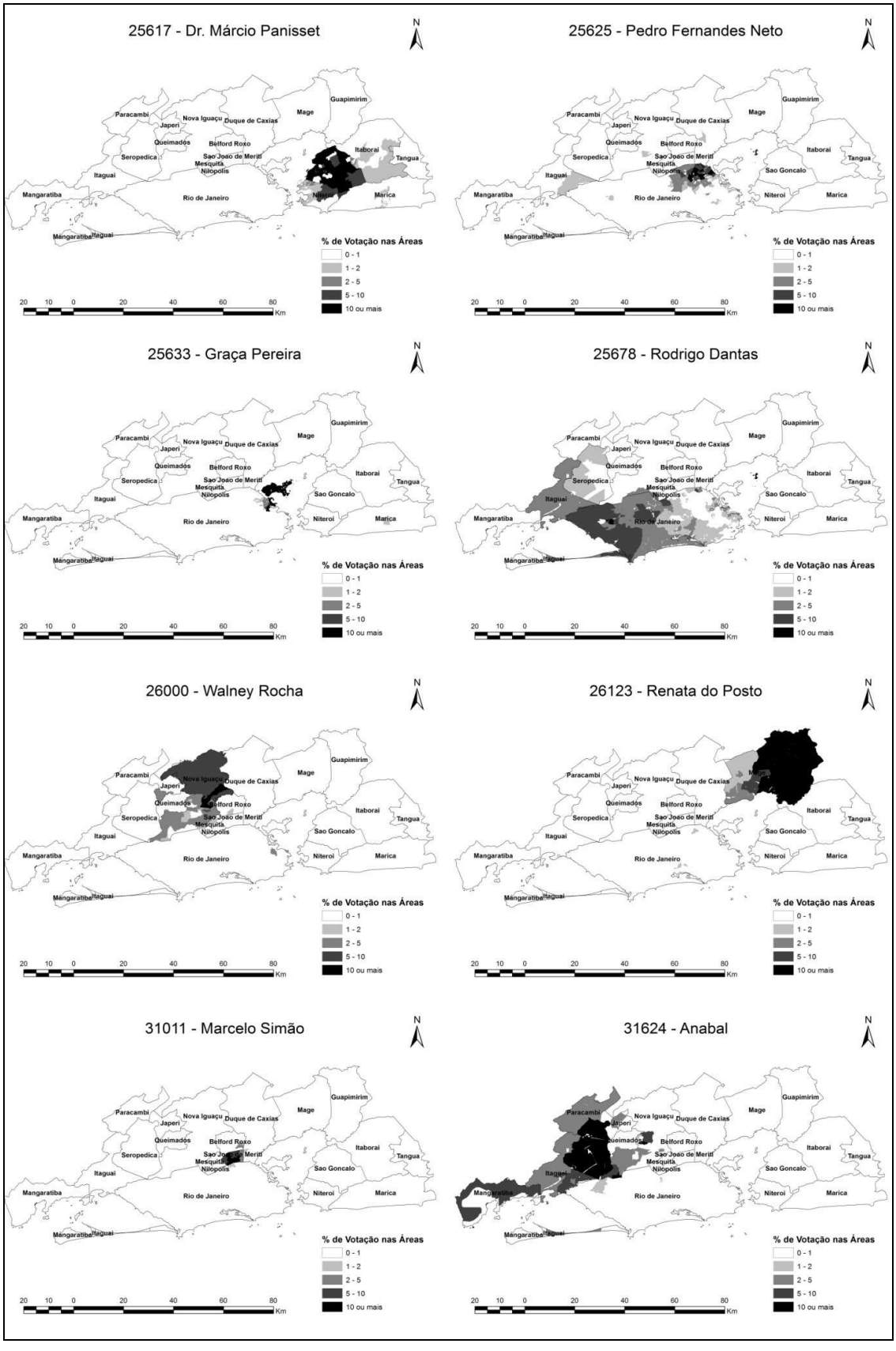
15369 - Altineu Côrtes

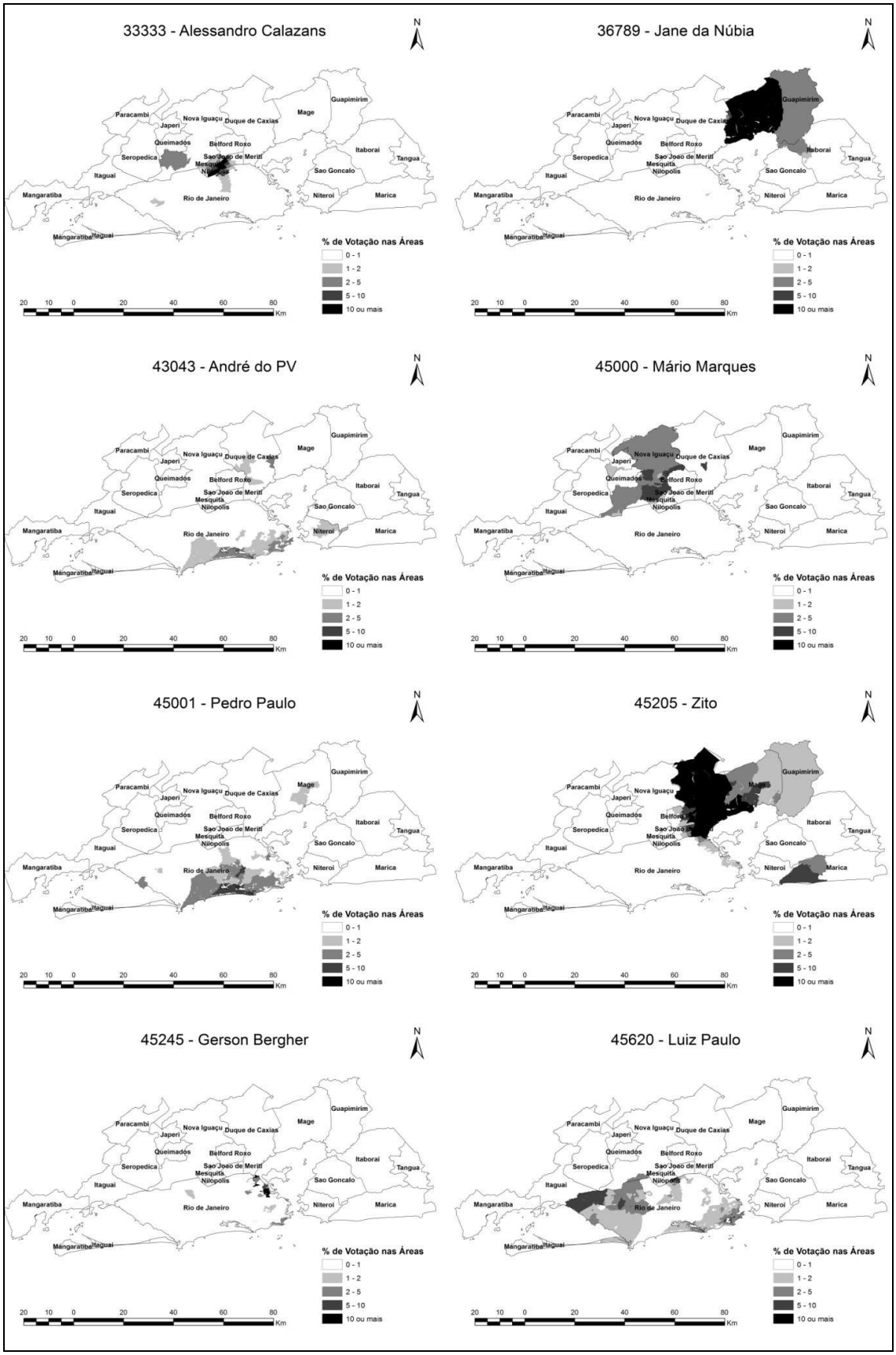


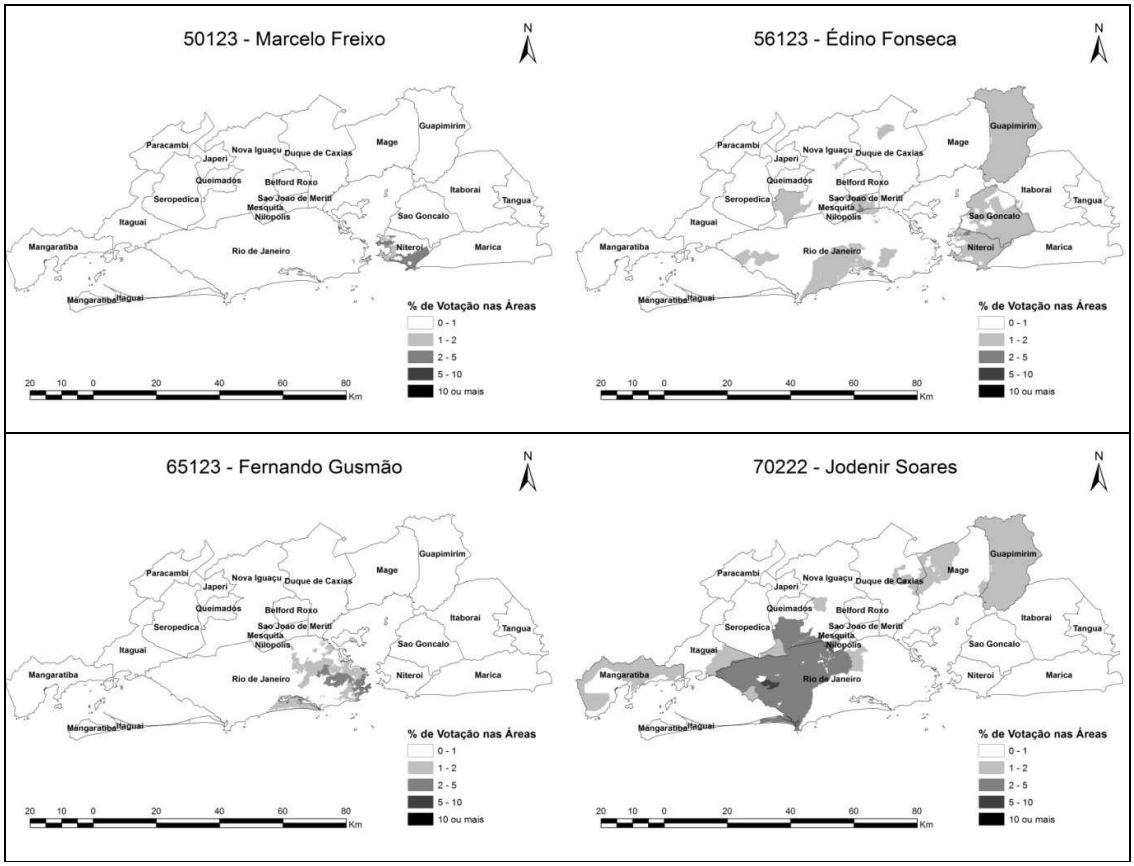
15505 - Pedro Augusto




15615 - Dica
20126 - Coronel Jairo
20145 - Marco Figueiredo
20580 - Dr. Audir
22607 - Dr. Alcides Rolim
23601 - Comte
25234 - Natalino
25369 - Marcelino D'Almeida
N
Guapimirim
Mage
Paracambi
Nova Iguaçu
Duque de Caxias
Japeri
Queimados
Belford Roxo
Seropedica
Sao Joao de Meriti
Mesquita
Nilopolis
Itaboraí
Tangua
Itaguai
Sao Goncalo
Mangaratiba
Rio de Janeiro
Niteroi
Marica
Mangaratiba
Itaguai
% de Votação nas Áreas
0 - 1
1 - 2
2 - 5
5 - 10
10 ou mais
10,01 - 100,00
20 10 0 20 40 60 80
Km


25617 - Dr. Márcio Panisset
25625 - Pedro Fernandes Neto
25633 - Graça Pereira
25678 - Rodrigo Dantas
26000 - Walney Rocha
26123 - Renata do Posto
31011 - Marcelo Simão
31624 - Anabal
N
Guapimirim
Mage
Paracambi
Nova Iguaçu
Duque de Caxias
Japeri
Queimados
Belford Roxo
Seropedica
Sao Joao de Meriti
Mesquita
Nilopolis
Itaboraí
Tangua
Itaguai
Sao Goncalo
Mangaratiba
Rio de Janeiro
Niteroi
Marica
% de Votação nas Áreas
0 - 1
1 - 2
2 - 5
5 - 10
10 ou mais
20 10 0 20 40 60 80
Km


33333 - Alessandro Calazans
36789 - Jane da Núbia
43043 - André do PV
45000 - Mário Marques
45001 - Pedro Paulo
45205 - Zito
45245 - Gerson Bergher
45620 - Luiz Paulo
N
Guapimirim
Paracambi
Nova Iguaçu
Duque de Caxias
Mage
Japeri
Queimados
Belford Roxo
Seropedica
Sao Joao de Meriti
Mesquita
Nilopolis
Itaboraí
Tangua
Itaguai
Sao Goncalo
Mangaratiba
Rio de Janeiro
Niteroi
Marica
% de Votação nas Áreas
0 - 1
1 - 2
2 - 5
5 - 10
10 ou mais
20 10 0 20 40 60 80
Km


50123 - Marcelo Freixo
56123 - Édino Fonseca
65123 - Fernando Gusmão
70222 - Jodenir Soares
N
Guapimirim
Paracambi
Nova Iguaçu
Duque de Caxias
Mage
Japeri
Queimados
Belford Roxo
Itaborai
Tangua
Seropedica
Sao Joao de Meriti
Mesquita
Nilopolis
Itaguai
Sao Goncalo
Mangaratiba
Rio de Janeiro
Niteroi
Marica
% de Votação nas Áreas
0 - 1
1 - 2
2 - 5
5 - 10
10 ou mais
20 10 0 20 40 60 80
Km